

**SORAYA SOUZA**

**O DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO ÉTICO-POLÍTICO NA PRODUÇÃO DO LAÇO  
SOCIAL DOS ADOLESCENTES NO CREAS**

**DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**SÃO PAULO  
2013**

**SORAYA SOUZA**

**O DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO ÉTICO-POLÍTICO NA PRODUÇÃO DO LAÇO  
SOCIAL DOS ADOLESCENTES NO CREAS**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Psicologia Social, sob orientação da Professora Doutora Miriam Debieux Rosa.

**SÃO PAULO  
2013**

## DEDICATÓRIA

A todos os adolescentes,  
Às nossas adolescências,  
Às dos meus, filhos e sobrinhos.

Dos meus, que antes e depois da Revolução de 1968, estão na condição de “liberdade assistida”.

Especialmente, aos adolescentes que encontrei no CREAS, ao A. e ao R., pela coragem da verdade ao recontarem suas histórias que nos desafiam. Histórias que se constituem por inúmeros *actos* e fundam um acontecimento social.

A todos aqueles, que exercem suas profissões, aos assistentes sociais, aos psicólogos e psicanalistas cidadãos que se posicionam politicamente na democratização do trabalho psicanalítico.

À Elaine Renata e à Helena Hirye (in memoriam),  
Pela dedicação e cuidado com o ser humano e companheirismo no trabalho.  
Saudades...

## AGRADECIMENTOS

*Aos meus avós,*

*Especialmente ao meu avô paterno Álvaro Villas Boas (in memorian),  
Filho de Claudiano Villas Boas, que dedicou parte de sua vida cuidando dos índios brasileiros, fazendo  
como seu pai que, cuidava dos diferentes povos e me contava lindas histórias da vida na Itália, terra natal  
de minhas avós, Giacomina e Margarida (in memorian),*

*À minha avó materna Margarida, minha flor, minha margarida,  
Por me contar a saga da vida cotidiana, de tal forma que superou Sartre,  
transformando a miséria de cada dia numa condição humana.  
Elas me ensinaram a contar e escutar histórias...*

*Aos meus pais (in memorian), pela referência e transmissão dos ensinamentos que me acompanham  
nessa caminhada.*

*Ao meu pai Enio, um professor, um poeta...  
Deixou escrito uma poesia que recito na tentativa de aplacar a saudade que sinto.  
“Saudade palavra doce, que traduz tanto amargor,  
Saudade é como se fosse, espinho beijando a flor.”*

*À minha mãe Luzia, um exemplo de sabedoria,  
Tinha como seu ofício o seu jeito de ser, foi uma assistente social, que nos ajudou a aceitar a vida como ela  
é, não como gostaríamos que fosse. Uma lutadora, tinha na esperança a certeza dos dias melhores, e nos  
piores dias acalentava e sempre dizia: “calma, vai passar...”*

*À minha irmã,  
Pela nossa união, afeto que nos ampara diante de nossas vidas.*

*Aos meus filhos, Danilo e Carina,  
Por traduzirem e simbolizarem minhas ausências, compartilhando comigo a construção da minha história.  
Escrevo/inscrevo, na tentativa de registrar aquilo que foi possível fazer e busco transmitir a vocês o que  
pude construir, esperando que possam ir muito além de mim, e apostando em vocês...*

*Ao meu companheiro William,  
Pelos momentos de vida que compartilhamos, pelo amor, pela compreensão, tolerância e principalmente,  
por respeitar nossas inúmeras diferenças,*

*Aos Professores,  
Ao professor Paulo Endo, minha admiração,  
pela sensibilidade, dedicação e pelo compromisso na qualificação dessa proposta de Tese,  
reconhecendo a minha ideia e pontuando a produção textual, pois escrever é uma tarefa árdua.*

*Escrever sobre uma experiência é transformar um encontro no real em um estado de arte,*

*À professora Bader B. Sawaia, pelo encontro e acolhimento neste processo de doutoramento;*

*À professora Maria Cristina Vicentin, pela disponibilidade e empenho na entrevista de seleção deste processo e na qualificação, onde pode discutir cuidadosamente este trabalho.*

*À professora Miriam Debieux Rosa, uma rosa, outra flor na minha vida, pela atenção com o texto e com a autora, uma elegância na orientação, academicamente sustenta o discurso analítico na Universidade.*

*Outro exemplo a seguir...*

*Aos amigos dos Núcleos,*

*Ao NEXIN,*

*Pelos encontros afetivos e significativos, à Margarida pelos questionamentos, à Maria Helena pelo reconhecimento potencial do meu conhecimento, ao Marlito, pelo conhecimento filosófico transmitido, à Camila, minha companheira de viagem e de conflitos, ao Luís pela companhia e a todos os outros nexinianos.*

*Ao NUPSPPO,*

*A todos os amigos do núcleo, especialmente ao Luiz Palma pelo encorajamento, à Sandra Alencar por compartilhar as discussões, à Taeco por um encontro significativo, à Aline por sua sensibilidade, que faz psicanálise pelo seu modo de agir.*

*Ao CREAS e a todos os participantes,*

*Diego pela segurança, Ana e Juliana pela recepção, Celso pela autorização, Renata, especialmente pelo acolhimento e dedicação com a pesquisa, e por dividir a angústia causada pela ausência que se inscreveu pela falta em ato dos jovens; querida Rozi, pelo empenho no trabalho com os adolescentes; simpática Regina pelo comprometimento e reconhecimento da produção científica como um saber necessário que contribui para prática cotidiana, fiel Naila, por saber compartilhar as histórias, guardando os segredos segredáveis. A todos da equipe que direta ou indiretamente contribuíram para a construção deste trabalho.*

*Aos amigos,*

*Conrado Ramos, pelo encontro e pelas experiências compartilhadas na docência,*

*Vanessa Fortes, pela transmissão do reconhecimento do meu trabalho à Secretaria de Desenvolvimento Social na Prefeitura de São José dos Campos,*

*Sirléia Natal, pela presença significativa em minha vida, por compartilhar nos encontros e por me encorajar nos (des)encontros,*

*Andréa Mourão, por trilhar comigo colocando a arte nesta caminhada,*

*Claudio Caropreso, o artista que dividiu comigo os afetos vividos neste trabalho,*

*A todos vocês, deixo escrita/inscrita minha gratidão.*

**Banca Examinadora**

---

Profa. Dra. Miriam Debieux Rosa

---

Profa. Dra. Maria Cristina Vicentin

---

Profa. Dra. Bader B.Sawaia

---

Prof. Dr. Paulo Endo

---

Prof. Dr. Sérgio Braguini

## RESUMO

O problema de pesquisa deste trabalho é o impasse teórico-prático de como diagnosticar o sujeito na sua relação com o contexto de produção sociopolítico e seus efeitos discursivos na construção do laço social. Sua relevância social diz respeito às interfaces do saber interdisciplinar da Psicologia, da Psicanálise e do Direito, marcando sua especificidade no campo psicanalítico, na área da Saúde Pública, cuja responsabilidade social é sustentar uma posição ético-política do diagnóstico psicológico, nos níveis táticos e estratégicos, no tocante à construção do laço social, do adolescente em situação de vulnerabilidade. O objetivo geral é construir um modo de diagnóstico ético-político que possibilite ao sujeito, através da narrativa, constituir uma dimensão singularizável do acontecimento social. O processo de investigação metodológico fundamentou-se na psicanálise em extensão de orientação lacaniana, buscando compreender o objeto do conhecimento em sua dimensão ético-política. A territorialidade foi delimitada pela Instituição CREAS, sendo escolhidos oito adolescentes para entrevista, dois dos quais para análise do caso institucional clínico-político. O procedimento incluiu visita à Fundação Casa, observação da Instituição CREAS, análise da história institucional e das entrevistas articuladas sob transferência com o memorial da equipe técnica (psicólogos e assistentes sociais), além da análise dos casos institucionais clínico-políticos dos adolescentes A.e R. Na análise dos resultados pode-se concluir que a delinquência advém do desdobramento de uma cena social que se corporifica no sujeito e o identifica em *actos*, um dos elementos que contribuem para a institucionalização do sintoma com a produção do reincidente. A vulnerabilidade social, psicológica e política dessa situação produz o efeito da psicopatologização do laço social na experiência individual, operada pelo discurso capitalista através de instrumentos que não levam em consideração o contexto em que a experiência fora construída. Na tentativa de objetivação do sujeito, transforma-o numa Coisa dessubjetivável, num *sujeito gadget*. Na análise dos casos A.e R. foi possível para ambos os sujeitos, de modo singular, (re)situarem-se e produzirem uma Outra dimensão diante do acontecimento social. O diagnóstico psicológico ético-político como estratégia de intervenção discursiva pode operar modos de acolher o sofrimento criando novas saídas e inventando respostas para lidar com o mal-estar dos nossos jovens e, com as exigências do mestre contemporâneo, produzindo efeitos na construção do laço social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diagnóstico ético-político, Discursos, Adolescência, Laço Social.

## ABSTRACT

The research problem of this study is the theoretical and practical impasse of how to diagnose the subject in its relation to the sociopolitical context of production and its effects on the discursive construction of the social bond. Its social relevance lies at the interfaces of the interdisciplinary knowledge of Psychology, Psychoanalysis and Law, marking its specificity in the psychoanalytic field in the area of Public Health, whose social responsibility it to sustain an ethical-political position of psychological diagnosis, at the tactical and strategic levels, as regards the construction of the social bond of adolescents in situations of vulnerability. The overall goal is to build an ethical-political diagnostic mode that allows the subject, through the narrative, to constitute a singular dimension of the social event. The methodological investigation process was based on psychoanalysis in extension of Lacanian orientation in order to understand the object of knowledge in its ethical-political dimension. Territoriality was bounded by the Institution CREAS and eight teenagers were chosen, and of these, two for analysis of the case institutional political-clinical. The procedure was carried out by visiting the Fundação Casa, the Institution CREAS observation, analysis of institutional history and interviews articulated under transfer with the memorial of the technical staff (psychologists and social workers), besides the institutional political-clinical case analysis of the teenagers A. e R. In analyzing the results, we could conclude that delinquency is the effect of the unfolding of a social scene that embodies the subject and identifies the *acts*, being one of the elements that contributes to the institutionalization of the symptom with the production of relapsing. The social, psychological and political vulnerability of this situation has the effect of psychologization of social ties in the individual experience, operated by a capitalist discourse through instruments that do not take into account the context the experience had been built, in an attempt to objectify the subject, turning him into a Thing subject to dissubjectivation, a *gadget* subject. In analyzing the cases of A. e R. it was possible for both subjects, in a unique way, to (re) situate themselves and produce an Other dimension before the social event. The ethical-political psychological diagnosis as a strategy of discourse intervention can operate modes of welcoming suffering by creating new outlets inventing answers to address the malaise of our young and, with the requirements of the contemporary master, producing effects in the construction of the social bond.

**KEYWORDS:** ethical-political diagnose, Discourses, Adolescence, Social tie.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Nó borromeu de três aros.

Figura 2 Nó borromeu de quatro aros com reforço (*sinthome*) no Simbólico.

## SUMÁRIO

<b>PARTE I.....</b>	<b>12</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 O DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO COMO UM ACONTECIMENTO NOS CAMPOS SOCIOPOLÍTICO E PSICANALÍTICO.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 DO DISCURSO PROVINCIANO AOS ALTERNATIVOS: O DISCURSO CRIMINOLÓGICO COMO EFEITO DO LAÇO SOCIAL.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 DO ATO AO AUTO: UM ATO DISCURSIVO QUE ATRAVESSA O DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO NA CONSTITUIÇÃO DA CENA SOCIAL E NA CONSTRUÇÃO DA CENA JURÍDICA.....</b>	<b>33</b>
<b>2.3 DOS DISCURSOS DE CRIMINALIZAÇÃO AOS DE PATOLOGIZAÇÃO: ENTRELACAMENTOS DISCURSIVOS ATRAVESSADO PELA CID- 10 NA CONSTRUÇÃO POLÍTICA DO SUPOSTO SUJEITO ....</b>	<b>44</b>
<b>3 A (DES)CONSTRUÇÃO PSICANALÍTICA DAS FORMULAÇÕES SOBRE O PATOLÓGICO E O NORMAL .....</b>	<b>48</b>
<b>3.1 A NORMALIZAÇÃO COMO EFEITO DA PSICOPATOLOGIZAÇÃO NA PRODUÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA VIDA COTIDIANA DO SUJEITO.....</b>	<b>48</b>
<b>3.2 O PARADOXO CIENTÍFICO DA NORMALIDADE: DO SABER-FAZER AO FAZER-SABER NO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO .....</b>	<b>52</b>
<b>3.3. A VERSÃO DO AXIOMA FREUDIANO: A ANORMALIDADE COMO INDICADOR DA NORMALIDADE DO SUJEITO.....</b>	<b>54</b>
<b>PARTE 2.....</b>	<b>88</b>
<b>4 POLÍTICAS DO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO: UMA CHAVE DE LINHAGEM OU APARELHOS DE LINGUAGEM? .....</b>	<b>88</b>
<b>4.1 DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO: UM ATO DE DECISÃO SOBRE O SUJEITO.....</b>	<b>88</b>
<b>4.2 O DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO: UM MODO DE OPERAR ENTRE OS DISCURSOS UM ACONTECIMENTO NO SOCIAL.....</b>	<b>93</b>
<b>4.3 OS DISCURSOS COMO APARELHOS DE LINGUAGEM QUE ESTRUTURAM O DIAGNÓSTICO NO CAMPO DO GOZO.....</b>	<b>97</b>
<b>4. 4. DIAGNÓSTICO PSICANALÍTICO: UM MODO DE OPERAR ENTRE OS DISCURSOS UM ACONTECIMENTO NO SOCIAL.....</b>	<b>103</b>
<b>4.5 UM DOS MODOS DE INTERVENÇÃO PSICANALÍTICA: DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO ÉTICO-POLÍTICO .....</b>	<b>106</b>
<b>4.6 O DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO ÉTICO-POLÍTICO: UM AMPARO DISCURSIVO NA ADOLESCÊNCIA</b>	<b>110</b>
<b>5 CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO ÉTICO POLÍTICO.....</b>	<b>123</b>
<b>5. 1 DEMONSTRAÇÃO DO DIAGNÓSTICO ÉTICO-POLÍTICO COMO UM ACONTECIMENTO SOCIAL.....</b>	<b>123</b>

<b>_6 ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO ÉTICO POLÍTICO.....</b>	<b>137</b>
<b>6.1 O DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO ÉTICO-POLÍTICO COMO ACONTECIMENTO SOCIAL .....</b>	<b>137</b>
<b>6.2 TRANSFERÊNCIA INSTITUCIONAL: OS EFEITOS DO AMOR NA RELAÇÃO DE R. E A.....</b>	<b>162</b>
<b>6.3 UMA VIDA DE SEGREDOS: A TRANSFERÊNCIA INSTITUCIONAL COMO UMA EXPERIÊNCIA DE PARTILHA DO TRAUMÁTICO.....</b>	<b>198</b>
<b>APÊNDICE A - TESTEMUNHO.....</b>	<b>243</b>
<b>APÊNDICE D- ENTREVISTAS COM ASSISTENTE SOCIAL R: CASO P OU ALEXSANDRE.....</b>	<b>254</b>
<b>APÊNDICE F - ENTREVISTAS COM O ADOLESCENTE P. ....</b>	<b>270</b>
<b>APÊNDICE F - ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL N. : CASO R.....</b>	<b>281</b>
<b>APÊNDICE G – ENTREVISTAS COM O ADOLESCENTE R. ....</b>	<b>289</b>
<b>APÊNDICE H – MEMORIAL.....</b>	<b>298</b>

## PARTE I

*A primeira decepção de um escritor é justamente perceber que ele não vai escrever os livros que ele mais admira. A sua fala a custo se transforma em texto precário, impreciso, fruto de um caminho que depois de feito, somente ele percebe as arestas, as trilhas, o suor e o precipício. O texto nasce diante do choque entre o que vê e aonde imagina chegar; ora nesse sentido, a possibilidade da escrita para um escritor se instala quando esse sujeito ultrapassa a cópia dos modelos (não quer dizer que os supere) e se deixa ir, montando de palavras um desenho, a aquarela que só ele – daí sim a primeira certeza fundamental, - poderia fazer. Como um pintor ou desenhista viajante dos oitocentos, notando rápido uma cena, mesmo que tomada por outro já se faz nova, o evento que depende dos olhos, como registro, aos poucos fixo, porém maleável como memória. ( DUTRA, A., CIEN-Digital, n. 06, abril, 2009).*

## 1 INTRODUÇÃO

O tema de pesquisa deste trabalho é a dimensão ético-política do diagnóstico psicológico na produção do laço social dos adolescentes no Centro de Referência Especializado de Assistência Social de São José dos Campos (CREAS/SJC).

Nossa proposta de tese foi construir um modo de intervenção que se fundamentou na abordagem psicanalítica lacaniana e justificou-se num campo psi jurídico, como uma das estratégias em que pode operar o diagnóstico, incluindo o adolescente num modo ético-político e produzindo efeitos numa outra dimensão *no* e *do* acontecimento social.

Este trabalho justificou-se por questionar como o diagnóstico psicológico afeta os profissionais e os adolescentes e produz laços nas relações sociais no CREAS/SJC, Estado de São Paulo.

Para contextualizar este trabalho faz-se necessário reconhecer o contexto específico em que a vulnerabilidade desses jovens é produzida e entrelaçada pelas suas histórias nas dimensões social, psicológica e política. Nesse contexto específico, delimita-se a vulnerabilidade dos

adolescentes, socialmente, pelo lugar onde moram na cidade de São José dos Campos e pelo modo como os adolescentes vivem em nossa sociedade capitalista; psicologicamente, pela constituição do eu e das inter-relações, enfatizando-se o grupo ao qual pertencem e, politicamente, pela posição que os adolescentes ocupam diante da sociedade.

Na dimensão social é necessário considerar o relato da maioria dos jovens, segundo o qual no meio que vivem, amigos e familiares estão ou estiveram envolvidos em atos infracionais. Assim sendo, tais atos são elementos constitutivos desse contexto, pois carregam significados e produzem sentidos que afetam o modo de viver desses adolescentes. No que tange à localização geográfica, a maioria dos jovens moram em bairros “marginalizados”, isto é, às margens da cidade de São José dos Campos. Esses lugares marginalizados são adquiridos pela maioria das famílias ou por desapropriação ou por remoção de área, portanto, segregados por uma política de higienização da cidade que produz o efeito de aglomeração de pessoas que em condições de vulnerabilidade, sobrevivem.

Já na dimensão psicológica, o efeito da distribuição geográfica da cidade, por aglomeração, interfere no modo como esses adolescentes formam o eu e as inter relações, enfatizando a formação de grupos, pois excluídos por uma política higienista da cidade, eles formam um complexo fraterno que opera pela identificação da condição de vulnerabilidade, eles se consideram “irmãos” uns dos outros, eles dividem “o que tem e o que não tem”, isto é os atos são *in*-fracionados, fracionados em operações lógicas consideradas inferiores.

Nessas operações lógicas consideradas inferiores, os atos infracionais como elementos constitutivos dessa condição de sobrevivência são considerados pelos adolescentes, um dos modos de operar sobre a necessidade de consumo e de atender a demanda criada pela sociedade capitalista. Dessa maneira, é atribuído a lógica que dimensiona a infração, há uma subtração do caráter moral, logo, a infração passa a ser para os adolescentes, uma estratégia possível de sobrevivência nesse contexto social.

Na dimensão política, o ato interpretado como um ato qualificado de infracional é incluído num campo jurídico que o ascende a um âmbito moral, sem respeitar a condição ético-política pela qual foi construída, pois a maioria desses adolescentes, por conflitos de diferentes ordenações, é criada muitas vezes *nas e pelas* ruas, pois não conseguem ficar em suas casas. Isso nos possibilita compreender a iniciação no tráfico em tenra idade como uma estratégia de sair dessa situação social, uma suplência encontrada para fixar essa diferença do objeto pulsional, ou

seja, o objeto parcial e, portanto, faltoso.

Como efeito da qualificação do ato como infracional fundam-se categorias para os jovens: adolescente em conflito com a lei, o reincidente e o delinquente. A primeira nos permite pensar que o conflito diz respeito à universalidade da lei que funda a realidade social, pois os adolescentes apontam para a pluralidade da lei, operando a diversidade de realidades existentes.

Já a segunda categoria remete-se na cena social à repetição do ato propriamente dito, e para a psicanálise, “como um ato que não quer calar”, uma re-apresentação do ato que insiste em se inscrever na cadeia significativa, e diz sobre o sujeito. Na terceira, talvez se possa pensar o efeito do ato da reincidência sob uma fixação dessa condição social no sujeito.

No que concerne ao diagnóstico psicológico, para dizer sobre o sujeito é necessário considerar o contexto social em que o ato fora construído e a produção do efeito no laço social, o que significa pensar politicamente tal situação. Pensar politicamente o contexto nos causa um impasse, pois dependendo da estratégia escolhida pelos técnicos na sociedade, como um modo de equacionar, deslocamos o problema do campo que fora construído, como um modo de resolução.

O equacionamento da resolução do problema produz a psicopatologização da adolescência, e, conseqüentemente, o efeito epidemia, isto é, a disseminação do ato infracional como patológico, indicando o adoecimento moral da sociedade. Esse modo de resolução reduz a causa em efeito e, interpretado pelo diagnóstico psicológico, conserva o processo de psicopatologização.

O diagnóstico psicológico é um instrumento que pode operar ou não, um processo de psicopatologização, dependendo da sua função, do como e para quem ele foi utilizado, e, sendo assim, a interpretação e a dimensão da construção da experiência individual é do sujeito e não do instrumento e ou do profissional.

Numa visão tradicional, a função do diagnóstico psicológico é investigar sobre a constituição do sujeito, utilizando o instrumento na sua faceta multidimensional, para reconhecer o sujeito da ciência. Nessa tentativa de reconhecer o sujeito cientificamente, muitas vezes os psicólogos, apoiados na ciência médica, realizam o exame psicológico revestido de avaliação psicológica e de psicodiagnóstico, o que transforma os sujeitos em doenças universalmente codificadas como se apresentam na Classificação Estatística Interna de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID-10).

A transformação do sujeito em doenças, no diagnóstico médico, é um trans-torno, isto é, é

ir além do entorno que constitui aquele sujeito, sendo operacionalizada pelos instrumentos de ausculta e pela CID-10. O instrumento de ausculta e não de escuta reduz a função do médico de descobrir a “coisa”, aquilo que o paciente tem. Portanto, ele deve apenas ouvir os sinais vitais do corpo e falar sobre a doença que acomete o sujeito, sustentando o saber totalizante imbricado nesse discurso e legitimando-o como Verdade. Diante dessa Verdade como valor absoluto do diagnóstico, cabe ao médico oferecer um tratamento adequado para extirpar a doença do sujeito.

A ausculta é traduzida em código, “signos de designos”, que servem para classificar e seriar os fenômenos como doenças que se manifestam no sujeito com a finalidade de controlá-los para alcançar a cura. O diagnóstico no campo médico é imperativo, devendo apresentar o que o sujeito possui através do exame clínico, das suas manifestações sintomáticas, operando uma lógica universal de correspondência biunívoca, de identificação da doença com o sujeito.

O discurso médico funda o diagnóstico psicológico da e na clínica tradicional e o exame psicológico é produzido pelos diagnósticos descritivos da abordagem psicométrica com fins classificatórios e respaldado por teoria de base funcionalista. Esse modo de diagnosticar pode equacionar um instrumento que, através das diferenças individuais, produz a estigmatização pela ineficiência, constituindo uma correspondência preconceituosa e um olhar fragmentado do sujeito, tornando-o um ser desviante.

Na abordagem tradicional, o diagnóstico psicológico é um instrumento que se fundamenta nos pressupostos da homogeneidade, define os déficits e produz disfunções, indica a deficiência como impotência e os desvios das condutas morais que interferem no desenvolvimento harmônico da sociedade, levando a uma classificação das pessoas como “desviadas” (ANACHE, 1997).

Concordamos com as críticas feitas ao diagnóstico psicológico na abordagem psicométrica, por ser mais uma forma de ato médico que politicamente funda o diagnóstico, renomeando os termos exame psicológico, avaliação psicológica e de psicodiagnóstico, produzindo desvios e, como efeito, pessoas classificadas como desviadas.

O ser desviante é construído por um discurso que se vale da seriação como modo de

patologizar o acontecimento social, desconhecendo e universalizando os sujeitos, ou seja, dispõe numa ordem que opera esse efeito desviante. Essa equação de seriação utiliza como operação a onipotência dos instrumentos como o exame clínico e os testes psicológicos, para avaliar as impotências do sujeito e produzir através da medida, classificação e categorização, o ser desviante. Como diagnosticar sem conhecer o que afeta o sujeito?

No que diz respeito ao desenvolvimento harmônico da sociedade, cabe ressaltar que a esta não se desenvolve de modo harmônico, pois a harmonia é uma categoria fundada na ideia de equilíbrio, e conseqüentemente de bem-estar e felicidade, sendo um dos efeitos produzidos pela cultura para encobrir no imaginário social, do mal-estar *da e na* civilização.

No que tange ao mal-estar da civilização, Freud (1930, p.93), aponta que “o sofrimento humano provém de três fatores principais: do corpo, do mundo externo e dos relacionamentos”. Portanto, compreendemos que o mal-estar é produzido na cultura pelo modo de articulação do corpo, com o mundo externo e com os relacionamentos, trazendo consigo uma construção histórica do acontecimento traumático *da e na* cena social.

A civilização causa sofrimento humano e impõe sacrifícios à sexualidade e agressividade do homem e na construção histórica do mal-estar pode ocorrer a construção histórica do sintoma como uma “saída” para o sujeito. Freud (1930, p.94):

as frustrações da vida sexual são precisamente aquelas que as pessoas conhecidas como neuróticas não podem tolerar. O neurótico cria, em seus sintomas, satisfações substitutas para si, e estas ou lhe causam sofrimentos em si próprias, ou lhe tornam fontes de sofrimento pela criação de dificuldade em seu relacionamento com o meio ambiente e a sociedade a que pertence.

No acontecimento traumático, a construção histórica do sintoma apresenta-se politicamente como uma Cena<sup>1</sup> representada por sujeitos atores que de seus lugares e funções desempenham um papel na constituição da ficção, com seus diversos estilos de romance, drama e ou tragédia. Sendo assim, faz-se necessário conhecer como o ato ficcional do diagnóstico<sup>2</sup> fora

<sup>1</sup> Cena: compreendida aqui como o lugar do inconsciente que funda o acontecimento como um mito individual. O Mito da Cena Primária: No início há sempre uma relação. É de uma relação que nasce tudo o que vive. Na origem do ser humano está a relação sexual. Em sua origem mítica há também uma relação sexual mítica, fundante. (ÁVILA, L. A.p.15.)

<sup>2</sup> Ato ficcional do diagnóstico: uma trama, onde os elementos articulados numa cena ficcional operam um ato na (des)construção do sujeito.

construído, do campo, de suas conceitualizações, formulações, operações e de suas finalidades, ou seja, diagnosticar para quê, para quem e por quê?

A aplicação do diagnóstico psicológico na abordagem tradicional em outros campos como na saúde mental e seus empregos nas instituições, revela os efeitos políticos na constituição da doença que estão ancorados num conceito de saúde idealizado, fundamentado em padrões culturais dominantes estabelecidos pela sociedade e que atravessa as tramas discursivas imbricadas nos diferentes usos dos diagnósticos psicológicos como instrumento de intervenção do e no sujeito, negando o acontecimento traumático e produzindo como efeito o sofrimento psíquico.

O sofrimento psíquico, como efeito de produção de um modo de relação do sujeito com os outros significantes, pode ser analisado como atributo, no seu campo de produção, qualificado em categorias econômicas, políticas de exclusão, inclusão, segregação e afetividade que se objetivam no sujeito como uma patologia. Levando em consideração as diferenças epistemológicas do pensamento científico, compartilhamos com o pensamento de Sawaia (2008, p.104), no que diz respeito à categoria sofrimento, como um atributo *do* sujeito, precisa ser compreendido no campo relacional que fora construído.

O sofrimento e a dor, entendidos como modos de afetação, são atravessados pela organização social incidem sobre o sujeito pela dimensão histórica revelando o que essa autora denomina de tonalidade ética da vivência cotidiana de cada época, produzindo como efeito diferentes modos de laços sociais. O afeto que entrelaça é compreendido como âncora de sentido a partir da proposição lacaniana: “se o desejo é a metonímia do sentido e o gozo é o real de sentido o afeto é a âncora de sentido, por conferir-lhe um lastro decisivo de certeza, sustentado pela imagem do corpo.” (VIEIRA, 2001, p.235).

O afeto, como âncora de sentido, está presente na cena ficcional do diagnóstico psicológico, podendo ser um modo de fazer, ver, ouvir e ser, através da construção do laço social, compreendido por Quinet (2006), como uma “produção discursiva” que traz em si, marcas da posição do sujeito que podem criar impasses à ordem social e, para Lacan, como um discurso social, como aquilo que coloca em circulação a substância do gozo e poder na prática social. Tomando como um modo de afetação, um modo de gozo do objeto da pulsão, como Lacan coloca no *Seminário 7, a Ética da Psicanálise* (1959-1960), não se trata de um objeto de uma necessidade, de algo útil, mas do objeto da pulsão, produzindo efeitos na construção do laço

social, como a delinquência.

Na construção do laço social, a delinquência produz como efeito o delinquente, construído num campo psi jurídico, apoiado num discurso jurídico, e através do julgamento moral dos atos produzidos na relação do sujeito com as instituições societárias, dá-se a caracterização do ato como infracional e do comportamento como socialmente inadequado, parafraseando Sawaia (2008, p.104) “*apêndice inútil da sociedade.*”.

Neste lugar apêndice, nas artimanhas das políticas de exclusão, inclusão, segregação e da afetividade, é construído um sofrimento ético-político, um entre laços, um entrelaçamento que produz uma afetação *do e no* sujeito. De acordo com Sawaia (2008, p.104-105):

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto.

O sofrimento ético-político é efeito de atos de exclusão do sujeito e instaura um jogo virtual onde os lugares marcados nas tramas relacionais são constituídos pelo não dito na ordenação do impossível, de onde os adolescentes não podem dizer e não podem ser escutados na posição de sujeito dessas relações, fundando um mutismo social, ou seja, o adolescente, nesse jogo de forças silenciosas, luta para ficar vivo e fica numa condição de sobrevivente, “quase morto”. O adolescente não é vítima, é produto do sistema capitalista que interfere na produção do efeito de “quase morto”, mutilando a vida de diferentes formas.

Nessa condição de sobrevivente e sob o efeito de “quase morto”, o sujeito existe pela presença de um corpo e sua vitalidade é medida pela resistência à humilhação e à desigualdade social e não pela apropriação dos bens sociais, culturais e materiais de uma sociedade capitalista;

o sujeito ocupa um lugar suspenso do reconhecimento de si e dos outros nas tramas relacionais.

Nas tramas relacionais se dá a escrita do diagnóstico psicológico, que é reveladora do que o profissional pode observar naquele momento, e que também poderá marcar a inscrição social desse sujeito. O valor dos registros dependerá de como a palavra do técnico será escrita ou interpretada? E para quem? De que lugar os profissionais escrevem sobre o adolescente?

Numa visão psicanalítica, o diagnóstico psicológico tem como função comunicar um estado acerca de um sujeito sob um olhar e um campo específico, o sintomático. Talvez pudéssemos tecer algumas críticas em relação à política da produção discursiva de diagnosticar nas Instituições, ou seja, por que e para quem diagnosticar na Instituição?

O diagnóstico psicológico é um instrumento que tem como função a direção do tratamento e deve assegurar uma coerência processual, incluindo a dimensão ética no modo de relação entre os atores no que concerne à responsabilidade de conhecer o que afeta o outro e ajudá-lo a (re)situar-se no mundo, produzindo o “hum-mano”, um mano, numa dimensão humana.

Neste trabalho parte-se do pressuposto que o diagnóstico psicológico ético-político, pode ser um modo ético de operar a intervenção pelo ato, através da construção de uma Outra narrativa que instaure uma dimensão humana, servindo de instrumento à resistência da violência operacionalizada por estigmatização, rotulação, discriminação, humilhação e exclusão social.

O interesse em abordar a problemática do diagnóstico psicológico surgiu da minha prática clínica, na abordagem psicanalítica com crianças e adolescentes, desde 1998 atuando nessa área e me deparando com os diversos encaminhamentos psicológicos, psiquiátricos, neurológicos, fonoaudiológicos e escolares que avaliavam utilizando a lógica da redução para excluir o sujeito, como uma cifra, um corpo medicalizado, produzindo efeitos na construção do laço social. Como bem diz Mattos (2011.p.6):

Nossa época coloca-nos diante da exigência de refletirmos e criarmos modos de acolher o sofrimento, as diversas manifestações e respostas que as crianças e jovens encontram para lidar com o mal estar e com as exigências do mestre contemporâneo.

Diante dessa exigência contemporânea, de criarmos modos de acolher o sofrimento, o problema de pesquisa se constituiu pelo impasse teórico-prático de como diagnosticar o sujeito

numa dimensão ético-política, articulando a sua relação com o contexto sociopolítico de produção e os efeitos discursivos na construção do laço social no processo de ressocialização dos adolescentes que reincidiram e cumprem medidas socioeducativas em condição de liberdade assistida no CREAS.

Este trabalho foi construído com os adolescentes no CREAS/SJC que, atravessados pelo contexto jurídico numa condição de liberdade assistida, encontram-se em situações de vulnerabilidade nas dimensões social, psicológica e política, produzindo efeitos no laço social. Neste caso específico, como diz Airchon *apud* Lesourd (2004): “jovens em sofrimento”, que nessa condição revelam em ato a Cena do excluído, daquele que está fora das significações e, portanto, não encontrou o seu lugar no reconhecimento do Outro.

O objetivo geral deste trabalho foi construir um modo de intervenção ético-política que possibilite ao sujeito ser acolhido no seu sofrimento, e através da narrativa operar uma Outra cena, com a finalidade de construir uma dimensão singularizável do acontecimento social.

Os objetivos específicos foram: analisar o acontecimento social, levando em consideração a dimensão sociopolítica em sua singularidade, e construir uma Outra cena, através da narrativa com os adolescentes, objetivando uma dimensão humana no modo de viver e contribuir com a Instituição na construção de um modo de intervenção ético-político com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em condição de liberdade assistida no CREAS.

O campo de pesquisa inicialmente construído caracterizou-se pela escolha da Fundação Casa de São José dos Campos, por uma visita realizada na Instituição, com intuito de fazer uma parceria de Estágio da Fundação Casa com a Universidade Paulista de São José dos Campos.

Essa visita me causou um afeto que não engana, que se constitui do nada, a angústia. Os psicólogos demandavam supervisão dos casos atendidos e demonstravam nos afetos envolvidos o medo como afeto primordial, representado pela inibição em ato, que produzia o efeito da impotência no fazer. Esse modo de afetação era dominante na Instituição na relação da equipe técnica com os adolescentes, a angústia de não saber-fazer.

A construção do campo de pesquisa nos permitiu questionar: Qual o compromisso da Instituição com a medida socioeducativa? Por que o diagnóstico psicológico comprometeria a medida socioeducativa? Que medidas sociais e educativas são essas que não precisam de um diagnóstico, ou seja, que são simplesmente executadas aos “criminosos”? Como as medidas socioeducativas são aplicadas nos adolescentes sem se levar em consideração para que servem e

quais efeitos produzem?

Num segundo momento, procurei a Secretaria de Desenvolvimento Social de São José dos Campos, a qual avaliou o projeto e o encaminhou para ser desenvolvido no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), de São José dos Campos, no Estado de São Paulo. Essa Instituição, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, tem a missão primordial de aplicar medidas socioeducativas de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINAES).

A estratégia de intervenção desta pesquisa foi construir um modo de diagnóstico psicológico que leva em consideração a dimensão ético-política, tendo-se desenvolvido em seis fases: visita à Fundação Casa, encaminhamento do projeto para avaliação da Comissão de Ética e entrevista com o coordenador do CREAS para solicitar a autorização do trabalho de campo, análise dos documentos referentes à história da instituição e os prontuários, entrevistas diagnósticas com os adolescentes, entrevistas com as psicólogas, assistentes sociais e construção do diagnóstico ético-político: a articulação política dos documentos institucionais, das entrevistas e dos memoriais.

O trabalho foi subdividido em duas partes no que diz respeito aos fundamentos da tese: A primeira parte apresenta a trajetória da pesquisa, considerando a contextualização dos discursos jurídico e médico, como uma discursividade dominante, que produz a demanda da ciência psicológica, através do uso do diagnóstico psicológico, na construção da cena social.

Na cena social, foi discutido uso do diagnóstico psicológico, que pode interferir no acontecimento social, no que tange a corroborar com o discurso dominante, não só operando categorias políticas de inclusão, exclusão e segregação apoiadas numa lógica totalitária, utilitarista e capitalista, mas também produzindo efeitos na construção do laço social, e conseqüentemente, na constituição política do sujeito. Em contrapartida, pode operar uma

diferença, construindo um discurso alternativo que possibilite ao sujeito (re)inventar uma cena ficcional, numa dimensão humana.

No que diz respeito ao diagnóstico psicológico, tecemos uma crítica ao entrelaçamento discursivo atravessado pela CID-10 que, através da classificação do diagnóstico psicológico pode levar a políticas de inclusão, exclusão e segregação na construção política do sujeito. Discutiu-se o paradoxo da ciência sobre o diagnóstico psicanalítico como um operador discursivo no que concerne a produzir saberes sobre o sujeito. Para tal, fez-se necessário a (des)construção psicanalítica das formulações sobre o patológico e o normal, levando em consideração que Freud aborda o patológico como orientador para pensar a formulação do normal.

A segunda parte discutiu as formulações sobre o diagnóstico psicológico e psicanalítico, sua história e seus impasses, e apresentou a construção do diagnóstico ético-político como um acontecimento social, sua articulação e as tramas discursivas que produzem efeitos no laço social. Para exemplificar, construímos uma demonstração do diagnóstico ético-político como acontecimento social, numa Instituição de Assistência Social de São José dos Campos, com um testemunho da pesquisadora sobre as observações da Fundação Casa, a apresentação da Instituição CREAS e de seus atores partícipes, a territorialidade da pesquisa construída geograficamente pela pesquisa, o modo de proceder na estratégia de intervenção, a escolha dos instrumentos.

Na análise da experiência, o conhecimento foi produzido e articulado sob transferência<sup>3</sup>, a partir dos entrelaçamentos dos quatro discursos: da pesquisadora, da Instituição, dos profissionais e dos adolescentes. Partimos das formulações lacanianas para analisar a experiência, desconstruindo os discursos dominantes e construindo um discurso alternativo que possibilite (re)situar os sujeitos numa Outra cena, numa dimensão ético-política, e portanto, humana.

Esperamos colaborar com o processo de diagnóstico psicológico ético-político na sua

---

<sup>3</sup> Transferência: é um fac-símile, introduz a intersubjetividade entre o sujeito e o objeto. Para Freud, é uma teoria da falsa conexão. Envolve um saber verdadeiro que é deslocado por uma falsa atribuição. Lacan enfatiza, em Instância da Letra no Inconsciente (*Écrits*) que essa falsa conexão contém um deslocamento envolvendo combinação e substituição dos significantes na linguagem. É a transferência de um significante para outro significante, de uma significação para outra significação. (GUEGUEN, P-G. *apud* Feldestein, R. Fink, B. Jaanus, M., 1997, p.96). No Dicionário de Psicanálise Freud e Lacan, para Lacan a transferência não é reciprocidade em si, é esse ponto em que o inconsciente como efeito de discurso organiza o sujeito, que se constitui na vacilação entre uma alienação no Outro, aos significantes desse Outro, e uma separação que não pode se dar se não repetindo as demandas e levando em conta o desejo. (DOURGEVILLE, C., 1997, p.293)

dimensão humana, na tentativa de reduzir a violência em ato operacionalizada por estigmatização, rotulação, discriminação, humilhação e exclusão dos sujeitos no acontecimento social.

## **2 O DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO COMO UM ACONTECIMENTO NOS CAMPOS SOCIOPOLÍTICO E PSICANALÍTICO**

### ***2.1 Do discurso provinciano aos alternativos: O discurso criminológico como efeito do laço social***

Este capítulo visa apresentar os discursos que sustentam os entrelaçamentos das discursividades no diagnóstico psicológico, num campo de intersecção psicanalítico e o efeito destas na construção política do suposto sujeito<sup>4</sup>.

Para compreender os entrelaços, iniciaremos pela constituição dos discursos que transitam do provinciano aos alternativos e que são atravessados pelo diagnóstico psicológico na construção do laço social do suposto sujeito.

Entende-se por discurso provinciano aquele fundado na tradição jurídica medieval, baseado na soberania que assegurava ao monarca o direito divino de castigar o criminoso por seu ato, muito embora acreditasse ser melhor prevenir o crime e ressocializar o criminoso do que puni-lo. Já os alternativos são discursos que possibilitam ao sujeito cumprir a pena e/ou castigo numa condição humanizante, como bem diz Lacan, que precisamos reinventar. O paradoxo entre o discursivo provinciano e o alternativo pode nos indicar a crise do poder jurídico como um modo de resolução dela, pois a crise tem o poder de promover na discursividade uma abertura possível para pensar a realidade (ZAFFARONI, 1989).

Na América Latina, uma das periferias do poder mundial, a criminologia na construção do

---

<sup>4</sup> Suposto sujeito: supõe-se um sujeito efeito do ato, isto é, aposta que dali poderá advir um sujeito desejante.

laço social transita dos discursos provincianos aos alternativos, em busca de um modo de resolução da crise do poder jurídico, ou seja, o que fazer com os nossos criminosos? Apoiado nas ideias de Zaffaroni sobre a América Latina, e especificamente, sobre o Brasil, o discurso jurídico penal está se desenvolvendo, mas ainda se apresenta provinciano, fechado nos modos de ressocializar, apesar de mostrar-se aberto na discursividade, alternativo na construção dos laços sociais.

Aproximado das ciências sociais, adaptado ao momento atual da nossa região latino-americana, e discutindo o “realismo marginal jurídico penal” como um dogma jurídico-penal realista, Zafaroni discute a expressão marginal como um modo de laço social identitário. Segundo o autor, em seu ensaio *Em busca das penas perdidas* (1989, p.9):

La expresión “marginal” la empleo porque creo que es para mucho peyorativa y, sin embargo, es una característica que debemos asumir los moradores de los parajes marginados del poder mundial. Creo que es mejor asumir la condición de “marginal”, que conserva la neutra de “periférico” porque lo “marginal” tiene mucha mayor identidad. [...] Ser marginal y asumirse como tal tiene grandes ventajas. Una de ellas es la ousadia del marginal.<sup>5</sup>

Incluir a dimensão do real como nossa condição marginal pode dar-nos a potência de lutar pelos nossos direitos e nos possibilita resistir ao acontecimento com a finalidade de construir outro modo discursivo, que permita a emergência de outra dimensão nesse campo psico-jurídico. Zaffaroni (1989, p.12) assim se expressa sobre a reconstrução do discurso jurídico-penal:

De este modo pienso que es posible reconstruir el discurso jurídico-penal con un modelo análogo al del derecho humanitário, es decir, no como un discurso legitimante de la pernición y menos aún de todo el poder criminalizante y de vigilancia, sino como un discurso de contención y limitación del mismo, em la medida del espacio de un poder jurídico com vocación de progresivo aumento<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Uso a expressão "marginal" porque penso que apesar de ser para muitos pejorativa, é uma características que devemos assumir os habitantes de lugares marginalizados do poder mundial. Creio que é melhor assumir o status de "marginal" neutro mantendo o "periférico", porque o "marginal" tem muito mais identidade. [...] Ser marginal e assumido como tal, tem grandes vantagens. Um deles é a ousadia do marginal.(tradução nossa)

<sup>6</sup> Assim, creio que é possível reconstruir o discurso jurídico penal com um modelo análogo ao direito humanitário, ou seja, não como um discurso legitimador de perniciosidade e muito menos de todo o poder de vigilância e criminalização, mas como um discurso de contenção e limitação dos mesmos, na medida de um espaço de um jurídico com vocação de progressivo aumento. (tradução nossa)

A construção de outro, ou de outros discursos, análogo ao do direito humanitário citado acima pelo autor, isto é, um discurso com contenções e limitações do próprio discurso, torna esse modo de discursividade um instrumento, um modo de operar no âmbito da Verdade jurídica sobre a causalidade social, uma verdade que afeta o sujeito, permitindo que compreenda o contexto e, especificamente, as regras do contrato social vigente.

No texto *El Sistema Penal en los países da América Latina*, Zaffaroni (1990-1993, p.42) aponta a vulnerabilidade como causa social do crime:

Desde la criminología llamada “liberal” há quedado demostrado que el discurso penal es falso, porque se basa em una causalidad social falsa. Hoy sabemos perfectamente que no están presos por el delito, que han cometido, sino por su vulnerabilidad, es decir, que el sistema penal opera como una epidemia, que afecta a quienes tienen sus defensas bajas. Sabemos también – desde la asociación diferencial, es decir, desde antiguo – que forma parte de la vulnerabilidad la clase de delitos que cometen, o sea, que cometen esos delitos porque no saben cometer otros que cometemos todos los que no somos vulnerables y que no motivan ninguna criminalización secundaria y menos prisonización, pese a que su contenido injusto es igual, mayor o mucho mayor que el que da lugar a la prisonización de la mayoría de los presos <sup>7</sup>.

A vulnerabilidade social como causa da prisão revela a operação discursiva do poder jurídico, no que concerne à construção e à finalidade das categorias dialéticas do verdadeiro e do falso nesse contexto. Os delitos cometidos como parte dessa vulnerabilidade, *pelo* e *no* julgamento moral, transformam-se em verdadeiros crimes, causando uma diferença fundamental no que concerne aos crimes que não são julgados, pois estes inclusive não podem ser considerados delitos; eles não existem.

Na contemporaneidade, o discurso criminológico continua mudando em consonância com

---

<sup>7</sup> Desde a criminologia chamada de "liberal" tem-se demonstrado que o discurso penal é falso porque se baseia numa causalidade social falsa. Hoje sabemos bem que não estão presos pelo crime que cometeram, mas por sua vulnerabilidade, ou seja, o sistema de justiça criminal funciona como uma epidemia, afetando aqueles que têm uma defesa baixa. Sabemos também – desde a associação diferencial, ou seja, há muito tempo - que faz parte da vulnerabilidade o tipo de crimes que cometem, ou seja, que cometem esses crimes porque não sabem cometer outros que cometemos todos que somos todos vulneráveis que não motivam qualquer criminalização secundária e tampouco aprisionamento, embora seu conteúdo seja injusto igual, maior ou muito maior do que o que resulta no aprisionamento da maioria dos prisioneiros. (tradução nossa)

a versão contemporânea da moral individualista. O direito penal na modernidade funda-se em três princípios utilitários, evitando definir a pena pelo seu valor de punição. Segundo Moura (2009, p.125):

O princípio da exemplaridade julgava que, quanto mais o delito fosse apenado, menor a disposição dos indivíduos à violação. O segundo princípio, o da restituição, justificava a pena de privação de liberdade, pois visava reconfortar a vítima em sua perda e desencorajar a retaliação [...] a questão da retribuição da ofensa à vítima e da ruptura do pacto social, que são centrais no direito retributivo, são substituídas por uma lógica indenizatória.. O terceiro visava reparar o tecido social, ressocializar o criminoso para reinseri-lo no laço social.

Para evitar definir a pena pelo seu valor de punição, a lógica operacionalizada se baseia nos seguintes princípios: i) da exemplaridade, que inclui o modelo imaginarizado e produz o efeito da transgressão pela lógica da compensação, ou seja, quanto maior a pena, menor a violação; ii) da restituição, isto é, a pena como equivalente à perda de liberdade; e da reparação, isto é, reparar o dano recuperando o prejuízo causado no tecido social.

Nessa discursividade contextual regida por princípios morais utiliza-se o diagnóstico psicológico, na esfera coletiva, para várias funções, desde a de reduzir a pena por bom comportamento até constituir/destituir a identidade do sujeito como criminoso, como personalidade antissocial e ou psicopata, dependendo de sua periculosidade.

O diagnóstico psicológico realizado num campo psi jurídico é atravessado por noções médico-jurídicas que podem classificar, nomear e renomear o sujeito pelo seu ato como criminoso, delinquente, marginal ou reincidente. Essas denominações referenciam o sujeito dentro de uma discursividade provinciana que sustenta o discurso criminológico e não contribui para a resolução do acontecimento social no âmbito do poder jurídico.

Nesse caso, o objeto da criminologia é construído pelo julgamento de uma relação dialética entre o falso e o verdadeiro, e sua constituição não seria fundamentada na busca da verdade. Como disse Lacan, nos *Escritos* (1901-1981, p.12), “Por outro lado, não seria a busca

da verdade o que constitui o objeto da criminologia na ordem das coisas judiciárias, e também o que unifica suas duas faces: a verdade do crime em sua face policial, a verdade do criminoso em sua face antropológica?”.

O objeto da criminologia não seria a busca da verdade, ou seja, a unificação das verdades do crime e do criminoso, mas a busca da verdade fundamentada nos fatos indizíveis e inalcançáveis. A realidade sociológica do crime e da lei vai além da realidade da conduta; é construída pelos homens. Sendo assim, um ato pode ascender ou não à categoria de criminoso, dependendo da realização do julgamento moral que lhe é atribuído. Em seu artigo *Criminosos em consequência de um sentimento de culpa* (1974-1916), Freud *apud* Salum (p.156) “decifra a lógica edipiana do desejo de transgredir: o parricídio e o incesto, dois desejos universais” e “estabelece um diálogo com o direito através da chave da culpa”

[...] tais ações eram praticadas principalmente por serem proibidas e por sua execução acarretar para seu ator, um alívio mental. [...] Por mais paradoxal que isso possa parecer, devo sustentar que o sentimento de culpa se encontrava presente antes da ação má, não tendo surgido a partir dela, mas, inversamente – a iniquidade decorreu do sentimento de culpa. (375)

Para a psicanálise, a lógica do desejo de transgredir afeta a todos os sujeitos, uma cifra que nos constitui a partir da lógica edipiana, isto é, todos nós cometemos delitos, crimes, inclusive os primordiais. Nem todos os delitos cometidos são considerados delitos por nós e pelo nosso grupo social; o que escanda a diferença é o juízo moral, que nos coloca numa posição subjetiva de reconhecimento/desconhecimento na relação com o Outro, de nos afetarmos e de sermos afetados pelos nossos atos, buscando, no assentimento subjetivo, um modo de responsabilização.

Para Lacan, o sujeito deve responder pelo seu ato e não por suas intenções ou seus motivos, pois isso resultaria em colocar o sujeito numa condição de escravo da lei, apoiando o discurso penal e, conseqüentemente, a causalidade social falsa. Na mesma direção, Zaffaroni

debate a lógica da ressocialização como um produto do discurso penal:

[...] Sabemos que la ejecución penal no resocializa ni cumple ninguna de las funciones “re” que se la han inventado (“re” socialización, personalización, individuación, inserción, etc.), que todo eso es mentira y que pretender enseñarle a un hombre a vivir em sociedad mediante el encierro es, como dice Carlos Elbert, es algo tan absurdo como pretender entrenar a alguien para jugar fútbol dentro de un ascensor. [...] No hay cambio si utopia [...]. El día que el hombre renuncie a la utopia renuncia a su condición humana, a la dinámica social, cultural, a su esencia: sería la terrible imagen de una sociedad de seres iguales operando como un panal o un hormiguero. (ZAFFARONI, 1990 -1993, p.43)<sup>8</sup>.

No processo de ressocialização, aquilo que diz respeito ao aspecto da assertividade da execução penal, como algo que funciona porque reconstrói e transforma vidas, precisa ser questionado, pois os argumentos jurídicos são muitas vezes fundamentados em princípios contraditórios que criam a falsidade discursiva e os elementos ilusórios de funcionamento psicológico e jurídico. Sendo assim, como é possível ressocializar a vida dos jovens numa sociedade fechada, que oferta um sistema não-capitalista e outro princípio de realidade? Ainda outro aspecto é o da pena: Qual é a função da pena? Ressocializa? A pena como resultante do castigo tem sua função ligada à culpa e, conseqüentemente, à responsabilização do sujeito. Segundo Freud apud Moura (209, 126-7,139):

Freud estabeleceu o laço estreito entre o ato criminoso e o sentimento inconsciente de culpa. Suas raízes no assassinato do pai primordial e sua repetição no complexo edipiano não deixam dúvidas quanto à natureza estrutural da causalidade que está em jogo no crime. (p.126,7). [...] A questão do castigo é, entretanto, central para a perspectiva psicanalítica das relações do sujeito com a lei, com o desejo e com o gozo. Em seu

---

<sup>8</sup> Sabemos que a execução penal não re-socializa nem atende a qualquer das funções "re" que foram inventadas ("re" socialização, personalização, individualização, inclusão, etc.), que tudo isso é uma mentira e que pretender ensinar um homem a viver a sociedade, confinando-lo, como disse Carlos Elbert, é algo tão absurdo quanto tentar treinar alguém para jogar futebol em um elevador. [...] Não há mudança sem utopia [...]. O dia em que o homem renunciar à utopia renuncia à sua condição humana, à dinâmica social, cultural, em essência, seria a imagem terrível de uma sociedade de seres iguais operando como uma colméia ou um formigueiro. (tradução nossa)

esforço de tratar o gozo fora da lei, o psicanalista de orientação lacaniana é talvez a única voz que se levanta em defesa da função expiatória do castigo. Para Lacan o castigo é um recurso para que o sujeito possa advir como responsável. A responsabilidade pelo seu ato é humanizante, integrando o sujeito ao universo mórbido da falta, reinscrito no universal da castração, mesmo se ele dá uma interpretação privada do seu crime. (p.139).

O laço entre ato e culpa coloca em cena a relação edipiana de causalidade, que é demonstrável e que está em jogo no crime. Portanto, o castigo é um recurso que humaniza e reinscreve o sujeito na castração para que ele possa advir como responsável. Garcia (2009, p.11) afirma que a noção de responsabilidade subjetiva estaria fundada na ideia de culpa e reconhecimento por parte do culpado e questiona se haveria responsabilidade sem sujeito da culpa. E ainda, parafraseando o autor, reintegração, reabilitação, humanização são perspectivas que definiriam as finalidades do trabalho da justiça.

No que tange à operação da finalidade do trabalho da justiça, para Lacan (2003, p.127-129), “Somente o Estado, com a Lei positiva que sustenta, pode dar ao ato criminoso sua punição. O ato há de ser então submetido a um julgamento abstratamente fundado em critérios formais, nos quais se reflita a estrutura do poder estabelecido”.

Na tentativa de refletir a estrutura do poder estabelecido, segundo Salum (2009) os psicanalistas Alexander e Staub contribuíram com aquilo que seria finalidade do trabalho da justiça:

[...] um julgamento seria justo quando apreciase os exatos motivos do crime, julgando o delinquente, não o ato criminoso, extraindo um conhecimento do delinquente e de seus motivos. (164). Dentro desse projeto [...] o juiz do futuro seria educado psicanaliticamente e não seria somente aquele que castigaria. Ele levaria em consideração o criminoso pela categoria psicológica que lhe correspondesse e não pelos

parágrafos do código penal – suas decisões seriam baseadas a partir de um diagnóstico. (p.165) [...] As contribuições de Alexander e Staub eram baseadas na concepção do crime e do criminoso como uma patologia; o criminoso seria alguém que portava um defeito de socialização e o tratamento psicanalítico deveria constituir uma ressocialização. (p.165).

Contribuições como a de autores baseados concepção de crime e do criminoso como uma patologia moral e no tratamento psicanalítico como uma ressocialização, respondem à demanda do discurso criminológico e não sustentam uma posição discursiva psicanalítica que se fundamente na ideia de que é impossível governar, educar e curar.

Relembremos aqui as orientações freudianas segundo as quais o psicanalista não deveria exercer a função de perito, e, portanto, o diagnóstico psicológico não deveria ser um instrumento para operacionalizar a categoria psicológica como um conhecimento na cena jurídica.

O conhecimento da e na cena jurídica não pode ser produzido pelo diagnóstico psicológico, pois esse conhecimento é construído pela verdade criminológica. “A psicanálise produz conhecimento ao irrealizar o crime, ela não desumaniza o criminoso” (LACAN, 1901-1981, p.137). O autor ainda argumenta que o assentimento subjetivo da culpa é necessário à própria significação da punição (MOURA, 2009, p.130), pois assim instaura na cena social uma condição humanizante, uma forma de realismo, isto é, o sujeito é responsável, mas não culpabilizado, nem acusado do crime, o sujeito em questão não precede, é efeito de um ato.

Mas é porque a verdade que ela busca é a verdade de um sujeito, precisamente, que ela não pode fazer outra coisa senão manter a ideia da responsabilidade, sem a qual a experiência humana não comporta nenhum progresso. [...] A ação concreta da psicanálise é de benefício numa ordem rija. As significações que ela revela no sujeito

culpado não o excluem da comunidade humana. Ela possibilita um tratamento em que o sujeito não fica alienado em si mesmo. A responsabilidade por ela restaurada nele corresponde à esperança, que palpita em todo ser condenado, de se interagir num sentido vivido. (LACAN, 2003, p.131)

Nesse contexto, precisamos acreditar, parece-nos que é possível outra discursividade a partir de um realismo jurídico operado pela inclusão da responsabilidade e da verdade do sujeito como um modo de ressignificação. “A psicanálise do criminoso tem limites que são exatamente aqueles em que começa a ação policial, em cujo campo ela deve se recusar a entrar. Por isso, não há de ser exercida sem punição.” (LACAN, 2003, p.131). Diante desse paradoxo, podemos perguntar: Como “fazemos” o processo jurídico dos nossos jovens?

El resultado son episodios los que no quiero insistir, porque resultan truculentos [...] desde motines con decenas de muertos hasta accidentes con igual resultado, desde muertes por sorteo y elección mayoritaria hasta cualquier aberración que pueda imaginarse en los que hoy se han convertido en verdaderos campos de concentración de prisioneros. Desagraciadamente, la opinión pública latinoamericana está aplaudiendo Auschwitz, la tortura y la ejecución sin proceso. (ZAFFARONI, 1993, p.46)<sup>9</sup>

De acordo com Zaffaroni (1993), o processo jurídico de nossos jovens, ainda é realizado de modo utilitarista, apoiado numa moral individualista própria de uma sociedade disciplinar: acredita-se na lógica indenizatória, sendo a terapêutica o ressocializar.

Serge Cottet *apud* Moura (2009, p.139), em seu artigo intitulado *Criminologia lacaniana*, enfatiza a concepção lacaniana que não “descarta o despertar do criminoso”(p.2), ressaltando, a importância do assentimento subjetivo da culpa e da função de expiação do crime que tem a punição”.

---

<sup>9</sup> O resultado são episódios em que não quero insistir, porque seu resultado é horrível [...] desde rebeliões com dezenas de mortos até acidentes com o mesmo resultado, desde mortes por sorteio voto da maioria até qualquer aberração que se possa imaginar no que hoje se tornou verdadeiros campos de concentração de prisioneiros. lamentavelmente, a opinião pública latino-americana está aplaudindo Auschwitz, a tortura e execução sem julgamento. (Tradução nossa).

O processo jurídico no Brasil poderia ser reconfigurado para operacionalizar a relação dramática do sujeito no social como uma prática discursiva apoiada e fundamentada nos direitos humanos, com limitações próprias nos modos de discursividades que permitissem a construção do sujeito a partir do contexto social vivido e não idealizado, a partir de um discurso alternativo.

Producir em el ámbito académico um discurso alternativo es poco menos que generar el contra-poder jurídico dentro del próprio sistema penal. [...] Esto implica la posibilidad de generar nuevos y diferentes sujetos cognoscentes, capaces de transformar la realidad ejerciendo el poder conforme al nuevo discurso. [...] La única forma de introducir discursos alternativos y abrir los discursos provincianos o agencia les a niveles de realismo es la quiebra de los compartimientos que separan a las agencias, em forma de introducir el diálogo abierto, no sólo a nivel de cúpulas, sino a nivel de la totalidad de sus integrantes. (ZAFFARONI, 1993, p.50)<sup>10</sup>

Diante do exposto, cabe-nos acreditar que é possível incluir outra dimensão no campo jurídico e superar uma discursividade provinciana, criando a possibilidade de introduzir os discursos alternativos como modos de operar a diferença fundamental na constituição do sujeito psíquico, produzindo efeitos no laço social.

## ***2.2 Do ato ao auto: um ato discursivo que atravessa o diagnóstico psicológico na constituição da cena social e na construção da cena jurídica***

O diagnóstico psicológico como um ato discursivo articula entrelaçamentos que fundam um acontecimento, participando da construção do auto na cena jurídica, e se constitui e se repetem na cena social. A cena social constitui-se do ato de representação dos ideais societários registrados na lei e nas regras de funcionamento dos atores sociais, delimitando as ações do sujeito nas relações sociais.

Na cena social opera-se uma cena ficcional do diagnóstico psicológico, construída por

---

<sup>10</sup> Produzir no âmbito académico um discurso alternativo é pouco menos do que gerar o contra-poder jurídico dentro do próprio sistema penal. [...] Isto implica a possibilidade de gerar novos e diferentes sujeitos cognoscentes, capazes de transformar a realidade exercendo o poder sob o novo discurso. [...] A única maneira de introduzir discursos alternativos e abrir os discursos provincianos ou agência-los a níveis de realismo é a quebra dos compartimentos que separam as agências, de forma a introduzir a céu aberto, não só ao nível das cúpulas, mas ao da totalidade de seus integrantes.(tradução nossa).

uma demanda institucional, isto é, da família, da escola, dos profissionais, dos outros sociais, para responder ao enigma do que falha, do que desobedece a ordem, do que “manca” na representação dos ideais do sujeito. A não-correspondência aos ideais da sociedade pela falha, pela desordem ou pelo desvio convoca um impasse em relação ao papel da Instituição e à posição de sujeito desejante.

Os papéis institucionais e a posição de sujeito desejante interferem em seu responder a demanda do social constituída no sistema capitalista, pois o que esse sujeito tem guiará o que ele é, numa lógica que opera, numa dimensão econômico-política baseada na vantagem/desvantagem da construção política do sujeito no social.

A cena jurídica, numa dimensão econômica, política e social, funda e opera um corpo político que utiliza a lógica de inclusão, exclusão e segregação sociais, baseada no discurso criminológico, especificamente na cena do crime, pois se representa por ser aquela que inclui a castração, mas a operação se dá pela imposição da lei através da construção do sujeito. Nas palavras de Miranda Júnior (2009, p.19):

O judiciário é palco de histórias e cenas familiares. Ali o sofrimento que, psicanaliticamente, advém do mal-estar inerente à cultura, encontra uma forma particular de se expressar e de demandar alívio. Mas não é um palco passivo, pois na verdade, fornece uma linguagem, um discurso, que também ajuda a constituir essa família.

A cena do crime, instituída na cena jurídica pelo discurso criminológico, fornece um discurso que constitui essa família, sendo o judiciário o palco dessas histórias e o julgamento da cena do crime, num ritual do teatro social, trazendo à baila um bem-dizer como um produto da manutenção da ordem social que pode produzir um efeito de honra e/ou de identidade promovendo a “justiça”, isto é, a igualdade dos fatos e dos indivíduos, como um modo de reparar a dignidade dos sujeitos, e não como um indizível do acontecimento social. Para Baulandier, (1982):

A manutenção da ordem depende da manutenção e reprodução de dramatizações que sustentam hierarquias, valores e crenças. O poder não consegue se manter somente pelo domínio brutal ou pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva “pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial (p.7). A manutenção da sociedade não depende

somente da coerção de forças legitimadas, mas também do conjunto de transfigurações de que é, ao mesmo tempo, o objeto e a realizadora. (p.21).

A manutenção da ordem na cena jurídica depende do conjunto de transfigurações que, pela reprodução das dramatizações, sustentam hierarquias, valores e crenças. Constituem-se como partícipes dessa cena o criminoso e a vítima, e como coadjuvantes Estado, juiz, promotor, polícia, médicos, psicólogos, assistentes sociais e instituições.

No que concerne historicamente a psicologia, segundo Miranda Júnior (2009, p.14), “a primeira demanda que se faz à psicologia em nome da justiça ocorreu no campo do exame e da psicopatologia. A ciência médica desde cedo foi chamada a se posicionar sobre questões de direito por meio de atividade de exame. Conforme Foucault (1993) *apud* Miranda Júnior (2009, p.14), “a psiquiatria, desde suas origens, encontra-se justamente nesses interstícios discursivos do saber que articulam subjetividade, direito, moral e poder”.

Os psicólogos, nesse mesmo esteio, eram chamados a fornecer um parecer pericial no qual, pelo uso “neutro” dos instrumentos e técnicas de avaliação psicológica, emitiam um laudo em que informavam à instituição judiciária, via seus representantes, um mapa subjetivo do sujeito diagnosticado. O objetivo era melhor instruir a instituição para uma tomada de decisão supostamente fundamentada e, portanto, mais justa. Os profissionais que executavam esse tipo de trabalho geralmente realizavam a avaliação a partir da ideia de uma subjetividade individual descontextualizada e objetivada, em outros termos, reificada.

Nesse sentido, podemos dizer que nas primeiras décadas do século XX, a ciência psicológica serviu como uma das técnicas do exame. Um exemplo dessa visão centrada na psicopatologia e na criminologia pode ser encontrado no livro *Manual de Psicologia Jurídica*, Mira Y López (1945), cuja primeira edição é 1936.

Na promoção da justiça, os profissionais da ciência psicológica são convocados, até hoje, a participarem como assistentes técnicos que devem aguardar o laudo do perito oficial e/ou como peritos no assunto. Ortiz (1986, p.3) defende a perícia psicológica:

Consegue-se em verdade pode chegar a bom termo os estudos psicológicos visando à perícia, a partir da análise dos diferentes elementos disponíveis para o exame da situação, aos quais o perito tem acesso. [...] Forma-se uma perspectiva abrangente e nítida da situação e podendo-se mesmo distinguir, em detalhes, toda a dinâmica familiar,

quando se utilizam os dados processuais (onde serão privilegiados os laudos de áreas afins da psicologia), o estudo pormenorizado das entrevistas (tanto em relação ao que se pode extrair delas como dados objetivos ou subjetivos), os fatos constatados nas anamneses e o próprio comportamento expresso pelos analisados na fase de coleta de dados. De fato, a síntese dos elementos disponíveis para análise, ao serem confrontados com os dados aflorados nos psicodiagnósticos, permite estabelecer um *Diagnóstico Situacional*, assunto ainda não abordado na psicologia, pelo menos nessa concepção explicitada aqui. Entretanto, diferentes autores, entre os quais Landry (1981) e Foucault (1983), alertam que o prévio conhecimento do processo judicial poderá contaminar as conclusões do perito.

A perícia psicológica coloca-nos diante do impasse de examinar a situação, construindo um diagnóstico situacional ancorado nos elementos disponíveis para o exame psicológico a partir das provas jurídicas e da história, mas não diagnostica o acontecimento nas tramas sociais, ou seja, aquilo que está entrelaçado e irrompe, faz-nos surpreender e aparece na relação com o Outro.

O diagnóstico psicológico, como um ato *do e no* acontecimento inserido na cena social não traz um saber *a priori*, sobre o sujeito, somente *a posteriori*, pois sobre o sujeito somente algo pode ser dito. Na constituição do diagnóstico psicológico como um ato, diz Lacan, no *Seminário 15, O Ato psicanalítico* (1967-1968), que sobre o ato só se sabe *a posteriori*, a certeza antecipada que se inclui no ato, é a resposta do inconsciente ao mais radical fora de sentido e por isso não pode ser dizível.

O dizer e o indizível sobre o sujeito constituem a discursividade que é operacionalizada pelos diversos campos do saber: médico, jurídico, psicológico, psicanalítico e produzem efeitos na construção do laço social.

No que concerne especificamente à discursividade no campo e na função psicanalítica, concordamos com Landry e Foucault em que “o prévio conhecimento do processo judicial poderá *contaminar* as conclusões do perito”, levando em consideração que não há neutralidade. E ainda, lembramos a posição ética operada pela advertência de Freud de que essas informações ou

verdades não poderiam ser usadas para fins da justiça, ou seja, ele não recomenda ao psicanalista a função de perito (MOURA, 2009, p.126-127).

O psicólogo e/ou psicanalista no exercício da função de perito muitas vezes submetem os adolescentes a exames, avaliações, psicodiagnósticos e até diagnósticos psicológicos que operacionalizam categorias políticas de inclusão, exclusão e segregação, pois não levam em consideração nem o contexto de produção do instrumento e nem o do sujeito. Para Cruz (2004) e Miranda Junior (2009):

[...] Como já poderíamos supor, a psicologia apresentava-se como um dos instrumentos capazes de determinar as causas do desvio do menor [itálico nosso]. Desta forma, o exame psicológico procurava investigar o nível intelectual da criança e a existência, ou não, de distúrbios psíquicos. Oliveira (2001) esclarece que não há indícios referentes aos meios utilizados para tais diagnósticos. [...] De acordo com as finalidades do Juizado de Menores de observar, conhecer, estudar e classificar a criança, o Laboratório de Biologia Infantil lança mão de dois assuntos de caráter psicológico: a psicotécnica e o estudo da personalidade da criança. Assim, a “investigação dos interesses e do senso ético de crianças e jovens seria feita mediante o uso de testes, objetivando não só classificar, mas resgatar o desviante, enquadrando-o à normatividade dos registros da mão-de-obra infanto juvenil” (Oliveira, 2001, p.240). Desta forma, os saberes científicos, especificamente o pensamento psicológico, legitimou atitudes de exclusão e desqualificação de crianças e jovens pobres e delinquentes, uma vez que fez (ou ainda faz) recair a terapêutica sobre o indivíduo desviante, esvaziando discussões quanto aos aspectos sociais que compõe o “desvio”. (CRUZ, p. 82)

[...] Esse tipo de avaliação psicológica continua a ser realizado hoje, geralmente com procedimentos aperfeiçoados e com postura mais crítica. É esse trabalho pericial (ou de exame) avaliação que responde mais diretamente à demanda própria da instituição jurídica, pois está a serviço da produção de uma verdade que auxilie a tomada de uma decisão judicial. (MIRANDA JÚNIOR, 2009, p.14)

O contexto de produção do instrumento, neste caso, do teste psicológico, opera o efeito de sujeito, supondo-se como ele foi construído nas tramas sociais, delimitando sua composição, e através da avaliação, o pensamento psicológico pode partilhar de uma política de exclusão e desqualificação de crianças e jovens, pobres e delinquentes pelo discurso do desvio e da terapêutica individual, para atender à demanda e auxiliar na tomada de decisão judicial.

Concordamos com Cruz e Miranda Júnior em que o trabalho do psicólogo não é pericial,

devendo se pautar pela escuta da singularidade e, lembrando as observações de Freud (1906) sobre os limites da aplicação do método psicanalítico aos objetivos judiciais, questionamos: Quais seriam os limites do método psicológico?

Outro efeito axiomático produzido refere-se à classificação, ordenação, organização dos grupos pelo efeito de renomear esses jovens a partir da proposição de que são adolescentes em conflito com a lei, fundando um novo grupo, a partir da operação de categorização do conflito social como psíquico, na tentativa de operacionalizar o exame psicológico e delimitar o conflito como patológico no acontecimento social.

Faz-se necessário pensar em que contexto foi produzida tal proposição, pois o conflito social entre o adolescente e a lei é característico da adolescência; já o conflito psíquico é constitutivo, natural e inerente à vida do ser humano, ou seja, inclui os adolescentes, e isto sob diversas perspectivas: a do desejo e a lei das diferentes instâncias, as das pulsões e a do conflito edipiano, dentre outras. O conflito manifestado no palco do social é revelador do sofrimento psíquico desses jovens que escolhem o campo do social para referendar esse apelo.

Em seu texto *Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação Preliminar (1895)*, Freud trata do conflito como uma não-aceitação interna dos desejos oriundos do id e também como se opondo à estimulação externa recebida de um objeto, em função de seus valores do ideal de ego. O conflito pode exprimir-se de forma deformada no material manifesto do sonho ou do sintoma, traduzindo-se por desordens no comportamento e perturbações do caráter. É o conflito que produz o afeto como algo desagradável no campo consciente, e o quantum de afeto como algo desagradável no campo inconsciente.

O conflito psíquico interpretado pelo diagnóstico psicológico, como um modo discursivo que produz laços nas relações sociais, pode operar na cena jurídica uma política de exclusão do sujeito na cena social e fixá-lo numa condição de delinquente, marginal e de reincidente.

Nesse contexto especificamente jurídico, a Instituição CREAS é palco da incidência e ou reincidência que, no campo do social, delimita-se pela quantificação e qualificação do ato. Para a Instituição, o significado da reincidência está associado à qualificação do ato como repetitivo e, para os adolescentes, pela quantificação do ato de internação, ou seja, pelo número de vezes que

são internados na Fundação Casa.

A reincidência, no campo social, caracteriza-se pela repetição do ato fora da lei qualificado como criminoso, ou seja, o ato funda o crime, opera o criminoso que é tomado como sujeito na cena social. O ato captura, situa e qualifica o sujeito que, interpretado na sua dimensão moral, designa os atores e os seus lugares.

No sentido psicanalítico, reincidir não equivale a repetir o ato, isto é, irrompe uma força pelo reaparecimento dos significantes na relação com o outro, movimenta o sujeito e constitui o ato; circuita, não cessa de se inscrever e produz os laços sociais. De acordo com Feldstein *apud* Brousse (1997, p. 123; 125;128):

A pulsão é o resultado da operação do significante sobre a necessidade, o que produz um resto. Algo escapa que é o desejo. A pulsão é definida por Lacan como o resultado do funcionamento do significante, isto é, da demanda: a demanda do Outro. (p.123) [...] a pulsão resulta desse processo: a necessidade é barrada pela demanda do Outro. (p.125) [...] Não existe pulsão sem demanda do Outro. E quando se introduz a demanda do Outro, introduz-se o Outro como combinatória de significantes. Introduce-se também o princípio do sacrifício do gozo, introduz-se deste modo o desejo, porque o desejo se origina não do que se tem, mas daquilo que falta, a pulsão nunca é senão uma pulsão parcial, uma pulsão de morte. [...] a pulsão é um aparato pelo qual se traz a sexualidade, como real, para o campo do imaginário e do simbólico. (p.128)

A pulsão é a operação do significante sobre a necessidade, isto é, da demanda sobre a necessidade, mas a demanda do Outro como combinatória de significantes que age sobre a necessidade e introduz o princípio do sacrifício, e deste modo, o desejo. Freud, no texto *O estranho* (1919), trata da repetição como característica da pulsão, mas somente em *Além do princípio do prazer* (1920), o autor conceitua:

[...] uma força não domada e que persiste como fundo não ordenado de todo o ser vivo. Uma pulsão é um impulso inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças

perturbadoras externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade orgânica, ou para dizer de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica. (p.47).

A repetição caracteriza o objeto pulsional, mas é o intervalo que vai garantir a repetição do significante, sendo o seu limite e sua causa, e a pulsão tende então, a um retorno a um estado anterior, o que foi apontado no texto sobre o estranho, quando ele coloca que tudo o que é da compulsão à repetição é percebido como estranho, e o que se repete é o estranho mais familiar, aquilo que de tão íntimo é tão êxtimo<sup>11</sup>.

O ser vivo representado *no e pelo* corpo é marcado pela relação com o objeto pulsional que não cessa de girar em torno do buraco para se inscrever como significante, produz uma função lógica, um entorno, um contorno, um fracasso e repete para escapar da falta e do desamparo. Sobre o objeto *a*<sup>12</sup> Miller (1995, p.19) ressalta:

O objeto *a* não é uma substância, [...] é uma diferença, é uma função lógica que designa uma elisão, uma perda, um fracasso. É essa função que sustenta o movimento pulsional. É essa função que sustenta o movimento pulsional. Com estes elementos, pode-se compreender melhor a repetição, definida por Lacan, como repetição de um fracasso, como encontro faltoso. Freud indica esse fracasso no "[Além do princípio do prazer](#)" (1920) como a diferença de quantidade entre a satisfação exigida e a satisfação realmente conseguida e que essa diferença é o fator impulsionador. Essa diferença de quantidade (diferença de gozo) é o que opera, impulsiona, na medida em que é extraída como uma certa perda.

O objeto pulsional é uma diferença, uma função lógica que produz um fracasso, ou seja, repete o ato na tentativa de encontrar o objeto perdido para dar sentido ao acontecimento. Na busca do objeto perdido, “fica na correria” em busca da Coisa proibida que não pode ser nomeada e nem reencontrada, a não ser pelo gozo. Antunes (2002, p.26), aponta que, no *Seminário 7, a Ética da Psicanálise* de Lacan:

O tema do objeto perdido retorna sob a noção de *das Ding*. *Das Ding* é o objeto que

<sup>1</sup> <sup>1</sup> Êxtimo: a exterioridade interna deve sustentar um lugar de não saber, ou seja, vazio de saber, e por isso mesmo operante (LACAN, 1959-1960/1998).

<sup>1</sup> <sup>2</sup> Objeto *a*: “uma invenção lacaniana, objeto sem representação concreta no mundo do sujeito, seja como miragem de um objeto supostamente perdido e, portanto, permanentemente desejado, seja como objeto que proporciona um modo de gozar.” Campo Psicanalítico (2009).

orienta uma busca por algo que não pode ser reencontrado. Sob a égide do Édipo, Lacan propõe que a função da *das Ding*, articula-se à Lei da proibição do incesto. *Das Ding* é o objeto proibido - representado pela mãe - que deve ser mantido à distância, ausente para que o desejo se constitua (LACAN, 1991, p.86-87). Temos como consequência dessa concepção do objeto perdido, articulado à Lei do Édipo, para a noção de gozo que: o gozo é impossível para o sujeito desejante. Aceder a esse gozo, forçar o acesso à Coisa, coloca o sujeito na via da transgressão. O extremo do prazer, o gozo, é definido neste Seminário, como dor, para além do princípio do prazer. .

Na via da transgressão, por forçar o acesso à Coisa, o que é da ordem do impossível não cessa de se inscrever como gozo no extremo do prazer, tem o efeito de operacionalizar a dor para além do princípio do prazer, e se diferencia dos objetos de satisfação que se satisfazem no circuito pulsional, no contorno do objeto a:

Na medida em que o que se apresenta a ele só coincide parcialmente com aquilo que proporcionou satisfação, o sujeito se põe em busca e repete indefinidamente sua procura até reencontrar o objeto. O objeto se encontra e se estrutura pela *repetição*, só que nunca é o mesmo objeto que o sujeito encontra. (LACAN, 1992, p. 131-132).

A lógica da coincidência com a satisfação produz o engodo do encontro com o objeto perdido que estrutura a repetição, mas nunca é o objeto perdido, pois a pulsão é sempre um objeto parcial. Devido a isso repete-se, na tentativa de encontrar o objeto, ou melhor, segundo Miller (1995, p.18), semblantes do objeto. Nesse circuito de movimentos repetitivos, opera uma subtração, escande uma diferença entre a satisfação que se busca e a que se alcança, é sempre semblante de objeto. O autor critica a expressão “semblante do objeto”, pois o objeto não é substância, é um semblante:

Como o objeto a não é uma substância, o que nós temos como objeto são sempre semblantes. [...] No encontro com o objeto de satisfação, abre-se uma falha, uma diferença. Essa é recuperada pela via da construção fantasmática, encarnada num objeto parcial. A fantasia fundamental seria a identificação do falante à posição de objeto parcial do gozo do Outro, o que Freud denomina de pulsões parciais (LACAN, 1990, p.175).

A pulsão parcial é uma diferença que é recuperada pela via da fantasia como objeto

parcial do gozo do Outro, que pela suplência corporifica em objeto e fixa a diferença circunscrevendo ao campo sexual. No *Seminário 20, Mais, ainda* (1972-1973), Lacan nos ensina:

A suplência é a estratégia encontrada pelo sujeito para dar corpo, fixar essa diferença que escapa. Identificando a um objeto parcial, ele encarna essa diferença a mais que, acrescentada ao Outro, o faria gozar. Neste Seminário o Outro é redefinido, como o outro sexo, o parceiro, que é enlaçado pelo sistema do sujeito. Aqui o objeto é sustentado pelo axioma não há relação sexual, pois o objeto da pulsão é vazio e a relação sexual só seria possível pela mediação, pela criação das suplências que aparelham o gozo e enlaçam o outro numa relação, a função do sintoma (1985, p.81)

Na sustentação do objeto pulsional pelo axioma não há relação sexual e esta leva em consideração o vazio como constituinte do objeto, e não o encontro ou a relação com o sexual. A função do sintoma cria suplência que aparelha o gozo e enlaça o outro numa relação de se fazer. Para Lacan no *Seminário 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1963-1964):

Há uma articulação entre pulsões parciais em Freud e a formulação da fantasia: o autor assinala que as pulsões parciais residem na voz reflexiva do verbo se fazer: ver, cagar, etc., indica o gozo pulsional do sujeito na posição de objeto do Outro. A fixação do objeto pulsional é a fantasia fundamental, é a identificação do sujeito na posição do objeto *a* (1990, p.184).

Nessa montagem e desmontagem do circuito pulsional se dá a construção fantasmática operacionalizada pela fantasia fundamental. Nessa relação de se fazer objeto do Outro, o sujeito goza e na fantasia se identifica com a posição de objeto causa de desejo do Outro, num entrelaçamento sintomático.

Em 1964, no *Seminário 11*, ao abordar a questão da repetição, Lacan recorre a Aristóteles, na questão da causalidade, retomada, a partir da análise aristotélica da noção de causa accidental, que ele divide em dois tipos: tiquê e autômaton. O autor entende o autômaton como sendo a rede de significantes e a tiquê, como o encontro do real como encontro faltoso, num para além do jogo dos signos e de seu retorno, da fantasia e daquilo que é regulado pelo princípio do prazer.

No que se refere à tiquê, o real não é o que retorna; o que retorna são os signos que se

repetem como falta. O real não é a realidade na medida em que entendemos por essa última os objetos do mundo, mas é o que confere realidade ao mundo enquanto realidade psíquica. O real é o que se repete e, nessa repetição, funda o próprio mundo enquanto realidade psíquica, a partir de dois registros – simbólico e real –, e duas tendências na repetição – restitutiva e repetitiva.

Lacan distingue então, dessa forma, o que há na repetição de retorno, insistência dos signos, pelos quais somos comandados pelo princípio do prazer (autômaton) e o que há de inassimilável, de encontro enquanto essencialmente faltoso (tiquê). Assim podemos entender em relação à repetição: “não há como confundir a repetição nem com o retorno dos signos, nem com a reprodução, ou a modulação pela conduta de uma espécie de rememoração agida.” (LACAN, 1964, p.55) .

A repetição está na dimensão dos significantes. Diz Lacan (1964, p.59), “o que se repete, com efeito, é sempre algo que se produz por acaso”, pela identificação da repetição com a transferência. Deve-se trabalhar o tropeço na declaração do sujeito onde há o fígamento a todo instante, ou seja, a função da tiquê, do real enquanto encontro sempre faltoso. Podemos nos perguntar: De que se trata o encontro faltoso desses adolescentes?

No *Seminário 10, Da angústia* (1962-1963), Lacan diz que o *Heim*, esse íntimo, esse ponto que é *Unheim*, dentro da experiência humana é a casa do homem, esse lugar que se situa dentro do Outro e que representa a ausência onde nós somos, o vazio, o buraco, o fim da cadeia significante, a falta de significante do Outro. Esse ponto nos revela a presença em outro lugar, aquilo que não é especularizável, a causa. Como causa, é o que insiste, é o que pulsa como resto, é o encontro sempre faltoso que funda o ato de incidir novamente como um modo de reencontrar e capturar o objeto pulsional.

Em *Repetir, recordar e elaborar* (1914, 1974), Freud nos ensina que o paciente repete em ato. Podemos pensar que os atos não se reduzem a um simples fazer, têm sempre uma parte de estrutura e operam uma modificação de posição, no que diz respeito a uma certeza do sujeito confrontado a uma particularidade real, instaurando uma diferença e determinando uma particularidade.

Diante do exposto, podemos pensar que a repetição é a representante do objeto pulsional,

que é sempre parcial e se apresenta pela irrupção de significantes que buscam se inscrever na dimensão simbólica, produzindo um circuito pulsional que opera a fantasia fundamental nessa relação com o desejo do Outro e constitui um entrelaçamento discursivo sintomático, isto é, o sintoma no social.

### ***2.3 Dos Discursos de Criminalização aos de Patologização: entrelaçamentos discursivos atravessado pela CID- 10 na construção política do suposto sujeito***

Neste capítulo cabe discutir como os discursos criminológicos se transformam em patológicos pela política utilitária do diagnóstico psicológico, objetivando nomear o mal-estar e patologizando a experiência individual.

Na construção política do sujeito, os modos de discursividade entrelaçados constituem os diferentes sujeitos e, no âmbito específico do judiciário, o discurso-médico jurídico pode operacionalizar a criminalização e/ou patologização dos adolescentes autores de ato infracional. Segundo Rosa e Vicentin (2009, p. 109):

Nota-se que o debate tem-se instalado com ênfase aos discursos do âmbito judicial aliados aos discursos médico psiquiátricos, que podem criminalizar e/ou patologizar os adolescentes autores de ato infracional, preocupados que estão em responder a uma demanda de ordem e segurança da população. Tais discursos têm focalizado o reaparecimento das figuras da periculosidade e da irrecuperabilidade, implícitas em diagnósticos como o de transtorno de personalidade antissocial, ou no prolongamento da internação e/ou internação em estabelecimentos especializados de saúde, como via de gestão do ato infracional na infância e adolescência.

A fim de operar a lógica da correspondência com a demanda de ordem e segurança, o discurso jurídico cria figuras de exclusão representadas na categorização do sujeito pela periculosidade e pela irrecuperabilidade. Já no campo médico, as noções médico-jurídicas contidas na Classificação Estatística Interna de Doenças e Problemas relacionadas com a Saúde –

CID-10 transformam-se num código internacional das doenças, que está disponível *on line*, com informações gerais sobre as doenças que poderão ser interpretadas como saberes totalizantes, *ticket* de mau-ofício, malefício sobre o sujeito.

Os transtornos mentais e comportamentais na CID-10 englobam demências, esquizofrenia, tiques, transtornos de conduta e/ou da personalidade antissocial. O padrão comportamental do indivíduo com transtorno de conduta se caracteriza por: conduta agressiva que causa ameaça ou danos a outras pessoas e ou animais; conduta não-agressiva, que causa perdas ou danos a propriedades; defraudação e/ou furto e violações habituais de regras. O diagnóstico deve ser alterado para transtorno da personalidade antissocial, caso haja persistência e padrão repetitivo dos sintomas básicos. Mas como diagnosticar o sujeito levando em consideração tais características como categoria de condutas anormais/normais? Transtorno psiquiátrico ou transtorno moral? De que categoria e ou transtorno se trata?

Inspiradas nos conceitos de normalidade/anormalidade, os transtornos são operacionalizados pela política do capital que utiliza as novas tecnologias do eu, confirmando um destino que se transmite por gerações, pois leva à seriação para classificar o sujeito e produzir a delinquência no campo da psicopatologia.

Nessa seriação dos comportamentos são construídas as categorias patológicas nos indivíduos, derivando-se das noções médico-jurídicas de desviante, periculosidade e reincidente. Essas categorias são interpretadas a partir do contexto de normalidade definido por médicos e levadas a efeito pelo sistema capitalista, no que diz respeito ao estabelecimento da norma que controla e classifica o indivíduo na saúde e ou na doença.

A classificação do sujeito em saudável e/ou doente é atravessada por uma condição de transitoriedade, fixação e retorno. Na transitoriedade, apresenta um estado do sujeito que será modificado, na saúde ou na doença. Já na fixação, há uma cristalização do estado; o sujeito permanece numa posição ou em outra, e nessa fixação das posições produz o retorno da classificação, que é renomeado como reincidência do ato.

Essas noções são produzidas nessa reconstituição das séries e se remetem a efeitos de poder histórico-político de domínio para desqualificar o sujeito, utilizando as categorias como

derivações para identificá-lo e proceder à soberania arbitrária. Nas palavras de Rosa e Vicentin (2010, p.66):

É o próprio percurso institucional, portanto, que dá forma e nome ao objeto socialmente perigoso e tudo que não está apto a ser sujeito a tratamento ou reabilitação, o que se apresenta como ingovernável e intratável é, por essa razão perigoso. Não estamos frente à mesma noção de periculosidade forjada no século XIX, a do “atributo intrínseco de um sujeito em si mesmo”, mas, mais perto do perigo como “incontrolabilidade”, como o que escapa à gestão institucional.

O que escapa à gestão institucional é o real<sup>13</sup>, que deveria ser sustentado na ordem do indizível, e não como dizível: perigoso, pois ingovernável e intratável. Para tornar o real dizível para atender a essa demanda de saber - dando nomes e classificando, operando uma política de discriminação, rotulando a ação para classificar com a finalidade de controlar homogeneamente -, o indivíduo passa a ser representado por um código: uma letra e três números que produzem signos e significados, como no caso dos transtornos de conduta e/ou da personalidade antissocial.

Cabe ainda discutir o apelo ao profissional para responder a demanda, mas, no entanto, a resposta a essa demanda deveria sustentar a posição do saber nos diversos campos: médico, psicológico e psicanalítico. Podemos nos questionar: Que campo é esse que a patologia funda e as instituições conservam na modernidade? Do que se institui e do que se trata na modernidade?

A despolitização de um instrumento científico, como o diagnóstico psicológico, instaura o campo do intratável na tentativa de nomear o real, desresponsabilizando o profissional dos limites de sua prática e responsabilizando o sujeito por todas as mazelas da humanidade. Os pressupostos teóricos e ideológicos, o modo de operacionalizar as noções e os conceitos, e a desconsideração do contexto que são realizados estão imbricados no uso que se faz dos diagnósticos. Segundo Rosa e Vicentin (2010, p.112):

A desconsideração do contexto em que os diagnósticos são realizados, especialmente quando há institucionalização e atravessamentos pelos discursos e instituições jurídicas. Grande parte dos diagnósticos realizados nos jovens em conflito com a lei ocorre em

<sup>13</sup> Real: é o que escapa ao Simbólico. Lacan conceberá o Real como sendo da ordem do Impossível, o que escapa ao Simbólico. O Real será atrelado ao aforismo não há relação sexual. Ter-se-á o impossível da relação sexual, isto é, a impossibilidade de sua inscrição no Simbólico. (LACAN *apud* CHAVES, W.C. *Psicol. estud.* vol.14 no.1 Maringá Jan./Mar. 2009, p.4).

contexto jurídico, de acusação criminal ou em situações de institucionalizações em situação precária. A situação de institucionalização e todos os estudos referentes a ela também têm sido desprezada como elemento constitutivo de um modo de apresentação do jovem diante dos peritos responsáveis pelo diagnóstico. Quando declaramos importante estar atento ao tipo de clientela e suas condições sociais, seu tipo de demanda, não é porque haveria uma psicologia para cada condição social. Mas há interferências evidentes que dizem respeito à forma de relação que cada classe social tem com os representantes da saúde, a priorização de seus objetivos e a forma de expressar suas demandas de ajuda, para as quais nem sempre o psicólogo está apto à escuta. A questão que se coloca não diz respeito à elaboração de novas teorias, mas à maior necessidade de o psicólogo qualificar-se para detectar as sutis malhas da dominação e não confundir seus efeitos com o próprio do sujeito. (Rosa, 2004, p.34).

Na situação de institucionalização há interferências das classes sociais no modo de expressar a demanda de ajuda para os representantes da saúde, o que, no momento do diagnóstico, não pode ser desprezado pelo psicólogo, pois colocaria o sujeito numa condição de *vulnerabilidade psicopolítica*, ou seja, em condições de riscos psicológicos e políticos como humilhação, exclusão e/ou segregação operacionalizada pela diferença das classes sociais.

O psicólogo, como um sujeito que também pertence a uma classe no social, tende a interpretar o acontecimento segundo o grupo social ao qual pertence. Faz-se necessário que o psicólogo, no momento do diagnóstico, esteja qualificado a distinguir *do* e *no* contexto do sujeito, o que é da ordenação do poder, isto é, as malhas da dominação e do saber, como efeito do próprio sujeito.

Esse processo de despolarização do diagnóstico pode torná-lo um instrumento de patologização, produzindo efeitos do processo de psiquiatrização, compreendido por Rosa e Vicentin (2010, p.62) como “a predominância dos saberes e fazeres *psi* na gestão das problematizações e dos conflitos que setores da juventude vêm colocando no campo social”.

### **3 A (DES)CONSTRUÇÃO PSICANALÍTICA DAS FORMULAÇÕES SOBRE O PATOLÓGICO E O NORMAL**

#### ***3.1 A normalização como efeito da psicopatologização na produção sociopolítica da vida cotidiana do sujeito***

Este capítulo visa discutir a normalização como um efeito psicopatológico da produção sociopolítica na vida cotidiana. A normalização, como um processo, constitui-se de elementos discursivos que buscam organizar e regular a história, ou seja, o modo como as pessoas vivem, produzem enunciações e enunciados que homogeneizam e definem os indivíduos pela norma.

Os indivíduos são definidos pela norma, e essa define o comportamento normal ancorada nos saberes e fazeres *psi* na gestão das problematizações e dos conflitos do sujeito no campo social. Para Safatle há uma distinção entre normal e patológico:

No entanto, não se trata com isso de simplesmente negar a distinção entre normal e patológico. Podemos dizer que, no caso de Freud, temos uma diferença qualitativa fundamental entre normal e patológico. Se é verdade que o patológico permite a visibilidade de processos e conflitos presentes no comportamento normal, é porque o patológico transforma em motivo de quebra aquilo que o comportamento normal é capaz de suportar sem cindir-se e dissociar-se. (SAFATLE, V. , 2009, p. 357-358).

A escansão da diferença qualitativa fundamental entre as formulações é que o processo normal se distingue do anormal pela mobilidade, ou seja, a normalidade é móvel, é dinâmica, é capaz de suportar as modificações articulando-as no modo de viver. Já o patológico é fixo e produz o efeito de alteração na tonicidade do acontecimento. Como bem disse Espinosa (2000) no exemplo do cego, pois aquele que não vê é cego, mas não é anormal, não ver é um elemento constitutivo da normalidade desse sujeito. A formulação de Espinosa para pensar o normal e o patológico foi utilizada por Lacan na tecitura das considerações sobre a psicose:

[...] a psicose não é o desregramento pontual e extrínseco de uma personalidade normal; ela deve ser concebida como o desenvolvimento lógico de uma essência produzida numa história. É, pois, inútil opor termo a termo as afecções normais e as afecções patológicas, já que na essência que as explica é que elas encontram o princípio de sua discordância:

trata-se de comparar as lógicas em vez de opor atos separados LACAN *apud* OGILVIE, 1988, p.82).

Em outras palavras, é ainda a uma atividade do sujeito que é referida à estrutura patológica, e não a uma diferença experimentada, passiva, simples efeito cujas causas se encontrariam num outro nível de determinação (orgânica, por exemplo, ou social). (ESPINOSA *apud* OGILVIE, 1988, p.68;70).

As considerações do autor sobre a psicose permitem-nos pensar a partir da formulação do desenvolvimento lógico de uma essência produzida numa história. Sendo assim, as afecções normais e patológicas distinguem-se pelo princípio da discordância da lógica e não dos termos, e o que é referido à estrutura patológica é uma atividade do sujeito.

Em *Sobre psicopatologia da vida cotidiana* (1901), Freud já atribuía pouca importância à classificação das doenças, em contrapartida à preocupação em reduzir os limites que separam a “norma e a normalidade”. Trata da atividade psíquica do inconsciente “normal”, para todo ser humano, isto é, os mecanismos que envolvem a formação da vida psíquica: sonhos, sintomas, atos falhos, esquecimentos, superstições e atos sintomáticos que são praticadas por todos, corriqueiramente.

A atividade psíquica do inconsciente coloca-nos na diversidade dos impasses da anormalidade e da normalidade, indicando que há norma em ambos, mas a posição do sujeito define a mobilidade e/ou fixação, produzindo o tom na experiência e delimitando a condição de doença e ou de saúde:

Freud deixou muito clara sua posição no que diz respeito à representação da doença em si mesma. Considerando-se a análise feita por Canguilhem das concepções de doença na medicina – ontológica e dinâmica –, Freud enquadra-se muito bem numa visão dinâmica da doença. Na tentativa de manter sua homeostase, o ser humano como um todo é quem fica doente. Os sintomas são uma formação de compromisso entre as diferentes instâncias do psiquismo, que reage como um todo. (MIGUELEZ, 2011, p.49)

De acordo com Miguelez considerando a análise de Canguilhem, a teoria freudiana tem uma visão dinâmica da doença, ou seja, o ser humano como um todo fica doente e os sintomas são uma formação de compromisso entre as diferentes instâncias do psiquismo. Esses autores pensam a doença e a saúde como uma condição, e a anormalidade e a normalidade como um

efeito. Isso implica incluir o contexto sociopolítico de sua produção, ou seja, como, porque, para quê, para quem a formulação de doença e ou saúde foi construída.

A psicanálise freudiana parte do esforço de delinear esse efeito, considerando o sofrimento psíquico num campo social sem reduzir ao patológico, sem desapropriar as teorias culturais, os sistemas de crenças, afetos, desejos e modos de integração a vínculos sociopolíticos. Para Weber *apud* Freud:

Em vez de partir do que deveria ser normal a todos os sujeitos, Freud partia da análise daqueles que, de certa forma, portavam as marcas do fracasso da razão, daqueles que guiavam suas condutas de maneira “patológica” e “irracional”. No entanto, o que Freud procurava era transformar a compreensão do patológico no modo de acesso ao verdadeiro mecanismo do comportamento normal. O que não poderia ser diferente para alguém que acreditava que a conduta patológica expõe, de maneira ampliada, o que está realmente em jogo no processo de formação das condutas sociais gerais. (WEBER, 2005, p.26)

Segundo Weber, as condutas patológicas ampliam o que está em jogo no processo de formação das condutas sociais gerais, nos processos de socialização, o que nos permite compreender a lógica imbricada nos diversos modos de conduzir a vida. Esses processos implicam procedimentos que devem limitar *um quantum* de frustração, de conformidade, de coerção e conflitos para transmissão da experiência social. Caso contrário, o procedimento de socialização fracassará na tentativa de normalizar a vida dos sujeitos, em vez de transmitir os domínios da tradição e do hábito.

Por um lado, sabemos como os dispositivos de formação e de individuação presentes nas dinâmicas de socialização são legíveis a partir daquilo que compreendemos como sendo processos de identificação mimética e de investimento libidinal. Até porque socializar é, fundamentalmente, “fazer como”, atuar a partir de tipos ideais que servem de modelos de identificação e de polo de orientação para os modos de desejar, julgar, falar e agir. Mas sabemos também que essa identificação com tipos ideais não pode ser descrita simplesmente a partir de considerações sobre as pressões de conformação presente em núcleos elementares de interação social (família, instituições sociais, mídias). (SAFATLE, 2009, p.362).

Os dispositivos de socialização que se tornam processos de identificação mimética e de investimento libidinal produzem referências identificatórias que reincidem como repetição no modo de ação do sujeito; “fazer como” equivale a fazer igual, a mesma coisa e, conseqüentemente, socializar é hegemonizar a individuação, é fazer um igual ao outro.

Freud compreendeu que as estruturas elementares que orientam o que está em jogo nesses núcleos de interação são figuras privilegiadas da razão. No entanto, nunca deixará de colocar a questão: “o que é necessário perder para se conformar a exigências de racionalidade presentes em processos hegemônicos de socialização e de individuação?” Ou ainda, “qual o preço a pagar, que tipo de sofrimento devemos suportar, qual o cálculo econômico necessário para viabilizar tais exigências?”.(SAFATLE, 2009, p.372-3).

Freud (1930) rememorava em *O mal-estar na Cultura* que “um ser humano se torna neurótico por não poder suportar a frustração (*Versagung*) imposta pela sociedade com seus ideais culturais” (p.446), impossibilidade que não o fez negar interesse por tais ideais. Assumindo-se esses ideais, deve haver um compromisso entre exigências individuais de satisfação e o socialmente permitido. Tal compromisso exige, necessariamente, aceitar certa frustração, submeter-se a certa coerção e conflito.

Para o autor, esse é “um traço geral dos processos de socialização”, no entanto os neuróticos vivem tal compromisso como fonte profunda de sofrimento psíquico, pois entender as causas de tal sofrimento nos permite, por outro lado, apreender os compromissos presentes em todo processo de assunção de ideais, normas e valores sociais”.

No texto, *Mal Estar na Civilização* (1930), Freud aborda a questão de que “grande parte das lutas da humanidade centralizam-se em torno da tarefa única de encontrar uma acomodação conveniente”, ou seja, um compromisso (*Ausgleich*) que traga felicidade entre reivindicações individuais e culturais. Um problema que incide sobre o destino da humanidade é o de saber se tal compromisso pode ser alcançado através de uma formação determinada da civilização ou se o conflito é irreconciliável.

A reconciliação *do* e *no* conflito, numa outra dimensão, nem sempre é possível, pois implica uma negociação entre as reivindicações individuais e culturais na formação de compromisso, levando em consideração a hipótese de que é possível reconciliar uma organização

do regime de racionalidade com a economia libidinal do sujeito, desde que o desejo seja o governo dessas ações. Reafirmar um compromisso ético-político *do* e *com* o sujeito desconsiderando sua constituição desejante é se furtar da condição que o funda e o referencia na existência.

### ***3.2 O paradoxo científico da normalidade: Do saber-fazer ao fazer-saber no diagnóstico psicológico***

Discutir o paradoxo da ciência da normalidade sobre o saber-fazer e o fazer-saber do diagnóstico psicológico faz-se necessário, pois o saber-fazer implica conhecer o sujeito através do diagnóstico psicológico para *a posteriori* produzir conhecimento sobre ele. Já o fazer-saber é uma produção de conhecimento realizada *a priori*, descontextualizada, em que o saber sobre o sujeito é operacionalizado por instrumentos, isto é, o sujeito é traduzido pelo instrumento, sem se levar em consideração os limites do modelo construído cientificamente, o que produz o efeito de anormalidade/normalidade.

Na atualidade há uma equivalência entre avaliar ou diagnosticar o humano, e, levando em conta a generalização do poder científico, uma operação que produz um engano, cabe-nos perguntar: Quem diagnostica e quem é diagnosticado? Qual é a informação produzida pelo diagnóstico? Quem é beneficiado/prejudicado? Que problema o diagnóstico soluciona? Que problema-solução está imbricado no acontecimento do diagnóstico psicológico?

A generalização do poder da ciência não deveria ser o modo de reduzir os limites de separação entre normal, norma e normalidade, mas a reflexão sobre o impasse ético-político do limite do poder sobre a prática do anormal, saber-fazer, ou seja, realizar um diagnóstico no campo médico, psicológico e psicanalítico, sem apagar o sujeito na sua singularidade. Segundo Maesso (2011, p.12):

O poder generalizado da ciência torna-se mais contundente na atualidade, devido à rápida difusão do conhecimento científico e da facilidade para produzir diagnósticos,

através de uma vasta opção de recursos tecnológicos, e esses fatores elevam o problema do manejo da demanda e do limite da ação do médico.

O problema do manejo da demanda e do limite da ação profissional do médico, do psicólogo e do psicanalista delimita e situa o profissional em seu campo de atuação produzindo efeitos específicos no tratamento do sujeito. O paradoxo do poder científico, no que concerne ao desenvolvimento tecnológico como um recurso para produzir diagnósticos, indica-nos que, na tentativa de responder rapidamente à própria demanda, cria recursos que podem impossibilitar a sustentação da posição profissional, ultrapassando o limite e apagando o sujeito. Para Lacan (1966, p.10):

[...] essa espécie de poder generalizado, que é poder da ciência, dá a todos a possibilidade de virem pedir ao médico seu ticket de benefício com um objetivo imediato. Vemos desenhar-se a originalidade de uma dimensão que denomino demanda. [...] É no registro do modo de resposta à demanda do doente que está a chance de sobrevivência da posição propriamente médica.

O poder da ciência tem como efeito o ticket de benefício imediato do atendimento da demanda, nas palavras de Maesso e de Lacan, que “trata da dimensão do imediato como um instante que perpetua o tempo como totalizante”, estrategicamente operando nos processos um reducionismo do processo do diagnóstico a um instrumento que poderá ser realizado “por todos” na atualidade com a mediação dos recursos tecnológicos da informação. Reduzir o processo do diagnóstico psicológico a um instrumento produz o efeito de generalização da ciência sob diversas formas de avaliação. De acordo com Miller e Milner (2006, p.25):

[...] tomando uma dimensão que toca nos efeitos da avaliação sobre o humano de modo geral, tanto no que concerne a quem avalia quanto ao que se submete à avaliação. [...] A modernidade é marcada por diversas formas de avaliação, que visam antecipar e garantir o bom funcionamento, seja da instituição, seja do indivíduo. [...] O moderno está determinado por dois paradigmas: o problema-solução e o da avaliação, ambos visam à solução de problemas.

Nessa dimensão dos efeitos da avaliação sobre o humano, torna-se imprescindível uma posição crítica para pensar a discursividade do diagnóstico como um instrumento de amparo clínico que, a partir do sofrimento vivenciado pelo sujeito – levando em consideração as formulações de normal e patológico, construídas histórica, social e politicamente, que a cada momento ou movimento modificam as relações com os outros através dos processos de identificação, alienação, separação e fantasia –, permite-nos conduzir a direção do tratamento e não da cura.

### ***3.3. A versão do axioma freudiano: a anormalidade como indicador da normalidade do sujeito***

Este capítulo tem como objetivo reconhecer na obra freudiana as formulações sobre anormalidade/normalidade que se constituem em momentos histórico-filosóficos, operando efeitos políticos contextualizados e produzindo os paradigmas epistemológicos que fundam os conceitos e situam o homem na vida cotidiana.

Freud discorre sobre o axioma pensando a partir do patológico à normalidade, numa versão que opera os indicadores da estrutura do sujeito, levando em consideração o sentido que ele atribui ao acontecimento e o efeito produzido como sofrimento psíquico na experiência individual.

Cabe ressaltar que cada época traz à baila uma epistemologia, um dogma, uma teoria e formulações sobre referências que norteiam o pensamento científico e regulam ou direcionam as ações entre os homens. Em seus escritos, Freud não desejava suscitar convicções, mas estimular o pensamento e derrubar os preconceitos. No que diz respeito à psicanálise, o autor pensava sob três aspectos. Em Freud *apud* Rosa (2004, p.332):

Destacamos esses momentos, entre outros da obra de Freud, para demonstrar que a articulação entre sujeito e sociedade faz parte da trama teórica e clínica da psicanálise, e

consideramos com Plon que, apesar das oscilações de Freud quanto à pertinência dessas análises, ele visava, de um lado, desenvolver pontos obscuros em sua teoria e, de outro, testemunhar o seu conhecimento da irredutibilidade epistemológica da Psicanálise a outras ciências, mas também com a finalidade de evitar restringir o seu alcance, ou seja, caminhando na direção oposta das críticas. Recordemos que Freud pensava a psicanálise segundo três aspectos: um método de investigação do inconsciente, uma teoria e técnica de tratamento, mas também um corpo teórico que sistematiza os modos de funcionamento humano, tanto normal como patológico.

No que concerne a esse corpo teórico da Psicanálise, os textos foram escritos no contexto histórico do final do século XIX, quando o autor se preocupava em desenvolver formulações sobre o tema normal/anormal utilizando a comparação como método na tentativa de diferenciar as pessoas neuróticas das normais.

Pesquisamos nos índices remissivos da obra freudiana com a finalidade de levantar dados sobre o modo como o autor designa na obra os seguintes termos: normais defesa (1886), neuróticos comparados às pessoas normais (1900-1906-1920), pessoas normais (1909), pessoas normais comparadas com neuróticos (1910), normais, pessoas comparadas a neuróticos (1916), neuróticos e pessoas normais (1923), dentro da classificação de neurose – pessoas normais (1925), neurótico comparado a pessoa normal (1939). O autor inicia a designação dos termos tratando a normalidade como uma defesa, depois classifica os neuróticos e compara as pessoas normais. Cabe ressaltar a sutileza do autor, pois a palavra pessoa está associada à condição de normalidade e a palavra neurótico apresenta-se desacompanhada da palavra pessoa, o que nos indica uma delimitação do autor no que diz respeito ao sujeito e suas manifestações sintomáticas.

Na obra freudiana não há referência ao assunto da anormalidade/ normalidade no índice remissivo dos seguintes livros: *Estudos sobre a Histeria* (1893-1895); *Primeiras Publicações Psicanalíticas* (1893-1899), *A Interpretação dos Sonhos – Parte III Sobre os Sonhos* (1900-1901); *Um Caso de Histeria – Três Ensaios Sobre a Sexualidade e Outros Trabalhos* (1901-1905); *Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente* (1905), *Totem e Tabu* (1913-1914); *A História do Movimento Psicanalítico – Artigos sobre Metapsicologia e Outros Trabalhos* (1914-1916); *O Caso Schreber – Artigos sobre a Técnica e Outros Trabalhos* (1911-1913); *O Futuro de*

*uma Ilusão, Uma Neurose Infantil e Outros Trabalhos* (1917-1919); *O Mal-Estar da Civilização e Outros Trabalhos* (1927-1931) e *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise e Outros Trabalhos* (1932-1936).

Os livros que fazem referência ao assunto são: *Publicações Pré-Psicanalíticas e Esboços Inéditos* (1886-1899); *“Gradiva” de Jensen e Outros Trabalhos* (1906-1908); *Duas Histórias Clínicas – “O Pequeno Hans” e o “Homem dos Ratos”* (1909); *Cinco Lições de Psicanálise de Leonardo da Vinci e Outros Trabalhos* (1910); *Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise – Parte III* (1916-1917); *Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupo e Outros Trabalhos* (1920-1922); *O Ego e o Id, Uma Neurose Demoníaca do Século VII e Outros Trabalhos* (1923-1925); *Um Estudo Autobiográfico, Inibições Sintomas e Angústias e A Questão da Análise Leiga e Outros Trabalhos* (1925-1926)<sup>14</sup>.

Os artigos que referenciam as formulações sobre a normalidade/anormalidade constituirão o corpo teórico. Na construção deste texto tomaremos o artigo *Além do Princípio de Prazer*, (1920-1922) como divisor temporal, e portanto, teórico dessa discussão, trazendo como marco conceitual a formulação da pulsão de morte.

Antes de 1920, da formulação conceitual da pulsão de morte, Freud defendia a ideia de homeostase psíquica, um estado de equilíbrio que diferenciava quantitativamente as concepções de normal e patológico e, posteriormente a 1920, com a construção desse conceito, prevaleceu a ideia de um desequilíbrio inerente ao sujeito. Nessa época havia uma atmosfera positivista que influenciou os seguintes escritos freudianos: *Esboço para a comunicação preliminar de 1893* (1940-41[1892]), e no *Manuscrito D: Sobre a etiologia e a teoria das grandes neuroses* (1950[1882-99]), De acordo com Prata, (1999, p.40), existem dois modelos sobre o patológico:

Para rastrear a pluralidade de noções e conceitos que estão envolvidos na questão do patológico, teremos dois modelos como ponto de ancoragem: o primeiro apresenta a ideia de homeostase interna, e liga a concepção de patológico em Freud ao desequilíbrio energético do psíquico. Este modelo é balizado pelo princípio da constância quantitativa e posteriormente pelo princípio do prazer. Estava influenciado pelas ideias Breuer e Claude Bernard. O segundo modelo aponta para virada que o discurso freudiano teve a

<sup>14</sup> O livro *Índices e Bibliografias* foi utilizado como orientador do levantamento dos dados. Os livros: *A Interpretação dos Sonhos (Parte I)*; *Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise (Parte I e II)* não trazem índices remissivos sobre o assunto estudado. No livro *Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupo e Outros Trabalhos* (1920-1922), o índice remissivo não coincide com a numeração das páginas.

partir da postulação da pulsão de morte a partir da ideia de confronto, existiam forças desarmônicas, o desequilíbrio é inerente ao sujeito.

Ainda segundo Prata, antes de 1920 o axioma freudiano compreendia como o homem ordenava a normalidade da vida cotidiana a partir das psicopatologias, ou seja, da constituição da vida psíquica, da formação dos esquecimentos, das lembranças, lapsos, dos equívocos e dos atos falhos causais, sintomáticos e combinados, dos determinismos, da crença no acaso e superstições, das parapraxias e dos sonhos. Vemos no prefácio de *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*, que Freud tratava das primeiras descobertas em relação às neuroses como fenômenos experimentados na vida psíquica normal:

[...] o que lhe permitiu estender à vida psíquica normal as descobertas que fizera em relação às neuroses. Pela mesma razão ele os empregava regularmente como o melhor material preliminar para introduzir nas descobertas da psicanálise os estudiosos que não eram médicos. Esse material era simples e, pelo menos à primeira vista, imune a objeções, além de se referir a fenômenos experimentais por qualquer pessoa normal. (FREUD, 1901, p.17).

O autor apresentava a hipótese de que os fenômenos psíquicos da vida normal estavam presentes nas pessoas neuróticas. Além disso, nesse texto o autor aborda também a resistência como opositora das lembranças e das representações de pensamentos aflitivos e examina o esquecimento das experiências passadas, em seu sentido estrito, nomes próprios e de palavras estrangeiras. Nas pessoas saudáveis:

[...] encontramos sinais abundantes de que uma resistência se opõe à lembrança de impressões aflitivas, à representação de pensamentos aflitivos. Mas o sentido pleno desse fato só pode ser avaliado quando se investiga a psicologia das pessoas neuróticas. (1901, p.152). [...] para distingui-los desse esquecimento em sentido estrito, poderíamos dizer que o esquecimento de nomes próprios e de palavras estrangeiras, descrito nos Capítulos I e II, é um “lapso de memória”, e que o esquecimento de intenções é uma omissão. As condições básicas do processo normal de esquecimento são desconhecidas. (FREUD, 1901, p.268).

A produção do lapso de memória como efeito da resistência, atua como mecanismo de

defesa e tem função protetora do ego, operando o esquecimento de pensamentos aflitivos e/ou ameaçadores da formação psíquica. Dando continuidade ao texto, Freud tem um interesse especial em considerar os atos falhos, causais e sintomáticos:

Se os compararmos aos produtos das psiconeuroses, os sintomas neuróticos, duas informações frequentemente repetidas – a saber, que a fronteira entre a norma e a normalidade nervosas é fluída e que todos somos um pouco neuróticos – adquirirão sentido e fundamento. Antes mesmo de qualquer experiência médica, podemos construir diversos tipos dessas doenças nervosas meramente insinuadas, de formas indistintas das neuroses: casos em que os sintomas são poucos, ou ocorrem raramente ou sem gravidade, em outras palavras, casos cuja moderação está no número, na intensidade e na duração de suas manifestações patológicas. Por conjectura, entretanto, talvez nunca se chegasse justamente ao tipo que mais frequentemente parece constituir a transição entre a saúde e a doença. De fato, o tipo que estamos considerando, cujas manifestações patológicas são os atos falhos e sintomáticos, caracteriza-se pelo fato de os sintomas se localizarem nas funções psíquicas menos importantes, ao passo que tudo aquilo que pode reivindicar maior valor psíquico permanece livre de perturbações. Uma distribuição dos sintomas contrária a essa - seu aparecimento nas funções individuais e sociais mais importantes, a ponto de serem capazes de perturbar a alimentação, as relações sexuais, o trabalho profissional e a vida social - é própria dos casos de neurose e os caracteriza melhor do que, por exemplo, a multiplicidade e o vigor de suas manifestações patológicas. (FREUD, 1901, p. 272)

Concordamos com o autor que, traçando uma fronteira entre a norma e a normalidade, a resultante se configura como fluída, ou seja, não há uma linha fronteira, uma separação entre norma e normalidade. Portanto, como Freud nos ensina, “todos somos um pouco neuróticos”, isto é, uma pessoa considerada normal também pode apresentar-se neurótica, dependendo do número, da intensidade e da duração das manifestações patológicas.

Em 1907 o autor traz no texto *Escritos criativos e devaneios* a ideia da patologia medida pela intensidade apresentada nos processos mentais pelo ego. Freud a rememora no seu texto com uma frase do ilustríssimo dramaturgo vienense Anzengruber “Nada me pode acontecer!”, o ego na sua posição de majestade revela sua invulnerabilidade e demonstra que, na existência de acontecimentos insuportáveis para ele, nada pode acontecer. O ego utiliza o recalque e os mecanismos de defesa como processos auxiliares na construção da sintomática. Ainda nesse

texto, abordando a fantasia, diz que há muito a dizer, mas se limita ao aspecto de que o excesso de fantasia conduz à patologia:

Quando as fantasias se tornam exageradamente profusas e poderosas, estão assentes as condições para o desencadeamento da neurose e da psicose. As fantasias também são precursoras mentais imediatas dos penosos sintomas que afligem nossos pacientes, abrindo-se aqui um amplo desvio que conduz à patologia. (FREUD, 1907, p.139)

A intensidade é a medida patológica do ego e, logo, o exagero é um desvio da norma, é uma patologia. No que concerne aos aspectos quantitativos e qualitativos, a intensidade representa-se pelo exagero das reações, por exemplo, das fantasias e, conseqüentemente, o exagero pela profusão e pelo poder propiciam um desvio e desencadeiam a estrutura patológica da neurose e da psicose.

Em *Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna* (1908), Freud discute a diferença entre a moral sexual “natural” e a “civilizada”: na “natural”, o grupo humano é capaz de conservar sua saúde, e na “civilizada” há uma obediência moral sexual que estimula o homem a uma intensa e produtiva atividade cultural.

Nesse artigo o autor apresenta a ideia de que todas as classes aumentaram as necessidades individuais, e a ânsia de prazeres materiais, a irreligiosidade, o descontentamento e a cobiça intensificam-se em amplas esferas sociais, conseqüentemente produzindo um ideal de ego que só poderia ser correspondido com o efeito patológico:

Ocasionalmente, um desses pacientes nervosos chamará, ele próprio, a atenção do médico, para o papel que o antagonismo existente entre a sua constituição e as exigências da civilização desempenhou na gênese da sua enfermidade, dizendo, “Em nossa família todos tornamo-nos neuróticos porque queríamos ser melhores do que, com nossa origem, somos capazes de ser. Os médicos também encontram matéria para reflexão no fato de que os indivíduos vitimados por doença nervosa são, com frequência, justamente os filhos de casais procedentes de rudes e vigorosas famílias camponesas que viviam em condições simples e saudáveis, e que, fixando-se em cidades, num curto espaço de tempo elevaram seus filhos a um alto nível cultural. Os próprios neurologistas asseveram enfaticamente que existe uma relação entre a “alta incidência da doença nervosa e a moderna vida civilizada. (FREUD, 1908, p.170)

O autor aborda ainda o antagonismo entre a constituição e as exigências da civilização como constituintes da neurose, e sustenta a hipótese de que nos tornamos neuróticos como uma defesa do ego em relação à frustração que a realidade nos impõe diante do limite da capacidade do nosso ser.

Nossa civilização repousa sobre a supressão dos instintos, ou seja, cada indivíduo renuncia a uma parte dos seus atributos, a uma parcela do seu sentimento de onipotência, o que resulta no acervo cultural comum de bens materiais e ideais. No que diz respeito ao instinto articulado com a formulação de normalidade/anormalidade, podemos verificar que:

Esse instinto coloca à disposição da atividade civilizada uma extraordinária quantidade de energia em virtude de uma singular e marcante característica: sua capacidade de deslocar seus objetivos sem restringir consideravelmente a sua intensidade. A essa capacidade de trocar seu objetivo sexual, mas psiquicamente relacionado com o primeiro, chama-se capacidade de sublimação. Contrastando com essa motilidade, na qual reside seu valor para civilização, o instinto sexual é passível também de fixar-se de uma forma particularmente obstinada, que o inutiliza e o leva algumas vezes a degenerar-se até as chamadas anormalidades. (FREUD, 1908, p.174).

Assim, o autor sustenta a hipótese de que a atividade civilizada está ancorada na supressão dos instintos ao passo que a anormalidade/normalidade resulta da capacidade de supressão da intensidade do instinto, caracterizando-se pela flexibilidade de se deslocar dos seus objetivos sem alterar a intensidade e a custo de dispendiosas formações substitutivas. O instinto coloca para a atividade civilizada uma quantidade de energia que se traduz na motilidade e resulta na capacidade de o instinto de deslocar, de trocar seu objetivo sexual, mas nessa trajetória pode se fixar e degenerar-se inaugurando as anormalidades.

No artigo *Sobre as Teorias Sexuais das Crianças* (1908), Freud enfatiza a semelhança entre neuróticos e demais homens e afirma que não dá valor à objeção de que os neuróticos constituem uma classe especial:

[...] marcada por uma disposição inata “degenerada”, e de cuja vida infantil não podemos tirar qualquer conclusão sobre a infância de outras pessoas. Os neuróticos são muito semelhante aos demais homens. Não se diferenciam acentuadamente das pessoas normais, e na infância não é fácil distingui-los dos que permanecerão sadios em sua vida

posterior. Um dos resultados mais valiosos das investigações psicanalíticas é a descoberta de que as neuroses de tais indivíduos não possuem um conteúdo mental especial e peculiar, mas que, como Jung já analisou, eles adoecem devidos aos mesmos complexos com que nós, as pessoas sadias, lutamos. A única diferença é que as sadias sabem superar esses complexos sem sofrer danos graves e visíveis na vida prática, enquanto nos casos nervosos a supressão dos complexos só obtém êxito à custa de dispendiosas formações substitutivas, isto é, do ponto de vista prático trata-se de um fracasso. Na infância, as pessoas neuróticas e as normais estão naturalmente muito mais próximas do que posteriormente, e assim não considero um erro de metodologia utilizar as comunicações dos neuróticos a respeito de sua infância para delas inferir, por analogia, conclusões sobre a vida infantil normal. (FREUD, 1908, p.192).

O autor aí equipara à vida infantil normal à neurótica, e sugere que as pessoas neuróticas adoecem pelos mesmos complexos que as pessoas sadias lutam, sem sofrer danos graves na vida prática.

Em 1909, no texto *Análise de uma Fobia de um Menino de Cinco Anos*, Parte I, o autor trata da observação do desenvolvimento e resolução de uma fobia e faz duas objeções:

A primeira objeção é quanto ao fato de que Hans não era uma criança normal, mas (como os eventos – a própria doença, de fato – mostraram) tinha uma predisposição para neurose, e era um jovem “degenerado”; seria legítimo, portanto, aplicar-se a outras crianças normais conclusões que talvez pudessem ser verdadeiras em relação a ele. Devo adiar a consideração dessa objeção, de vez que ela só limita o valor da observação, e não o anula completamente. De acordo com a segunda e menos comprometedora objeção, uma análise de uma criança conduzida por seu pai, que foi instilado ao trabalho com meus pontos de vista teóricos e infectado com *meus* preconceitos, deve ser inteiramente desprovida de qualquer valor objetivo (p.95). [...] A influência mais importante sobre o curso do desenvolvimento psicosssexual de Hans foi o nascimento de uma irmãzinha, quando ele estava com três anos e meio. [...] Essa influência é também uma influência típica; em um número inesperadamente grande de históricos de vida, tanto normais quanto patológicos, vemo-nos obrigados a tomar como nosso ponto de partida uma explosão de prazer sexual e de curiosidade sexual ligada, como esta, ao nascimento da criança seguinte. (FREUD, 1909, p.104).

O autor defende que as conclusões sobre as pessoas neuróticas contribuem para pensar a

criança normal, mas adverte sobre o limite do valor da observação nessa análise da fobia, parte III, discutindo até que ponto a fobia do pequeno Hans oferece alguma contribuição geral sobre a vida e a educação das crianças, mas voltando à objeção à neurose de Hans:

[...] objeção que foi mantida por tanto tempo, de acordo com a qual Hans era neurótico, um 'degenerado', com uma má hereditariedade, e não uma criança normal, sendo possível aplicar o conhecimento sobre ele a outras crianças. Estive pensando por algum tempo, com pesar, na maneira como os que aderem à 'pessoa normal' vão cair em cima do pobre pequeno Hans logo que forem informados de que ele, de fato, pode ser mostrado como tendo tido uma tara hereditária (p.126). [...] que não pode ser traçada qualquer linha nítida entre pessoas 'neuróticas' e 'normais' – quer crianças ou adultos –, que a nossa concepção de 'doença' é uma concepção puramente prática e uma questão de somação, que a disposição e as eventualidades da vida precisam combinar-se para que o limiar dessa somação seja ultrapassado e que, conseqüentemente, vários indivíduos estão passando constantemente da classe de pessoas saudáveis para a de pacientes neuróticos (1909, p.130).

Portanto, Freud levanta uma objeção no caso do pequeno Hans no que se refere ao diagnóstico de neurose, afirmando que ele era uma criança normal. Reafirma a hipótese da indiferenciação entre as pessoas neuróticas e as normais e a de que a concepção da doença é uma questão de ultrapassar os limites da somação das disposições e eventualidades da vida e, sendo assim, as pessoas saudáveis podem passar constantemente para pacientes neuróticos.

Em 1909 (1980), no artigo *Notas Sobre Um Caso de Neurose Obsessiva, Parte I, Extratos do Caso Clínico*, item (G), *O Complexo Paterno e a Solução da Ideia do Rato*, o autor trata da causa da doença do paciente: “O conflito nas raízes de sua doença era, em essência, uma luta entre a persistente influência dos desejos de seu pai e suas próprias inclinações amorosas” (p.176). Nesse caso a precipitação da doença constitui-se no complexo edipiano, no conflito que resulta numa luta entre o desejo do pai e o do sujeito.

Em *Quinta Lição de Psicanálise* (1910), Freud aborda a natureza e a tendência da neurose, construindo uma formulação de doença e de doente, de um estado de anormalidade:

Vemos que os indivíduos adoecem quando, por obstáculos exteriores ou ausência de adaptação interna lhes falta na realidade a satisfação das necessidades sexuais. Observamos que então se refugiam na moléstia para com o auxílio dela encontrar uma satisfação substituta [...] A fuga, da realidade insatisfatória para aquilo que pelos danos biológicos que produz chamamos doença, não deixa jamais de proporcionar ao doente um prazer imediato; ela se dá pelo caminho da regressão às primeiras fases da vida sexual à que na época própria não faltou satisfação. [...] Quanto mais profundamente penetrar-lhes a patogênese das afecções nervosas, mais claramente verão os liames entre as neuroses e outras produções da vida mental do homem. [...] O que de mais importante pudemos conseguir pelo estudo psicanalítico dos nervosos, e vem a ser que as neuroses não têm um conteúdo psíquico que, como privilégio deles, não se possa encontrar nos sãos; segundo expressou C.G. Jung, aqueles adoecem pelos mesmos complexos com que lutamos nós, os que temos a saúde perfeita. Conforme as circunstâncias de quantidade e da proporção entre as forças em choque, será o resultado da luta a saúde, a neurose ou a sublimação compensadora. (1910, p.60-61).

A doença nervosa é constituída como uma fuga da realidade insatisfatória, proporciona um prazer imediato, e regride nas primeiras fases da vida sexual em busca de satisfação. Em 1908 o autor apresentou uma hipótese de linha divisória entre a neurose e as pessoas normais, e em 1910, reafirmou a hipótese de indiferenciação entre as pessoas neuróticas e as normais, acrescentando que elas adoecem pelos mesmos complexos que as pessoas normais lutam.

No texto *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica* (1910), Parte VI, Freud não nega que os leitores de seu tempo apreciam a investigação patográfica, mas que, no entanto, o exame dos conhecimentos adquiridos foram construídos no campo da patologia. E aborda a diferenciação entre os normais e os neuróticos:

Não mais consideramos que a saúde e a doença, ou que os normais e os neuróticos se diferenciam tanto uns dos outros e que traços neuróticos devem necessariamente ser tomados como sendo prova de uma inferioridade geral. Hoje em dia, sabemos que os sintomas neuróticos são estruturas que funcionam como substitutos para algumas conseqüências de repressão, a qual devemos submeter-nos no curso de nosso desenvolvimento, desde a criança ao ser humano civilizado. Sabemos também, que todos

nós produzimos essas estruturas substitutivas e que somente o seu número, intensidade e distribuição nos poderá justificar na utilização do conceito prático de doença e inferir a presença de uma inferioridade constitucional. (FREUD, 1910, p.136).

Defendendo a indiferenciação entre os estados de saúde e doença e de normal e patológico, Freud afirma que os sintomas neuróticos são estruturas que funcionam como substitutos de algumas formas de repressão. E, ainda, que o conceito de doença equivale às estruturas substitutivas em que está presente uma inferioridade constitucional geral, justificada pelo seu número, intensidade e distribuição.

Nas *Conferências Introdutórias Sobre a Psicanálise* (1917), Parte III - Teoria Geral da Neurose, a Conferência XVII, *O Sentido dos Sintomas* traz o texto no qual Freud defende que os sintomas têm um sentido e se relacionam com as experiências do paciente, podendo se apresentar como um ritual normal, ou seja, como um rito de passagem que exige condições necessárias, ou um ritual patológico, inflexível e à custa de grandes sacrifícios. O autor exemplifica o rito, com um ritual de dormir:

Em certo sentido, pode-se dizer que toda pessoa normal tem seu ritual de dormir, ou que estabeleceu determinadas condições necessárias, cujo não preenchimento interfere com o adormecer; toda pessoa se impõe determinadas formalidades na transição do estado de vigília ao de sono, e repete-as da mesma maneira, todas as noites. Tudo aquilo que uma pessoa sadia exige como condição necessária para dormir, pode, contudo ser, compreendido racionalmente e, no caso de circunstâncias externas exigirem uma mudança, a pessoa cede com facilidade, sem perda de tempo. Um ritual patológico, porém, é inflexível, e insiste em ser levado a cabo, mesmo à custa de grandes sacrifícios; também se oculta atrás de uma fundamentação racional, e, a um exame superficial, parece divergir do normal apenas por uma exagerada meticulosidade. (1916-17, p. 313-314).

Toda pessoa normal tem seu ritual para dormir, isto é formalizações da passagem de um estado de vigília ao de sono que se repetem todas as noites, e demonstram flexibilidade no caso de circunstâncias externas exigirem mudanças. Já a inflexibilidade e a meticulosidade são

manifestações de características patológicas no sujeito.

Na Conferência XIX, no texto *Resistência e Repressão* (1917), o autor propõe pensar o aparelho mental a partir das ideias de inconsciente, pré-consciente e consciente para explicar uma teoria geral do funcionamento normal e dos sintomas neuróticos:

Assim, será muito importante para mim admitirem que uma concepção do aparelho mental, conforme essa que aqui proponho para explicar os sintomas neuróticos, deve necessariamente exigir uma validade geral e dar-nos informações também a respeito do funcionamento normal. Naturalmente, nisto os senhores terão toda a razão. No momento, não podemos avançar com essa implicação, mas nosso interesse na psicologia da formação dos sintomas não pode senão aumentar em grau extraordinário, se existir uma perspectiva, através do estudo de situações patológicas, de se obter acesso aos eventos mentais normais que se ocultam tão bem. Os sonhos não são fenômenos patológicos; podem surgir em qualquer pessoa sadia, nas condições do estado de sono. Nossa hipótese referente à estrutura do aparelho mental, que nos permite compreender a formação análoga dos sonhos e dos sintomas neuróticos, tem o inquestionável direito de ser aceita como adequada à explicação da vida mental normal, também (1916-17, p.349-350).

O autor sustenta a hipótese de que no funcionamento normal das pessoas sadias estão inclusos os sonhos, não sendo estes fenômenos patológicos. Na Conferência XXVIII, *Terapia Analítica* (1917), Freud trata do ponto de vista da teoria da libido, em que os sonhos de um neurótico, bem como suas parapraxias e suas associações livres referentes aos mesmos, auxiliam-nos a descobrir o sentido dos seus sintomas e a revelar a maneira de distribuição da libido:

Os sonhos dos neuróticos, contudo, não diferem, em nenhum aspecto importante, dos sonhos de pessoas normais; é possível de fato, que estes não possam absolutamente ser diferenciados daqueles. Seria absurdo fazer uma descrição dos sonhos de neuróticos que não pudessem também aplicar-se aos sonhos de pessoas normais. Logo, podemos dizer que a diferença entre neurose e saúde vigora apenas durante o dia; não se estende à vida onírica. Somos obrigados a extrapolar para pessoas sadias diversas hipóteses relativas aos neuróticos, em consequência do elo entre os sonhos destes e seus sintomas. Não podemos negar que também as pessoas sadias possuem em sua vida mental, aquilo que, por si só, possibilita a formação tanto dos sonhos como dos sintomas; e devemos

concluir que também elas efetuaram repressões, que despendem determinada quantidade de energia a fim de mantê-las, que seu sistema inconsciente oculta impulsos reprimidos ainda catexizados com energia, e que *uma parte de sua libido é retirada e deixa de estar à disposição do ego*. Assim, também uma pessoa sadia é virtualmente um neurótico, mas os sonhos parecem ser os únicos sintomas que ela é capaz de formar. É verdade que, se alguém submete a um exame mais atento sua vida desperta, descobre algo que contradiz essa aparência, ou seja, que essa vida pretensamente sadia está marcada aqui e ali por grande número de sintomas banais e destituídos de importância prática; (FREUD, (1916-17, p.532-533)

O autor formula as seguintes hipóteses sobre as pessoas sadias: a da indiferenciação entre os sonhos de pessoas normais e das neuróticas; a da diferença entre a neurose e a saúde vigora apenas na vida desperta; a de que as pessoas sadias possuem em sua vida mental conteúdos que possibilitam tanto a formação de sonhos como a de sintomas, e a de que as pessoas sadias efetuaram repressões, ou seja, uma parte de sua libido foi retirada e deixa de estar à disposição do ego.

Esse texto ainda distingue saúde de neurose, devido às dimensões relativas à quantidade de energia que permanece livre e a que é ligada pela repressão, portanto essa distinção:

Reduz se, por conseguinte, a uma questão prática e é decidida pelo resultado, isto é, a pessoa ter ou não ter um nível suficiente de capacidade para aproveitar a vida e ser eficiente. Não preciso dizer-lhes que essa descoberta é a justificação teórica de nossa convicção de que as neuroses são, em princípio, curáveis, apesar de se basearem na disposição constitucional. A identidade dos sonhos de pessoas sadias e neuróticas capacita-nos a inferir, pois, muita coisa referente à definição das características de saúde. Mas, com relação aos sonhos propriamente ditos, podemos fazer uma inferência adicional: não devemos desvinculá-los de sua relação com os sintomas neuróticos, não devemos supor que sua natureza essencial se esgota com a fórmula que os descreve como tradução de pensamentos em uma forma arcaica de expressão; porém, devemos supor que eles nos mostram distribuições da libido e catexias objetais que realmente estão presentes (1916-17, p.533).

Por uma questão prática, é o a capacidade de aproveitar a vida que distingue a saúde da neurose. O autor apresenta como justificção teórica que “as neuroses são, em princípio curáveis, apesar de basearem na disposição constitucional”. Com relação aos sonhos, há uma inferência adicional, não podemos desvincular de sua relação com os sintomas neuróticos, pois supomos que eles mostram distribuições da libido e catexias objetais presentes.

No texto, *Além do Princípio do Prazer* (1920)<sup>15</sup>, Parte II, Freud passa a examinar o método de funcionamento do aparelho mental em uma de suas primeiras atividades normais. Refere-se à brincadeira das crianças. As diferentes teorias sobre esse tópico foram ainda recentemente resumidas e discutidas do ponto de vista psicanalítico por Pfeifer (1919), e essas teorias esforçam-se para descobrir os motivos que levam as crianças a brincar, mas deixam de trazer para o primeiro plano o motivo econômico, a consideração da produção de prazer envolvida:

Sem querer incluir todo o campo abrangido por esses fenômenos, pude através de uma oportunidade fortuita que se me apresentou lançar certa luz sobre a primeira brincadeira efetuada por um menininho de ano e meio de idade e inventada por ele próprio. Foi mais do que uma simples observação passageira, porque vivi sob o mesmo teto que a criança e seus pais durante algumas semanas, e foi algum tempo antes que descobri o significado da enigmática atividade que ele constantemente repetia. [...] Esse bom menino, contudo tinha o hábito ocasional e perturbador de apanhar quaisquer objetos que pudesse agarrar e atirá-los longe para um canto, sob a cama, de maneira que procurar seus brinquedos e apanhá-los, quase sempre dava bom trabalho. Enquanto procedia assim emitia um longo e arrastado 'o-o-o-ó', acompanhado por expressão de interesse e satisfação. Sua mãe e o autor do presente relato concordaram em achar que isso não constituía uma simples interjeição, mas representava a palavra alemã *fort*. (empregado como ir embora). Acabei por compreender que se tratava de um jogo e que o único uso que o menino fazia de seus brinquedos, era brincar de ‘ir embora’ com eles. Certo dia fiz uma observação que confirmou meu ponto de vista. O menino tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. Nunca lhe ocorrera puxá-lo pelo chão atrás de si, por exemplo, e brincar com o carretel como se fosse um carro. O que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo

<sup>15</sup> O índice remissivo da obra apresenta neuróticos comparados a pessoas normais nas páginas 35-6, 173, 206, 292, 295, 297-9, 306, não correspondem ao texto. Apresentaremos as páginas que correspondem ao texto.

que o menino proferia seu expressivo 'o-o-o-ó'. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre 'da' (ali). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno (FREUD, 1920, p.25-26).

Na atividade normal de uma criança aparece num hábito ocasional e perturbador de apanhar quaisquer objetos que pudesse agarrar e atirá-los longe para um canto, fato que o autor compreendeu como parte de um jogo de desaparecimento e aparecimento que as crianças fazem na tentativa de elaborar a separação das figuras parentais significativas.

*Além do Princípio do Prazer* (1920), Parte III, também aborda a diferença do interesse da psicanálise, de arte interpretativa de descobrir o conteúdo inconsciente para, pela influência da transferência, para arte de descobrir as resistências do paciente rapidamente para que abandonasse suas resistências. Além disso, Freud aborda a extinção do florescimento precoce da vida sexual infantil e aponta o sentimento de inferioridade e a transferência como normal aos neuróticos:

Esse florescimento chega ao fim nas mais aflitivas circunstâncias e com o acompanhamento dos mais penosos sentimentos. A perda do amor e o fracasso deixam atrás de si um dano permanente à autoconsideração, sob a forma de uma cicatriz narcisista, o que, em minha opinião, bem como na de Marcinowski (1918), contribui mais do que qualquer outra coisa para o sentimento de 'inferioridade', tão comum aos neuróticos (p.31). [...] O que a psicanálise revela nos fenômenos de transferência dos neuróticos, também pode ser observado nas vidas de certas pessoas normais. A impressão que dão é de serem perseguidas por um destino maligno ou possuídas por um poder 'demoníaco'; a psicanálise, porém, sempre foi da opinião de que seu destino é, na maior parte, arranjado por elas próprias e determinado por influências infantis primitivas. A compulsão que aqui se acha em evidência não difere em nada da compulsão à repetição que encontramos nos neuróticos, ainda que as pessoas que agora estamos considerando nunca tenham mostrado quaisquer sinais de lidarem com um conflito neurótico pela produção de sintomas (1920, p.31-32).

O autor sugere que o sentimento de inferioridade constituído pela perda do amor e pelo fracasso deixa uma cicatriz narcísica e um dano permanente à autoconsideração que também

pode ser observado na vida das pessoas normais.

Ainda nessa obra, Freud, trata da normalidade/anormalidade, sem referir-se a essas palavras propriamente ditas, mas remetendo à repetição que ora causa espanto, ora não, bem como à compulsão à repetição pelo domínio do processo de excitação na vida mental:

Essa 'perpétua recorrência da mesma coisa' não nos causa espanto quando se refere a um comportamento *ativo* por parte da pessoa interessada, e podemos discernir nela um traço de caráter essencial, que permanece sempre o mesmo, sendo compelido a expressar-se por uma repetição das mesmas experiências. Ficamos muito mais impressionados nos casos em que o sujeito parece ter uma experiência *passiva* sobre a qual não possui influência, mas nos quais se defronta com uma repetição da mesma fatalidade. É o caso, por exemplo, da mulher que se casou sucessivamente com três maridos, cada um dos quais caiu doente logo depois e teve que ser cuidado por ela em seu leito de morte (p.33). [...] Grande parte do que poderia ser descrito como compulsão do destino parece inteligível numa base racional [...]. O exemplo menos dúbio [de tal força motivadora] é talvez o do sonhos traumáticos. [...] Resta inexplicado o bastante para justificar a hipótese de uma compulsão à repetição, algo que parece mais primitivo, mais elementar e mais instintual do que o princípio do prazer que ela domina. Mas, se uma compulsão à repetição opera realmente na mente [...], sob que condições pode surgir e qual sua relação com o princípio do prazer, ao qual, afinal de contas, até agora atribuímos dominância sobre o curso dos processos de excitação na vida mental ( 1920, p.33-34).

Portanto, a compulsão à repetição operaria nos processos de excitação da vida mental das pessoas normais quando se refere por parte da pessoa interessada a um comportamento ativo.

Já na parte IV dessa mesma obra, Freud menciona o escudo protetor dos organismos vivos contra os estímulos externos. As excitações que provêm de dentro, entretanto, em sua intensidade e amplitude, produzem dois resultados definidos, o segundo associado aos processos patológicos, sendo assim:

Primeiramente, os sentidos de prazer e desprazer predominam sobre todos os estímulos externos. Em segundo lugar, é adotada uma maneira específica de lidar com quaisquer excitações internas que produzam um aumento demasiado grande de desprazer; a uma tendência a tratá-las como se atuassem, não de dentro, mas de fora, de maneira que seja possível colocar o escudo contra estímulos em operação, como meio de defesa contra elas. É essa a origem da projeção destinada a desempenhar um papel tão grande na

causação dos processos patológicos (FREUD, 1920, p.40).

No que concerne ao excesso de desprazer, a projeção é o mecanismo de defesa das excitações internas contra estímulos externos, desempenhando um papel importante nos processos patológicos.

Depois de 1920, no momento profícuo da formulação teórica da pulsão de morte, o texto *A Psicogênese de um caso de Homossexualismo numa Mulher* (1920) aborda a normalidade como algo esperado do complexo *no* e *pelo* social, no Édipo, e o inesperado, fixado como anormal, no homossexualismo:

Fizemos um levantamento das forças que conduziram a libido da jovem da atitude de Édipo normal à do homossexualismo, e dos caminhos psíquicos percorridos por nosso processo. O mais importante nesse respeito foi a impressão causada pelo nascimento do seu irmãozinho e a partir disso poderíamos inclinar-nos a classificar o caso como de inversão posteriormente adquirida (1920, p.179).

Nesse caso da jovem homossexual, o anormal se constitui pela experiência do nascimento do irmãozinho, devido ao excesso das forças que conduzem a libido da jovem. No *Em Alguns Mecanismos Neuróticos no Ciúme, na Paranoia e no Homossexualismo* (1922), Parte (B), o autor trata do normal e do patológico referindo-se aos sonhos:

Os sonhos distinguem-se do pensamento de vigília pela possibilidade de incluir material (pertencente à região do reprimido) [...]. Afora isso, os sonhos são meramente uma forma de pensar, uma transformação do material pré-consciente do pensamento pela elaboração onírica e suas condições. Nossa terminologia das neuroses não é aplicável ao material reprimido, que não pode ser chamado de histérico, obsessivo ou paranoico. Opondo-se a isso, a outra parte do material sujeita ao processo de formação onírica – os pensamentos pré-conscientes – pode ser normal ou apresentar o caráter de qualquer neurose; eles podem ser os produtos de qualquer dos processos patogênicos em que reside a essência de uma neurose. (1922, p.244).

O autor sugere que sonhos são meras formas de pensar que incluem o material reprimido, os pensamentos pré-conscientes, que podem ser normais ou apresentar o caráter de qualquer neurose. Em *Dois Verbetes de Enciclopédia* (1923), Parte A, *Psicanálise, A Interpretação das*

*Parapraxias e dos Atos Fortuitos*, Freud trata dos atos mentais comuns de pessoas normais:

Constitui um triunfo para a arte interpretativa da psicanálise conseguir demonstrar que certos atos mentais comuns de pessoas normais, para os quais ninguém havia até então buscado apresentar explicação psicológica, deveriam ser considerados sob o mesmo ângulo que os sintomas dos neuróticos, isto é, que tinham um significado, desconhecido do sujeito, mas capaz de ser facilmente descoberto pelos meios analíticos. Os fenômenos em causa eram eventos como esquecimento temporário de palavras e nomes familiares e de efetuar tarefas prescritas, lapsos cotidianos de língua e de escrita, leituras erradas, perdas e colocações erradas de objetos, certos erros, exemplos de danos a si próprio aparentemente acidentais e, finalmente, movimentos habituais efetuados aparentemente sem intenção ou brincando, melodias murmuradas ‘sem pensar’, etc. [...]. A importância dessa contribuição para a psicologia foi de muitos tipos. O âmbito de determinismo mental foi por ela ampliado de maneira imprevista; o suposto abismo existente entre os fatos mentais normais e patológicos se estreitou, em muitos casos logrou-se uma compreensão útil ao jogo das forças mentais que se deve suspeitar existir por trás dos fenômenos. (1923, p.257).

A hipótese aí sustentada é de que os atos mentais comuns de pessoas normais, constituídos pelos fenômenos que causavam eventos como esquecimento, lapsos cotidianos e movimentos habituais efetuados aparentemente sem intenção ou brincando, deveriam ser considerados sob o mesmo ângulo dos sintomas neuróticos. Nesse mesmo texto, Freud demonstra que a dinâmica da formação dos sonhos é a mesma que a do sintoma e a partir disso explica a normalidade/anormalidade:

Em ambos os casos encontramos uma luta entre duas tendências, das quais uma é inconsciente, normalmente reprimida, e se esforça por obter satisfação, isto é, a realização do desejo, enquanto que a outra, pertencente provavelmente ao ego consciente, é desaprovadora e repressiva. O resultado desse conflito é uma formação conciliatória (o sonho ou o sintoma) [...]. Porquanto os sonhos não são fenômenos

patológicos, o fato demonstra que os mecanismos mentais que produzem os sintomas de doença estão igualmente presentes na vida mental normal, que a mesma lei uniforme abrange tanto o normal como o anormal e que as descobertas da pesquisa em neuróticos e psicóticos não podem deixar de ter significação para a nossa compreensão da mente saudável (1923, p.257).

No que diz respeito ao resultado do conflito como uma formação conciliatória, o autor sustenta a hipótese de que a lei geral abrange tanto o normal como o anormal e, portanto, os sonhos não são fenômenos patológicos.

Na obra *O Ego e o Id* (1923), Freud apresenta a normalidade/anormalidade no que concerne às identificações objetais como uma diferenciação dos conflitos do ego com o id, o superego e o mundo externo. A normalidade é operada pela tentativa de corresponder ao ideal do ego e a anormalidade é produzida pelo fracasso no funcionamento do ego em conciliar as exigências feitas a ele. Para Freud, se as identificações objetais do ego:

Levam a melhor e se tornam numerosas demais, indevidamente poderosas e incompatíveis umas com as outras, um resultado patológico não estará distante. Pode ocorrer uma ruptura do ego, em consequência das diferentes identificações se tornarem separadas umas das outras através de resistências; talvez o segredo dos casos daquilo que é descrito como personalidade múltipla seja que as diferentes identificações apoderam-se sucessivamente da consciência. Mesmo quando as coisas não vão tão longe, permanece a questão dos conflitos entre as diversas identificações em que o ego se separa, conflitos que, afinal de contas, não podem ser descritos como inteiramente patológicos (1923, p.43).

As identificações objetais do ego apresentam como indicador patológico o excesso, e as diferentes identificações do ego podem ocasionar uma ruptura do ego, pois se tornam separadas

entre si pela resistência, permanecendo a questão do conflito. Neste texto ainda, na parte V, *As Relações Dependentes do Ego*, o autor aborda a formação do ego a partir de identificações que tomam o lugar de catexias abandonadas pelo id, dizendo que o ego é a sede real da ansiedade que será substituída mais tarde pela efetivação de catexias protetoras, pois o que o ego teme do perigo externo e libidinal não pode ser especificado, ou seja, o medo da morte:

Sabemos que o medo da morte faz seu aparecimento sob duas condições (as quais, além disso, são inteiramente análogas a situações que outros tipos de ansiedade se desenvolvem), a saber, como reação a um perigo externo e como um processo interno (como por exemplo, na melancolia) (1923, p.70).

Parafraseando o autor, mais uma vez uma manifestação neurótica pode ajudar-nos a compreender uma normal. O medo da morte pode desenvolver um tipo de ansiedade, como reação a um perigo externo e como um processo interno.

No texto *Uma Breve Descrição da Psicanálise* (1923, p.227), Parte IV, Freud discutiu a capacitação do médico para lidar com o material analítico. O primeiro conceito analisado foi o da libido, e através deste, abordou processos da normalidade e da anormalidade da psique.

Um estudo mais completo demonstrou que era necessário colocar ao lado dessa “libido objetual” uma “libido narcísica” ou do “ego”, dirigida para o próprio ego do indivíduo, e a interação dessas duas forças nos capacitou a explicar grande número de processos normais e anormais na vida mental. Uma distinção grosseira logo se fez entre o que é conhecido por neurose de transferência e os distúrbios narcísicos. As primeiras (histeria e neurose obsessiva) constituem os objetos propriamente ditos do tratamento psicanalítico, ao passo que as outras, as neuroses narcísicas, embora possam deveras ser examinadas com o auxílio da análise, oferecem dificuldades fundamentais à influência terapêutica. [...] Não se pode duvidar de que as neuroses e psicoses não estão separadas por uma linha rígida, mais do que o estão a saúde e a neurose (1923, p. 227-228).

A normalidade/anormalidade constituída como um processo que é efeito de um entrelaçamento discursivo coloca-nos numa dimensão de apreender os fenômenos em sua interação. Como resultado disso, há uma combinatória de reações da vida mental do indivíduo que produzem laços sociais. O autor sustenta a hipótese de que há uma linha flexível entre neurose/psicose e saúde/neurose.

É no texto *A Dissolução do Complexo de Édipo* (1924), em que é abordada a dissolução do fenômeno central do período sexual da primeira infância, que Freud declara uma linha fronteira entre o normal e o patológico:

[...] chegamos aqui a uma linha fronteira, nunca bem nitidamente traçada, entre o normal e o patológico. Se o ego, na realidade, não conseguiu muito mais que uma repressão do complexo, este persiste em estado inconsciente no id e manifestará mais tarde seu efeito patogênico (FREUD, 1924, p.197).

Essa linha fronteira se estabelece pela repressão do complexo: se o ego não conseguiu muito mais que uma repressão, o conteúdo persiste em estado inconsciente no id e se manifesta como anormal. No texto freudiano *A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose* (1924), o autor apresenta a diferenciação entre a neurose e a psicose e produz uma formulação sobre o comportamento normal ou sadio:

Por conseguinte, a diferença inicial assim se expressa no desfecho final: na neurose, um fragmento da realidade é evitado por uma espécie de fuga, ao passo que na psicose, a fuga inicial é sucedida por uma fase ativa de remodelamento; na neurose, a obediência inicial é sucedida por uma tentativa adiada de fuga. Ou expressa de outro modo: a neurose não repudia a realidade, apenas a ignora, a psicose a repudia e tenta substituí-la. Chamamos um comportamento de “normal” ou “sadio” se ele combina certas características de ambas as reações, se repudia a realidade tão pouco quanto uma neurose, mas se depois se esforça, como faz uma psicose, por efetuar uma alteração dessa realidade. Naturalmente, esse comportamento conveniente e normal conduz à

realidade do trabalho no mundo externo; ele não se detém como na psicose, em efetuar mudanças internas (1924, p.207).

Freud sustenta a hipótese que o comportamento é considerado normal ou sadio quando combina características dessas reações na realidade, mas depois o indivíduo se esforça, luta para efetuar, uma alteração nessa realidade.

No texto *Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos* (1925), Freud trata da necessidade de as análises de neuróticos lidarem com o período mais remoto da infância para avaliar com exatidão as forças motivadoras que levaram à neurose e como se remodelam na vida adulta. Para Freud, o normal está associado ao ideal:

O complexo de Édipo, contudo, é uma coisa tão importante que o modo porque o indivíduo nele se introduz e o abandona não pode deixar de ter seus efeitos. [...] Em casos normais, ou melhor ideais, o complexo de Édipo não existe mais, nem mesmo no inconsciente; o superego se tornou seu herdeiro. Não posso fugir à noção (embora hesite em lhe dar expressão) de que, para as mulheres, o nível daquilo que é eticamente normal, é diferente do que é nos homens. Seu superego nunca é tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais como exigimos que o seja nos homens (1925, p.285-286).

O autor associa o normal ao ideal, sugerindo uma diferença ética operada por uma diferença sexual do gênero, pois o superego da mulher depende mais das origens emocionais do que o dos homens. Em 1925, no texto, *Um Estudo Autobiográfico*, Parte IV, Freud trata dos sonhos como manifestação da vida mental normal:

Quando, no entanto, se tratava de sonhos, não estava mais lidando com sintoma patológico, mas com uma manifestação da vida mental normal que poderia ocorrer em qualquer pessoa sã. Se os sonhos viessem a ser interpretados como sintomas, se sua

explanação exigisse as mesmas suposições – a repressão de impulsos, formação substitutiva, formação de conciliação, a divisão do consciente e do inconsciente em vários sistemas psíquicos -, então a psicanálise não seria mais uma ciência auxiliar no campo da psicopatologia, mas antes o ponto de partida de uma ciência nova e mais profunda da mente, que seria igualmente indispensável para a compreensão do normal. Seus postulados e achados poderiam ser levados a outras regiões da ocorrência mental, estava aberto para ela um caminho que conduzia muito longe, até as esferas do interesse universal (1925, p.51).

A psicanálise, como o ponto de partida de uma ciência nova, possibilitou-nos tratar dos sonhos como uma manifestação da vida mental normal. No texto, *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926), Parte V, Freud trata da história da psicanálise dividindo-a em duas fases: a primeira, quando ficou sozinho (1895-6 até 1906 ou 1907), e a segunda quando uma doença adverte-o do fim que se aproxima, mas no entanto, depois disso sua vida prosseguiu ativa por mais de doze anos. Afirma em seus escritos que as neuroses não possuem conteúdos próprios:

Deve ser verdade, como Jung expressou tão bem nos primeiros dias em que ainda era analista, que as neuroses não possuem conteúdo peculiar algum que pertença exclusivamente a elas, mas que os neuróticos sucumbem às mesmas dificuldades que são superadas com êxito por pessoas normais. Essa descoberta estava muito longe de ser um desapontamento. Estava em completa harmonia com outra: que a psicologia profunda revelada pela psicanálise era de fato a psicologia da mente normal. Nosso caminho tinha sido como o da química: as grandes diferenças qualitativas entre substâncias eram remetidas às variações quantitativas nas proporções em que os mesmos elementos eram combinados (1926, p.59).

O autor sustenta a hipótese através da revelação psicanalítica de que a psicologia profunda era uma psicologia da mente normal e nessa trajetória as diferenças qualitativas eram remetidas proporcionalmente às variações quantitativas, levando em consideração a combinatória dos mesmos elementos.

Em *Inibições, Sintomas e Ansiedade*<sup>16</sup> (1926), Parte IX, Freud considera a relação entre a

<sup>1</sup> <sup>6</sup> Ver apreciações *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926), nos adendos, na parte B, *Observações Suplementares Sobre a Ansiedade* (1926, p.160), e semelhantes no início do capítulo II de *Além do Princípio de Prazer* (1920g), Edição Standard Brasileira, Vol. XVIII, p. 23 e seg., IMAGO Editora, 1976, e na *Conferências Introdutórias* (1916-17). Não foi possível na tradução verter o alemão 'Angst' invariavelmente por 'ansiedade'. Neste volume, e em toda Edição Standard, a palavra algumas vezes foi traduzida por medo ou por expressões que incluem o termo

formação de sintomas e a geração de ansiedades, apresentando duas opiniões: uma, que a ansiedade é um sintoma da neurose, e outra, que os sintomas só se formam a fim de evitar a ansiedade: reúnem a energia psíquica que de outra forma seria descarregada como ansiedade. No concernente à normalidade da ansiedade:

Num grande número de casos os antigos determinantes da ansiedade realmente declinam, após terem reações neuróticas. As fobias de crianças muito tenras, temores de ficarem sós ou no escuro ou com estranhos – fobias que podem quase ser chamadas de normais – em geral desaparecem depois; a criança 'sai delas crescendo', como dizemos sobre algumas outras perturbações na infância. (1926-1980, p.145). Em vez do afeto da ansiedade tomemos por um momento, outro – o do pesar, por exemplo. Parece perfeitamente normal que aos quatro anos de idade uma menina chore penosamente se a sua boneca quebrar-se; ou aos seis, se a governanta reprová-la; ou aos dezesseis, se for desprezada pelo namorado; ou aos vinte e cinco, talvez se um filho dela morrer. Cada um desses determinantes de dor tem a sua própria época e desaparece quando essa época terminar. Somente os determinantes finais e definitivos permanecem por toda a vida. (1926-1980, p.144-145). Outros determinantes de ansiedade, como o medo do superego, estão destinados a não desaparecer absolutamente, mas a acompanhar as pessoas por toda sua vida. Nesse caso, o neurótico diferirá da pessoa normal devido ao fato de que suas reações aos perigos em questão serão indevidamente acentuadas. [...] Por que só o afeto da ansiedade parece desfrutar da vantagem sobre todos os outros afetos de evocação de reações que se distinguem das restantes por serem anormais e que, através de sua falta de propriedade, vão de encontro ao movimento da vida? [...] De que provém a neurose – qual é a sua última, sua própria *raison d'être* peculiar? (1926, p.146).

O autor questiona a origem da neurose e sustenta a hipótese de que existem reações fóbicas normais, como por exemplo o afeto da ansiedade, mas cada um desses determinantes de dor tem sua época e, quando terminar, desaparece .

No prosseguimento desse texto, Parte X, Freud afirma que a ansiedade é a reação ao perigo e o afeto de ansiedade ocupa uma posição *sui generis* na economia da mente. O autor busca uma explicação da razão de algumas pessoas se sujeitarem ao afeto da ansiedade como elaborações normais da mente e outras fracassarem na tarefa:

---

temerosos, onde o uso em inglês o exigiu e a confusão parecia improvável. Algumas observações sobre isto serão encontradas em um Apêndice do Editor Inglês, Standard Ed.,3 116-17.

A primeira tentativa foi feita por Alfred Adler, sua asserção reduzida a sua essência, era a de que as pessoas que fracassavam na tarefa a elas atribuída pelo perigo eram aquelas muito impedidas por alguma inferioridade orgânica. Mas ao contrário, nossos estudos críticos dos últimos dez anos efetivamente demonstraram a total impropriedade de tal explicação – explicação que põe de lado toda a riqueza do material descoberto pela psicanálise. A segunda tentativa foi feita por Otto Rank em 1923, afasta da questão do defeito orgânico do indivíduo e se concentra no grau variável de intensidade do perigo. O processo de nascimento é a primeira situação de perigo, e a convulsão econômica que ele produz torna-se o protótipo da reação de ansiedade. Já traçamos a linha de desenvolvimento que liga essa primeira situação de perigo e determinante da ansiedade com todas as ulteriores, e vimos que todas conservam uma qualidade comum até onde significam, em certo sentido, uma separação da mãe – de início somente num sentido biológico, a seguir como uma perda direta do objeto e depois como uma perda do objeto incorrida indiretamente (1926, p.147-148).

O material descoberto pela psicanálise afasta o defeito orgânico e se concentra no grau variável de intensidade do perigo, a exemplo do nascimento, que é uma situação de perigo, vivida pela separação da mãe como uma perda direta e indireta do objeto. Na continuidade do texto, *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926), Adendos, Parte B, *Observações Suplementares Sobre a Ansiedade*, Freud afirma que a ansiedade tem inegável relação com a expectativa, ou seja, é ansiedade por algo que virá, e outra relação da ansiedade é com a neurose:

Ademais, além de sua relação com o perigo, a ansiedade tem uma relação com a neurose que há muito estamos tentando elucidar. Surge a questão: por que todas as reações não são neuróticas – por que aceitamos tantas delas como normais? E finalmente o problema da diferença entre a ansiedade realística e a ansiedade neurótica aguarda um exame completo. [...] O verdadeiro perigo é um perigo que é conhecido, sendo a ansiedade realística a ansiedade por um perigo desconhecido dessa espécie. A ansiedade neurótica é a ansiedade por um perigo desconhecido. O perigo neurótico é assim um perigo que tem ainda de ser descoberto. A análise tem revelado que se trata de um perigo instintual. Levando esse perigo que não é conhecido do ego até a consciência, o analista faz com que a ansiedade neurótica não seja diferente da ansiedade realística, de modo que com ela possa lidar da mesma maneira. Em alguns casos as características da ansiedade realística e da ansiedade neurótica se acham mescladas. O perigo é conhecido e real, mas a ansiedade referida a ele é super grande, maior do que nos parece apropriado. É esse

excedente de ansiedade que trai a presença de um elemento neurótico. [...] a ansiedade no perigo, prosseguimos indagando qual é a essência e o significado numa situação de perigo. [...] consiste na estimativa do paciente quanto à sua própria força em comparação com a magnitude do perigo e no seu relacionamento de desamparo em face desse perigo. Denominamos uma situação de desamparo dessa espécie, que ele realmente tenha experimentado a *situação traumática* (1926, p. 160-161).

O autor reafirma o questionamento: Por que todas as reações não são neuróticas? E ainda sustenta a hipótese de que a ansiedade neurótica é a ansiedade por um perigo desconhecido, instintual. Na análise, ansiedade neurótica não se difere de ansiedade realística.

Em *A Questão da Análise Leiga: Conversações com uma Pessoa Imparcial* (1926), Parte 4, Freud nos mostra que a sexualidade se tornou o motivo mais forte da hostilidade de outras pessoas em relação a análise, e aponta para o comportamento das pessoas neuróticas: “Isto simplesmente nos revela como é neurótica toda nossa vida civilizada, visto que pessoas manifestamente normais não se comportam de forma muito diferente das neuróticas.” (1926, p.201).

Freud reafirma que o comportamento das pessoas neuróticas não diferem das pessoas normais. Nesse mesmo artigo, Parte V, , o autor demonstra qual espécie de conhecimento se faz necessário a fim de praticar a análise, discutindo a relação entre ego e id e, dentro do próprio ego, o surgimento do superego como fundamental à saúde mental:

Esse superego ocupa uma posição especial entre o ego e o id. Ele pertence ao ego e partilha do seu alto grau de organização psicológica; mas tem uma vinculação particularmente íntima com o id. É de fato um precipitado das primeiras catexias do objeto do id e é herdeiro do complexo de Édipo após seu falecimento. Esse superego pode confrontar-se com o ego e tratá-lo como um objeto; e ele muitas vezes o trata com grande aspereza. É tão importante para o ego continuar em boas relações com o superego como com o id. Desavenças entre o ego e o superego são de grande importância na vida mental. O senhor já terá adivinhado que o superego é o veículo do fenômeno que chamamos de consciência. A saúde mental muito depende de o superego ser normalmente desenvolvido – isto é, de haver-se tornado suficientemente impessoal (1926, p.215-216).

O autor reconhece a importância do superego, por sua posição mediadora entre o ego e o

id, e ainda afirma que a saúde mental dependerá de o superego ser normalmente desenvolvido, isto é suficientemente impessoal.

Na tentativa de explicar os fenômenos mentais patológicos, o artigo *Psicanálise* (1926) de Freud trata da psicanálise como método terapêutico e sua aplicação nas neuroses mais brandas e nas malformações do caráter e inibições ou anormalidades sexuais:

A psicanálise está firmemente alicerçada na observação dos fatos da vida mental e por essa mesma razão sua superestrutura teórica ainda está incompleta e sujeita a constante alteração. Em segundo lugar, não existe motivo para surpresa que a psicanálise, que originalmente nada mais era que uma tentativa de explicar os fenômenos mentais patológicos, deve ter se desenvolvido numa psicologia da vida mental normal. A justificativa disso surgiu com a descoberta de que os sonhos e os erros ('parapraxias' como lapsos de linguagem, etc.) de homens normais têm o mesmo mecanismo que os sintomas neuróticos (1926, p.256).

O alicerce da psicanálise está nos fatos da vida mental, o que faz essa teoria estar em constante alteração, incompleta. E, visando explicar os fenômenos mentais patológicos, desenvolveu-se numa psicologia da vida mental normal. No texto *Pós-Escrito* (1927), o autor afirma a contribuição dos seres humanos neuróticos para o estudo dos processos mentais normais:

Por motivos que podem facilmente ser compreendidos, os seres humanos neuróticos oferecem material muito mais instrutivo e acessível do que os normais, e sonegar este material a qualquer um que deseje estudar e aplicar a análise é privá-lo de boa metade das suas possibilidades de formação (FREUD, 1927, p.24).

Freud sustenta essa hipótese afirmando que as pessoas neuróticas oferecem para a formação um material mais instrutivo e acessível do que os normais. No texto *Moisés, o seu Povo e a Religião Monoteísta* (1938), Parte III (C), *Analogia*, Freud trata da analogia que encontramos na história da religião judaica e aproxima-se da identidade e do trauma, e que é encontrada na psicopatologia, na gênese das neuroses humanas, num campo, equivale a dizer, pertencente à psicologia dos indivíduos, ao passo que os fenômenos religiosos são considerados como parte da psicologia grupal. No que concerne ao trauma:

Denominamos *traumas* aquelas impressões, cedo experimentadas e mais tarde esquecidas, a que concedemos tão grande importância na etiologia das neuroses. Podemos deixar de lado a questão de saber se a etiologia das neuroses em geral pode ser encarada como traumática. A objeção óbvia a isso é que não é possível, em todos os casos, descobrir um trauma manifesto na história primitiva do indivíduo neurótico. Com frequência, devemos resignar-nos a dizer que tudo que temos perante nós é uma reação anormal, fora do comum, a experiências e exigências que afetam a todos, mas são elaboradas e tratadas por outras pessoas de uma outra maneira, que pode ser chamada de normal (1938, p.87).

O autor afirma que não é possível descobrir um trauma manifesto na história primitiva do indivíduo neurótico; devemos apenas dizer de uma reação anormal, as experiências e exigências são tratadas por outras pessoas de maneira normal. Nesse texto, Parte III (F), *O Retorno do Reprimido* (1938), o autor trata da linha fronteira entre os acontecimentos normais e patológicos:

Há uma quantidade de processos semelhantes entre os que a investigação analítica da vida mental nos ensinou a conhecer. Alguns deles são descritos como patológicos; outros se contam entre a diversidade dos acontecimentos normais. Mas isso pouco importa, já que as fronteiras entre os dois (os patológicos e os normais) não estão nitidamente traçadas, seus mecanismos são em grande parte os mesmos, sendo de muito maior importância saber se as alterações em apreço se realizam no próprio ego ou se confrontam com ele como estranhas a ele, caso que são conhecidos como sintomas (1938, p.139).

Freud reafirma que a linha fronteira não é nítida e os mecanismos entre o normal e o patológico são praticamente os mesmos. Atribui importância a verificar se as alterações se realizam no ego ou se confrontam com ele, como no caso dos sintomas.

No texto *Esboço de Psicanálise* (1938), Capítulo III, *O Desenvolvimento da Função Sexual*, Freud aborda as inibições em seu desenvolvimento como um dos distúrbios da vida sexual:

Esse processo nem sempre é realizado de modo perfeito. [...] Quando é assim,

encontramos fixações da libido a condições de fases anteriores, cujo impulso, que é independente do objetivo sexual normal, é descrito como perversão. Uma dessas inibições do desenvolvimento é, por exemplo, a homossexualidade, quando ela é manifesta. A análise mostra que em todos os casos um vínculo objetal de caráter homossexual esteve presente e, na maioria dos casos, persistiu em estado latente. A situação complica-se porque, via de regra, os processos necessários a um desfecho normal não se acham presentes ou ausentes, mas parcialmente anormais e presentes, de maneira que o resultado final fica dependente dessas relações quantitativas. [...] Em primeiro lugar, as manifestações normais e anormais por nós observadas (isto é, fenomenologia do assunto) necessitam ser descritas do ponto de vista da sua dinâmica e economia (em nosso caso, do ponto de vista da distribuição quantitativa da libido). E em segundo, a etiologia dos distúrbios que estudamos deve ser procurada na história do desenvolvimento do indivíduo – ou seja, no começo de sua vida (1938, p.168).

Segundo o autor, a anormalidade presente na vida sexual do indivíduo encontra-se nas fixações da libido a condições anteriores, e deve ser descrita de modo dinâmico e econômico, como no caso da homossexualidade, porque os processos necessários para o desfecho normal não se encontram presentes e o resultado depende das relações quantitativas.

No capítulo V, do texto de 1938, *A Interpretação de Sonho como Ilustração*, o autor aborda a contribuição dos estados de conflitos para a investigação dos estados normais e patológicos:

Uma investigação de estados estáveis, normais, em que as fronteiras do ego são resguardadas contra o id mediante resistências (anticatexias) e se aguentam firmes, e nos quais o superego não se distingue do ego, por trabalharem juntos harmoniosamente – uma investigação deste tipo pouco nos ensinaria. A única coisa que pode ajudar-nos são estados de conflitos e tumulto, quando os conteúdos do inconsciente têm perspectiva de forçar caminho para o ego, e a consciência e o ego mais uma vez se põem na defensiva contra essa invasão. É somente nestas condições que podemos fazer as observações que confirmarão ou corrigirão nossas afirmações sobre os dois parceiros. Ora nosso sono noturno é precisamente um estado desse tipo, e, por essa razão, a atividade psíquica durante o sono, que percebemos como sonhos, é o nosso objetivo de estudo mais favorável. Dessa maneira também, evitamos a acusação costumeira de basearmos nossas construções da vida mental normal em achados patológicos, pois os sonhos são ocorrências comuns na vida de uma pessoa normal, por mais que suas características possam diferir das produções de nossa vida desperta (1938, p.179).

Nesse texto, Freud indica que a investigação do sono noturno contribui para pensar os estados estáveis e ou normais porque os conteúdos inconscientes têm perspectiva de forçar o caminho para o ego.

Em *Esboço de Psicanálise* (1938), Capítulo VII, no artigo *Um exemplo de Trabalho Psicanalítico*, o autor apresenta que as neuroses e as psicoses são os estados em que se manifestam distúrbios no funcionamento do aparelho:

As neuroses (diferentemente das moléstias infecciosas, por exemplo) não possuem determinantes específicos. Seria ocioso buscar nelas excitantes patogênicos. Elas se transformam gradualmente, através de fáceis transições, no que é descrito como normal, e, por outro lado, dificilmente existe qualquer estado reconhecido como normal em que indicações de traços neuróticos não possam ser apontadas. Os neuróticos possuem aproximadamente as mesmas disposições inatas que as outras pessoas, têm as mesmas experiências e as mesmas tarefas a desempenhar. Por que é, então, que vivem de modo tão pior e com tão grande dificuldade, e, no processo, padecem de mais sentimentos de desprazer, ansiedade e sofrimento? O que deve ser tido como responsável pela inadequação e sofrimentos dos neuróticos são desarmonias quantitativas. A causa determinante de todas as formas assumidas pela vida mental humana deve, na verdade, ser buscada na ação recíproca entre as disposições inatas e as experiências acidentais. Ora um determinado instinto pode ser inatamente forte ou fraco demais, ou uma determinada capacidade pode ser sustada ou desenvolvida de modo insuficiente na vida. Por outro lado, as impressões e experiências externas podem fazer exigências de intensidade diferente a pessoas diferentes e aquilo que é passível de ser manejado pela constituição de uma pessoa pode ser uma tarefa impossível para a de outra. Essas diferenças quantitativas determinarão a variedade dos resultados (1938, p.197).

O autor defende que as neuroses não possuem determinantes específicos, pois sua causa determinante deve ser buscada na ação recíproca entre as disposições inatas; todavia, as experiências externas podem fazer exigências de intensidade diferente de uma pessoa para outra, que determinarão os resultados.

No prosseguimento desse mesmo artigo Freud afirma que as neuroses possuem características específicas, sendo estas infelicidades de um tipo determinado:

Se acreditarmos que as neuroses não diferem, em qualquer aspecto essencial, do normal, o seu estado promete render valiosas contribuições para o conhecimento do normal. Pode ser que assim descubramos os “pontos fracos”, de uma organização normal. A suposição que acabamos de fazer encontra confirmação. As experiências analíticas nos ensinam que existe, de fato, uma exigência instintiva para a qual as tentativas de com ela lidar muito facilmente fracassam ou conseguem um sucesso insatisfatório, e que há um período da vida que aparece exclusiva ou predominantemente em conexão com a geração de uma neurose (1938, p.198).

[...] Não devemos, portanto esquecer de incluir a influência da civilização entre os determinantes da neurose. É fácil como podemos ver, a um bárbaro ser sadio; para um homem civilizado, a tarefa é árdua. O desejo de um ego poderoso e desinibido pode parecer-nos inteligível, mas, tal como nos é ensinado pelos tempos em que vivemos, ele é, no sentido mais profundo, hostil à civilização (1938, p.199).

O autor nos coloca que há uma exigência instintiva e as tentativas de lidar com ela fracassam ou conseguem um sucesso insatisfatório, período em que o indivíduo está em conexão com a neurose, como por exemplo, no caso do homem civilizado.

No texto da *Análise Terminável ou Interminável (1938)* Freud discute o término de uma análise, e na parte III apresenta os três fatores decisivos para o sucesso ou não do tratamento analítico: a influência dos traumas, a força constitucional dos instintos e as alterações do ego. No que concerne ao segundo fator:

Partamos da presunção de que aquilo que a análise realiza para os neuróticos nada mais é do que aquilo que as pessoas normais ocasionam para si próprias sem o auxílio dela. A experiência cotidiana, contudo nos ensina que, numa pessoa normal, qualquer solução de um conflito instintual só é válida para uma força específica de instinto e a força do ego. Se a força deste diminui, quer pela doença, quer pela exaustão, ou por alguma causa semelhante, todos os instintos, que até então haviam sido amansados com êxito, podem renovar suas exigências e esforçar-se por obter satisfações substitutivas através de maneiras anormais (1938, p.241).

A solução de um conflito instintual de uma pessoa normal na experiência cotidiana só tem validade para uma força específica de instinto e de ego, e se a força diminui, todos os instintos podem renovar suas exigências e esforçar-se por obter satisfações substitutivas. Nesse mesmo

escrito, Parte V, Freud discute o terceiro fator, as alterações do ego, e afirma que a normalidade em geral é uma ficção ideal:

Como é bem sabido, a situação analítica consiste em nos aliarmos com o ego da pessoa em tratamento, a fim de submeter partes de seu id que não estão controladas, o que equivale a dizer, incluí-las na síntese de seu ego. O fato de uma cooperação desse tipo habitualmente fracassar no caso dos psicóticos, nos fornece uma primeira base sólida para nosso julgamento. O ego, se com ele quisermos poder efetuar um pacto desse tipo, deve ser um ego normal. Mas um ego normal dessa espécie é, como a normalidade em geral, uma ficção ideal. O ego anormal, inútil para os nossos fins, infelizmente não é ficção. Na verdade, toda pessoa normal é apenas normal na média. Seu ego aproxima-se do ego do psicótico num lugar ou noutro e em maior ou menor extensão, e o grau de seu afastamento de determinada extremidade da série e de sua proximidade da outra nos fornecerá uma medida provisória daquilo que tão indefinidamente denominamos de 'alteração de ego' (1938, p.251).

Vemos acima que o ego normal é, como a normalidade, uma ficção, pois toda pessoa normal é apenas normal na média. Ainda, nesse texto, Parte VII, preocupado com o término das análises, Freud adverte que não se deve abreviá-las, mas aprofundá-las. O término da análise é uma questão prática, mas no que se refere à normalidade:

Nosso objetivo não será dissipar todas as peculiaridades do caráter humano em benefício de uma 'normalidade' esquemática, nem tampouco exigir que a pessoa que foi 'completamente analisada' não sinta paixões nem desenvolva conflitos internos. A missão da análise é garantir as melhores condições psicológicas possíveis para as funções do ego; com isso, ela se desincumbiu de sua tarefa. (FREUD, 1938, p. 266-267).

Diante do exposto, vemos que as hipóteses freudianas sobre as formulações do normal e do patológico se constituíram das seguintes ideias: há uma linha divisória entre a neurose e a vida normal; há indiferenciação da linha divisória entre saúde/doença, normal/patológico, pois as pessoas normais adoecem pelos mesmos processos que as pessoas sadias lutam; sonhos e atos falhos não são fenômenos patológicos; a quantificação determina a qualidade do fenômeno normal e/ou patológico; as pessoas se tornam neuróticas como uma defesa do ego em relação à

frustração que a realidade lhes impõe diante do limite da capacidade do seu ser; e, as conclusões sobre as pessoas neuróticas contribuem para pensar a criança normal.

A concepção de doença é uma concepção puramente prática, uma questão de somação; a disposição e as eventualidades da vida precisam combinar-se para que o limiar dessa somação seja ultrapassado e, conseqüentemente, pessoas saudáveis passam constantemente para pacientes neuróticos; o conceito de doença é equivalente às estruturas substitutivas e está presente uma inferioridade constitucional geral que é justificada por número, intensidade e distribuição.

O sentimento de inferioridade constituído pela perda de amor e pelo fracasso deixa uma cicatriz narcísica e um dano permanente à autoconsideração, que também pode ser observado na vida das pessoas normais; a compulsão à repetição opera nos processos de excitação da vida mental das pessoas normais quando se refere a um comportamento ativo por parte da pessoa interessada, e os sonhos são meras formas de pensar, incluindo o material reprimido e os pensamentos pré-conscientes, que podem ser normais, ou apresentar o caráter de qualquer neurose.

Os atos mentais comuns de pessoas normais constituídos por fenômenos que causavam eventos como esquecimentos, lapsos cotidianos, movimentos habituais efetuados aparentemente sem intenção ou brincando, deveriam ser considerado sob o mesmo ângulo dos sintomas neuróticos; os sonhos não são fenômenos patológicos; não há uma linha flexível entre neurose/psicose e saúde/neurose; o afeto da ansiedade é uma reação fóbica normal se cada determinante de dor tem sua época e desaparece quando terminar; a ansiedade neurótica é uma ansiedade por um perigo desconhecido.

A diferença entre neurose e saúde vigora apenas na vida desperta; as pessoas sadias efetuam repressões, e grande parte dos sintomas são destituídos da sua vida prática; a linha fronteira entre o normal e o patológico se estabelece pela repressão do complexo de Édipo; o comportamento normal e sadio se constitui pela combinação de reações que se apresentam na realidade, mas depois o indivíduo luta, se esforça por efetuar uma alteração na realidade; o nível eticamente normal do superego das mulheres depende mais das origens emocionais do que nos homens; a linha fronteira não é nítida e os mecanismos entre o normal e o patológico são os mesmos, não possuem determinantes específicos e o ego normal é, como a normalidade em geral,

uma ficção, pois toda pessoa normal é apenas normal na média.

Na construção freudiana, o autor escolhe como ponto de partida para análise o inconsciente na vida sexual dos seres humanos, considerando desenvolvimento da libido, organizações sexuais, sentido dos sintomas e fixação em traumas. Tal escolha nos coloca diante de uma experiência universo- singular, ou seja, todos os seres humanos têm uma vida sexual, mas a vida sexual de todos eles é constituída pela inconsciência, que torna a vida incomparável, particular, singular.

Tomar as afecções patológicas e/ou normais pelo desenvolvimento lógico produzido numa história parece ser uma ideia útil, que leva à superação da contraposição anormalidade/normalidade. O homem julga sua experiência da posição de autor, daquele que consciente e inconscientemente é criador e criado dessa discursividade.

Partindo dessa ideia do autor, a dialética do universal e do particular em relação às formulações de normalidade e anormalidade se constrói fundamentada no sentido que o sujeito atribui para o acontecimento na experiência; o que é patológico ou normal de um acontecimento está dado pelo homem em sua relação com o social, portanto, só se compreende bem que, nos meios próprios do homem, o mesmo homem seja, em momentos diferentes, normal ou anormal.

## PARTE 2

*A segunda decepção é perceber que um texto não pode ser total, não há espaço para um somatório hegeliano, um avante inscrito na marcha ou nas dores da humanidade quase tornada una, de fato, com o terrível medo que o planeta acabe. O texto como uma pausa entre a passagem natural das gerações, menor; um som, latente, incapaz de estabelecer a direção apenas repondo no meio do público o que esse homem, admirador das narrativas, considera poder provocar, interrogar, enfim poder escrever. O texto nasce assim, cada vez sussurando um pouco menos, um pouco menos (DUTRA, A., CIEN-Digital, n. 06, abril, 2009).*

## 4 POLÍTICAS DO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO: UMA CHAVE DE LINHAGEM OU APARELHOS DE LINGUAGEM?

### *4.1 Diagnóstico Psicológico: um ato de decisão sobre o sujeito*

Este capítulo tem por finalidade apresentar a formulação histórica do diagnóstico, delimitando seu campo de produção e operacionalizado como um ato discursivo que decide sobre o sujeito e produz laços sociais.

No que concerne à história da formulação do diagnóstico psicológico, este foi fundado durante a grande crise ética da medicina, portanto no campo médico, e abalou a definição do homem, que passou a ser determinada pelo mundo científico. No colóquio *O lugar da psicanálise na medicina* (1966/2001), organizado por Jenny Aubry:

Lacan aponta que Foucault procurou “situar a responsabilidade da medicina na grande crise ética”, considerando que essa crítica de Foucault, centrada no isolamento da loucura, “atinge a definição do homem”. No desdobramento de sua fala, ele menciona

que a definição do homem moderno é determinada pelo mundo científico, em torno dos ideais de saúde, gerando uma demanda (de saúde, de cura) na sociedade, ao mesmo tempo em que deposita nas mãos dos médicos, o poder que advém dos produtos que surgem dos avanços nas investigações e pesquisas tecnológicas, químicas, biológicas (p.9).

Essa determinação científica que define o homem ideal gera uma demanda de um narcisismo consumado na pulsão de morte do homem na existência. Podemos afirmar que o diagnóstico psicológico fundado sob essa concepção normativa tem o poder de produzir acontecimentos, traumas, doenças e doentes orgânicos, psicológicos e morais, dependendo do modo de operar o recorte da cena, e os efeitos dessa produção revelam os modos de gozo do sujeito com suas relações instituintes.

O vocábulo diagnóstico institui a significação dada ao termo de “trabalho de conhecimento e reconhecimento dos sinais, úteis para fixar a identidade de alguma coisa”, e comporta em sua origem latina o significado de “dia”(através de, durante, por meio de) e de “gnose”(alusivo ao conhecimento de algo). Ainda:

A área semântica do vocábulo diagnosis – integrada por termos como diagnosko, separar e decidir; diagnome, deliberação e decisão; diagnomon, perspicaz, vigilante e atento; diagnorizo, fazer, conhecer e divulgar, e diagnostikos – designou, em suas origens, o fato e os atos de reconhecer e discernir, e configurou um campo significativo relativo a um modo de conhecer que consistia em separar e discriminar as notas do cognoscível (Saurí, 2001, p. 10)

Diagnosticar, de acordo com o significado da palavra é o ato de conhecer, separar,

discernir e implica uma decisão. Castro, Rosa e Silva apresentam outros modos de pensar o diagnóstico psicológico:

.Diagnosticar é ver através de uma teoria. É delimitar o campo de análise e apontar o posicionamento epistemológico do psicólogo. O diagnóstico permite sair do campo do particular, da vivência, para construir o campo da investigação, da pesquisa e do conhecimento. A vivência, a experiência, pode ser captada pelo conhecimento em sua interrupção. Diagnosticar é uma condição do conhecimento; uma verdade parcial e não um saber absoluto que deve ser demonstrado, pois não é um dogma (CASTRO,1993, apud *Rosa* , 1996, p.5);

O diagnóstico psicológico caracteriza-se por ser uma descrição que seleciona, prioriza e recorta aspectos do objeto, sempre parcialmente. Não abrange o objeto total e nem mesmo o que tem de essencial. É necessariamente superado pelo conjunto ou pelo contexto (ROSA, 1996, p.4);

O diagnóstico explicita um ponto de vista sobre o homem e não diagnostica o homem, não é saber sobre ele e o seu destino. É expressar um saber sobre uma dimensão do humano (SILVA apud Rosa, 1993, p.7).

Partindo do pensamento desses autores, compreende-se o diagnóstico psicológico como um ato que recorta aspectos parciais do objeto, supera-se pelo contexto e produz um saber sobre a dimensão do humano. E ainda apresenta um pressuposto fundamental, que é a parcialidade do objeto que o diagnóstico psicológico pode representar, ou seja, ele não tem o poder, o saber e nem a verdade sobre o sujeito.

A parcialidade polêmica do diagnóstico psicológico traz à baila sua importância articulada com seus efeitos, ou seja, é importante porque promove efeitos que dependerão da posição do psicólogo e do cliente no contexto social.

Dessa forma, como bem diz Silva (1993, p.24), este “não pode responder sobre o sujeito e nem essencialmente sobre o que o sujeito tem”. Portanto, cabe ao diagnóstico psicológico interrogar sobre o sintoma, possibilitando que o sujeito se (re)situe em relação ao seu sofrimento psíquico, e construindo uma dimensão política do humano.

O diagnóstico psicológico tem como objetivo construir um outro olhar sobre o sujeito. Isso implica considerar as diferenças individuais como singularidades que constituem e fundam uma ideia sobre si mesmo, um *parecer*. Qual a importância do diagnóstico psicológico? Quais são os efeitos da interpretação do código, da decodificação do psicólogo, na construção do diagnóstico do sujeito? O diagnóstico pode ter efeito de laço social? Qual discursividade constitui o diagnóstico psicológico?

O psicólogo numa posição crítica precisa discernir demanda de necessidade, ou seja, demanda como “indicador do lugar em que o psicólogo é chamado a atuar e do que é possível produzir deste lugar social” (ROSA, 1996, p.4), e necessidade, na sustentação de um exercício profissional, mesmo que para tal, a humilhação, a estigmatização e o preconceito sejam dispositivos técnicos invisíveis na operação do sujeito. Para Maesso (2011, p.41), o diagnóstico é um instrumento norteador da prática psicológica:

Prática psicológica deve ser regida pelo diagnóstico uma vez que este mostra o ponto de vista do psicólogo sobre o objeto. Expõe as mazelas e vicissitudes do pensamento, que assim, pode ser rearticulado. (...) Prática regida por princípios. As boas intenções ou o

desejo de fazer o bem não são práticas psicológicas. (...) Cada proposta que pretende liberar o homem da servidão contém o germe da própria servidão. A análise institucional arrisca-se a tornar-se uma psicologia das massas; a psicologia clínica arrisca-se a ser um instrumento de alienação.

Nessa tentativa científica de apreender o sujeito como objeto de conhecimento, o diagnóstico psicológico não deve ser reduzido a um instrumento ideológico, isto é, fixar no sujeito a identidade de alguma coisa e, dessa forma, apropriar-se dele como se fosse a Coisa cognoscível.

No diagnóstico psicológico compreendido como um processo, o psicólogo expõe o ponto de vista sobre o objeto, mostra seus pressupostos epistemológicos, históricos, sociais e políticos sobre o mesmo, que poderão ou não ser rearticulados na investigação com a descoberta de algo desconhecido sobre o sujeito. Para o psicólogo, se for possível sustentar a posição de pesquisador operar-se-á uma nova dimensão sobre o sujeito.

O diagnóstico psicológico, como um ato que norteia a prática psicológica, regida por princípios que fundamentam a dimensão humana na existência, deverá se rearticular como instrumento ético-político com a finalidade de construir um outro olhar, uma nova dimensão e (re)situar o sujeito na existência.

Diante do exposto, o diagnóstico psicológico está articulado com a teoria psicanalítica, comprometido com seus pressupostos, fundamentado em um conjunto de ideias que norteiam o pensamento, mas que não o define em si; são formulações. No campo científico, correr o risco de fazer algo inovador é colocar outras interlocuções no campo psicológico, é inserir uma incerteza

na discursividade, é uma aposta.

#### ***4.2 O diagnóstico psicológico: um modo de operar entre os discursos um acontecimento no social***

Neste momento cabe pensar o diagnóstico psicológico como um operador discursivo, como uma referência, um limite que operacionaliza uma política de poder e gozo, e que, na cena social, tem o poder de fundar um lugar para o sujeito, através do discurso científico, inscrevendo-o politicamente como um indivíduo normal ou anormal, numa condição discursiva de incluído, excluído e ou segregado do laço social.

O diagnóstico psicológico formulado como operador discursivo, apoiado no conceito de discurso do pensamento foucaultiano, define-se pelo lugar onde o poder se exerce, é ato, é acontecimento. Segundo Foucault (2000, p.9):

[...] discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. [...] o discurso como a psicanálise nos mostrou, não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto de desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Diante da palavra do filósofo, podemos nos questionar no contexto específico do CREAS: Qual o objeto de apoderamento desses discursos normalizantes? Será que queremos nos apoderar da vida dos adolescentes, controlar o desejo pela normatização? O que será que será que insiste em acontecer na ordem e no progresso da adolescência brasileira? Mais ainda, os adolescentes insistem em nos mostrar que participam desse acontecimento social como atores reconhecidos como infratores e gozam da ordem discursiva, de uma lei que governa o desgoverno.

Para Lacan, *discursos* são “os laços sociais tecidos e estruturados pela linguagem” (1992, p.25), a conjunção do enunciado com a enunciação, são da ordem de um dizer que funda fatos e a subjetividade é referida a estrutura de linguagem. Pensar a partir deste autor permite-nos analisar a conjunção do enunciado com a enunciação da reincidência no diagnóstico psicológico como uma composição, como um modo de dizer.

No enunciado da (re)incidência, temos uma duplicidade da incidência, ou seja, uma repetição do ato num outro acontecimento social e a enunciação de uma condição, marcada pela diferença que opera uma política de exceção e produz uma exclusão e/ou segregação do lugar social.

Na enunciação do acontecimento, a ordenação dos fatos cria o crime e constitui a cena que, nas suas diferentes composições, constitui um drama, uma tragédia e/ou um romance familiar. O acontecimento como um ato é uma composição que transforma e funda, através da operação da subversão, outras versões do sujeito que, num instante de ver, inscreve-se sob os gestos do sujeito dizendo sobre o seu Ser.

Num campo de articulação entre Foucault e Lacan, podemos formular o discurso social como o curso disso que coloca em circulação a substância do gozo e poder na prática social. É estruturado pela e como linguagem e será tomado no campo do gozo redimensionando a importância da linguagem.

O discurso estruturado pela linguagem nos apresenta lugares de enunciação a partir dos quais são construídos enunciados que compõem os entrelaçamentos sociais na constituição do sujeito, isto é, uma cadeia simbólica, onde um significante se representa para outro significante diante dos inúmeros significados produzidos socialmente num campo do gozo. De acordo com Quinet (2006, p.24):

Da mesma forma que a segunda tópica freudiana não exclui a primeira, o campo do gozo e a clínica que dele deriva não exclui o campo da linguagem, mas o inclui. [...] o campo do gozo com a teoria dos discursos e a nova concepção do *sinthoma* não exclui o campo da linguagem com suas leis e referência ao Nome-do-Pai.

Nessa composição das tópicas freudianas, incluir a linguagem no campo do gozo, seus discursos e o *sinthoma*<sup>17</sup>, não é excluí-la de seu campo estrutural, mas é fazer valer as leis e as

<sup>17</sup> *Sinthoma* ou *sinthome*: corresponde a uma nova forma de escrita - a escrita dos nós. O deslocamento

referências ao Nome-do-Pai<sup>18</sup> que estruturam o sujeito. Outra delimitação importante refere-se ao conceito de campo, como sinônimo de campo operatório, área fora da qual a operação é estéril. Segundo Quinet (2006, p.24):

O campo que nos interessa é um campo operatório cuja área é constituída por constantes e variáveis, sendo estruturado por conceitos e matemas que lhe são próprios. De acordo com a primeira tópica lacaniana, a psicanálise é uma operação no campo da linguagem, e com a segunda, é definida como uma operação no campo do gozo, ao qual Lacan batizou com o qualificativo de seu nome: o campo lacaniano.

O recorte científico remete-se ao campo lacaniano, levando em consideração a primeira tópica e delimitando-se pela segunda tópica no campo do gozo, pois este não se deixa apreender totalmente, vasa, transborda, escapa. Não há limites para o gozo; ele não se deixa reduzir ao sexo e, portanto, não se deixa aprisionar pelo significante fálico, o que não quer dizer que seu campo não seja estruturado.

De acordo com Quinet (2006, p.27): “O campo do gozo é, antes de tudo, um campo operatório e conceitual, estruturado pela linguagem por meio de seus aparelhos, que são aparelhos de tratamento do gozo nos laços sociais: os discursos. São eles que constituem a realidade.”

A constituição da realidade advinda da construção discursiva cria uma outra dimensão e reafirma o axioma freudiano da realidade psíquica. Sendo assim, os acontecimentos e os laços sociais são discursividades, são relações que o sujeito estabelece com o Outro e com os outros sociais. No entanto, faz-se necessário considerar que o discurso no campo do gozo instaura

---

ortográfico do termo psicanalítico sintoma para *sinthoma* dá as coordenadas de uma discussão eminentemente clínica que erige a arte literária do escritor James Joyce como "suplência de sua firmeza fálica" ou como "fiadora do falo". A partir daí, assistimos a uma sequência de lições sobre o nó borromeano de três elos, sobre o nó borromeano em que real, simbólico e imaginário justapostos, quer dizer, separados, são ligados pelo quarto elo, o *sinthoma*, equivalente do pai. Este sintoma, que não é símbolo, não constitui uma formação do inconsciente, mas uma suplência, pai que nomeia. De acordo com Lacan, Joyce visava fazer para si um nome e imortalizar seu nome próprio. A carência paterna de que sofria, teria levado o escritor, por intermédio de seu nome como autor literário, a construir uma versão para o pai, uma *pai-versão* (*père-version*) no sentido de uma versão em direção ao pai. Já o sintoma: conjunto de sinais, símbolos, satisfação substitutiva, como formação de compromisso entre as exigências da realidade (ou do eu, ou do supereu) e os desejos do inconsciente. (BASTOS, A. 2008, p.45)

<sup>1</sup> <sup>8</sup> Nome-do-Pai: é um significante que ao situar a função simbólica da castração como uma consequência da submissão do ser humano ao significante retoma a morte do pai e sua transformação em Nome. (MENA, 2004, p.101).

relações fundamentais, a partir de uma série de enunciados primordiais que determinam especificamente aquele laço social.

Ainda segundo Quinet (2006, p.30):

Trata-se de um “discurso sem palavras”, pois, segundo Lacan, “não há necessidade de enunciações para que nossa conduta, nossos atos eventualmente se inscrevam no âmbito de certos enunciados primordiais” [...] Esses enunciados nem sempre são evidentes ou explícitos. Eles precisam ser detectados, ou seja, interpretados para se saber o tipo de laço social e a forma como ele se apresenta.

O discurso no campo do gozo faz com que nossos atos se inscrevam na dimensão do real, como um discurso sem palavras, indizível. Podemos nos questionar se o sujeito delimitado no campo do gozo é o da linguagem. É aquele que se define pela posição?

Levando em consideração as palavras de Quinet (2006), é o sujeito da linguagem, mas não é propriamente o sujeito da fala, é aquele que está implicado no gozo do laço social. O sujeito implicado no gozo do laço social marca pela sua posição discursiva a forma e o efeito de laço construído na produção sociopolítica *da e na* vida cotidiana e referencia-se pela fantasia que transforma em realidade e aproxima a lei do gozo, conforme Zizek *apud* Rosa:

O traço fundamental do vínculo social 'totalitário' não é justamente a perda da distância entre a fantasia que fornece os referenciais do gozo do sujeito e a lei formal-universal que regulamenta a troca social? A fantasia aí se 'socializa' de maneira imediata, a lei social coincide com uma ordem, 'Goza!', começa a funcionar como um imperativo supereu-óico. Dito de outra maneira, no totalitarismo, é realmente a fantasia que está no poder [...]" (ZIZEK, 1991, p.157).

E Rosa (2006, p.43), comentando Zizek, nos diz:

Nessa afirmação, Zizek é preciso ao apontar a astúcia do totalitarismo que aproxima lei e gozo, que transforma uma fantasia na alegada realidade ou verdade última desvinculada da História da comunidade. Colada à lei formal-universal que regula a troca social, a fantasia perde seu caráter singular e ganha autonomia, expandindo-se com a promessa da possibilidade de gozo. Estende o seu manto sobre a realidade social, atendendo às

premissas de um tipo de historiografia que obtura os antagonismos reais, procurando preencher todos os espaços e desmentir a negatividade do sujeito. Abarca as promessas do capitalismo e aparece no discurso capitalista. Já demonstramos que o discurso capitalista não se apresenta como laço social regulador tal como o discurso do Mestre, pois é eminentemente segregador, alheio ao laço social. Nesse sentido, como discurso capitalista, a fantasia intensifica a alienação do sujeito, fragilizando-lhe a aposta no próprio desejo, na própria verdade. Esta, sim, seria ilusão, ingenuidade, anacronismo, alienação. Cria-se, então, o paradoxo em torno do ideal tomado como ilusão.

O totalitarismo que aproxima lei e gozo transforma uma fantasia em realidade ou verdade desvinculada da história da comunidade. No diagnóstico psicológico ético-político, a descontextualização desresponsabiliza os atores partícipes dessa produção discursiva capitalista que opera a seguinte proposição: a fantasia imediatiza a lei social operando a lógica da coincidência no imperativo de uma ordenação de gozar.

A ordenação de gozar sustenta o paradoxo ideal/ilusão, fortalece o vínculo totalitário, e constrói uma discursividade consistente, segregadora, que não só opera a alienação do sujeito através dos atos discursivos, como também produz efeitos de obturação no discurso, no que concerne à falta e à negatividade do sujeito, criando aparelhos de linguagem, como modos de alienação do sujeito.

### ***4.3 Os discursos como aparelhos de linguagem que estruturam o diagnóstico no campo do gozo***

A proposta aqui é discutir o diagnóstico psicanalítico como um aparelho de linguagem e não de linhagem que funda atos discursivos e opera um entre os diferentes discursos, produzindo efeitos no laço social.

Os discursos como aparelhos de linguagem que estruturam o diagnóstico psicológico no campo do poder e do gozo desdobram-se em discursos em governar, educar, psicanalisar e fazer desejar. Podemos pensar: Será que as ciências médica e psicológica aparelham seus discursos em governar e educar? Será que o governo é operacionalizado na educação da vida dos sujeitos?

Já psicanalisar e fazer desejar são discursos que apresentam de partida os seus limites, ou

seja, como bem diz Freud, missões impossíveis. Como psicanalisar e fazer desejar os sujeitos ou uma Instituição?

A psicanálise como instrumento pode operar através do ato analítico um sujeito responsável pelo seu modo de viver e não um modo de viver para o sujeito. Sendo assim, as fundações são criações e invenções do próprio sujeito, e, levando em consideração os limites do poder da psicanálise, ela trata, mas não cura o sujeito de si mesmo.

Não curar o sujeito de si mesmo inclui o impossível como constituinte do sujeito, isto é, de curar-se e de se relacionar sexualmente. Lacan, no *Seminário XVII*, define os laços sociais constituídos pelos quatro discursos diante do impossível da relação sexual, a relação de complementaridade entre os sexos. Fundamentado no conceito de permutação circular da teoria dos conjuntos, o autor propõe os quatro lugares: agente, verdade, outro e produção, assim como quatro elementos que se permutam nos lugares:  $S_1, S_2, a, \$$ .

Além desses lugares, letras, barras, setas e operadores, Lacan inclui ainda, nessa álgebra revolucionária, *a impossibilidade* – categoria aristotélica extraída da lógica modal – e *a impotência*, localizando cada uma delas em um lugar específico na estrutura matricial dos discursos, conforme nos é esclarecido principalmente em *Radiofonia* (LACAN, 1970/2003, *apud* QUINET, 2009, p.31).

Incluir na álgebra revolucionária a impossibilidade e a impotência é dimensionar o real, o simbólico e o imaginário como localizadores da estrutura matricial dos discursos fundada no nó borremeano. Essa estruturação discursiva nos permite analisar o modo discursivo dominante nas relações instituídas e instituintes pelo lugar em que o discurso é proferido. Para Lacan (1992, p. 26):

A lógica dos quatro discursos formulada será tomada como referência para pensar a inserção do psicólogo na função de psicanalista. É possível utilizar a lógica dos quatro discursos para intervir instituindo mudanças de discurso. [...] Cada um dos discursos é uma forma de laço social onde entre outras questões, o que está em jogo é um certo modo do sujeito se posicionar em relação ao outro, seu parceiro social, seja na direção de atender um imperativo de gozo, seja na assunção do seu desejo.

Pensar o sujeito implicado num discurso é localizá-lo numa posição discursiva e num contexto

social que nos possibilita compreender o modo de laço social que dirige seu ato, na relação com o outro, na direção do gozo e/ ou do desejo. De acordo com Quinet (2009, p. 36), fundamentado na estrutura dos quatro e mais um discurso proposto por Lacan, são eles: no discurso do mestre: (S1/S barrado) o governo parece se instaurar a partir de leis, mas na verdade, o que é escamoteado é que há sempre sujeitos sustentando esse governar, essa dominação, que imposta ou aplicada a outros sujeitos que devem cumprir as ordens, eles devem saber fazer, obedecer e produzir. Para Rosa (2006, p.3):

O discurso do Mestre, "quer dizer, o fato de que ele ordene, intervenha no sistema de saber..." (LACAN, 1969-70/1992, p.191), é aquele no qual o poder faz laço social entre aquele que manda e aquele que trabalha. É o laço que permite *governar*. Lacan baseou-se na dialética do senhor e do escravo tal como apresentada por Hegel na elucidação da constituição da consciência de si. Nesta, há uma articulação entre o desejo de um com o desejo do outro, entre a vida e a morte, entre o objeto e o gozo. Neste discurso, o saber transformador representado pelo trabalho está do lado do escravo, embora ele não saiba disso, pois o Mestre dita o que é a realidade afirmando-a como verdade.

É a partir do discurso do mestre que temos a definição tanto do sujeito como do significante. Nesse contexto específico, da reincidência ao ato, os adolescentes atribuem o lugar do Mestre a si, daquele que demonstra mestria, o governo se instaura a partir de leis próprias deste Mestre e a dominação torna-se um modo de laço que orienta o adolescente que “está tudo dominado”, nesse desamparo discursivo.

No Discurso do Universitário (S2/S1), a impossibilidade está posta entre o saber (S2) e o objeto *a*, enquanto marca da impossibilidade de educar pelo comando do saber. Isto significa que operar o saber como causa de desejo fica na dimensão do impossível, levando em consideração que a lógica do gozo se dá obstaculizando o adolescente de saber sobre si, pois a ignorância é um afeto que atua no entrelaçamento da dominação.

Já no Discurso Histérico (\$/a), se o agente do discurso é o sujeito do inconsciente com seu sintoma e sua divisão, a verdade na qual o discurso se embasa é o objeto *a* como mais-de-gozar<sup>19</sup>,

<sup>19</sup> Mais-de-gozar: termo lacaniano empregado para designar o além do gozo. O acesso ao gozo é descrito como ocorrendo pelo efeito de entropia, de desperdício, e não por transgressão ou forçamento, como foi descrito no seminário sobre *A ética da psicanálise* (LACAN, 1959-1960/1991). Se, num primeiro momento de seu ensinamento, a repetição é valorizada como repetição significante, aqui a repetição é necessária devido ao gozo. Para Lacan, "a repetição se funda em um retorno do gozo. [...] na própria repetição há desperdício de gozo" (1969-1970/1992, p.44), há perda de gozo. A repetição tanto produz como efeito uma perda de gozo quanto introduz um suplemento da perda de

escondido do qual o sujeito se esmera em ser porta-bandeira para atizar o mestre. A verdade como causa produz um efeito discursivo de denúncia, um dizer sobre o acontecimento.

No Discurso do Analista ( $a/S2$ ), o analista como semblante de objeto  $a$  se sustenta em seu ato na verdade do saber sobre a castração. O analista é chamado pelo discurso do mestre e não ocupa esse lugar, pois não sabe sobre o que será dito; cabe a este saber sobre o lugar de sua ignorância. É necessário fazer o papel de semblante de objeto  $a$ , criar um espaço vazio, que faz emergir o saber transformando esse pedido de ensino num reendereço desse trabalho aos interlocutores, para que cada um possa operacionalizar um saber sobre si e a produção singular de conhecimento.

O Discurso do Analista, numa Instituição, faz semblante de mestre e denuncia as falhas do discurso pela própria posição de não responder do lugar onde é chamado. Fazer semblante não é fingir, é operar de um lugar, mas se utilizar deste lugar para realizar operações, ler e limitar os efeitos da qual é produto.

O mais um do discurso é o discurso capitalista: o saber do trabalhador está, como no Discurso do Mestre, reduzido à condição de trabalho que gera mais gozar – em forma de lucro para o capitalista e em forma de mais gozar da mercadoria ( $S2/a$ ) para o consumidor – porém, com a diferença de o sujeito estar colocado como dominante, diante da cena de consumo.

Lacan inscreve aí uma mudança de posição do sujeito gerada no Discurso do Mestre, pelo advento do capitalismo: o sujeito é deslocado do lugar da verdade para o lugar do agente e essa mudança de posição do sujeito, além das razões históricas ligadas ao advento do capitalismo, conta, ainda, com a influência do discurso histórico enquanto fiel contestador do gozo do mestre (LACAN, 1969-1970/1992). O discurso capitalista como segregador assume a governabilidade do indivíduo e opera a obturação do sujeito dividido. Segundo Rosa (2006, p.4):

Associado ao discurso capitalista que é segregador, pois não faz laço social como o discurso do Mestre — este, conforme vimos, ordena as relações, mesmo na assimetria, permitindo a governabilidade — o anonimato move uma lógica paranoica, externa ao sujeito. Junto com a abstração, faculta a convicção e a opacidade aos discursos. Mesmo que sejam emitidos por pessoas identificadas, pois estas, conforme observamos nos

---

gozo. É no lugar dessa perda, nessa hiância, introduzida pela repetição, que aparece a função do objeto perdido. Nessa hiância vêm alojar-se certo número de objetos que funcionam como tampão da falta de gozo, objetos forjados pela indústria e pela ciência: *gadgets* ou *latusas*. A noção de mais-de-gozar tem por função estender o registro do objeto  $a$  para além dos objetos naturais. O que vemos é uma proliferação de objetos feitos para causar o desejo e obturar a falta, gerando novas formas de gozo (DIAS, M.G.L.V., 2008, p.4)

noticiários midiáticos, funcionam como ventríloquos das vozes poderosas (anônimas) do mercado, constringendo a resposta do sujeito dividido.

Tornar o Discurso Capitalista um modo de governabilidade possível é inventar um objeto/indivíduo que entre a (in)existência, na posição de governado, governa sem fazer laços e sem produzir consequências, e estabelece como referência a lei do mercado como a dos desejos. O mercado recebe a marca do singular e os desejos são compreendidos em sua pluralidade como vontade de ter algo ou de ser alguma Coisa. Segundo Rosa (2006, p.4):

No entanto, em *Televisão* (1974), diferente do que afirmara em 1969/1970, no seminário *O avesso da psicanálise*, Lacan apresenta o Discurso Capitalista, característico da civilização científica, como uma modalidade degradada do Discurso do Mestre, que desestabiliza o laço social dominante na sociedade contemporânea. No capitalismo avançado, a verdade do sujeito e de seu objeto de gozo é a do atravessamento da lei do mercado na lei do desejo. A lógica do capital e lucro é apresentada como a única possível, provada pelo sucesso. Tais atravessamentos e lógica não operam sem consequências para o sujeito. Zizek (1996) elucida essa questão: com o estabelecimento da sociedade burguesa, as relações de dominação e servidão foram recalçadas e parece que lidamos com seres livres, com relações isentas de fetichismo. Contudo, a verdade recalçada — a persistência das relações de dominação e servidão — emerge em um sintoma que subverte a aparência ideológica de igualdade e liberdade. Esse sintoma, ponto de emergência da verdade, diz respeito às relações sociais entre coisas, um modo de funcionamento paradigmático do sistema capitalista que incita a produção de um indivíduo, sujeito não dividido, mas fundido com seu objeto, um objeto que se pode comprar.

Nesse objeto fundido em indivíduo encarnado pela lei do Mercado produz-se o indivíduo capitalista que, animado pela vontade de ter, captura o sujeito pela inversão da lógica do desejo, ou seja, abstrai-se pela negativa a falta e pela afirmativa o excesso como o *a mais* que é produzido no gozo, tendo o efeito de felicidade, de estar bem no mundo do capital, ou seja, de estar nas relações sociais entre as coisas, e de ser um dos objetos que se pode comprar, um consumidor na dimensão de consumido. Nas palavras de Rosa (2006, p.4-5):

O discurso capitalista esclarece uma concepção de funcionamento social em que o indivíduo se adapta a uma realidade dada. Privilegia não o sujeito, mas o indivíduo consumidor que, em sua dimensão de consumido, não encontra lugar para o seu *pathos* (sofrimento), para formular demandas, remetido que fica à colagem do objeto da demanda ao objeto do consumo. O desdém e a ridicularização de outras estratégias societárias que não as instituídas [...] expõem como é incitada a supressão da demanda e do *pathos* para construir 'realidades' alternativas. Conflitam com o reconhecimento de que os laços sociais/discursivos determinam o sujeito, o sentido do seu ato e dito, o seu gozo, a sua psicopatologia, o seu *pathos* e o transbordamento para além do sintoma, do íntimo, do privado, do individual.

Podemos pensar que o discurso capitalista, na colagem do objeto da demanda em objeto de consumo, produz o indivíduo consumidor e, para tal, o sujeito é consumido, mas não por inteiro; torna-se o resto dessa operação e se configura num sujeito suposto como *gadgets*. Em outras palavras, o sujeito na dimensão do real, da pulsão, que diante da cena de consumo é o consumidor e é consumido pelo mais-de-gozar, fica à deriva e sem insígnia; perde-se na sua ficção imaginária e vai operando no real, um entre os discursos, por não suportar o ingovernável. Desse modo, constitui o sintoma na ordem social do capitalismo, pois não encontra um lugar para o seu *pathos*, sem história e sem desejo. Nas palavras de Rosa (2006, p.5):

Entendemos que o desejo de destruição do outro não é motivado pelas propriedades do objeto odiado, mas aponta um real que transcende aquele para o qual se dirige a agressão. O que se quer eliminar não é só aquele que está ali, mas o real, aquilo de insuportável e ingovernável que vem do real como o impossível de ser abarcado, representado, dominado, aquilo que aponta a castração. Os moradores de rua não obedeceriam a nenhuma regra de sociabilidade, ou seja, estariam além da governabilidade. Nessa medida, mostrando-se no real, os sem-tetos aparecem como corpos fictícios, fora do tempo e do espaço. Não têm rosto, nome ou laço.

Diante do exposto, especificamente nesse contexto, o discurso capitalista constrói realidades a partir da aproximação da fantasia com a lei, prevalecendo a operação do suposto sujeito como *gadgets* num modo discursivo que destrói o outro, mas deseja destruir o real. No desejo de destruir aquilo que aponta para a castração, o real, o sujeito, nesse além da governabilidade, numa posição de sem lugar, mas operando de um lugar social que se constitui à

margem dos discursos, o sujeito suposto faz laço e se reconhece e é reconhecido pelo o efeito de atender a demanda do Outro.

#### ***4. 4. Diagnóstico Psicanalítico: um modo de operar entre os discursos um acontecimento no social***

Neste capítulo objetiva-se apresentar o diagnóstico psicanalítico como um acontecimento na direção do tratamento visando ofertar a escuta dos significantes no que tange à articulação entre o saber e a verdade do sujeito na constituição/destituição do laço social. O diagnóstico psicanalítico questiona outras formulações que ultrapassam os fenômenos psicopatológicos e cria um diagnóstico das singularidades, pois se situa na implicação do fantasma no sintoma. Segundo Leguil (1986, p.31), o diagnóstico em psicanálise é um diagnóstico sob transferência:

O diagnóstico em psicanálise é um diagnóstico sob transferência, não se situa ao nível do sintoma, mas onde nesse sintoma se implica o fantasma. A posição do sujeito no fantasma e o real do objeto causa de desejo, são portanto, o que visa uma questão colocada sobre o diagnóstico.

O diagnóstico psicanalítico sob transferência restitui uma cena recuperando uma posição para o sujeito e objetiva operar uma Outra dimensão. Sendo assim, a nossa visada é a posição do sujeito no fantasma e o real do objeto causa de desejo. Para Rosa (2004) apud Volnovich (1991), o objetivo do diagnóstico clínico em psicanálise visa compreender o sujeito na dialética da demanda e do desejo e não da necessidade e auxiliar decisões em relação ao tipo, nível e o tratamento da condição patológica.

E mais: esse diagnóstico

Diferencia a necessidade, imprimida pelo âmbito biológico, do desejo, engendrado pela cultura, ou seja, a ordem simbólica instaurada pela linguagem. A entrada para ordem da cultura se dá através do mito de pertencer a um conjunto que lhe deve o reconhecimento e a realização, mas a condição de sujeito dividido supõe que carregue a exclusão, a insatisfação e transcenda ao lugar colocado e aponte na direção do desejo. (ROSA, 2004, p.4).

O objetivo do diagnóstico psicanalítico é a compreensão dessa dinâmica da demanda e do desejo do sujeito, em relação à estrutura sintomática, compreendida aqui como articulação dos entrelaçamentos inventada pelo sujeito para expressar sua dor, visando o tratamento do sofrimento psíquico.

Uma estrutura que nomeia uma formulação *a posteriori*, e não permite classificar, nem rotular, porque não funda um fenômeno e sim um *synthome*, opera na divisão um sujeito desejante na sua singularidade. Para Maesso, a relação do sintoma com a sexualidade não permite identificar no diagnóstico psicológico, sintoma à doença:

Uma vez que, na psicanálise, logo de início, o sintoma passa a ser relacionado à sexualidade, e não a um problema orgânico, torna-se impossível um trabalho diagnóstico que tenha como referência o método proposto pela clínica médica, que busca através do sintoma identificar a doença. A sexualidade embora seja fonte de perturbação para o ser humano, não é doença (MAESSO, 2011, p.25).

A identificação do sintoma com a doença e com o doente constitui um dispositivo de tornar Uno, dar consistência ao fenômeno, tornando igual o diferente. O sintoma nada tem a ver com a doença, ele não é um conjunto de sinais, signo representativo da doença, é uma articulação dos termos que promove uma formulação específica sobre o sujeito, numa dimensão simbólica. Fazer operar politicamente a lógica da desidentificação faz a diferença e constitui o sujeito.

Freud iniciou a construção desse campo, disponibilizando-se a escutar o que tinham a dizer seus pacientes sobre o sintoma e o sofrimento que os afligiam para, a partir dessa escuta, buscar os meios de decifrá-los (MAESSO, 2011, p.26). Decifrar essa articulação é tarefa do psicanalista, mas só acontece *a posteriori*: é necessário escutar o paciente para localizar a representação do traumático na experiência para decifrá-lo. Não há um saber suposto *a priori* sobre o sujeito pelo analista, pois este escuta a cadeia simbólica do analisando e, a partir disso, possibilita ao sujeito a (re)construir seus sofrimentos e sua história.

Nesse ponto, localiza-se a ruptura de Freud: A interpretação freudiana da lesão funcional como lesão devida à ligação da representação a uma outra representação implica que a passagem ao sintoma da primeira está referida a esta própria teoria do trauma de Charcot. O acréscimo, por Freud dessa outra representação traumática é decisivo, pois ela escapa assim ao saber, tanto ao do médico quanto ao da histerica. [...] O saber do

trauma elaborado por Freud dá lugar à fala da histórica, pois ele espera desta fala, em conformidade com a estrutura de seu discurso, a produção de um saber não sabido (ALLOUCH,1995, p.49)

O conceito freudiano de trauma psíquico aqui abordado permite-nos compreender o ponto de ruptura, pois a lesão funcional se dá pela ligação de uma representação à outra representação; o trauma é toda impressão ou vivência que provoque afetos penosos de medo, susto ou vergonha e que o sistema psíquico tem dificuldade para resolver por meio do pensamento associativo ou por reação motora. E ainda para Allouch, Freud deslocou o sintoma da posição de significante:

Nessa formulação, Allouch aponta que Freud deslocou o sintoma da posição de significante, no sentido lacaniano do termo. O sintoma histórico, na psicanálise, é um significante, que representa o sujeito para outro significante, o do trauma, que por sua vez escapa à representação absoluta e cristalizada. Para isso, Freud também teve que deslocar-se da posição do médico em relação ao saber, passando da referência ao saber constituído na linguagem especializada, à referência ao saber inconsciente, constituído pela fala (MAESSO, 2011, p.27 ).

O deslocamento do sintoma da posição de significante para a posição do trauma põe-nos diante da possibilidade de lidar com o acontecimento traumático que, pela ligação de uma representação à outra representação, produz perturbações na vida e nas relações. Além disso, faz deslizar a posição do analista em relação ao saber, pois o saber do trauma em conformidade com a estrutura de seu discurso produz um saber não sabido e a referência passa a ser o saber inconsciente. Allouch (1994) propõe trabalhar com o “saber não sabido”, o que implica considerar a singularidade do caso de forma que a teoria não lhe seja sobreposta, e a possibilidade de desdobramento teórico a partir do próprio caso.

O conhecimento, sobre o sintoma produtor de perturbações na vida e nas relações, decorre do percurso, no qual o analista opera a partir da fala do analisando, não há indução, mas condução através das cadeias significantes (conceito lacaniano) ou da associação livre (método de Freud). Através desse meio o sujeito percorre um caminho próprio, de encontro à significação do seu sintoma, pois se trata de escrita inconsciente, para ser lida na relação transferencial. (MAESSO, 2011, p.30 ).

Como um ato, o diagnóstico psicanalítico exercendo sua função de discernir sobre o saber inconsciente, coloca o analista na condução através das cadeias significantes ou da associação livre. Desse modo, o sujeito percorre o próprio caminho que se faz ao caminhar, no encontro à significação do seu sintoma para ser lido na relação transferencial. Trata-se da escrita inconsciente que nos colocamos diante de um *para-ser* e não parecer, ou seja, ela não fala sobre a essência, aparência e ou percepção do sujeito na existência, e sim sobre o saber e a verdade que o constitui, inscreve fazendo o registro do sujeito.

O diagnóstico psicanalítico se situa em relação à outra linguagem, que não é específica da ciência; a linguagem do inconsciente é uma transformação radical, é a construção de uma outra dimensão, que traz à baila outros princípios, termos, formulações, numa posição ética, funda um sujeito. Para Maesso, o compromisso ético do analista:

O compromisso ético do analista também implica que ele se abstenha de desejar no lugar do analisando, no sentido de idealizar por ele. [...] Na medida em que esse compromisso ético é cumprido o analisando passa à posição de investigador. A ética à qual o analista se submete o situa em relação ao saber que se constitui na cadeia de significantes, produzidos sem domínio consciente, pelo analisando, pela relação atribuída pela transferência ( MAESSO, 2011, p.31 ).

Não desejar, não saber pelo analisando e não curar são os três pilares que fundam o compromisso ético político do analista e que se estabelecem na relação transferencial no diagnóstico psicanalítico.

#### ***4.5 Um dos modos de intervenção psicanalítica: diagnóstico psicológico ético-político***

Nesta pesquisa buscou-se construir uma estratégia para operar o diagnóstico psicanalítico como um dos modos de intervir do diagnóstico psicológico no acontecimento social que, na sua dimensão ético-político, pela via da escuta e da transferência, objetiva instaurar uma Outra dimensão. Freud denominou essa via como um dos efeitos do amor na relação terapêutica. Para

Rosa (2004), na via da transferência se produz o efeito da escuta:

[...] envolve tanto o sujeito como o psicanalista. A sua condição é construir um lugar situado como campo transferencial. A escuta psicanalítica implica que o analista suporte a transferência, ou seja, ocupe o lugar de suposto-saber sobre o sujeito - uma estratégia para que o sujeito, supondo que fala para quem sabe sobre ele, fale e possa escutar-se e apropriar-se de seu discurso. Esse campo permite uma relação que estrutura a produção do saber do sujeito, desde que o psicanalista renuncie ao domínio da situação e, pontuando e interpretando, possibilite a produção de efeitos de significação no sujeito: sujeito do desejo, engendrado pela cultura, mas que, em sua condição de dividido, pode transcender o lugar em que é colocado e apontar na direção de seu desejo. [...] A escuta psicanalítica é, desde Freud, transgressora em relação aos fundamentos da organização social; para se efetivar, implica um rompimento do laço que evita o confronto entre o conhecimento da situação social e o saber do outro como um sujeito desejante. Dessa escuta - principalmente quando o sujeito se revela como tal, como um dizer - não se sai isento: uma tomada de posição ética e política torna-se necessária (ROSA, 2004, p.335).

O diagnóstico psicológico ético- político é produzido por essa via, sob os efeitos do amor, e se caracteriza por ser um dos modos de estratégia da intervenção psicanalítica, o qual leva em consideração as condições sociopolíticas e subjetivas da produção discursiva. Essa estratégia acontece na dimensão do diagnóstico em direção ao tratamento, incluindo o sujeito do inconsciente como possível de ser tratado, e não especificamente no tratamento, como o clínico-político. Segundo Alencar (2006, p. 8), a estratégia clínico-política:

É uma estratégia de intervenção que leva em consideração as pré-condições sócio-políticas e subjetivas necessárias à elaboração do luto, para fazer valer a dimensão do desejo, melhor defesa contra o gozo mortífero. Essas pré-condições podem ser realizadas na clínica estrito senso ou através de práticas coletivas que permitam a produção de ato que toca dimensões do real, simbólico e imaginário, contornando e significando aquilo que, por vezes, é negado socialmente. Restituir um campo mínimo de significantes que possam circular, referidos ao campo do Outro, permite ao sujeito localizar-se e poder dar valor e sentido à sua experiência de dor, articulando um apelo que o retire do silenciamento.

A estratégia clínico-política, como o diagnóstico psicológico ético-político, considera o

contexto de produção do acontecimento para fazer valer a dimensão do desejo, permitindo ao sujeito localizar-se a partir de um campo mínimo de significantes e dar valor e sentido à sua experiência de dor, e podendo ser realizada na clínica estrito senso ou através de práticas coletivas.

Na realização tanto na clínica estrito senso como nas práticas coletivas, o diagnóstico psicológico ético-político caracteriza-se por três tempos conceituais trabalhados por Lacan (1945/1971) e reeditados por Rosa em *Metáforas da Desordem*: a) *o instante de ver*, tempo em que se é surpreendido por alguma coisa que não se esperava, b) tempo *de compreender*, no qual se constrói uma nova resposta, elaborando-se novas significações que permitam passar para c) o tempo *de concluir*, quando se pode dar conta de uma nova posição. Mesmo assim, a dimensão do *Unheimlich* não se perde, fica para sempre como marca do trabalho analítico, porém não significa seu destino (ROSA, 2004, p.3).

O diagnóstico psicológico ético-político, é um acontecimento que se situa, parafraseando Quinet (2009, 14), na clínica do discurso, e está articulado com a clínica do traumático e com a do nó borromeano, com a clínica estrutural, permite um acréscimo, investigando não só a relação estrutural do sujeito e suas estratégias para lidar com o desejo e o gozo do Outro, mas também como ele se insere nos discursos, sua relação com a mestria, com o saber, com o outro do laço social, com o mais-de-gozar, ou seja, os objetos pulsionais excluídos da civilização e sua posição em respeito ao gozo. Conforme as considerações de Leite (2000, p.29):

A clínica estrutural seria descontínua e categorial e estaria fundada sobre a modalidade da oposição orientando-se em função da oposição da existência e não existência da função paterna. Esta clínica é tripartida entre neurose, psicose e perversão. A clínica borromeana tem a característica de não se referir às categorias nosológicas da psiquiatria clássica e funda-se na relação dos registros do imaginário, simbólico e real, segundo as propriedades de figura topológica do nó borromeano. Ela é uma clínica continuísta e não categorial.

Apoiada na articulação da clínica topológica do nó borromeano e da clínica do traumático, penso em desenvolver o diagnóstico psicológico nessa condição ético-político, do acontecimento social como traumático, onde no sintoma social se implica o fantasma e se visa à posição do sujeito e o real do objeto causa de desejo, para formular uma ação que opera um Outro olhar,

numa Outra cena<sup>20</sup> e cria uma nova dimensão do sujeito no discurso.

O diagnóstico psicológico ético-político, compreendido como um dos modos de intervenção psicanalítico, permite-nos legitimar o diagnóstico psicológico com pessoas que experienciam situações sociopolíticas ou econômicas na dimensão do insustentável, que levam em conta contextos de exclusão e violência. (ROSA, 2009):

Na clínica do traumático há intervenções não convencionais que caracterizamos como prática psicanalítica clínico-política, para abordar a questão da angústia e do luto em sua face política, ou seja, considerando a produção sociopolítica da angústia e os processos de impedimento dos processos subjetivos de luto. Tal prática levanta questões metodológicas (individuais e/ou coletivas), armadilhas (intervir em nome do bem do outro) e impasses enquanto o desejo do analista. [...] A clínica do traumático não é específica das intervenções clínico-políticas (ROSA, 2004, p. 1-2)

No que concerne a tomar o diagnóstico psicológico como um acontecimento social, que produz um saber sobre outro acontecimento social — o crime —, isso significa colocar no jogo discursivo o seu contexto de produção, o que foi construído, para quem, como foi realizado e qual sua finalidade.

A formulação de um ato, ação ou acontecimento pode ser compreendida a partir das ideias de Foucault e Freud, em *A arqueologia do saber* (1972) e em *Nietzsche, a genealogia e a história* (1979). Foucault (1980) entende o acontecimento como “a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento de sua produção.” (p.46-51). No contexto específico em que o ato de diagnosticar é produzido ocorre a irrupção de uma singularidade única e aguda, que pode vir a ser traumática ou não, dependendo de como for vivenciada pelo sujeito, e produzindo efeito no laço social.

Para Freud, a noção de acontecimento traumático delinea-se quando um acontecimento, como um trauma externo, está destinado a provocar um distúrbio em grande escala no funcionamento da energia do organismo e a colocar em movimento todas as medidas defensivas possíveis.

---

<sup>20</sup> Outra cena: uma composição discursiva em que, sob transferência, os atores compartilham a protagonização da história de um sujeito numa versão que inclui o desejo do Outro como operador de outra cena. Para Quinet, não há sujeito sem Outro, o que se passa com o sujeito depende do que se desenrola com o Outro (Outra cena), assim como o desejo do homem é o desejo do Outro e como o sujeito do discurso é vinculado ao outro do laço social. (2009, p. 49).

Compreendemos o conceito de trauma a partir da ideia freudiana da concepção original, anterior à própria realização do mundo. Segundo Vieira (2001, p.61):

Freud retoma as formulações de Otto Rank. Para Rank, o trauma é feito do encontro entre duas entidades distintas, o bebê e o mundo [...] o encontro com o mundo é sempre traumático. O trauma do nascimento seria o ponto zero, inevitável, de todos os encontros traumáticos entre o ser e o mundo. O aparelho psíquico constitui-se como uma camada de proteção contra o excesso de estímulos. Somente a partir desta operação inaugural, torna-se possível ler o caos e fazer dele um mundo. [...] o trauma é referido a um tempo mítico, universal, e é caracterizado como desamparo.

Após sua análise do Homem dos Lobos, Freud constrói uma articulação inovadora entre o ser, o mundo e o trauma, a partir da qual eles se tornam elementos constitutivos da realidade e organizam as experiências da vida. O trauma, como um elemento organizador do discurso, é um desamparo que demanda um amparo discursivo por parte do sujeito.

Esse amparo discursivo é compreendido aqui como um apoio que possibilita ao sujeito sustentar-se numa posição discursiva reconhecida socialmente, mas não pelos ideais sociais. Isso pode produzir um efeito de desamparo discursivo pela fixação do reconhecimento na idealização, ou seja, a correspondência biunívoca entre esses ideais que podem motivar e qualificar o ato, criando figuras do destino e impossibilitando a construção singular do sujeito.

#### ***4.6 O diagnóstico psicológico ético-político: um amparo discursivo na adolescência***

Porque nesta pesquisa dedico-me ao trabalho com os adolescentes, faz-se necessário pensar também a adolescência como um acontecimento discursivo, social, que sustenta os paradoxos entre identificação/fantasia e separação/alienação, e que se dá em diferentes momentos na vida dos sujeitos.

Entre os paradoxos da adolescência, no que diz respeito à identificação o que está em jogo é o saber sobre si, incluindo as referências parentais. Freud (1921) diz que a identificação não deve ser tomada como individual, mas trabalhada de forma integrada à formação do ideal do eu e ao funcionamento do sujeito nos grupos e instituições e na fantasia o poder da verdade. Já no que

concerne à separação/alienação, na dimensão do psicológico deve operar a separação e a alienação opera no nível econômico-libidinal. Sendo assim, é necessário ao adolescente separar-se psiquicamente das figuras parentais, mas, no entanto, este se encontra alienado nessa economia libidinal, o que pode causar um desamparo discursivo produzido pelas incongruências e forças não-ditas do campo social.

Segundo Rosa (2004), na adolescência, somada à condição de desigualdade social há um desamparo discursivo, “as incongruências e forças não-ditas do campo social expõem o sujeito ao risco de confrontação com o traumático, aquilo que está fora de sentido”(p.27). O risco de se confrontar com o traumático, num momento da vida específico, onde o sujeito encontra-se perdido, produz o que vou denominar de *vulnerabilidade psicopolítica*, ou seja, uma condição que coloca em risco as categorias psicológicas e políticas no encontro do sujeito com o real.

A vulnerabilidade psicopolítica apresenta o que do sujeito está fora de sentido no acontecimento social, convocando-o a solucionar o conflito como for possível e colocando em jogo a causação da estrutura discursiva do acontecimento, e não da estrutura do sujeito.

O diagnóstico psicológico, neste caso específico, em que o ato dos adolescentes reincide, *do e no* acontecimento social nos permite questionar o que desse encontro faltoso está fora de sentido e insiste em retornar, identificando o sujeito como autor, isto é, criminoso, marginal, delinquente, representante das figuras do destino.

A identificação com as figuras do destino, na dimensão do real, produz uma identidade operacionalizada pela incorporação do objeto ao sujeito, pela fantasia. Já na dimensão simbólica e imaginária, esta é construída processualmente, num procedimento ético-político que opera pelo despertar de um sujeito que, em seu gesto singular de existir, inaugura um lugar que o referencia no mundo.

O despertar do sujeito em sua singularidade está imbricado na formulação de sujeito desenvolvida por Rosa (2006, p.8):

Mas o sujeito é um vazio sem autor e seu desejo é uma falta-a-ser. É preciso haver um ato de assentimento ao nada e a instauração de um lugar vazio, quando então a morte passa a sustentar a vida. Só a certeza do fim possibilita suportar essa história. O lugar vazio no Outro não enuncia a lei. Cabe, pois, ao sujeito, enunciá-la e tomá-la como esteio que determina o lugar do gozo. Desse modo, "cada um, cada uma, é responsável por seu inconsciente e pela Lei que nele se articula. É esse o móbil de nossa interrogação

sobre a Lei: de fato, longe de ser uma simples negação privativa, ela deve ser uma borda que sirva de apoio" (JULIEN, 1996, p.94). Julien avança no tema, apontando que o próximo fica clivado entre o que pode ser rastreado até uma informação proveniente do corpo, que reconhecemos à nossa imagem, e a Coisa, o desconhecido, o irrepresentável. Toca-se aí o lugar do perigo, da maldade, da loucura, da perda do sentido (p.6).

Formulações de suposto sujeito definem-se pelo desejo como uma falta-a-ser e sem autor, num vazio, como uma potência de afetos que, orientada pelo inconsciente e por composição, cria e agencia, produz novas singularidades; é uma composição que se apresenta como um gesto que se “identifica em potência, isto é, como uma que propulsiona e atualiza-se em ato, expressa-se constantemente pelo esforço de perseverar na existência”(ESPINOZA, 2000) e, para Lacan, na ex-sistência.

No caso específico dos adolescentes do CREAS, o sujeito atravessado pelo discurso jurídico produzido pelo discurso capitalista é tomado na condição de um ator inferiorizado, ou seja, infrator, que nesse contexto prevalece como resultante da demanda do Outro como uma combinatória de significantes que, num campo do imaginário social, é identificado com as figuras do destino e é efeito da fantasia social.

Para Zizek *apud* Rosa,(2006. p.6), a fantasia social é a articulação da fantasia e da ideologia, tornando a fantasia uma categoria central do político, pois objetiva o fantasma, na *fanthasia*. A fantasia é compreendida pelo autor como uma cena imaginária protetora onde o sujeito realiza o desejo e dá direção ao gozo, e a ideologia como uma fantasia social que estrutura a determinação do valor e da significação da realidade socialmente compartilhada.

A fantasia<sup>21</sup> social opera num campo do imaginário social definindo lugares concretos, produzindo discursos e criando realidades para o sujeito. Castoriadis (1988) *apud* Rosa (2004, p.335), define o conceito de imaginário social:

[...] o conjunto de significações, normas e lógicas (dinheiro, sexo, homem, mulher, criança, etc) que determinam o lugar concreto que os indivíduos ocupam na sociedade. Esse conceito permite superar o de ideologia, na medida em que este último, ao definir crenças, também atribui um caráter falso às mesmas, enquanto o imaginário social envolve na própria definição sua índole de criação real e, ao mesmo tempo, de lugar de entrecruzamentos de ideais, cuja substância é

---

<sup>2</sup> <sup>1</sup> Fanthasia: criação do sujeito na objetivação do fantasma

tanto histórico-social como político-libidinal. Tais lugares permitem hipotetizar de que forma tais "realidades" interferem no sujeito ou fenômeno em questão(1988). Ressalta-se a ideia de que é a partir de uma certa concepção de lei, paternidade, sexualidade e domínio que alguns são considerados ou excluídos como sujeito humanos, e podem ter acesso à escuta, à palavra, ao gozo, à cidadania (ROSA, 2000).

O diagnóstico ético-político é construído levando em consideração a produção da fantasia no imaginário social, da substância histórico-social como político libidinal e o efeito de criar realidades que a partir de uma concepção específica que afeta e produz sentido no sujeito. Segundo Freud, no capítulo VII, (1921), o sintoma compartilhado:

*Apresenta o sintoma compartilhado, que pode ser considerado como precursor do sintoma social, que fornece a base das identificações históricas na instituição de moças, fornecendo reforço narcísico de cada uma e do grupo, assim como referenciais para as identificações imaginárias mútuas. Freud assim se expressa: "algumas de suas amigas (...) pegarão a crise, assim por dizer, através de uma infecção mental, e sofrerão, por sua vez, um ataque igual". Ou seja, refere-se a construções de ideais, que articulam narcisismo e sociedade, e referências que articulam o sujeito no laço social, inserindo-o em todos os âmbitos da cena social. (FREUD, 1921/1972a, p.135)*

O sintoma compartilhado é precursor do sintoma social, referenciando-se pelas construções de ideais que indicam a qualidade de pertencimento e reconhecimento do sujeito no grupo e nas instituições. Faz-se necessário elucidar o sintoma como social, definido pelos autores nos escritos de Rosa (2004, p.35):

[...] como aquele que é sustentado por uma fantasia por meio da qual se denota o modo como os sujeitos controlam os ideais, buscando manter distante a castração. Apesar da fantasia ser a mesma, os sujeitos ocupam vários lugares na estruturação.” (SOUZA,1991)

[...] considera que o sintoma social pode ser concebido como aquilo que está inscrito nas entrelinhas do discurso dominante de uma sociedade em dada época. (MELMAN,1992)

O sintoma como social articula o sujeito no laço e numa cena social, é sustentado pela fantasia que busca manter distante a castração e está inscrita no discurso dominante de uma sociedade. Já outros autores, como Volnovich, não adjetivam o sintoma e mostram como tende a tomar a forma da cultura à que pertence:

[...] não adjetiva o sintoma como social mas destaca seu estatuto de mensagem da conflitiva individual, familiar e sócio-política-institucional, mostrando como o sintoma tende a tomar a forma da cultura a que pertence; sintomas refletem uma organização subjetiva que contém uma mensagem e sinaliza processos sociais e particulares de sua forma de advir como sujeito (VOLNOVICH, 1993 apud ROSA, 2004, p.335).

Para Lacan, o sintoma social não é oposto ao sintoma particular, com uma psicologia individual e outra coletiva; não há relação com uma patologia social, mas descreve uma forma de laço social característico do discurso capitalista. No *Seminário 17*, Lacan refere o sintoma ao Discurso do Mestre, como objeção ao desejo do mestre, desejo de que as coisas funcionem; relaciona esse discurso com o Discurso do Inconsciente, esse saber que não pensa, não calcula ou julga, enfim, o trabalhador ideal, sendo a greve é o paradigma do sintoma, de sinal do que não vai bem no campo do real. Se o real não vai bem, isso impede que as coisas andem, trava a marcha, contraria o desejo do mestre e detém a produção do mais-de-gozar, causa do desejo do capitalista (ASKOFASRÉ apud ROSA, 2004, p.334).

Partindo desse contexto, o diagnóstico ético-político tem como função desdobrar uma Outra cena que poderá fazer emergir a inclusão do sujeito, através da narrativa, e sustentado em sua relação fantasmagórica, produzindo como efeito a construção do sintoma num campo social.

O sintoma construído num campo social pode ser uma alternativa para o sujeito se responsabilizar pelos seus atos e nos permite pensar e analisar a fantasia nas articulações do sujeito pelo modo como ele controla e é controlado pelos ideais e pelos vários lugares ocupados na estruturação. Para Rosa (2004, p.336), na análise do sintoma social:

[...] deve-se escutar o não-dito do discurso sujeitos, cabe acrescentar a força de determinação dos não-ditos dos enunciados sociais. Nota-se que a crítica de que a Psicanálise está indo além de seu campo de origem refere-se muito mais a uma direção tomada pelo movimento psicanalítico do que a uma proposta imprópria ou externa a esse

campo. Inúmeros são os modos como se pode desenvolver, dentro dos fundamentos éticos e teóricos da psicanálise, uma investigação dos fenômenos sociais, contribuindo para a elucidação de sua eficácia no processo de alienação do sujeito e apontando os laços que possibilitem a sua inclusão como sujeitos do desejo.

Visando essa inclusão do sujeito como desejante, faz-se necessário pensar uma formulação sobre o diagnóstico psicológico ético-político como um acontecimento social que só pode ser compreendido como produzido sob transferência e entre os discursos do pesquisador e dos sujeitos.

A formulação do diagnóstico psicológico ético-político fundamentou-se na utilização dos termos matemáticos: da teoria dos conjuntos, para pensar a estrutura do acontecimento, e a dos jogos e dos discursos lacanianos, a dinâmica discursiva.

Para se pensar o diagnóstico psicológico ético-político como um acontecimento social utiliza-se a teoria dos conjuntos para compreender a estrutura do acontecimento social, partindo do pressuposto de que a sociedade é constituída por  $n$  conjuntos, sendo o acontecimento social uma composição dos conjuntos que, por jogos combinatórios, se entrelaçam e se afetam pelos sentidos constituindo os discursos.

A teoria dos conjuntos permite-nos pensar a estrutura do acontecimento como um conjunto e/ou objetos que se entrelaçam nas relações de união, interseção e na diferença entre os conjuntos, e que se articulam por uma análise combinatória de permutação com elementos repetidos. Numa permutação simples, cada um dos agrupamentos que podemos formar com certo número de elementos, onde ao menos um deles ocorre mais de uma vez, tal que a diferença entre um agrupamento e outro se dê pela mudança de posição do sujeito entre os elementos, produz categorias políticas que utilizam da lógica da inclusão, da exclusão e da segregação e resultam no efeito da direção do gozo e ou do desejo, especificando o modo de laço social do sujeito.

No diagnóstico psicológico ético-político como acontecimento social, a política de inclusão fundamenta-se na interseção dos conjuntos, e da exclusão é a interseção de dois conjuntos, subtraindo-se a inclusão e a segregação. Já a segregação é a união dos três conjuntos, subtraindo-se a inclusão e a exclusão. Na delimitação de uma Cena discursiva temos  $n$  elementos que irão compor dois ou mais conjuntos, logo os elementos que estão no campo de interseção estão incluídos e os elementos que não fazem parte dessa cena estão excluídos. Já a segregação

refere-se à aquilo que está fora da relação dos dois conjuntos, mas está dentro da sociedade.

A segunda formulação é a da teoria dos jogos, operando os discursos, no que concerne às proposições, isto é, à dinâmica dessas relações que podem ser compreendidas pela combinatória dos termos discursivos, a partir da posição que o sujeito ocupa no jogo, que constrói lugares, isto é, pro-posições, através das enunciações e dos enunciados, demonstrando sua posição em relação a verdade e ao gozo.

No que diz respeito às enunciações e aos enunciados, sua produção e seu efeito, estes constituem um *sinthoma* no social, a partir do qual é possível formular uma demanda, construir um enigma e produzir sentidos numa existência ético-política. O sintoma social, tomado como um enodamento *sinthomático* que se situa no nó borromeano nas dimensões do real, simbólico e do imaginário, considera as categorias de inclusão, exclusão e segregação na sua dimensão política, como elementos que operam nos entrelaçamentos dos modos de enredamento discursivos.

A topologia dos nós é um novo recurso para se mostrar como opera a clínica psicanalítica e sua demonstração requer pensarmos o nó numa dimensão plana, onde os conjuntos são constituídos por entrelaçamentos discursivos, para depois pensarmos os casos clínicos. Primeiro o nó a três: Trata-se de um nó (ou cadeia) na qual: 1) se for solta uma rodela, as outras se desatam; 2) as rodela são superpostas e não entrecruzadas; 3) elas estão enodadas de tal forma que duas estejam livres; 4) elas fazem existir um buraco.



Figura 1 – Nó borromeano de três aros.

O mais importante a destacar é que é do fato de duas rodela serem livres uma da outra que se suporta a ex-sistência da terceira, especialmente a do Real em relação à liberdade do Simbólico e do Imaginário. A partir do momento em que o Real é enodado borromeamente aos dois outros registros, eles lhe resistem. Isso quer dizer que o Real só tem ex-sistência na medida

em que encontra no Simbólico e no Imaginário sua parada, seu limite. Daí Lacan afirmar e reafirmar continuamente que o Real não é apenas uma rodela do nó borromeu, mas o efeito da maneira como ele se amarra. O que importa é essa operação real que, como veremos, desloca o gozo, permitido por uma renomeação do sujeito.

O segundo ponto refere-se ao nó a quatro, pois na medida em que o Real é um efeito da forma como a amarração se dá — esse efeito de termos rodela livres e, ao mesmo tempo, atadas —, Lacan propõe um novo nó no qual, de fato, as três rodela estão livres umas em relação às outras. Elas se encontram apenas sobrepostas. É o quarto elemento, inventado por cada sujeito, que trará a característica borromeana ao nó, concentrando esse efeito real em si mesmo.

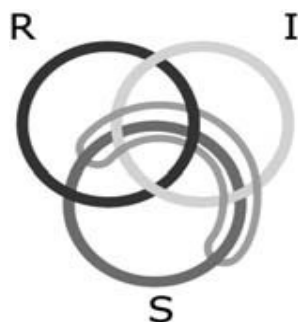


Figura 2 – Nó borromeano de quatro aros com reforço (*sinthome*) no Simbólico.

Lacan chega a afirmar que abandona o nó de três, à proporção que não há mais nó, senão enquanto sustentado por esse quarto elemento, por ele denominado *sinthome* (LACAN, 1975-76/2005, p. 41) O importante a destacar nessa passagem do nó de três para o nó de quatro elos é a sustentação da amarração por este quarto elemento, podendo qualquer sujeito, a princípio, fabricá-lo. E, em sua repercussão clínica, verificarmos que o Simbólico avançando sobre o *Sinthoma* (no reforço que forma com ele) pode se estender até certo limite quando, do uso do gozo do *sinthoma* que resta, o sujeito poderá extrair um *savoir-y-faire* com esse resto *sinthomático*. Podemos associar esse resto, que não desaparece, ao rochedo da castração, ao gozo opaco que resta inalisável, e do qual o sujeito aprenderá a fazer novo uso.

Os entrelaçamentos discursivos são constitutivos do nó e se apresentam nas enunciações e nos enunciados do sujeito e na sua relação com o Outro, como um dispositivo para análise. Nas palavras de Rosa (2004, p.334):

Um dispositivo útil para a análise da articulação da construção da subjetividade aos laços sociais possíveis em dados grupos sociais é destacar o que os enunciados e a enunciação presentes na cena social sobre referentes fundamentais da organização social e psíquica elucidam sobre o imaginário dos grupos sociais, que atribuem lugares específicos ao sujeito.

Os lugares específicos atribuídos aos sujeitos na cena social presentificam-se nas enunciações e nos enunciados, pelo modo como o sujeito construiu as proposições articulando a verdade e o gozo, e utilizando a lógica proposicional para compreender as combinações possíveis *do* e *no* acontecimento social.

Na teoria dos jogos, o discurso científico reduz a verdade a um tipo de valor: verdadeiro e falso, que só adquirem significado dentro da lógica proposicional. Então: se afirmo que o adolescente é reincidente (proposição A) e o motivo foi roubo (proposição B), tanto A quanto B devem ser individualmente verdadeiras para que minha informação como um todo seja verdadeira, a de que reincidência aconteceu e o motivo foi o roubo. Se somente uma delas for verdadeira, minha informação como um todo é falsa. É apenas quando ambas são verdadeiras que minha informação como um todo é verdadeira.

Já na teoria psicanalítica, não utilizaremos a redução da verdade a um valor, pois um discurso pode ser verdadeiro e/ou falso dependendo do valor da atribuição do sujeito; no entanto, interessa-nos compreender as proposições discursivas do sujeito na constituição do *sinthoma* social.

O que nos importa destas duas formulações é pensar o diagnóstico psicológico ético-político a partir da posição do sujeito no acontecimento social, como as propositivas estão relacionadas no discurso e, conseqüentemente, a produção de verdade e/ou de gozo no efeito do laço social.

O diagnóstico psicológico ético-político como um acontecimento social, tem a responsabilidade ética de produzir efeitos sobre o sujeito que o redimensionem a uma Outra cena. Sendo assim, é ético compartilhar a ação para inscrever o sujeito numa Outra dimensão da cena social, operacionalizando o real, incluindo aquilo que está fora de sentido, isto é, amparando discursivamente o sujeito.

## 5 CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO ÉTICO POLÍTICO

*O escritor passa ao texto quando percebe a falta, a incompletude da experiência viva, percebe a distância entre o homem e o que tem a dizer; o indivíduo e as narrativas. Nesse sentido é preciso avançar se esmorecer passo a passo, descartando o que se perde sozinho, soltando farpas. Então o texto surge quando superada a ilusão de contar mais uma história no turbilhão do patrimônio humano, mas aquela que por ele deve ser escrita (DUTRA, A., CIEN-Digital, n. 06, abril, 2009).*

### ***5.1 Demonstração do diagnóstico ético-político como Um acontecimento social***

Neste capítulo apresentaremos a construção do diagnóstico psicológico ético-político como uma estratégia de investigação que, sob transferência, delimita a construção da territorialidade, dos atores partícipes da cena social e dos procedimentos, como constituintes de um modo de operar entre os discursos um acontecimento social.

Na construção do diagnóstico psicológico ético-político, o nascimento do conceito na trama da investigação nos possibilita obter formulações necessárias sobre o objeto. De acordo com Rosa (2004, p.337):

O conceito deve nascer da necessidade própria da trama a que pertence, sem descuidar, em sua formulação, de como este se firma no solo da teoria selecionado para a investigação; os elementos comuns vão sendo destacados desse material, a fim de constituir a questão a ser estudada.

E desse modo foi sendo construída a questão em estudo. Este trabalho científico se fundamentou no princípio epistemológico psicanalítico, buscando compreender o objeto pela pesquisa em psicanálise de orientação lacaniana aplicada ao social, buscando sustentar os impasses que a prática com a Instituição nos impõe, no que tange à política dos diagnósticos como um ato privado e público de inclusão, exclusão e segregação social. Nas palavras de Rosa

(2004, p.2), caracterizando a psicanálise extramuros ou extensão:

A Psicanálise extramuros ou em extensão diz respeito a uma abordagem - por via da ética e das concepções da psicanálise - de problemáticas que envolvem uma prática psicanalítica que aborda o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos, e não estritamente ligado à situação do tratamento psicanalítico. Consideramos que esse tipo de pesquisa da Psicanálise - iniciado por Freud e por ele nomeado psicanálise aplicada .

Uma abordagem psicanalítica leva em consideração que os fenômenos sociais e políticos que afetam o sujeito. No que concerne à psicanálise enquanto método, faz-se necessário compreender que esse é um dos modos e não o modo de operar, como está em Descartes. Sendo assim, podemos pensá-la não como método, mas a partir da formulação de estratégias, parafraseando Rosa (2005, p. 3), “que vão se formando e transformando, engendrando táticas e propiciando “sacadas” em função das condições atuais em que são efetivadas. [...] deixam uma longa margem para o improviso, para os processos primários, para as descobertas e para as invenções.” Ainda segundo Rosa (2004, p.7), o método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito:

[...] constrói uma metapsicologia não isolada, mas fruto da escuta psicanalítica, que não enfatiza ou prioriza a interpretação, a teoria por si só, mas integra teoria, prática e pesquisa. O psicanalista não aplica teorias, não é o especialista da interpretação, nem mesmo da fantasia, posto que não é só aí que o inconsciente se manifesta; o psicanalista deve estar a serviço da questão que se apresenta. A observação dos fenômenos está em interação com a teoria, produzindo o objeto da pesquisa, não dado *a priori*, mas produzido na e pela transferência. [...] O método é a escuta e interpretação do sujeito do desejo, em que o saber está no sujeito, um saber que ele não sabe que tem e que se produz na relação que será chamada de transferencial. Nessa medida, o psicanalista escuta o sofrimento e descobre que não deve eliminá-lo, mas criar uma nova posição diante do seu sentido. O sintoma é realização do desejo, o lugar da verdade do sujeito, uma mensagem, um enigma a ser decifrado; nele está o cerne da subjetividade.

O método psicanalítico é produzido a partir de uma metapsicologia compartilhada e sob o efeito da escuta e *na e pela* transferência é produzido o objeto da pesquisa. Na tentativa de sustentar os impasses teórico-prático psicanalíticos urge pensar-se um processo de investigação

que se constitua a partir da mútua constituição e transformação do objeto, sujeito e meios, como diz Minerbo (2000, p.15):

Não seria a psicanálise ela mesma uma matriz de *estratégias de investigação*, mais do que um "método de pesquisa", considerando-se o quanto a noção de "método" está, desde Descartes, comprometida com a pretensão do homem da modernidade de exercer um pleno controle sobre seus próprios processos volitivos e cognitivos? Já as estratégias vão se formando e transformando, engendrando táticas e propiciando "sacadas", em função das condições atuais em que são efetivadas; estratégias deixam uma larga margem para o improvisado e para os processos primários, para as descobertas e para as invenções.

O método aqui será tratado na sua pluralidade, como “estratégias de investigação”, pois existem vários caminhos para compreender o homem, desconstruindo a pretensão científica de controlá-lo em seus processos volitivos e cognitivos. Segundo Miller (2009, p.19), “se seguimos a orientação lacaniana percebemos que ela está interessada no que não se encaixa às belas formas e escapa à luz da razão, ou seja, no que em cada um fracassa dando lugar ao ‘não como todo mundo’”.

Diante do exposto, numa pesquisa-intervenção, essa estratégia de investigação lacaniana leva em consideração o diagnóstico psicológico ético-político como objeto da pesquisa, compreendido aqui como uma “descrição que prioriza e recorta aspectos do objeto, procurando descrever e nomear, tendo como função ético-política, fundar uma ideia e a construção de um novo olhar sobre uma dimensão do humano e neste sentido limita o poder do psicólogo frente ao cliente”. (ROSA, 1996, p.4).

O diagnóstico deve ser tomado como uma oferta para acolher os significantes que descartados pelo Discurso do Mestre pulsam, e diz sobre a articulação entre os corpos: imaginário, real e simbólico do sujeito.

O processo desta investigação está delimitado no *Núcleo Psicanálise e Política* (NUPSPO), que pesquisa sobre os modos de enredamento do sujeito - sua constituição e sua destituição - no campo social e político. As bases teórico-conceituais são advindas da Psicanálise, especialmente de S. Freud e J. Lacan, assim como de autores de outros campos teóricos, críticos das políticas e das estratégias de controle e de poder na contemporaneidade.

### **5.1.1 Territorialidade: local geograficamente construído na pesquisa**

A trajetória metodológica inicialmente construída caracterizou-se pela escolha da Fundação Casa de São José dos Campos, a qual não autorizou a realização do trabalho, alegando que o tema era pertinente apenas para a Perícia do Estado, tendo em vista a proposição da Fundação Casa: “não faz avaliação psicológica, logo, não realiza diagnósticos psicológicos, uma vez que essa Instituição está comprometida com as medidas socioeducativas.”.

Podemos nos questionar a partir dessa proposição: a equivalência de avaliação com diagnóstico psicológico, sendo que um classifica e o outro descreve? Por que o diagnóstico psicológico comprometeria a medida socioeducativa? Que medidas sociais e educativas são essas que são simplesmente executadas como castigo? E ainda, como as medidas socioeducativas são aplicadas aos adolescentes sem se levar em consideração para que servem e quais os efeitos que produzem nesses jovens?

Num segundo momento, procurei a Secretaria de Desenvolvimento Social de São José dos Campos, a qual avaliou o projeto e o encaminhou para ser desenvolvido no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), de São José dos Campos, no Estado de São Paulo. Essa Instituição, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, tem a missão primordial de aplicar medidas socioeducativas de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINAES).

Os CREAS são unidades de serviços de proteção social especial (média complexidade), para atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social.

Sua missão é: fortalecer na família a função de proteção de seus membros; incluir as famílias na rede de proteção social e nos serviços públicos, romper com o ciclo de violência no interior da família, oferecer condições para reparar danos e interromper a violação de direitos, e prevenir a reincidência de violações de direitos.

As atividades socioeducativas para crianças e adolescentes acontecem nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de todos os núcleos regionais e em outras unidades

executoras, como os projetos realizados em parceria com instituições governamentais, não-governamentais, entidades sociais e comunidade.

No que concerne aos objetivos e às atividades socioeducativas da Instituição CREAS, sendo sua proposição fortalecer na família a função de proteção de seus membros, cabe questionar se o CREAS realmente presta serviço de proteção social aos indivíduos e às famílias desprotegidas. Podemos pensar, diante da oferta de seus serviços, como é possível proteger famílias desprotegidas? Desprotegidas por quem e do quê? Quais são os limites dessa oferta? Por que atividades socioeducativas não são oferecidas à família?

Algumas características das atividades desenvolvidas são: conjugam educação e proteção social; não possuem currículo e programação pedagógica padrão; são planejadas conforme demandas, interesses particulares e potencialidades da comunidade; oportunizam o desenvolvimento de interesses, potencialidades e talentos; valorizam o aprendizado múltiplo, a troca de ideias e de experiências; estimulam o desenvolvimento de postura crítica; estimulam o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais e o respeito às diferenças; p Podem ser realizadas em unidades de execução diversificadas.

A metodologia adotada segue as orientações técnicas de âmbito nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), detalhadas no Protocolo de Gestão dos CRAS, documento elaborado pelos profissionais da Fundação da Ação Social (FAS). Este visa ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, à formação de valores, e ao incentivo ao protagonismo, entre outros princípios. O serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é executado nos CREAS. Sua finalidade é prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens encaminhados pela Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei.

Sendo que a metodologia do CREAS segue proposições do SUAS, detalhadas pelo CRAS e elaborada pelos profissionais da faz, será que a totalização do método é eficiente, levando em consideração que as Instituições são produzidas em contextos específicos? E ainda, o objetivo dos serviços é o de proteção social à família e o serviço realizado é de proteção aos adolescentes. Será que a proposição de focalizar o problema no adolescente é uma operação de individualizar o problema e incluí-lo como responsável como responsável por pertencer a uma família desprotegida?

O acompanhamento do adolescente realizado pelo CREAS contribui no trabalho de

responsabilização quanto ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas. O primeiro passo na realização dessa etapa consiste na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), com a participação do adolescente e da família, que inclui os objetivos e metas para o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura e atendimento de necessidades e interesses do adolescente.

Os técnicos realizam encaminhamentos para a rede de proteção social, que incluem na escola, ações socioeducativas, atenção à saúde, atendimento e prevenção ao uso de drogas, inclusão em cursos profissionalizantes.

As ações devem favorecer o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes, criando condições para a construção ou reconstrução de valores sociais, ruptura da prática de atos infracionais e fortalecimento do vínculo familiar e comunitário.

O público atendido compõe-se de adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), aplicadas pela Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei.

Com relação ao acompanhamento dos adolescentes, o trabalho de responsabilização está submetido ao ato infracional, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normas específicas. Levando em consideração que o ato infracional direciona o fazer do trabalho de responsabilização, podemos nos questionar: O que é o trabalho de responsabilização nesse serviço de proteção social? Se o público atendido são os adolescentes, isso reafirma a hipótese de responsabilização do adolescente como responsável pela família desprotegida, enfraquecendo os vínculos familiares e comunitários, uma vez que ele somente fortaleceria este vínculo se lhe fosse atribuído um valor de reconhecimento social na experiência infracional.

Para concluir, podemos nos questionar por que o cumprimento da medida socioeducativa em condições de LA e PSC é realizado por uma Vara de adolescentes em conflito com a lei? Por que não é feito pela Vara de família se o objetivo da rede é de proteção social à família?

### 5.1.2 Atores partícipes *da e na* cena social

Neste trabalho propomos escutar os atores partícipes *da e na* cena social, como sujeitos da pesquisa. Foram escutados dois psicólogos, três assistentes sociais, além de cinco adolescentes em condição de reincidência que estão sob regime de LA no CREAS. Para realizarmos a análise do acontecimento social, a escolha não foi aleatória, pois foram escolhidos dois adolescentes que puderam comparecer às entrevistas.

O trabalho foi desenvolvido com adolescentes que, na condição de reincidência ao ato, eram partícipes dessa cena social. Os termos ‘reincidente’ e ‘liberdade assistida’ leva-nos a questionar: O que será que reincide, repete, insiste? O que será que não pode calar, mas não pode ser dito? Como funciona esse regime de liberdade? O que significa liberdade assistida? Assistida por quem? O que os adolescentes insistem em nos dizer com a reincidência ao ato? A reincidência no ato seria uma passagem traumática da reedição da tragédia sob forma de um acontecimento social?

Como bem diz Lesourd (2004, p.151), “esses adolescentes que interpelam o social, no desvio, na errância, ou na delinquência, são jovens chamados de ‘inclassificáveis’ por causa da incapacidade das estruturas médico-sociais de encontrar com seus critérios um lugar para eles, os quais preferem chamar de desarrimados do social e de suas leis”. Aichorn *apud* Lesourd (2004, p.150) refere-se a esses sujeitos como “*jovens e/ou adolescentes em situações de sofrimento*”.

Concordamos com a crítica de Lesourd (2004), e com a afirmação de Aichorn. Consideramos a juventude e/ou adolescência um momento de transição, do mítico infantil à vida adulta, uma passagem conflituosa e traumática para todos os que a atravessam e para os que sucumbem nessa travessia. Sendo assim, os adolescentes interpelam o social pelas situações de dor.

No que diz respeito à legitimação social dessa clientela, esta é principalmente discriminada em sua esfera intelectual, econômica, social, cultural e psicológica, assim produzindo categorias descontextualizadas de deficiência, desvio e desigualdades, operando como efeito discursivo políticas de inclusão, exclusão e segregação dos sujeitos na sociedade.

Os sujeitos da presente pesquisa foram tratados com dignidade, respeito e autonomia. Houve garantia de consentimento livre e esclarecido por parte dos sujeitos e, ainda, a liberdade de se recusarem a participar ou reiterar algo em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma

e sem prejuízo de sua parte.

### **5.1.3 Procedimentos da Estratégia de Investigação**

O procedimento metodológico foi construído a partir do conceito freudiano de transferência, compreendida como “uma repetição de protótipos infantis, onde haveria um deslocamento de afeto de uma representação para outra” (1912), articulado com a escuta psicanalítica na prática discursiva dos atores do contexto Institucional. Este processo emergiu da escuta e transferência psicanalítica, em seis momentos, descritos a seguir, e foi dividido em três tempos lógicos: o instante de ver, o tempo de compreender e o de concluir.

O *primeiro momento*, o *instante de ver*, iniciou-se com a visita à Fundação Casa, da qual registrei a experiência que vivi em forma de Testemunho (Apêndice A), e foi desenvolvido na Instituição CREAS.

O *segundo momento*, encaminhamento para Avaliação da Comissão de Ética, e diante da aprovação foi marcado novos encontros na Instituição para solicitar a autorização do trabalho de campo.

O *terceiro momento*, caracterizou-se pela observação na Instituição CREAS. Fui recebida pelo Coordenador C., que demonstrou disponibilidade em participar da pesquisa, solicitou o projeto de pesquisa e agendou uma reunião com a equipe técnica para apresentação da proposta de trabalho. Nessa reunião com a equipe os atores demonstraram disponibilidade em participar, bem como interesse no tema, uma vez que a reincidência é um elemento de constante reflexão, devido à importância e complexidade desta na prática cotidiana. Acordamos, portanto, os termos de responsabilidade da pesquisa, tendo a equipe decidido levar em consideração a condição de reincidência ao ato e indicar um ou mais casos.

Ainda nessa fase, o Coordenador C. apresentou-me à psicóloga R., que nesse percurso Institucional me acompanharia no que fosse necessário para desenvolver o trabalho. Agendei com R. um outro momento para que pudéssemos compartilhar um planejamento. Na primeira entrevista R. narrou a história institucional e apresentou documentos institucionais relativos ao Projeto de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei e os prontuários. Posteriormente

deu-se o agendamento dos adolescentes. R. recebeu dos profissionais o encaminhamento de cinco adolescentes e os agendou para o mesmo dia, alegando não apenas uma dificuldade no comparecimento destes, como também que, por tratar-se de uma pesquisa, eles poderiam escolher não participar do trabalho.

Concordei com R.e, nessa primeira marcação, apenas um adolescente compareceu e aceitou participar da pesquisa. Vários agendamentos foram realizados com essa dificuldade que afeta o serviço da psicóloga R presente em todos eles: os adolescentes não compareciam e muitos não queriam participar. Podemos nos questionar: Neste contexto disciplinar o que significa a falta? O que significa para o adolescente faltar no CREAS?

Diante do exposto e atravessado pela escuta psicanalítica, intervimos propondo um outro manejo para situação: um manejo institucional, isto é transferencial, influenciado pelos elementos institucionais. Propus aos profissionais que escolhessem o caso e agendassem comigo o horário em que o adolescente deveria estar na Instituição. Sendo assim, depois do atendimento com o técnico, estes poderiam encaminhar o adolescente, a quem caberia a decisão de participar ou não da pesquisa. Os adolescentes, portanto, não compareceriam ao CREAS por escolha, mas por determinação judicial, tendo eu decidido inserir esse processo determinado judicialmente, como parte da coleta de dados da pesquisa.

Os profissionais concordaram e assim foi possível realizar o trabalho. A psicóloga e as assistentes sociais diziam que se afetavam pela falta dos adolescentes, pois isso lhes causava o sentimento de vergonha. A imposição judicial e a oferta de serviços produzem categorias como a resistência do adolescente em participar da Instituição como infrator, delinquente, em conflito com a lei, e os efeitos no laço, que se marcam pela repetição da ausência do sujeito.

Oito adolescentes compareceram e apenas dois se comprometeram a participar da pesquisa. Estes demonstram dificuldades em comparecer ao CREAS para cumprir a exigência da medida socioeducativa, o que nos abre a possibilidade de questionar se a medida é do jovem e se é socioeducativa, pois quando o adolescente falta, ele se justifica muitas vezes valendo-se de mentiras que são aceitas pela lógica burocrática como verdade.

Considerando que a falta nesse contexto é operacionalizada pela política de denegação, por se negar o limite existente de se fazer todas as coisas ao mesmo tempo, faz-se necessário torná-la uma política da castração, um significante que se remete à perda de algo ou de alguém, perda essa que seja suportável para o sujeito e para Instituição. Mas, para tal, é necessário

repensar a imposição judicial como medida socioeducativa e o CREAS como uma Instituição que oferta serviços, em vez de acolher os jovens naquilo que não conseguem parar de pensar. Como bem diz Mattos (2011, p.6):

Ao ser acolhido o que atenta as crianças e os jovens, ao ser escutado naquilo em que estão enredados e ao que realmente dão atenção – e não ao que lhes é exigido mas, ao que não conseguem parar de pensar –, eles acabam por encontrar um lugar para sua subjetividade e para seu modo de satisfação. Algo do pulsional pode ser regulado no dispositivo da conversação.

Para delimitar esse acontecimento social, utilizamos o termo construído por Rosa (2001, p.129) “*encontros decididos*”, ou seja, encontros que foram decididos ao longo do processo com o jovem, na tentativa de fazer vacilar o significado da falta e escandir uma diferença no que a concerne ao significante. A falta é real e deve estar incluída como um elemento imprescindível a ser analisado no processo da medida socioeducativa, pois indica a posição do suposto sujeito diante da castração naquele acontecimento social.

O primeiro caso estudado foi o do adolescente Alexandre (nome fictício), que chegou encaminhado pela técnica R. que o acompanha desde 2010 no Projeto Juventude Cidadã. Percebi que o encaminhamento de R. havia sido determinante para o P. estar ali. Minhas palavras não faziam diferença enquanto explicava o termo de consentimento e o projeto de pesquisa, pois estava decidido a participar do trabalho e sob relação transferencial com a assistente social R.

Durante o percurso foram marcadas oito entrevistas com ele, que compareceu a quatro e faltou em quatro. Para minha surpresa, ofertou sua palavra, tendo solicitado ser escutado, uma vez que o encontro não havia sido marcado. O jovem Alexandre, que inicialmente demonstrava estar afetado pela desconfiança, foi aos poucos construindo uma relação transferencial com esta pesquisadora. Quando estava presente nos encontros decididos demonstrava estar afetado por esse acontecimento e mostrava o conflito psíquico na idealização da relação familiar e seu sofrimento diante da vida. A profissional R., na relação com o jovem, apostava na escola como uma saída real desse acontecimento traumático na dimensão do imaginário e do simbólico.

Já no segundo o caso estudado, o adolescente R. demonstrou que estava no momento de ver, ao querer saber qual era a proposta do trabalho e o que agregaria a ele. No final da explicação do Projeto concordou em participar, saiu da entrevista, sentou-se na sala de espera para aguardar seu pai, que estava falando com a técnica, e convenceu todos os adolescentes que

havia sido encaminhados pelos profissionais a participarem do trabalho. Naquele dia pude então entrevistar mais quatro adolescentes que acabaram desistido durante o processo.

Podemos nos questionar: O que fez a permanência de R. em nosso trabalho, se a oferta era apenas da escuta psicanalítica? O que a escuta psicanalítica poderia agregar à R.?

A permanência de R. no processo, foi difícil, pois das oito entrevistas marcadas, compareceu a apenas dois encontros decididos. Num terceiro encontro compareceu, mas justificou ter outro compromisso, tendo faltado aos outros cinco. O comparecimento de R. aconteceu graças ao manejo transferencial da técnica N., que sustentou sua permanência durante todo o processo da pesquisa.

R. demonstrou capacidade de liderança diante do grupo, marcada pela posição colaborativa e apresentou características como simpatia e meiguice, o que algumas vezes é interpretado pelos técnicos da Instituição como um modo de manipular a ação. “Um manipulador”, tomado como significante do sujeito pela Instituição, como alguém que manipula, como uma defesa egóica vivida de modo maníaco para não sentir a dor.

O adolescente apresentou desconfiança no estabelecimento de novos vínculos, produzindo o efeito de descomprometimento. A presença desse traço em sua relação com o outro resultava no isolamento e na descontinuidade como elementos que obstaculizam a realização do seu projeto de vida.

Na verificação dos documentos institucionais, a história institucional foi contada pela psicóloga R., por meio dos dados dos prontuários dos sujeitos da pesquisa, com a finalidade de mostrar como se constituem as tramas relacionais entre os atores e a produção do laço como efeito social e da apresentação do Projeto de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei.

No *quarto momento*, no tempo de *compreender*, incluiu o memorial dos profissionais do CREAS e foi solicitado à eles que narrasse como sua história de vida se articula, fazendo laço, com a dos adolescentes, levou-se em consideração o conceito freudiano de transferência como um operador ético-político na construção do diagnóstico.

Os profissionais não articulam as histórias, mas no cotidiano institucional, de maneira descontraída, um profissional fala para o outro: “eles estão lá e que todos tem um pezinho na infração”. Essa fala traz para uns risos, comentários e para outros, olhares compenetrados e um silêncio mortífero. Podemos nos perguntar: Como as histórias desses sujeitos se (des)articulam? Será que são sujeitos que buscam amparo discursivo?

Ainda foram realizadas as entrevistas com as técnicas responsáveis pelo encaminhamento dos adolescentes escolhidos. Foi solicitado aos profissionais que contassem a história dos adolescentes. Enquanto isso acontecia, elas se surpreendiam pela afetação de suas falas, por não haverem pensado naquilo, ou pelo afeto que predominava.

Em diversas situações os profissionais demonstram a impotência advinda da constatação do pouco que eles podem fazer para mudar essa realidade. A impotência como afeto produzido nessas relações pode ter o efeito de paralisação, se a intenção for situada na dimensão do impossível: de curar, educar, governar e/ou psicanalisar. No caso contrário podemos pensar que algo deve ser feito e isso pode fazer a diferença.

No *quinto momento*, foram realizadas as entrevistas com os adolescentes, objetivando escutar sua trajetória de vida a fim de conhecer o lugar e posição do sujeito nas tramas relacionais discursivas e seu efeito na produção dos laços sociais. Como diz Dutra (2009, p.9), para “deixar que na associação livre a palavra da fantasia ofereça seu material e suportar não dirigir a cena que se desenrola sobre temas que provocam angústia [...] suportar a sua dor, sem minimizar, apenas oferecendo a escuta.”

Finalmente, o *sexto*, no tempo *de concluir*, na demonstração da construção do diagnóstico psicológico ético-político, apoiamo-nos na articulação destas discursividades e utilizamos da teoria dos conjuntos para pensar a estrutura e a teoria dos jogos para análise, mais especificamente da lógica proposicional, contida e entrelaçada nos discursos, em busca de compreender o sintoma no social como um lugar de afetação que produz a verdade e/ou gozo como efeito dos laços sociais do sujeito.

## 6 ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO ÉTICO POLÍTICO

*Formar um texto é mais do que se deixar arrastar pela corrente de enredo e personagens, talvez seja amalgamar; torcer, dilapidar, concentrando no gesto, montar os cubos, servindo dos pretextos como ensina Autran Dourado... [...] Não há limites para pensar nesse jogo de metanarativa que a literatura pode propor, que o diga Borges e o jogo de espelhos e sonhos, que o diga Proust e a consciência do narrador, que como em Kafka, nos confunde no espaço dúbio entre a primeira e a terceira pessoa. [...] Não se enganem: escrever é descrever o próprio afogamento de narciso (DUTRA, A., CIEN-Digital, n. 06, Abril, 2009, p.8).*

### 6.1 O diagnóstico psicológico ético-político como acontecimento social

O objetivo deste capítulo é analisar os efeitos das articulações sociopolíticas da discursividade, através da narrativa, desconstruindo e construindo os entrelaçamentos discursivos que dizem da posição do sujeito e das Instituições, associados aos seus significantes primordiais no acontecimento social. Para tal foi utilizado o testemunho da visita à Fundação Casa, da Instituição CREAS: a história documental<sup>22</sup> da instituição e a pessoal dos instituídos.

Nesse contexto, enunciados e factos<sup>23</sup> associados pelo sujeito foram produzidos sob escuta e transferência, o diagnóstico psicológico ético-político em psicanálise lacaniana aplicada ao social. Para Rosa (2004), a escuta e a transferência são compreendidas aqui como instrumentos e métodos não restritos apenas à situação de análise:

O sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende. A escuta busca, na linguagem, a articulação da libido e do simbólico. Freud já diz isso desde o início de sua obra, quando, para distanciar-se do estritamente patológico, vai do estudo do sintoma e do sonho, e escreve uma Psicopatologia da vida cotidiana, mostrando o inconsciente presente nos acontecimentos da vida diária, nos esquecimentos e chistes, presente, portanto, no diálogo comum

<sup>22</sup> <sup>2</sup> Entende-se por história documental, os registros que constituem a instituição e a instituem, através do laço social, num campo social: público e privado

<sup>23</sup> <sup>3</sup> *Factos*: atos que constituem as produções subjetivas e representam as passagens *na* e *da* vida. Passagens *na* vida, que são transitórias, porque se movimentam articulando e rearticulando os significantes; e *da* vida: como destino, reincide, insiste na repetição do ato como uma colagem discursiva de um lugar social, de uma enunciação que traz implicitamente um enunciado que pode ser reconhecido na cena social.

(ROSA, 2004, p.337).

Partindo do diálogo comum, as discursividades são produzidas em contextos específicos pela escuta e pela transferência. São instrumentos utilizados pelo psicanalista para operar o modo pelo qual o inconsciente do sujeito transfere ao psicanalista um saber que é produzido nessa relação e que se desdobra num conhecimento sobre si mesmo. A produção do conhecimento neste trabalho foi realizada a partir de um olhar e um discurso psicanalítico, construindo e desconstruindo realidades. Nas palavras de Minerbo (2007):

[...] como aquele que desconstrói realidades, psíquicas ou sociais, recriando-as diversas e ampliando possibilidades, pela subversão dos usos rotineiros de um termo, de um conceito, de uma ideia até então consensual, naturalizada como ideologia (2007, p.152).

Esse modo de produzir conhecimento opera e amplia possibilidades, criando discursos alternativos e fundando o diagnóstico psicológico como ético-político na construção de uma Outra cena, compreendida aqui como um desdobramento da cena social em ficcional, trazendo à baila a posição do sujeito diante dos acontecimentos da vida.

Os dispositivos de análise da articulação sujeito e sociedade, para Rosa (2004), devem levar em consideração:

a estrutura formal da linguagem com as estruturas concretas de parentesco, as formações ideológicas em que são vividas as funções específicas (paternidade, maternidade, infância), com sua condição de aparecimento histórico e quais as suas condições sociais de aplicação. Althusser (1964/1991). Birman (1994), retoma estes temas: como o poder, a crença, o valor, a ética, a violência, a cientificidade, a partir do lugar da *função sujeito* em psicanálise. (2004, p.334)

Já no campo dos processos políticos, Plon (1999) sugere a investigação dos modos de relação transferencial e organização pulsional utilizados para governar e os modos de evitação da castração a serviço da boa gestão empresarial.

Concordamos com esses autores e consideramos suas ideias como dispositivos da análise da articulação entre sujeito e sociedade. Também para Lacan *apud* Rosa (2004), a análise é realizada a partir da formulação dos discursos como laços discursivos:

[...] pela vertente dos discursos, que produzem uma certa forma de laço social, articulando-os à especificidade do fenômeno, suas determinações e seus efeitos subjetivos e intersubjetivos. Em Lacan, os laços sociais são laços discursivos; as relações de linguagem entre as pessoas definem as maneiras diferentes de distribuição de gozo. O discurso, um discurso sem palavras mas não sem linguagem, dá conta das relações intersubjetivas. Essas relações constituem-se a partir da circulação de certos elementos que, ao transitarem por diferentes lugares, produzem laços sociais específicos e promovem diferentes efeitos ou sintomas. (ROSA, 2004, p.334).

O processo de construção dos dados do diagnóstico psicológico ético-político foi possibilitado pela análise dos dados como discursos: dos documentos institucionais (história institucional e prontuários), do memorial e pela transcrição das entrevistas na íntegra, isto é, foi conservada a escrita, tanto no discurso dos profissionais como dos adolescentes, uma vez que a alteração da semântica na análise poderia mudar o sentido das palavras e alterar a posição do sujeito na discursividade.

A análise do acontecimento social foi construída a partir dos operadores teóricos da matemática e da psicanálise lacaniana aplicada ao social, através das discursividades das observações, das entrevistas e do memorial, recortados pela pesquisadora, levando em consideração a relação transferencial nas posições dos profissionais, dos adolescentes, das Instituições envolvidas e da própria pesquisadora, na produção do diagnóstico psicológico ético-político.

O processo de construção do diagnóstico psicológico ético-político fundamentou a estrutura do diagnóstico psicológico ético-político na teoria dos conjuntos. Os conjuntos e/ou os elementos foram recortados na cena social do seguinte modo: considerou-se como conjunto universal a sociedade e, dentro desse conjunto, os subconjuntos que o constituem. No acontecimento social em questão, estes são: Fundação Casa, CREAS, profissionais e os adolescentes. Nesta pesquisa, a família não foi escolhida como um conjunto, pois o serviço é desenvolvido com o adolescente, e, sendo assim, na construção da pesquisa não há dados que nos permitam pensar a família como um subconjunto.

A desconstrução/construção dessas discursividades foi articulada teoricamente nos tempos lógicos e fundada em três outros tempos: no instante *de ver* com a observação e contextualização

das Instituições, no tempo *de compreender* com a relação transferencial dos profissionais e dos adolescentes e no tempo *de concluir* com a articulação da história de vida do sujeito atravessado pelas relações transferenciais institucionais, da própria instituição e dos profissionais no diagnóstico psicológico ético-político como um acontecimento social.

Apoiamo-nos na teoria dos jogos, mais especificamente na lógica proposicional e dos discursos, considerando que as relações entre os subconjuntos se entrelaçam e produzem efeitos constitutivos/destitutivos no acontecimento social.

Levando em consideração o contexto de produção do diagnóstico psicológico ético-político, o subconjunto dos adolescentes A., e R. foi escolhido para fazer a composição do *caso institucional clínico-político*, isto é, uma ficção institucional que só pode ser compreendida e produzida entre os discursos do pesquisador, das instituições e do sujeito no acontecimento social, e que demonstra na articulação *do* e *no* enodamento discursivo a constituição do sintoma como social.

### 6.1.1 Testemunho - um textomundo<sup>24</sup>: a casa dos mortos - “O que eu vi e o que nós veremos?”

O termo testemunho é entendido aqui como o das *arpilleras*, (Museo de La Memória y los Derechos Humanos, do Chile) isto é, escrituras que registram os costumes e vivência no processo social de um povo, que escrevem/inscrevem um textomundo que, na presente pesquisa, se inscreve no tempo lógico do *instante de ver*, com a visita à Instituição socioeducativa Fundação Casa de São José dos Campos no Estado de São Paulo.

A impressão que tive da minha visita foi a de “tudo como dantes no quartel de Abrantes”. Por exemplo, o procedimento prisional de revista permanece naturalizado e justificado pelo contexto infracional dos adolescentes.

Fui até a Instituição, **na chegada fui abordada por uma policial que averiguou minhas informações e procedeu à revista**, solicitou que deixasse apenas o meu

---

<sup>2</sup> <sup>4</sup> Textomundo: termo empregado por Mattos *apud* Dutra (2011, p.6), um testemunho, para ensinar-nos que escrever é descrever-se de seu mundo. Criar em si mesmo e no outro, Outra dimensão, ali onde na impressão da letra, se passa o que não se escreve o que escapa ao sentido. CIEN-Digital, n.10.

telefone celular na portaria. Antes de nos dirigirmos para Unidade de Internação Provisória (UIP), **as psicólogas fizeram uma nova revista em mim, me olhavam atentamente e verificavam se eu tinha brincos e colar.** Eu estava com um colar e perguntei se precisava tirar, elas disseram que aquele não. Perguntei por que estavam me revistando novamente, elas riram e disseram **que era medida de precaução.**

Além disso, não são levados em consideração os termos designados pela própria Instituição, pois os adolescentes estão num processo provisório de internação, numa Unidade de Internação Provisória (UIP), ou num processo de internação prisional sob um regime fechado e um controle disciplinar. Segundo Eugéne Enriquez *apud* Kaës (1991, p.93): “A Instituição não é outra coisa senão o que fazem dela”.

E o que fazem dessa Instituição? No que diz respeito à revista ser tomada como uma medida de precaução pelos técnicos, ou seja, um modo de vigilância, isso coloca todos os atores institucionais num estado de alerta, de ameaça e sob o efeito do medo; produz um contexto perigoso que afeta o profissional, o adolescente e os outros sociais. Considerando as diferenças epistemológicas, tanto Chauí *apud* Sawaia (2009), quanto Eugéne Enriquez *apud* Kaës (1991), abordam o medo como um elemento obstaculizador da relação humana:

Dentre as paixões tristes, ele destaca o medo e a esperança e demonstra a importância delas à manutenção das ditaduras. O medo ensandece o homem e perdura, quando alimentado por outras paixões como ódio, cólera, humilhação e aversão à felicidade (Espinosa 1957, Parte IV, Prop. LXIII, Escólio). [...] Por isso, o medo equivale à impotência da alma que, dominada e submetida, imagina novos medos e nutre esperanças em ultrapassá-los (CHAUÍ, 2009, p.367-368).

A Instituição torna-se assim um verdadeiro “artifício” que guia o comportamento de seus membros. [...] consequentemente, os indivíduos sentem-se culpados a cada vez que são criativos, porque ficam com o sentimento de transgredir valores sagrados aos quais aderem ou dos quais têm medo. As duas soluções possíveis que se lhes apresentam são simples: ou obedecem a essas injunções vividas como lhes sendo exteriores (mesmo se às vezes as interiorizaram); ou contornam as regras e se comportam diferentemente do previsto, mas sem ousar dizê-lo, com medo de serem avaliados negativamente: o segredo se instalará então, um segredo pesado constantemente ameaçado de ser descoberto

(ENRIQUEZ, (1991, p.93)

O medo como produção desse modo de discursividade disciplinar de dominação pode colocar os profissionais e os adolescentes entrelaçados num afeto predominantemente de ignorância, impedindo reflexões sobre si mesmos, portanto cristalizando e normalizando a prática. Segundo Silva (1994, p.256), “por volta do final do século XVIII, há uma racionalidade política vinculada a uma tecnologia política, que envolve intervenções na vida dos indivíduos, através de observação, vigilância, exames, classificação e normalização.” Essa racionalidade ligada à tecnologia política é um artifício da Instituição que afeta os instituídos, que são submetidos à observação direta, à vigilância constante nos diferentes modos do exame psicológico, social e educacional, para classificar e normalizar a vida dos adolescentes. Destacamos um trecho do Testemunho:

Dentro da Instituição, me deparei com um agente que nos aguardava para mostrar a Unidade. **Os adolescentes estavam na seguinte situação: um silêncio mortífero, não havia nenhum movimento que não fosse disciplinar, todos uniformizados: camisa branca e short azul, todos com o mesmo corte do cabelo, praticamente raspado. Todos os adolescentes que andavam com o grupo abaixavam a cabeça olhando para o chão, quando passavam perto de nós, continuava olhando para o chão e dizia: “bom dia senhora”, e a palavra senhora tinha que acompanhar qualquer frase que fosse dita.**

A produção do controle tem a padronização como efeito institucional: um “bom dia senhora” no olhar que não pode mirar o outro. O não-olhar como (im)posição de vergonha, para a instituição é um ato de respeito e para os profissionais um ato socioeducativo, mas para os adolescentes, é apenas um ato disciplinar.

A utilização do discurso disciplinar demonstra a padronização pela repetição da palavra de ordenação “senhora” operada como sinônimo de respeito e mostra nesse contexto a que condição de poder estão submetidos. A (im)posição do sentimento de vergonha, isto é, a não-posição e o desafeto diante do ato, na medida socioeducativa é apenas disciplinar, e assim, não possibilita reordenar os sentidos. No que concerne à padronização como uma ordenação do respeito, esta é

um desrespeito, uma despersonalização, pois apaga as singularidades do sujeito.

Na normalização da vida dos adolescentes inscreve-se a produção do silêncio dos instituídos como efeito do medo e sob a ameaça de se revelar o segredo que não pode ser descoberto. No silenciamento dos instituídos, o segredo é construindo pela modalidade disciplinar do Estado e se apresenta nos procedimentos, totalizando os atos e despersonalizando os sujeitos - mas não pode ser dito para existir na Instituição. No texto de Miller (2005, p.11), *Silet: os paradoxos da pulsão de Freud a Lacan*, o autor reflete que:

[...] a fala guarda o silêncio e falha diante do gozo. É o que se percebe quando Freud propõe o paradigma da fantasia, “Uma criança é espancada”. Ele observa, no curso da demonstração, que a confissão dela extraída é a mais sofrida, a mais difícil de dizer. Observa também, que o pivô da fantasia é o “não lembrado”, o que não tem reminiscência, o que se é obrigado a reconstruir, respondendo a uma necessidade lógica, ao “logo”, e dizendo de maneira materialista: a algo que não se pode dizer.

O silêncio contido no posicionamento dos sujeitos é revelador de algo que não se pode dizer, de um não-dito, contido na repressão institucional que aponta para o inadequado, para aquilo que precisa ser recalcado a fim de que o sujeito possa existir naquele lugar apenas como um corpo, um pedaço de carne que perambula sem destino, e está associado a uma organização mortífera. Nas palavras de Kaës (1991, p.94), no que diz respeito ao silêncio da Instituição:

Se uma organização viva é aquela que pode enfrentar os desafios internos e externos, acolher o sentido que circula nela e dar sentido ao que ela faz, a organização mortífera é aquela que, tornando todos os comportamentos não hierarquizáveis, totalmente conflituais e não significativos, conduz ao silêncio do desejo, ao ódio de qualquer desejo e, portanto, à instauração de um processo de decomposição ao qual todos concorrem, querendo ou não. [...] Ela será invadida, durante esse período em que acredita viver ou estar em estado de remissão, por metástase que a levará a deixar a situação de “morta-viva” por aquela de uma instituição completamente extinta. Uma instituição de tratamento apresenta uma vulnerabilidade particular a esse processo, pois não pode subtrair-se à questão da vida e da morte psíquica ou física dos seus pacientes. Assim sendo, para ela é mais fácil sucumbir aos atrativos mortíferos que os constituem do que lutar contra a fascinação do nada.

No que se refere à Instituição em questão, sua organização é mortífera, conduz ao silêncio e ao afeto de ódio. Quanto ao desejo, instaura um processo de decomposição, numa situação de “morta-viva”, e submete os sujeitos aos procedimentos institucionais subtraindo a questão da vida e da morte psíquica e física dos sujeitos. Destacamos outro trecho do Testemunho que nos mostra o procedimento de entrada na Unidade de Internação:

**Na Unidade de Internação é o mesmo procedimento de entrada**, só que lá dentro muitas surpresas, eles estavam jogando uma partida de futebol. Alguns adolescentes, se aproximavam e conversavam, outros nem sequer olhavam, ignoravam tal situação e outros ainda, olhavam ressabiados e rapidamente desviavam o olhar. Um desses adolescentes que se aproximou para conversar abordou uma das psicólogas, se apresentou para mim e disse para ela: **“senhora, a senhora já viu o trabalho que eu fiz, deixei com a outra, a assistente social pra diminuir a pena, fiz direitinho, senhora olha lá! Quando ele se afastou a psicóloga falou que “ele era articulado assim mesmo, eles ficavam tentando manipular tudo que podiam o tempo todo”**.

Essa discursividade denuncia a posição tanto da psicóloga como da assistente social no momento em que diz do poder da política econômica contido nas atividades desenvolvidas por elas, cujo efeito é “diminuir a pena”. Não é parte da prática psicológica e nem da assistência social oferecer trabalhos que se materializem em mercadorias (produtos de controle) e produzam como efeito lucro ou prejuízo, aumentando ou diminuindo a pena. Outro trecho ainda, na Unidade de Internação:

Continuamos a visita e passamos por algumas salas, uma delas da assistente social e outra administrativa, dirigimo-nos a um corredor e neste havia outras “salas” pequenas com portas de ferro e **perguntei de quem eram aquelas salas. O agente me respondeu que eram solitárias, mas podiam ser usadas para atendimento. A psicóloga concorda e diz do problema do espaço físico, no que concerne aos atendimentos individuais**. Questiono como são realizados estes atendimentos, e ela me responde **que sabe que não pode fazer psicoterapia na Instituição, mas às vezes, “o menino precisa desabafá”**. Cabe ressaltar que o espaço físico de uma solitária, como o próprio nome diz, **não é um espaço para duas pessoas e muito menos para uma situação**

**psicoterápica. [...] Saímos dessa sala e fomos para sala da equipe técnica, a equipe solicitava atendimento aos adolescentes, e também, aos agentes. Relatavam casos e reclamavam do baixo número de funcionários, principalmente à noite e aos fins de semana.**

Os profissionais afetados por esse discurso de disfarce, pelo poder transferido a eles do âmbito jurídico, manipulam e são manipulados pelos efeitos do sistema, causando contradições entre palavras e atos. E por sentirem-se envolvidos na mentira generalizada, são cúmplices do sistema. Segundo Eugéne Enriquez *apud* Kaës (1991, p.93):

Os discursos tornam-se então de disfarce, que têm como efeito colocar o conjunto dos profissionais numa situação de desconfiança uns em relação aos outros, e sobretudo de colocar os pacientes em contradições insustentáveis, por perceberem as contradições entre as palavras e os atos e por se sentirem envolvidos na mentira generalizada da qual, pouco ou muito, os terapeutas sempre os fazem cúmplices.

Os profissionais nesse tipo de instituições são frequentemente afetados e sofrem com a pressão institucional, no que diz respeito à transferência de responsabilidades, isto é, com a falha no dever da Instituição de prover as condições necessárias para realização do trabalho, oferecendo aos profissionais e a clientela o suficiente para realizarem a prática adequadamente.

Estabelecer os limites na relação da instituição com o instituído é uma condição necessária à realização da prática profissional com os adolescentes, pois isso altera a posição discursiva de dominação, exploração e submissão, produzindo um giro discursivo, de dizer sobre o acontecimento de não responder do lugar onde é demandado, limitando assim os efeitos da qual é produto. Assim diante de uma surpresa na Unidade de Internação, destacamos o seguinte trecho:

Seguindo adiante, **em direção aos dormitórios, surge um imprevisto, o agente solicita que eu aguarde porque ele já havia pedido para retirar um adolescente que estava no alojamento.** Não demorou quase nada e o agente me convida para entrar. Estranhei tal situação e já lá dentro, **perguntei por onde o adolescente havia saído, porque só estava vendo uma porta naquele recinto. O agente sem pestanejar me respondeu:**

**“mandei guardar o adolescente porque ele estava cumprindo um castigo”.  
Perguntei: Guardar, guardar aonde? Não me respondeu e acelerou o término da visita naquela Unidade.**

O discurso institucional disciplinar atravessado na prática profissional produz uma violência em ato, numa discursividade em que os instituídos devem saber apenas obedecer, ultrapassando os limites da prática profissional. A ultrapassagem dos limites na ação do profissional “de guardar o adolescente” impede a operação da lei na demarcação das posições, ou seja, a Instituição deixa de realizar o que deveria ser o seu papel socioeducativo e realiza um ato de violência contra o sujeito.

Na realização do ato de violência, a Instituição fracassa, o agente sai da posição de profissional e o adolescente da de clientela. Tal prática fundamenta-se numa discursividade sem referência à lei, portanto caótica, pois desloca o lugar da verdade para o agente e o captura nas malhas institucionais, desconhecendo a formação e a manutenção do sintoma e de seu gozo, produzindo uma discursividade ideológica

Nas palavras de Zizek (1996, P.306) *apud* Rosa (2004, p.339): "ideológica é uma realidade social cuja existência implica ou não conhecimento de sua essência por parte de seus participantes, ou seja, a sua efetividade implica que os indivíduos não sabem o que fazem". Sendo assim, é necessário limitar os efeitos discursivos do qual é produto. Ainda, no Testemunho, destacamos outro trecho:

**No final dessa conversa os técnicos me perguntaram se eu poderia supervisioná-los, e respondi que iria me informar sobre isso, porque havia procedimentos burocráticos interinstitucional.**

A demanda dos técnicos por supervisão configura um apelo destes, por saberem sobre sua prática, operando um lugar que lhes permite ler e limitar os efeitos da sua produção. Esses profissionais buscam fazer emergir outro espaço, que possa oxigenar os discursos e operar uma produção singular de conhecimento, o que, no entanto, não foi autorizado pela Instituição Fundação Casa.

Diante do exposto, nesse textomundo, observamos que nessa Instituição socioeducativa o discurso do Mestre governa e é operado pelo discurso disciplinar; produz-se como afeto o medo e

sob efeito de ameaça, o silêncio como laço social.

### 6.1.2 Instituição: lugar de produção dos *factos* e acontecimentos históricos

As instituições serão tratadas aqui segundo, pela formulação lacaniana de Éric Laurent: “uma instituição é tudo aquilo que se mantém de pé, *in-statuere*” (2003, p.83), ou ainda, podemos pensar a partir do seu contrário, destituição (LEITE, 1993, p.1). O autor nos apresenta a palavra Instituição, no latim clássico, “*institutio*. Por um lado, instituição é um empréstimo, ação de instituir alguma coisa, fundação; o sentido daquilo que é instituído, pessoa moral, regime legal e, por outro lado: comunidade de vida, sistema de regras”. Para *In-statuere* é necessário pensar “a relação entre a linguagem e a referência que é baseada em palavras e em ações, o que por si só, envolve uma ação política” (FERRETTI, 2003, p.48), e nos convoca à noção lacaniana de existência, isto é, podemos pressupor uma ex-sistência para produzir uma existência institucional.

O CREAS, enquanto Instituição, existe, está em pé e coloca uma modalidade de atendimento numa posição determinada pelo Estado além de se representar por seu Projeto que visa atender o adolescente em conflito com a Lei. Assim está descrito no Projeto do CREAS:

No atendimento de adolescentes em conflito com a lei, conforme relato dos profissionais, quando a FEBEM – Fundação Estadual de Bem Estar do Menor, hoje denominada FUNDAÇÃO CASA, iniciou o processo de **descentralização do atendimento das medidas socioeducativas em meio aberto**, foi implantado neste município o primeiro posto de Liberdade Vigia do Vale do Paraíba em 1986.

A descentralização do atendimento das medidas socioeducativas em meio aberto constitui um benefício à população, levando em consideração que surgem outras Instituições na prestação de serviço de proteção social. Adicionalmente, o fato de a Instituição realizar atendimento em meio aberto permite aos adolescentes permanecerem no seu meio social e no contato com a realidade, buscar estratégias para solucionar suas dificuldades e seus problemas. O discurso de descentralização pode nos indicar um giro discursivo, um modo de dissolução do poder, para o atendimento das medidas socioeducativas em meio fechado.

Repensar a estrutura social como um modo de negociar aberto ou fechado faz diferença; no entanto, se a estrutura se diz aberta, mas exerce uma política “fechada”, isto é, parece que

negocia, mas não o faz, há uma centralização. Para Lacan *apud* Ferretti (2003, p.49), “o fato de que todos são negociáveis é a marca de uma estrutura social a ser caracterizada quando há troca. Ele reconhece nisso uma política: a política consiste em negociar.”

Até os dias atuais não há trocas: a Instituição não negocia, nela predomina a centralização, e apresenta em regime fechado os processos de internação provisória e internação. Fundamenta-se num discurso de mestria, regido por discurso disciplinar e opera a política de exclusão dos adolescentes *da* e *na* sociedade, produzindo um efeito no laço social de transmissão da experiência infracional pelo meio em que vivem.

Na cidade de São José dos Campos, por ser a vulnerabilidade social construída geograficamente, isto é, como uma estratégia pública de ordenar a cidade, utiliza-se também a infração como categoria para agrupar as famílias por regiões do município, colocando o ato infracional como um elemento que tem o efeito de produzir laços sociais na transmissão da experiência, através da identificação dos grupos como “complexos familiares”. Em outras palavras, há uma política de inclusão dos sujeitos pelo modo de afetação: um amigo torna-se um irmão, um pai, um membro familiar, um representante das figuras parentais.

Os “complexos familiares”, fundados *nas* e *pelas* instituições, operado por políticas, ou seja, os modos de operar as negociações *com* e *sobre* os sujeitos, citando Lacan, “já que todos são negociáveis”, faz-se necessária uma habilidade política. Para Hannah Arendt *apud* Ferretti (2003), habilidade política “é a capacidade de perceber e formular juízos que são próprios da opinião do sujeito e não de proposições universais.” Faz uma aproximação da abordagem kantiana, e ao falar do sentido da negociação, define: “pensar no plural é ser capaz de pensar no lugar e na posição dos outros, em vez de estar de acordo apenas consigo mesmo” (p.49).

Para compreender as negociações, isto é, a política, “a capacidade de perceber e formular juízos que são próprios do sujeito e pensar no lugar e na posição dos outros, em vez de estar de acordo apenas consigo mesmo”, baseamo-nos em *A ex-sistência: Política e Instituição* (2003), em que Ferretti define a política retomando Miller, “o inconsciente é a política”. Partindo desse pressuposto podemos questionar: Qual é o lugar do inconsciente ou da política no diagnóstico da situação do adolescente em conflito com a lei no município? Aqui destacamos outro trecho do Projeto do CREAS:

Em cumprimento às indicações do SINASE e sob orientação do Conselho Nacional e

Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi elaborado o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, que apresenta o **diagnóstico da situação do adolescente em conflito com lei** no município. Constataram-se altos índices de evasão escolar e problemas de conduta e a debilidade da rede de serviços públicos em atender a essas demandas [...].

Conforme o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e sob a orientação do Conselho Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), seu instrumento, o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, diagnostica na situação do adolescente em conflito com a lei no município a evasão escolar e problemas de conduta, apontando a debilidade da rede de serviços públicos. Podemos pensar que as constatações do diagnóstico situacional referem-se a apenas três conjuntos: da escola, do adolescente e do Estado. Será que, para compreendermos esse diagnóstico situacional, não é necessário questionar a família, levando em consideração que o objetivo do CREAS é proteção social à família?

A evasão caracteriza-se como um problema escolar que não atinge somente os adolescentes do CREAS, mas nesse contexto é necessário considerar que a escola enquanto instituição frequentemente tem dificuldade em acolher o adolescente. O acolhimento de um adolescente implica estabelecer vínculos afetivos que permitam compartilhar com eles os conflitos, a experiência de vida, sem de fato julgá-los.

A Instituição escola, apoiada no discurso desenvolvimentista segundo o qual a adolescência é um período de crise, por vezes estabelece uma reação a esse discurso promovendo uma “guerrilha” com os adolescentes, na tentativa de poder normalizar pelo controle a experiência individual. Os altos índices de evasão escolar podem ser construídos por um processo de corrupção fundado numa política de exclusão daqueles sujeitos que a escola não idealiza como seus alunos. Segundo Minerbo (2007, p.152), o processo de corrupção:

O processo de corrupção tem início quando o representante da instituição sustenta simultaneamente duas lógicas excludentes, referidas à esfera pública e privada. A integridade moral é a recusa em sustentar essa contradição, obrigando o sujeito a uma renúncia, quer da sua posição pública, quer de seus interesses pessoais. [...] O que se corrompe não é o indivíduo, que só pode ser subornado, mas o sistema simbólico que ele representa, tendo como consequência o esvaziamento semântico e a fratura do símbolo.

Muitas vezes, são construídos os problemas de conduta pela renúncia da posição pública e de seus interesses pessoais, apoiados pelo discurso médico, sem se levar em conta como foi produzida tal conduta. Num processo de corrupção, o indivíduo é subornado e é corrompido o sistema simbólico que ele representa.

No que concerne à debilidade da rede de serviços públicos em atender as demandas, colocamo-nos a pensar como elas se constituem enquanto demanda, pois internar um adolescente provisoriamente, enquanto o juiz decide o que deverá ser feito com ele, parece ser uma decisão fundada na debilidade do discurso judiciário, cujos efeitos afetam definitivamente a todos os sujeitos em questão.

No que tange ao Brasil, não existem juízes suficientes para realizar tal decisão. As Instituições funcionam como “depósitos”, tornando-se lugares de armazenagem dos adolescentes. O que é possível fazer em se tratando de medidas socioeducativas de aproximadamente quarenta e cinco dias de internação provisória?

Essa debilidade do judiciário funda a exclusão social do sujeito em seu meio social pela internação provisória numa Instituição socioeducativa que, parafraseando Minerbo, pode corromper o sistema simbólico. Como consequência advêm o esvaziamento semântico e a fratura do símbolo, ou seja, estes adolescentes poderão sofrer uma transformação política, isto é, podem escandir uma diferença no modo de se negociarem em sua relação com os outros. Para Lacan *apud* Ferretti, “o sujeito ao ser negociável está na posição de objeto, [...] a verdade do sujeito, mesmo quando ele está na posição de mestre, não está nele mesmo, está num objeto velado.” (2003, p.49). Assim está descrito na história do Projeto Institucional:

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS constitui-se numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.

O CREAS enquanto Instituição pertence ao Estado, presta serviços a indivíduos e famílias com seus direitos violados e visa à integração para enfrentar a dispersão de seu serviços. Cabe a seguinte reflexão: Por que o Estado produz o discurso capitalista e não se responsabiliza

por seus efeitos?

Esse discurso capitalista que cria um serviço para realizar o outro coloca o serviço público afetado por uma ineficiência em ler e limitar os efeitos que sofre, produzindo impotência nas ações institucionais, afetando os profissionais e os adolescentes, e assim desprotegendo o serviço social público. Em relação à finalidade do serviço, destacamos no Projeto do CREAS:

[...] **Serviço de proteção social** a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC) Descrição: **O serviço tem por finalidade prover [...] Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos(as) adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessária a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.**

A finalidade do serviço de proteção social é contribuir para ressignificar os valores na vida pessoal e social e a observância da responsabilização face ao ato infracional. As proposições que se apresentam no discurso são: contribuir e ressignificar os valores e responsabilizar os adolescentes pelo ato infracional. Será essa a finalidade de um serviço de proteção social? Destacamos outro trecho do Projeto do CREAS referente ao seu Plano Individual de Atendimento:

A partir da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) **se estabelece o diagnóstico do caso bem como as estratégias de atendimento. O adolescente participa de atendimentos sociais e psicológicos, individuais e em grupos, além de outras atividades de cunho socioeducativo e encaminhamento para a Rede. É realizado investimento em sua formação escolar e profissional, capacitando-o para o mercado de trabalho.** A família também participa desse processo socioeducativo, sendo incluída, se necessário, na rede de serviços do município.

[...] Na sua operacionalização é necessária **a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do(a) adolescente e da família,** devendo conter **os objetivos e metas a serem alcançados** durante o cumprimento da medida, **perspectivas de vida futura,** dentre outros aspectos a serem acrescidos, **de acordo com as necessidades e interesses do (a) adolescente.**

O PIA é um instrumento norteador das ações, estabelece o diagnóstico e as estratégias de atendimentos, cujas operacionalizações requerem a participação da família, e deve conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, bem como perspectivas de vida futura, de acordo com as necessidades e interesses dos adolescentes.

Mas o que significa estabelecer o diagnóstico e estratégias de atendimento? Nas observações realizadas não foi possível verificar o estabelecimento do diagnóstico e as estratégias de atendimento se referem, para a psicologia, à técnica de psicoterapia breve, e para o serviço social, às modalidades de atendimento, em grupo ou individual.

Quanto ao acompanhamento socioeducativo, a participação da psicologia é realizada pelos técnicos, através da prática clínica num contexto institucional. Na tentativa de atender a demanda do serviço público, a Instituição exige dos profissionais o cumprimento dessa ordenação pública, produzindo muitas vezes a transposição dos instrumentos de uma área para outra, sem levar em consideração suas particularidades, como o campo de atuação.

Nesse contexto jurídico, o efeito de produzir relatórios sobre a prestação de serviço pode constituir uma ameaça, um perigo se o foco for o comportamento dos adolescentes, pois os relatórios não levam em consideração que o comportamento do adolescente é dinâmico. Sendo assim, esbarramos num limite profissional, pois não é possível escrever/descrever a dinâmica do comportamento do adolescente. Assim está escrito na Apresentação do Projeto do CREAS:

**Apresentação do Projeto:** O Projeto propõe **atender os adolescentes e jovens** adultos (até 21 anos incompletos) **com medida socioeducativa** de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade e suas famílias, **propiciando condições para que construam um novo projeto de vida e assim, rompam com a prática infracional, favorecendo o exercício da cidadania.**

Nessa Apresentação, a proposta é atender os adolescentes e jovens adultos *com* medida socioeducativa propiciando condições para que construam um novo projeto de vida e assim, rompam com a prática infracional, favorecendo o exercício da cidadania. O discurso mostra que o atendimento está atravessado pela medida socioeducativa e compartilha a proposição de que a construção de um novo projeto de vida rompe com a prática infracional e favorece o exercício da cidadania.

Esse discurso traz uma lógica racional de causa e efeito da constituição do ato infracional que demonstra um impasse, ou seja, romper com o projeto de vida anterior consequentemente resolveria o ato infracional. Essa ideia pode produzir efeitos de desamparo discursivo nos adolescentes, tendo em vista que não seria possível romper com sua vida: sua história, suas instituições, seus amigos e seu contexto. Será que um novo projeto de vida opera essa transformação?

Adicionalmente, o favorecimento do exercício da cidadania apresenta-se como uma consequência do rompimento com ato infracional, uma vez que deveria ser a causa e não um efeito das medidas socioeducativas. Destacamos outros trechos das fases do acompanhamento do Projeto do CREAS:

As Fases do **acompanhamento**:[...] **A partir da coleta de dados** sobre vários aspectos da vida do adolescente **é possível estabelecer o diagnóstico e o estudo de caso deverá indicar as estratégias de atendimento e, junto com o jovem e seu responsável, a construção das metas a serem atingidas. A situação escolar é prioridade para inserção imediata, se for o caso.** Essa fase se caracteriza **como momento de acolhimento e criação de vínculos e estabelecimento do Plano Individual de Atendimento [...]**

Fase do Desenvolvimento do PIA [...] O acompanhamento socioeducativo é desenvolvido pelo técnico do Serviço Social com a participação da Psicologia através da intervenção breve de caso e a realização de grupos terapêuticos e de ação socioeducativa. A Vara da Infância e Juventude (VIJ) acompanha a ação socioeducativa através do envio sistemático de relatórios informativos elaborados pelos técnicos.

**A partir das metas** estabelecidas em conjunto com o adolescente na elaboração do PIA (Plano Individual de Atendimento), **o Serviço Social estabelece as estratégias de atendimento.** O adolescente recebe intervenções semanais ou quinzenais, de acordo com a definição do PIA, podendo ser individualizado ou em grupo. Realizará as inserções e encaminhamentos necessários (escola, serviço para emissão de documentação, Programa e Projetos Sociais, Rede de Serviços: Fundhas, SDS/PRODEC, Entidades Sociais, Secretaria de Esportes e Lazer, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Secretaria de Saúde, CAPS-AD, entre outros).

Nas fases de desenvolvimento do PIA, a partir da coleta de dados sobre os vários aspectos

da vida do adolescente, foi possível estabelecer o diagnóstico, sendo a situação escolar prioridade para inserção imediata. Essa situação, tomada como prioridade pelo CREAS, deve levar em conta a singularidade de cada caso, para não constituir um problema social, pois a Escola não é uma Instituição significativa para todos os adolescentes.

Os momentos de acolhimento e de criação de vínculos para o estabelecimento do Plano Individual de Atendimento ocorreram durante o processo, pois na reunião de acolhimento (RA) os procedimentos burocráticos muitas vezes impedem a criação de vínculos. Os adolescentes demonstram estar ali apenas por um cumprimento de medida judicial e não socioeducativa. Entretanto, no desenvolvimento do processo o PIA caracterizou-se pelo acolhimento e pela criação de vínculo e isto pode ser verificado no CREAS na relação dos profissionais com os adolescentes e com os familiares.

A equipe profissional mostra-se afetada pelo trabalho que realiza, e o afeto que predomina é ora a angústia, ora a impotência, operacionalizadas pelo afeto da ignorância relacionada ao saber-fazer. Os profissionais se questionam: O que possibilitaria aos adolescentes romper com o ato infracional? Para tal, o que eles sabem-fazer?

No que tange à prática profissional, os profissionais ou se posicionam na discursividade de mestre, apagando as singularidades do contexto para adequar os instrumentos da assistência social e psicologia já existentes, ou numa discursividade histórica apenas denuncia essa transposição, ou ainda numa discursividade analítica, buscando refletir a demanda e construir instrumentos singulares da prática institucional. Na fase de conclusão, destacamos este trecho:

Fase da Conclusão: Quando o prazo de cumprimento da medida está sendo finalizado, chega o momento de junto com o adolescente - rever as metas e refletir sobre o processo socioeducativo vivenciado, destacando as conquistas e avanços, o compromisso com a proposta de atendimento e o desempenho nas atividades e grupos. Discute-se, ainda, sobre os investimentos para as inserções realizadas nas áreas: social, educação, saúde, esportes e lazer, cultural, etc. As metas estabelecidas no PIA poderão ter sido cumpridas e, casos contrários, poderão ser continuados na Rede após a medida. Essa fase se caracteriza como momento de reflexão sobre seu Projeto de Vida e o incentivo à concretização das metas definidas no PIA a serem atingidas a longo prazo.

Nessa fase de conclusão do projeto, no momento de revisão do processo socioeducativo

vivenciado, destacam-se as conquistas, os avanços, os compromissos e os desempenhos. No entanto, não se discutem os impasses desse processo socioeducativo, que são singulares em cada caso. A permanência no Projeto está relacionada com o descumprimento da medida socioeducativa e não com a demanda do adolescente na construção de seu projeto de vida.

Diante do exposto, esse discurso de mestria da Instituição CREAS afeta os adolescentes como se houvesse um Outro que sabe fazer tudo, que tem o poder de saber governar suas vidas, operando um efeito de discursividade nos adolescentes, ora universitária e ora capitalista. A discursividade universitária para aqueles que precisam seguir o Mestre, os discípulos; e a capitalista para aqueles sujeitos que se deslocam do lugar da verdade, para o lugar do agente, numa relação onde o sujeito por vezes é consumidor do e por vezes é consumido pelo gozo.

O cumprimento da medida socioeducativa afeta a Instituição CREAS pelo discurso do Mestre, daquele que governar essa situação social, com a finalidade de proteção social à família. A instituição família, afetada pelo discurso disciplinar, demonstra-se pelas proposições: ‘não saber o que fazer com esse filho’, num outro momento ‘já fiz tudo por este filho’, e num outro ainda ‘não sei por que esse filho é desse jeito’. No discurso das famílias envolvidas ora predomina o Discurso Universitário, para aquelas que se colocam como aprendizes da Instituição CREAS, ora pelo Discurso Histórico, numa posição de denúncia, trazendo a verdade como causa do acontecimento, mas sem poder se responsabilizar por sua função social.

### **6.1.3 Memorial dos (i)migrantes: lembranças encobridoras na e da transferência institucional**

No tempo *de compreender*, este capítulo foi denominado Memorial dos (I)Migrantes, levando em consideração a condição de vida na dimensão histórica no estilo dos atores partícipes desta pesquisa, pois estão numa condição de extimidade, isto é, dentro e fora da relação. Como bem disse Dostoiévski, em *Notas do Subsolo*, “revelam-se as marcas históricas” pelas pegadas das errâncias e pelo exílio do lugar, pelo inconsciente. E como nos ensina Rosa (2009, 498-499):

A dimensão trágica do migrante encena algo comum a todos, pois todos somos sujeitos

exilados, desenraizados de nós mesmos, constituídos pelo desconhecimento enigmático da dimensão inconsciente. Freud, no texto *“Moisés e o monoteísmo”* (1939), defende as vicissitudes da errância e do nomadismo do desejo, mostrando que a sua precedência sobre a sedentarização marca o povo judeu. Busca na experiência da errância enquanto ato uma metáfora da errância do sujeito pelo deserto da libido.

Os profissionais da Instituição relatam que há uma articulação entre sua história de vida e a dos adolescentes e que não desenvolvem aquele trabalho por acaso, mas por causa própria, “nós não escolhemos à toa”, e, no dizer de Freud “escolhemos por sintoma”. Eles defendem a hipótese de que há algo que os identifica com os adolescentes.

Todos os profissionais do CREAS participaram do memorial, mas quatro técnicos foram escolhidos para analisá-lo, levando em consideração a relação transferencial destes com os adolescentes, e ainda, o conteúdo da produção textual do memorial. Segundo Kães (1991, p. 105), no que diz respeito aos processos de identificação:

Ainda que se trate de um mecanismo de defesa do Ego, Freud se serve aqui do processo de identificação para explicar a natureza dos laços libidinais que unem os membros de um grupo ao seu chefe ou os laços libidinais que se criam entre esses mesmos membros do grupo, colocando o Eros sublimado entre os fundamentos do social.

Apresentarei a seguir o memorial de quatro participantes da equipe: da assistente social R., da assistente social N., da assistente social R. e do psicólogo e coordenador C., os técnicos escolhidos para o memorial.

A assistente social R. do CREAS – técnica responsável pelo caso do Alexandre – inicia dizendo que sua escolha profissional “não era voltada para o serviço social, fui aluna da Fundação Bradesco, na área de informática e não queria passar a vida ‘conversando’ com o computador. Escolheu o Serviço Social pela identificação com o curso, foi reconhecida no curso na disciplina de metodologia e em estudo de caso recebeu o mérito de louvor. No seu trabalho atual decepiona-se com as pessoas e não com a escolha.

R. se identifica com os adolescentes pela condição socioeconômica. Também participou de projeto social, foi aluna da Fundação Bradesco, cuja missão é “promover a inclusão social por meio da educação e atuar como multiplicador das melhores práticas pedagógico-educacionais

junto à população brasileira socioeconomicamente desfavorecida”. Nessa condição social, economicamente desfavorecida, R. se constituiu; formou-se em Serviço Social, prestou concurso público e trabalha com os adolescentes.

No caso do adolescente Alexandre que cumpriu medida socioeducativa no CREAS, seu memorial foi articulado com a entrevista, levando em consideração que o conteúdo do material apresentado por ele tornou possível tal desenvolvimento.

Da assistente social N. do CREAS, técnica responsável pelo caso R., destacamos o seguinte trecho do memorial:

**“Fui uma adolescente como nossos atendidos, também sem muito norte. Queria ser bailarina e não consegui apoio familiar”. A escolha profissional foi forçada pela mãe. “Escolhi sem saber o que era isto! Me identifiquei muito com a área”. Formou e prestou vários concursos, sem escolher para área de adolescente em conflito com a lei – Fundação Casa (antiga FEBEM) posto de liberdade assistida na região de Sorocaba, adaptou-se à cidade e começou a prestar novos concursos e “por ironia do destino ou uma total sincronicidade fui contratada para implantação do projeto Adole-Ser, não acredito que estamos neste projeto ‘a toa’”. A profissional se identifica com os adolescentes, pela baixa auto-estima. “Sempre me identifiquei com a demanda, acho que ajudando esses meninos e meninas a se encontrarem nesse mundo a despertar o sentido de pertencimento e reconhecimento também estou trabalhando os meus próprios sentimentos de exclusão! Ajudando eles se acharem também me encontro. Outro motivo, sempre tive uma boa escuta, sempre fui conciliadora e conselheira de amigos e familiares – essa é minha marca maior. Como acredito que todos nós nascemos com um dom, o meu é de escuta e de ajuda, então não é a toa que o universo veio me trazendo, desde minha formação, até aqui”.**

N. estabelece uma relação de identificação utilizando a lógica da correspondência biunívoca, entre sua adolescência com a dos adolescentes, fazendo referência à direção, “sem muito norte”, ou seja, uma referência sem direção, perdida, caótica. N. mostra o conflito entre seu desejo e o do Outro e demonstra que encontra uma saída pela imposição, alienando-se no desejo do Outro. Para Kães (1991, p. 89), realiza projetos conscientes ou fantasias inconscientes na relação de identificação:

Assim, qualquer terapeuta, de uma forma ou de outra, está realizando, no palco da

relação com o outro, projetos conscientes ou fantasias inconscientes. [...] que se referem ao modelo formador, atribuidor de boa forma, do médico obcecado pela cura, do parteiro “socrático”, do militante transformador do mundo, do reparador que impede que os traumatismos do cliente se tornem “irreparáveis”. Outros modelos poderia ser evocados.

Apresenta em sua trajetória “a correria”, prestou vários concursos sem escolher, adaptou-se à cidade e começou a prestar novos concursos. E, ainda, justifica o motivo de estar no Projeto como sendo ironia do destino ou sincronicidade e afirma repetidas vezes que “não estamos neste projeto à toa”.

O laço de identificação para N. se marca pela baixa autoestima e pela demanda que se caracteriza por encontrar o caminho, a direção, ou seja, é apostar nesses adolescentes para ajudá-los a se encontrarem nesse mundo e despertar o sentido de pertencimento e reconhecimento, ou seja, de receber o bilhete premiado, como veremos no caso R.

N. também aponta para o sentimento de exclusão como mola propulsora desse encontro consigo mesma, ou seja, no trabalho cotidiano há uma projeção de sua adolescência na adolescência desses jovens, e por tudo isso ajuda a projetar o futuro dos adolescentes, realizando no presente uma experiência compartilhada de lembranças encobridoras, um encontro de afetos.

Acredita no dom e reconhece que o dela é escutar e ajudar e retoma a conspiração do universo como motivador da trajetória profissional. N. caracteriza-se por uma boa escuta, é conciliadora e conselheira de amigos e familiares e reconhece no discurso religioso o dom divino, as aptidões e a trajetória profissional.

Da assistente social R. do CREAS, técnica responsável pelos adolescentes que foram entrevistados, mas que escolheram não continuar participando da pesquisa, temos este trecho descrito no memorial:

**”Passei no concurso, logo após a formatura [...] fui informada que comporia a equipe que atende medidas socioeducativas”. A profissional se identifica com os adolescentes, pelo desafio. Coloca questões sobre a prática:** como entrar em contato com o verdadeiro “eu” daquele ser que a ninguém se revelava? Como transcender de uma relação de faz de conta (faz de conta que eu atendo e faz de conta que sou atendido) para algo que fizesse sentido para ambos? **“Bem, as respostas a estas questões não estão consolidadas, pelo contrário, são construídas e desconstruídas a cada dia. É este o desafio que me faz levantar cedo e vir para cá todos os dias!”.**

A profissional R., recém-graduada, foi informada que comporia uma equipe que atende medidas socioeducativas, uma imposição presente no serviço público que muitas vezes obstaculiza a escolha da área de trabalho pelos profissionais.

Questiona a prática profissional, apontando a expectativa de se afetar e ser afetada por uma revelação de um adolescente, como ocorreu no caso R., e ainda a superação do jogo de faz-de-conta, afirmando que é preciso fazer algo que produza sentido para ambos. R. demonstra que o questionamento e a busca por essas respostas são construídos e desconstruídos a cada dia e este é o desafio do trabalho que articula a profissional aos adolescentes.

Do psicólogo e coordenador C. do CREAS, destacamos o seguinte trecho:

**“A meta inicial era atuar na Indústria, mas não se efetivou devido o campo estar saturado”. Por incentivo familiar, buscou o Serviço Público na área de assistência social. A atuação inicial foi em creche, implantação de serviço de atendimento à criança e adolescente em situação de risco e com prática infracional. “Crianças e adolescentes em risco são aqueles vítimas de maus tratos, negligência, abuso sexual e exploração e também aqueles envolvidos com a prática de delitos. Após vários anos de atuação percebo que a minha escolha profissional não foi obra do destino, mas de escolha. Percebo que estar próximo desse público era a possibilidade de entender e ajudar aqueles vitimados que têm relação direta com a minha trajetória pessoal, marcados com as situações apresentadas acima”. Em relação aos jovens infratores, está motivado por um fascínio, jovens ousados, jovens destemidos, quebrando regras. “Digo que quem atua com este público tem como objetivo aprender com ele como ousar, quebrar regras. Conhecer os mecanismos que movem estes jovens, a dinâmica de prática de delitos. Digo que o profissional é um infrator do bem que atua para trazê-los para uma infração dentro dos direitos legais. Posso afirmar que todos que aqui atuam são também infratores e se não são vêm para cá aprender a ser”.**

C. não tinha como meta trabalhar com os adolescentes; foi por influência familiar que escolheu o serviço público na área de assistência social. Percebeu depois que fora uma escolha pela profissão, pois associa a sua trajetória pessoal com a os adolescentes em risco e caracteriza-os como jovens vítimas de maus tratos, negligência, abuso sexual e exploração, e também, aqueles envolvidos com a prática de delitos. Será que a vulnerabilidade em que estão submetidas

essas pessoas não coloca em risco a condição humana?

O profissional afirma que “quem atua com este público tem como objetivo aprender com ele como ousar, quebrar regras e conhecer o mecanismo que move os jovens e a dinâmica de prática de delitos.” Na experiência compartilhada, o profissional aprende e ensina, afeta e é afetado na relação. Partindo-se desse pressuposto, o profissional também ensina aos adolescentes e perguntamo-nos: O que os profissionais ensinam aos adolescentes e vice-versa?

C. diz que o profissional é um “infrator do bem”, porque atua para trazê-los para uma infração dentro dos direitos legais. Sendo assim, o infrator do mal é aquele que infringe fora dos direitos legais. Mas será que o ato para se constituir como uma infração pode estar fora dos direitos legais, sendo o direito o que legaliza o ato e diante disso funda a infração? No que diz respeito a ser um “infrator do bem”, as palavras de C. indicam uma subversão e não uma infração do discurso. Segundo Kães (1991, p. 87):

Esses profissionais são seres marginais. Se a sociedade contemporânea ocidental é essencialmente uma sociedade de produção e um lugar onde cada um é interpelado na sua capacidade de decidir por si mesmo, de dominar e de competir, essas pessoas atestam que não se interessam nem pela produção. Nem pela decisão ou pelo poder, portanto por aquilo que é constitutivo da existência dessa sociedade. Se um psicanalista, por exemplo, pode ter um poder (e sabemos que ele pode ser exorbitante), o que o caracteriza como psicanalista é o fato de não se utilizar desse poder; é também o fato de não decidir no lugar do outro, de não querer adaptá-lo diretamente ao sistema social. Ser marginal significa comportar-se de uma maneira não congruente com o sistema social e se interessar por aquilo que quase não o preocupa: a verdade e a autonomia do sujeito, pois o sistema social fundamentalmente é apenas um lugar de disfarce e de hipocrisia que pede aos indivíduos que sejam apenas os produtores-consumidores de que ele precisa para sua própria perenidade.

Diante do exposto, podemos pensar que todos os profissionais que participaram do memorial são seres marginais, não decidiram, mas escolheram inconscientemente o projeto do trabalho; estão afetados pela identificação de suas histórias de vida com a dos adolescentes, criam vínculos e acolhem esses adolescentes. Esses profissionais funcionam discursivamente ora amparados pelo Discurso do Mestre na relação com a Instituição e no lugar de instituído, ora pelo discurso histórico e analítico na relação com o adolescente.

## ***6.2 Transferência institucional: os efeitos do amor na relação de R. e A.***

Apresentaremos os entre-vistos de uma transferência institucional, o jogo do entrelaçamento do adolescente A. com a técnica responsável, R.. Os olhares dessa profissional que escreve e inscreve esse adolescente numa cadeia de significantes o introduz num discurso institucional que pode produzir ou não um efeito de aposta, um Outro discurso. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

S: Conta pra mim a história do A?. R: O A. entrou no Projeto Juventude Cidadã era adolescente, então não tinha essa contrapartida de encaminhar para o trabalho, né? Mas desde quando ele veio para o projeto ele já veio com este perfil de **trabalho por procura espontânea**. Então ele trabalhava na padaria, onde estava à noite e vinha aos atendimentos, e é **ele sempre sonhou com um projeto de vida**, Ele queria concluir o ensino médio, ele queria ir para faculdade, mas ele não sabia o quê, ele não tinha essa definição, isso surgiu com o tempo, mas ele construiu este ideal de concluir o ensino médio e, enquanto Projeto o que a gente pode suprir. Ele fez maioria em abril, estudava durante o dia e eu mantive ele né [...] . **Em contrapartida é a gente que encaminha para o trabalho, mas eu não encaminhei**, conversei com o coordenador sobre ele, o último ano **eu não queria que ele fosse para noite**, ele tinha essa proposta de sair da padaria e já começar o curso de solda, ele teve toda iniciativa de procurar porque a irmã dele já fez o curso de solda, então **ela já veio com este interesse** também de fazer este curso [...]"

R. inicia contando sobre o interesse de A. pelo trabalho e o seu sonho com um projeto de vida, depois demonstra sua preocupação com A. estudar a noite e o cuidado com o encaminhamento desse adolescente. Neste caso, o adolescente escolheu a profissão pela experiência vivenciada na Fundação Casa com um Defensor Público que, quando ele precisou, ficou do lado da mãe dele, ocupando o lugar de pai. A profissional identifica e reconhece o desejo do adolescente de continuar estudando, assim está na entrevista:

Ele já conhecia, ele que já trouxe toda essa informação do curso, o que ele queria fazer, o curso e como ele queria pagar. Então **na verdade, antes mesmo, nem concluiu ainda o**

**curso já estava todo pago, ele devia R\$100,00 e aí começou a faltar porque devia R\$100,00 e aí conversei com ele ‘por que você não terminou’, eu tenho certeza,** porque ele paga em três vezes com a rescisão da padaria e com auxílio-desemprego, um mês porque ele acabou sendo mandado embora, porque daí ele já tinha sinalizado com o patrão que já ia sair **e daí ele pagou tudo direito,** porque ele ficou quase um ano na padaria, ele construiu, [...]

R. continua demonstrando, a partir do reconhecimento do desejo, as potencialidades de A.: ele é honesto e se incomoda com as dívidas, e quando deve não se faz presente, marca com a falta, com a ausência, não comparece e não dá satisfação aos outros. R., afirma a ele que tem certeza da posição dele de bom pagador porque ele a construiu. A profissional reconhece em P. aquilo que está construído e aposta naquilo que ele pode vir-a-ser. Destacamos este outro trecho da entrevista:

[...] mas no meio do caminho aparece essa **questão familiar que na vida dele foi muito forte, este conflito familiar, este conflito com a mãe,** o pai se fez presente. Durante a medida o pai comparecia é, eu cobrei um pouco do pai com a presença, como o pai tem uma relação muito conflituosa com a ex-mulher que é a mãe do P., é, então ele não queria muito ir a casa dessa mãe do A., eles se encontravam na casa das irmãs, mas meio que eu conversava com o pai a importância da presença dele na vida de A. e esse pai se fez presente pelo menos durante este período que eu acompanhei o A.

[...] mas o A. **tem uma relação muito complexa com a mãe,** teve uma época, isso começou com a figura do padrasto a gente identificou isso, porque existe **uma vida dele antes deste padrasto e quando começou o convívio com este padrasto,** o padrasto teve relacionamento com outra, mesmo estando com essa mulher, engravidou essa mulher, ela que é amiga da mãe, então ele e nenhuma outro filho aceitou, então este padrasto depois dessa situação, principalmente o A.

No meio do caminho de A. há uma pedra angular, um acontecimento traumático, o conflito dele com a mãe. A profissional mostra que existe uma cisão na vida de A. antes e depois da separação dos pais, que pode ser lida antes e depois do padrasto. Essa separação dos pais vivida na alternância da ausência/presença das figuras parentais na vida de A. não foi possível ser construída simbolicamente, pois oscila entre o imaginário da família nuclear idealizado pela

sociedade e o real dessa nova configuração familiar que para A., nesse momento, é impossível de ser vivida. Assim está descrito na entrevista:

[...] essa mãe **não admite a interferência do filho na vida dela**, então ela tem uma postura muito crítica, “filho é filho e eu não tenho que escutar o filho, eu sou a mãe, vocês é que tem que me escutar, eu que tenho, eu não tenho que escutar vocês” e e então isto causou mais conflitos, **porque até então eles conseguiram conviver**, a partir deste conflito maior que teve essa repercussão de vizinhança com a polícia, porque **ela agrediu essa amante, o conflito aumentou porque mesmo depois de tudo essa mãe aceitou este padrasto de volta**, mais aí como o A. não aceitava e não queria ele lá dentro, ela começou a se encontrar com ele fora, ela virou amante, porque esse padrasto começou um relacionamento com essa mulher e foi morar com ela.

[...] **Ela aceitou tudo dos filhos, ficou com eles e acompanhou**, então ela não admite que no momento que ela tem que tomar decisões, **que todos erraram, ela tem uma filha que é homossexual, o A. que infracionou, então não que ela concorde, mais ela teve que aceita, são todos filhos dela e ela teve que aceita, ela teve que acompanha, então ela não quer que interfira nessa situação de retornar ou não com esse companheiro [...]**

O olhar de R. para mãe, é assim: “muito crítica, não admite interferência dos filhos na vida dela.”. A profissional apresenta uma proposição do pensamento da mãe: “aceitou tudo dos filhos, logo, eles devem aceitar tudo dela”. Aceitar tudo implica aceitar o todo, como por exemplo, decisões consideradas por ela como um erro: filha homossexual, filho e padrasto infratores. A mãe não admite interferência na situação, porque “são todos dela e ela teve que aceitar”.

A lógica proposicional que a mãe opera sobre os filhos sustenta a seguinte posição: “eles devem aceitar tudo dela, porque são todos dela, e, logo, ela teve que aceitar tudo deles”. Surge outra proposição que é um desdobramento dessa lógica, estendendo-se para esse homem que escolhe como marido, quando o mesmo comete o “erro” da traição, o que deflagra uma confusão de lugares. Operando-se uma universalização dessa lógica, a proposição é: aquilo que faz para os filhos faz para o marido, logo o marido e os filhos ocupam um mesmo lugar, a mesma posição para mãe.

A definição das posições está ancorada numa lei de referência que ordena o

acontecimento, e neste caso, a mãe se coloca como lei e produz o elemento causador dos conflitos dos papéis sob o efeito da homogeneidade, pois todos ficam na mesma posição, de filhos ou de marido. Destacamos os seguintes trechos da entrevista:

S: O que acontece com o A., dentro de casa ele se torna o homem da casa? O que fica pra você dessa situação? N: **Eu acho até uma coisa profunda, porque o A. tem a mesma personalidade da mãe**, conversava com ele, conversava com ela, é impressionante **aquela coisa da genética**, tem uma **personalidade muito próxima**. Eu não entendo dessa parte da psicologia, mais você vê que isso choca, esses polos iguais chocam muito e ela não permite, por sessões pessoais dela, ela não permite interferência de filho, completou dezoito anos, **ela não quer, ela acha que a obrigação dela são os dois pequenos, os que são maiores têm que se virar, têm que caminhar e não têm que interferir na vida dela”..**

E as questões pessoais da mãe interferem em todos os filhos, em todas as filhas, único menino desse relacionamento, então eu entendo que a educação, que ele tem uma proteção, e tem até hoje uma proteção das irmãs eu acho que isto até atrapalhou o crescimento dele, porque eu percebi nas conversas dele, por outro lado, eu percebi, que com a saída do homem da casa (pai) ele quis assumir este papel porque ele era o homem, e essa mãe não permite isso, que interfira, que ela volte a se relacionar com este companheiro, eles interferiram muito nisso, principalmente o A.

R. para compreender tal situação aponta para o discurso da ciência<sup>25</sup>, identificando a questão genética e a categoria da personalidade, como elementos explicativos da história de A. No desenrolar desse discurso, apresenta a posição da mãe, dizendo que “ela se responsabiliza apenas pelos filhos menores, pois os maiores precisam se virar”. Logo, a mãe opera uma separação dos filhos em relação ao seu crescimento cronológico e não psicológico. A profissional associa que o modo como a mãe se separou interferiu na vida de A. Assim está descrito na entrevista:

[...] Esse pai, o pai do A., ele teve um tempo que ele afastou um pouquinho, né? Quando

<sup>2</sup> <sup>5</sup> Discurso da ciência: é a tentativa da ciência de dar conta do impossível. Ora, observamos de forma evidente uma aproximação íntima entre o discurso da Histórica e o discurso propriamente científico. Vale ressaltar neste ponto que se trata de uma aproximação, isto é, Lacan afirmou o fato de que o discurso da Histórica tem apenas quase a mesma estrutura do discurso científico. (OLIVIERI, 2002). De modo que o discurso da ciência também pode assumir uma estrutura tanto análoga ao discurso universitário, quanto ao do mestre. (QUINET, 2009, p.25).

o A. foi morar sozinho, ele deu todo o suporte, mas afastou até porque começou este conflito da casa, ela querendo vender, ela entrou com um processo da venda da casa e ninguém concorda com isso e a família inteira não queria que vendesse porque não ia dar pra comprar outra e então todo mundo era contra, então esse pai, como a situação também é conflituosa, os filhos não queriam vender, ela com o processo brigando pra fazer logo essa partilha, ela agride, essa mãe tem relato dela ter esfaqueado o pai nesse acesso de raiva que ela teve, então ela também deu essa afastada, foi a época que o A. mudou e acabou ficando só.

[...] chegou até a questão do imóvel, **porque ela queria vender o imóvel, o imóvel é dela. O pai deixou a parte dele para os filhos e ela queria vender e ir embora com o rapaz, resolver a vida dela com as duas crianças que ela tem com o atual, ela não queria responsabilidade com os outros que já eram adultos**, ela falava muito, quando o A. fizesse dezoito anos ela não queria responsabilidade nem sobre ele, né? Aí você vê **a rigidez que ela traz também, de ficar com o filho até os dezoito anos depois cada um vai viver sua vida.**

A posição do pai diante do processo judicial realizado pela mãe da venda da casa foi de apoiar a decisão dos filhos de ficarem com a casa. O pai doa a parte dele aos filhos, o que acirra o conflito entre a mãe e os filhos, pois o pai não concordava com a venda da casa, e talvez, nem com a posição da mãe de deixar os filhos e irem embora com o marido e com os outros dois filhos.

Nessa doação, ao mesmo tempo em que o pai fortalece a decisão dos filhos, doa aos filhos esse conflito com a mãe, de não poder ter a sua parte do imóvel, de se separar para ir embora com esse rapaz, doa não poder se separar deste homem, sem abdicar do seu direito de ter uma parte da casa. O pai, nessa doação dentro da lei, opera uma vingança fora da lei, pelo afeto do ódio. A mãe, na separação, “perde” o direito de sua parte da casa, e ao mesmo tempo em que tem que se responsabilizar pelos filhos dele, não tem o direito de ter sua parte da casa. Destacamos os seguintes trechos da entrevista:

[...] o apoio que ele tinha se eu não me engano era de uma irmã, ela tava no hospital ganhando nenê, mas mesmo assim... .O A. precisa de alguém e essa figura é a senhora”. Ela concordou, foi até a casa do A. já morando sozinho, ela acabou sendo um pouco mais presente, o pai tinha a família dele, os filhos dele e não tinha muita disponibilidade

pra ficar focado nas questões do A.. Então eu pedi pra ele pelo menos este período que ele está em adaptação de morar sozinho, o A. estava lavando a roupa dele, não tinha pia, não tinha... ele não tava com uma estrutura pra morar sozinho e hoje ele tem. A última vez que eu fui lá, já tinha instalado pia, geladeira, fogão, caminha que ele comprou, ele tava até feliz porque ele mostra pouco [...]

[...] ele fez aniversário no começo de abril e a irmã deu um videogame, daí a mãe comentou que **entraram na casa dele e levaram o videogame**. Às vezes eles vendem, trocam, depois a mãe justificou-o porque tinha acontecido isso, **disse que a casa dele não tinha fechadura**, [...] aí ela até comentou isso que ela já colocou a fechadura, ele fez um trabalho bem feito, disse que ele comprou a fechadura e colocou né? Porque eles estavam entrando e ela disse que faz, leva bolacha, tudo bem almoça e janta lá, mas ela acha que tem que ter coisa pra beliscar, tem que comer alguma coisa, faz um kitizinho e sempre faz e manda, ele não queria nem que mandasse, porque os meninos estavam comendo [...]

[...] daí ela chamou a atenção dele, “na sua casa quem manda é você, se você não quer este tipo de situação dentro da sua casa, sem você estar, sem você permitir”, ele concordou e falou que ia colocar fechadura e que não ia mais permitir, então são bastante dicas que ela deu, até de intervenção mesmo, [...]

R. reconhece que a irmã mais velha apoia o A., mas estava ausente nesse momento, e convoca a mãe para apoiá-lo. Ela aceita a convocação, vai até a casa de A. e exerce a função materna, fazendo orientações de como A. deve proteger e cuidar da sua casa – mas precisa ser convocada por R. para fazer algo pelo seu filho. A mãe o entrega para a filha e para a Instituição, mais especificamente para a profissional o apoio que A. precisa até o presente momento. Assim está descrito na entrevista:

[...] e ao longo desse tempo que o A. ficou **eu conheci ele pelo olhar ele não olhava pra mim nos olhos quando ele falava, ele sempre queria passar que tava tudo bem**, se ele **não olhava pra mim** e uma das situações que ele teve de contar o que estava acontecendo foi por causa disso. “A. você, se você não quiser falar eu vou entender, mas tem alguma coisa, você não está olhando pra mim, assim qual é?” Você **muito tempo no atendimento você vai vendo**, né? Já melhor vê, um pouquinho mais, e **aí que ele soltou que tinha esse conflito muito grave, a mãe queria chamar a polícia e ele por conta**

das explosões dele, ele quebrou o guarda-roupa da casa, quebrou espelho, nessa luta, na hora do nervoso, quebrou tudo, quebrou o carro dele, né? Então nos conversamos sobre as perdas que tinha quando ele não se comportava, quando ele brigava e até por isso começou a dar indicativo que ele precisava de ajuda, e daí começou aderir, fala que vinha mais depois não vinha, é difícil porque “eles têm este conceito da psicologia, que é sou louco”, como eu tinha afinidade ele queria...,eu falava que não era da minha competência [...]

[...] ele permitia também algumas coisas, algumas colocações, até porque a gente, era **atendimentos muito sistemáticos e ele tinha muita afinidade**, a gente gostava de vir aqui **ele curtia meu atendimento**. A maioria não quer vir e ele gostava de vir, pode chamar a hora que você quiser que eu venho, sabe aquela coisa assim, ficou até interessante, porque acabou tendo afinidade da gente poder, até pelo olhar, aquele dia **eu fiquei tão feliz porque eu percebi como ele estava**, ele não fala, ele não falou, ele conversa olhando pra mim e eu olhando pra ele [...]

[...] mas eu me preocupo, eu gosto dele, principalmente do A., **eu acho que ele tem muito potencial, o que atrapalha ele é ele mesmo, esse..., a mãe deu uma atrapalhadinha**, mas **ele tem o apoio** das irmãs, tem o apoio do pai, da forma deles, eles apoiam da forma deles, as irmãs de alguma forma mimaram mais ele, **protegeram mais ele da própria mãe, ele pode caminhar se não for essa questão do risco que ele corre**.

Nós conversamos bastante sobre outras coisas, aonde ele mora, eu fui várias vezes mais eu não percebi, na verdade **a região toda é bastante vulnerável, assim aonde ele mora diz que tem biqueira** e assim eu não falei claramente, mas falei noossa como que é isso [...]

[...] **o fato de ficar muito tempo você se apega**, se preocupa, é que eu tenho sempre que me colocar como profissional, eu moro naquela região. **Dá bem vontade de ir, é que eu acho inviável, uma coisa que eu não faria por uma questão ética, mais eu tenho vontade de ir, até ir para saber como é que está. Passar lá por acaso, não faria, mais até a gente tem que ter o corte, a gente enquanto profissional tem que ter o corte, se não você acaba indo lá e ajudando em tudo, não é um são vários ou atrapalhando tudo, a gente tem que ter este cuidado [...]**

R. estabeleceu um vínculo transferencial com A. que permitiu conhecê-lo pelo olhar;

quando não olhava para ela significava que estava acontecendo algo na vida de A.. A profissional atribui esse conhecimento ao tempo de atendimento sob o efeito da sistematização do atendimento e da afinidade. No entanto, há indicativo de que a qualidade do vínculo está posta na afinidade da profissional com A. que faz R. percebê-lo na singularidades dos seus atos.

No que diz respeito à responsabilidade sobre os atos, atribui-a ao próprio A. e reconhece a participação de sua mãe no conflito existencial de A.. R. aposta no potencial do caminhar de A., desde que ele não corra risco; no entanto, correr risco faz parte do caminho percorrido por A., pois “ele vive e convive num meio vulnerável, num meio que tem uma biqueira”.

Em relação à prática profissional, R. apresenta como seu desejo apoiar em tudo que for necessário para A. realizar seu projeto de vida. Afirma o efeito do corte como uma intervenção, e diz do limite profissional, como uma posição ética. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

**R: Quando eles ficam mais, eles ficam aproximadamente dois anos. Dependendo da medida que eles entram, você acaba se apegando mais e eu vejo que as famílias também, porque é difícil rompe. Às vezes você rompe e passa um tempo eles voltam, às vezes precisa de uma orientação, de algum recurso e eles acabam voltando porque não foi dramático, esse rompimento não foi dramático. Então assim, não só o A., mais todos a gente espera que fique bem e que rompa com o ato infracional né, que evolua, que construa um projeto profissional.**

S:Neste tempo que você atende o A., fale para mim o que te afeta na relação com ele?

R:Eu vejo assim não só com o A., né, **eu gosto muito de adolescente, né? Acho um desgaste, né? Oscila muito, hoje tá bem, amanhã não tá, não só com ele, eu percebo assim, eu me preocupo com eles, porque eles ficam muito tempo comigo. Eu percebo que quando é só medida, você num..., as abordagens eram outra, os enfoques de atendimento eram outros, como é Juventude eu entro com outro assim ó, com recurso, em orçamento e planejamento na utilização, como eles tem um projeto opcional, como eles tem recurso e ficam mais tempo comigo eu acabo tendo outros olhares em relação aquela família, aquele adolescente. Então eu acho que você acaba detalhando mais quando você vai pra visita, nossa não tem um armário, tá durmindo no chão, olha você pensou com recurso de compra um colchão, olha se organiza pra compra coisa que você tá precisando, **você acaba entrando em coisas que só com a medida você não entra, medida parece que você só comanda o ato infracional, faz os encaminhamentos e acabou.****

R: Aí aquela pergunta **como fica o laço, vai ficando forte**, a gente naquele desgaste, **de ficar o tempo inteiro de provoca a família, provoca o adolescente**, né? Eu acabo, né? usando isso, quando **ele rompe com tudo, porque não quer vir aqui, não quer escola, aí eu rompo**, aí então de alguma forma eu vou segurando, quando ele tá em alguma coisa, [...]

A categoria tempo de atendimento produz interferências no processo da medida socioeducativa, no que diz respeito ao afeto, ou seja, é preciso do tempo para estabelecer um efeito de laço forte, de afinidade, tanto com o adolescente quanto com a família. A profissional R. afirma sua preferência por atender essa clientela.

No processo da medida socioeducativa, participam elementos como a ruptura e o retorno, embora a meta da profissional seja o rompimento com o ato infracional, apontando para a produção da oscilação como uma característica dos adolescentes e das famílias sob o efeito do desgaste. E, ainda, isso deixa claro que há limites para participar do Projeto, comparecendo à Instituição CREAS e à Escola. Assim está descrito na entrevista:

[...] **quando pega a escola, aí sim eu acho que tem que ter um limite**, né? Até porque usa recurso, **é porque se eu fosse seguir rigorosamente a lei saiu da escola é desligado** [...] Então, se tá fora da escola, a gente bola um **termo de compromisso escolar**, então família e adolescente, eu falo a verdade, “você estão descumprindo uma condição, está no contrato, você assinaram, você sabem disso”. “Então a gente pode tentar, vamos fazer um acordo, próximo semestre eu volto, ah eu volto”. Daí promete, pra não perde o recurso, só que é o seguinte: “então você vai assina um termo, que no próximo semestre, **se você matricula e não frequenta eu desligo**”.

[...] o que a gente fez mesmo, **a gente abriu uma exceção**, então ele vai poder entrá sem a escola, pra gente tentar o oposto: “**você vai entrar sem a escola e vai assinar um termo que no próximo semestre você vai estudá**” e aí se ele **não estuda eu desligo, porque existe uma cobrança muito grande externa**, eu desinterno doze por mês e não entra ninguém no Juventude, como se a gente também segurasse. **A lei é clara, tem que estar estudando, e a gente fala que está cobrando a Lei, mas a gente fala, vamos fazer ao contrário, vamos fazer eles experimentarem como é ter o dinheiro, até porque a reincidência tá alta, vamo fazê ele experimentá, essa família experimenta, pra depois a gente cobrá, então vamo invertê, até isso a gente começo a faz agora a partir de março**, [...]

A categoria *limite* se torna imprescindível no cumprimento de medidas socioeducativas, mas faz-se necessário que não seja tomada de maneira rígida, para que os adolescente possam experimentar e lidar com os limites como ordenadores bussolares, isto é, com o limite sendo apenas um indicador do caminho a seguir, da direção. E assim, pode-se aplicar a máxima de que toda regra tem exceção, e quando necessário, utilizar a exceção como uma condição de permanecer na regra, respeitando também os limites dos adolescentes.

A estratégia Institucional de subversão dos elementos pode criar possibilidades através de discursos alternativos, levando em consideração a dificuldade dos adolescentes de permanecerem na Escola, pois essa Instituição muitas vezes idealiza, seleciona e impõe suas regras e dessa forma exclui a possibilidade de o adolescente dar continuidade ao seu projeto de vida.

Cabe aqui, o reconhecimento do esforço Institucional de cumprir duplamente com a lei, inserindo o adolescente na Escola e oferecendo-lhe atendimento. Levando em consideração sua condição de vulnerabilidade social, no entanto, a imposição do cumprimento da lei, na dimensão do para todos, pode operar um desrespeito em relação aos limites dos adolescentes. Destacamos as seguintes falas do adolescente A., psicóloga R. e da entrevistadora S.

A: **No conceito deles**, se eu frequentá, se eu fizesse o favor de levá eu não tô traficando, mais se aparece a pessoa pra buscá, o entregador, ah, entrega lá pra mim, **se eu for leva eu no tô traficando, eu tô fazendo um favor pro meu amigo eu não tô traficando.**

R: **Então eles não consideram esse meio**, eu acho que é isso que é mais **difícil de trabalhar** porque **é o meio dele, né? Eles nasceram nesse meio, têm uma naturalização**, eu acho que é o que a gente tem visto que tá mais presente [...] porque pra eles parece que já é certo, “é o meu amigo, é o meio que eu nasci, é o meio que eu me criei, então porque é que eu vou ser pego dentro do meio que eu me criei?”

S: Como você pensa a relação dos adolescentes com a Lei? R: **Não há conflito, eles não estão em conflito com a Lei, eles tem uma outra lei**, o pensamento é esse mesmo, então eu tive quatro reincidência este mês, na verdade foram seis, um era só medida, não era juventude era só medida, ele concluiu agora em março, já tá na provisória de novo, agora gente o outro foi pro juventude, foi desligado pelo descumprimento das condicionalidades, eu tentei muito..

É importante compreender que há outra conceitualização da realidade que interfere no modo de viver nesse contexto, pois para os adolescentes o meio que vivem não oferece perigo, possibilitando a construção da história de vida dos adolescentes, e a droga nesse contexto recebe o estatuto de mercadoria, é legítima, é um objeto de troca, e desse modo cria-se o círculo infracional.

O círculo infracional é construído a partir da naturalização desses conceitos no modo de viver, é operacionalizada pela normalização. Ou seja, a maioria das pessoas que ali vivem utiliza as drogas para consumo e desse modo também se tornam lícitas. Sendo assim, o ato se torna infracional apenas na universalização da realidade e da lei. Pensar a realidade como psíquica e a pluralidade das leis se faz necessário para compreender os contextos e propor intervenções. Assim está descrito na entrevista:

S: Como você pensa a construção do ato infracional pelo P.? **R:O do A. é o não querer ficar dentro de casa, é estar muito tempo na rua, é ter tido acesso à droga. O círculo de quem faz uso é esse círculo infracional, ele tava na biqueira pra comprá a droga, a polícia vai levá,** porque já tem alguma passagem, porque já é conhecido. Então eu acho assim, primeiro, **falta de construção, se tivesse na escola direitinho, se tivesse aquela família pra ver como é que tá, aquela família em cima,** pra onde deixou de ir, é uma variável de situação, tá na escola tá, você foi na escola pra vê se tá indo. Eu acho que o primeiro, eu falo pra família, primeira coisa que a gente percebe que não tá bem é quando o adolescente começa a faltar na escola. Aonde ele está, se ele sai de casa pra ir pra escola, o que eu falo é que normalmente **eles começam infraciona muito cedo,** eles começam usá maconha muito cedo. Tem caso de oito, nove anos, de doze em diante é quase uma certeza. A maioria que eu pergunto quando eu tô atendendo a medida, desde quando você usa, tiveram contato com doze anos. Então o meio que eles vivem ali, é o menino que nasceu com ele, às vezes trafica e tá ali, é o amigo, eles tiveram acesso a isso muito cedo. **Aí tem a família também, ela não tem essa observância de ficar atrás, de ficar em cima, se a escola não liga se não for atrás.** Muitas vezes, quando vão saber já estão com excesso de faltas, e o uso, se a gente mantê esse uso, nem que seja o da maconha, no começo é da rodinha, depois eles começa a vender, [...]

[...] eu não lembro o A., qual é o ato infracional dele. Foi tráfico, porque se fosse outra coisa eu lembraria, porque a maioria é tráfico. Então assim, ele teve esse acesso muito

cedo, e aí continua frequentando o P. teve várias recaídas em relação à maconha, né, [...]

O ato foi construído no círculo infracional e a profissional aponta que faltou observância da família no processo de acompanhar e colocar limites no adolescente, o que, no entanto, é uma prática cotidiana nas famílias que são numerosas, uma prática de sobrevivência: a mãe deve cuidar enquanto o filho é menor de idade; conforme o filho vai crescendo ele precisa ir se organizando e cuidando da sua própria vida. O crescimento orgânico difere da maturidade psíquica de A.. Ele ainda não está organizado psiquicamente para realizar a separação da família. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

S: **Como ele está se organizando até pra poder sair**, como ele está se organizando e como que é isso? R.: **A família se organizou assim**: que esse mês a irmã deu cento e alguma coisa que o aluguel é duzentos, a irmã deu um valor de cento e pouquinho, não falou quanto exatamente, então deu esse valor para pagar o aluguel e **ele tá fazendo todas as refeições o almoço e o jantar, a mãe está lavando a roupa dele e ele está passando muito bem por lá, só que voltar não.**

A organização psíquica de A., ainda é familiar, depende do apoio da irmã mais velha e da presença da mãe, mas ele já se sente seguro em morar sozinho, só não consegue sustentar financeiramente tal condição. Isto aponta para uma possível resolução do conflito, ou seja, A. tem na sua casa projetado o seu lugar psíquico, e dessa forma se sente protegido e acolhido, podendo desempenhar papéis sociais, ora de filho, ora de pai nessa família. Assim está descrito na entrevista:

[...] ela garantiu a R. eles estão muito bem, não está fazendo nada de errado, ela garantiu, só que esse conceito de estar... eles não têm, o adolescente, não tem, a mãe não tem, tão próximo a este meio infracional. **Este conceito de estar muito bem, o adolescente não tem, a mãe não tem, tão próximo a esse meio infracional**, ela disse que não gosta de lá, ela já foi. Eu achei o máximo ela ter comentado, você que eles estão se adaptando mais, apesar que é assim, **eu acho que eles estão bem porque eles estão separados**, se ele voltasse viver lá talvez né, realmente iria surgir de novo o conflito, porque iria[...] ele assume o papel do homem da casa, ele não permite mais, este afastamento, **ele ir morar sozinho, foi uma coisa boa pra ele, porque ela consegue estar mais próxima, ele não interfere, é uma coisa boa pra ele, ele não interfere**

**tanto nas coisas dela, eu achei interessante.**

Neste momento em que A. foi desligado do Projeto e ingressou na Universidade, A. recebeu o apoio da irmã mais velha e da mãe, mas não há possibilidade de retorno, nem para a casa da mãe, e nem para o Projeto. A resolução do conflito entre A. e sua mãe conforta-se na ideia de ele morar sozinho, de estar sozinho, de poder se separar e receber o apoio, sem se sentir abandonado por ela.

Já no que diz respeito ao CREAS, de acordo com a posição de R., a Instituição exerce sua função de transitoriedade, contribuindo com A. e possibilitando que outras Instituições como FIES, PROUNE e CIEE possam dar continuidade neste papel social de apoio aos adolescentes que vivem em situações de vulnerabilidade social. Destacamos o seguinte trecho:

S: No decorrer da sua entrevista, você disse que o P. sente dificuldade de pedir e ainda que quando não realiza algo não atribui a culpa ao outro, e sim ao destino. Quando P. retorna dizendo que o trabalho está duro, não dá para ficar naquele trabalho e mesmo tendo dificuldade pede a você a volta ao Projeto. Fico pensando como fica o fato de você não pedir o retorno dele ao Projeto. Você ajudaria por dois ou três meses e daí depois ele ficaria sem, continua sozinho. Será que o P. não pede algo a mais, que você continue na vida dele, que este Projeto precisaria durar mais na vida dele? Como o P. não vai dizer que você não ajudou, mas ele pode compreender como suficiente pra ele não ir adiante, pra ele não dar continuidade. Como você pensa essa situação? R: **Em relação ao retorno, isso não existe, desligou, desligou, até por isso eu tenho muito cuidado em desligar, mesmo o P. registrado, eu segurei pra ter certeza que vai ficar.**

R. deixa clara sua posição diante do desligamento do projeto no CREAS, até mesmo para A., e faz cumprir as regras institucionais do projeto, no que diz respeito ao cumprimento do tempo cronológico. A profissional protege e cuida enquanto faz parte do Projeto. Depois do desligamento realizado “não há retorno, não há como segurar”. Podemos nos questionar se em relação ao retorno, só não há retorno se o adolescente puder se segurar, caso contrário, a reincidência ao ato infracional neste caso específico, é um laço que religa novamente o adolescente as Instituições.

O religamento do adolescente às Instituições Fundação Casa e, conseqüentemente, ao CREAS, pode ser um modo de sustentar o princípio da sobrevivência operado pela

predominância do discurso capitalista e, sob o efeito da desigualdade social, os adolescentes podem encontrar nessas Instituições amparo para se conservarem na delinquência como infratores *da e na* sociedade capitalista.

### 6.2.1 Memórias da adolescência: outro lado da vida bandida

*O inconsciente é esse capítulo da minha história marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado [...] Mas a verdade pode ser reencontrada; frequentemente já está escrita em Outra parte. Ou seja: nos monumentos: e esse é meu corpo, isto é, o núcleo histérico da neurose onde o sintoma histérico mostra a estrutura de uma linguagem e se decifra como uma inscrição que, uma vez recolhida, pode, sem perda grave, ser destruída; - nos documentos de arquivos também: e são as recordações de minha infância, impenetráveis como eles, quando eu não conheço a proveniência; - na evolução semântica: e isto responde ao estoque e às acepções do vocabulário que me é particular, assim como ao estilo de minha vida e a meu caráter; - nas tradições também, e mesmo nas lendas que, sob uma forma heroicizada, veiculam minha história; - nos rastros, enfim, que conservam inevitavelmente as distorções, necessárias para emendar o capítulo adulterado nos capítulos que o enquadram, e das quais minha exegese restabelecerá o sentido (LACAN, 1953/1978, p. 124)*

#### 6.2.1.1 Caso institucional clínico-político de Alexandre

Rememorar uma história, é contar as lembranças do vivido, é recontar uma vida, é registrar um memorial, é criar outra narrativa, Outra cena, que possibilite ao sujeito operar numa

condição humana.

Apresento-lhes um *caso institucional clínico-político*, o caso de um adolescente, com 19 anos, que cursa Direito numa universidade particular financiada pelo FIES e pelo PROUNE, vive sozinho, neste momento não trabalha, mas conseguiu alugar um cômodo para ele morar num bairro considerado socioeconomicamente de “classe baixa”, em São José dos Campos.

O adolescente relata que “sente dificuldade para pagar o aluguel e para comer, reclama que não tem dinheiro para nada e que nesse momento sente vontade de retornar para o tráfico porque pelo menos teria dinheiro para sobreviver.” Segundo Endo (2003,p.105,113 ):

Um homem necessita de todas as suas energias para combater eficazmente a fome. Na verdade é mais fácil encarar a aflição, a desonra e a perdição de nossa própria alma – do que uma fome prolongada. É triste, mas é verdade” (Endo, 2005, p.105). É neste instante de violência iminente que o ego sai do reino psíquico e é obrigado a agir imediatamente na realidade. O corpo passa a representar o ego de forma literal, sem mediações.

[...] O ego perde seu caráter de “projeção de uma superfície” e passa a se confundir com o próprio corpo. Essas experiências tornam o ego cego, incapaz de autonomia e restrito a uma obediência inexorável. A violência muda a relação do ego com o corpo. A violência cola o ego ao corpo. Aqui surge uma contribuição *princípio de sobrevivência*. O homem, até então, habitando o conflito dualista *princípio de prazer/princípio de realidade*, na iminência da violência, passa a ser regido pelo *princípio de sobrevivência/princípio de realidade* (Cromberg, 2006, p. 187). “É como se a única e principal providência a ser tomada fosse afastar o corpo imediatamente da chama que o queima.

Neste instante de violência o adolescente demonstra ser afetado pela aflição e pela desonra para suprir a fome, e predomina a dimensão da realidade corporificada sem mediações no ego, portanto perdendo seu caráter de projeção de uma superfície que se apresenta na dimensão do real. Essa corporificação operada pela violência produz uma colagem do ego ao corpo, uma obediência inexorável que sustenta o princípio da sobrevivência sob o efeito de “quase morto” do sujeito.

O adolescente, em seu relato regido pelo princípio da sobrevivência, demonstra a iminência da violência contida sobre a vida, e as dificuldades que o situam ora na chama, ora no

tráfico, mas o destino indubitavelmente aponta para morte na sua corporalidade e incorporalidade, um sujeito marcado para morrer na “vida viva”<sup>26</sup>. De acordo com Alencar(2011, p.6), a morte é:

evidenciada em sua relação com o campo social e político contrariando a noção de morte como fenômeno natural. A morte é socialmente determinada e se inscreve nos laços sociais e políticos que se tecem e constituem a vida. Essa relação que faz da morte um acontecimento social, está implicada no luto.

Em sua dimensão social, a morte é determinada e se inscreve nos laços sociais e políticos que se tecem na vida. O adolescente será renomeado por ele mesmo de Alexandre, nome de um tio materno que guarda (*in memoriam*), por quem sente um grande afeto “e se tudo der certo na vida gostaria de ajudar a família desse tio. A. relata sobre a família materna: “A família da minha mãe, ela tem uma irmã e outro que faleceu envolvido com o tráfico de droga também. Tinha cinco filho ao todo. Eu acho que fiquei distante deles.”

A. também traz à baila o seguinte enunciado: o tio foi baleado, morto num tiroteio, morreu em casa. Nessa enunciação “morreu em casa” estão contido inúmeros afetos que traduzem para o jovem um sofrimento de ter perdido um ente querido. Morrer em casa para alguns é um desejo, pois é estar entre os seus familiares na hora da partida. No entanto, o tio de Alexandre morre em casa, *mas* baleado, e essa condição de baleado, politicamente desqualifica o sujeito e atribui um valor, um merecimento ao ato de morrer e não ao morto, “porque não estava fazendo a coisa certa.” A partir desses enunciados surge a proposição: O tio foi baleado, logo morreu em casa, porque não estava fazendo a coisa certa.

Como bem diz Alencar (2011) citando Abraham e Torok (1995), “o inconfessável do luto pode constituir o luto *vergonhoso*”. Neste caso, a confissão do adolescente atribuída à morte é insuficiente para produzir o luto vergonhoso, mas suficiente para qualificar a causa-mortis: “morreu em casa”, “baleado, morto num tiroteio”, associada à justificativa, “porque não estava fazendo a coisa certa”. Essa operação de reconhecimento do fracasso, da errância, torna o *luto*

<sup>26</sup> Vida viva: a ideia de “vida viva” era bastante frequente na literatura e na imprensa do século XIX na Rússia, especialmente entre os eslavófilos. No Romance *O adolescente*, de Dostoiévski, o personagem Versílov assim a define: [...] a vida viva, ou seja, aquela que não é mental nem inventada, [...] deve ser algo terrivelmente simples, aquilo que é mais comum e que se lança aos olhos de cada um, diariamente e a cada instante [...]. (N.T.) (DOSTOIEVSKI, 1864-2012, p.144)

*digno*. O luto digno de ser vivido é confessável, é justificável pelo ato da execução, ou seja, há um recálculo do valor da “vida viva” há um acerto da errância, onde se paga pelo erro com a própria vida; caso não houvesse a operação do recálculo na execução, seria o *luto indigno*.

A “vida viva” descartada e descartável, empurrada para fora dos limites do contrato social e da humanidade, produz laços que, corporificados na morte, constituem uma vida nua, na incorporalidade do acontecimento representada no afeto do adolescente pelo tio, e marcando um traço que faz laço social e inscreve uma referência de identificação.

Lacan, no *Seminário Identificação*, traz uma nova tradução da expressão alemã "*Einziger Zug*", a partir da lógica, e fala de traço unário. Segundo Rinaldi (2008):

O traço unário surge no lugar do apagamento do objeto, sendo antes um traço distintivo, de pura diferença, que marca a divisão do sujeito pela própria linguagem, onde algo, que diz respeito ao objeto, se perde. Por isso, como um *nome*, marca um a um, na sua singularidade. O nome próprio seria um exemplo de traço unário, na medida em que se situa como marca distintiva e não se traduz (2008, p.2).

O traço Uno, do fora da lei, apresenta-se no desfiladeiro dos significantes instituídos nos laços sociais e políticos que tecem e constituem a vida deste jovem e do tio, remarcando para o adolescente uma identidade familiar, num estilo trágico, caracterizada no modo de viver.

Da tecitura desses laços, o jovem A. fiou a reconstrução do seu nome que neste caso institucional clínico-político, o adolescente escolhe o do tio para substituir o seu nome próprio. O nome de um morto, mas um nome vivo na lembrança que guarda um registro afetivo e familiar. Identificado com esse tio que “traficava para ter as coisas” e marcado por este traço de ascensão, de *status* que toma a cena social dessa família e reaparece neste sujeito como possibilidade de obter um lugar reconhecido socialmente.

De acordo com Freud em *O Estranho* (1919 p.278), este “é algo já conhecido que está enclausurado no inconsciente, e quando vem à tona causa sensação de medo, terror e estranheza.” A reincidência, enquanto retorno do estranho familiar, produz um entorno que opera uma diferença no lugar do sujeito e na história da familiar.

Na família de Alexandre, os pais foram casados por treze anos e tiveram cinco filhos, três do primeiro e dois do segundo casamento. Em relação ao trabalho, somente ele não trabalha e, em

relação aos estudos, apenas os pais não estudaram. O pai é porteiro e a mãe é cabeleireira, o padrasto é motorista, uma irmã é pedagoga e a outra telefonista, e, em relação a W. e K., estes estudam e são menores de idade.

No memorial, dividiu sua trajetória em quatro momentos, mas na entrevista iniciou com a dúvida se começava a contar do ato infracional ou da Escola. Tomaremos como eixo o memorial, mas a construção do caso clínico-político institucional dar-se-á pelo entrelaçamento das memórias com as entrevistas.

O *primeiro momento* dura dos cinco até aos onze anos e marca os seguintes conflitos: separação dos pais, nascimento do irmão associado à “perda do trono”, separação da irmã (saiu de casa, sua mente mudando e as brigas em casa com o padrasto). Quando refaz essa trajetória marca o conflito psíquico nas separações, ou seja, tropeça nas separações: na dos pais e na dele com os pais.

O conflito psíquico que desdobra no acontecimento traumático é enfatizado na separação dele com os pais, e se aliena na *fanthasia* da idealização do apoio como equivalente a dar tudo o que ele “precisa”, ou melhor, que gostaria de ter. Esse apoio todo é a tentativa de Alexandre tamponar a sua falta, burlando a castração; é a lei do tráfico. Nessa lei está contida a convicção de obter o lugar para ser reconhecido socialmente; no entanto, para construir *um lugar*, se faz necessário defini-lo a partir da posição do sujeito e não adquiri-lo como uma mercadoria.

Ainda nesse primeiro momento elenca as memórias do romance familiar, marca sua posição de filho caçula, fala do destronamento com o nascimento dos filhos da mãe com o padrasto, depois se reposiciona a respeito da vinda do seu irmão, negando que tenha sentido ciúmes e afirmando que tem boas lembranças. Alexandre vai reconstituindo a cena edípica e demonstrando o efeito desses entrelaçamentos em sua constituição subjetiva, essas perdas não elaboradas, isto é, o luto interrompido, comprometendo o lugar psíquico, o sujeito: “fica na correria, fica perdido.”

Deixa claro nas entrevistas que se envolve nas brigas familiares e com o tráfico. O verbo envolver-se acompanha esses dois acontecimentos e significa tornar parte, intrometer-se, uma atitude que envolve certos compromissos.

No âmbito familiar, as brigas em que Alexandre se envolvia relacionavam-se com sua mãe e seu padrasto. Intrometia-se no lugar “do homem da casa” com o compromisso de impor uma ordem, objetivando que o padrasto saísse de casa, pois não aceitava que nenhum outro

homem, fizesse parte deste contexto familiar.

Interferia nas brigas mesmo reconhecendo que estas são de casais. Esse é seu modo de dizer que não há lugar para aquele homem, entretanto a mãe não autoriza o adolescente a fazer isso e ele sai de casa. Nessa cena o adolescente convoca a mãe a escolher entre o filho/marido e o marido/filho. A mãe dá o apoio que considera possível a Alexandre, mas não é suficiente para ele, então sai de casa mesmo não tendo condições de se sustentar.

Na separação dos pais, há um tropeço na reordenação dos lugares; a ausência paterna indica um desordenamento da lei, e o adolescente não sabe que lugar ocupar nessa Outra cena, ora desempenhando o papel do homem da casa, na figura do “Pai” e excluindo o padrasto dessa relação familiar, ora o do filho dessa mãe, mas não suporta as condições impostas por ela, pois ela opera uma mesma lógica em relação aos filhos e o padrasto.

A. demonstra na entrevista o que lhe causa mal-estar na separação dos pais: “A separação fez com que entrasse outro home na vida da minha mãe, praticamente. Foi rápido, tenho um irmão de doze anos, tem treze que eles estão separados. Eu tinha ciúme, mas da minha parte eu acho que era normal, ele tinha que compreende minha situação.” Nesse período da vida percebe uma mudança em sua mente, começou a ir pra rua e a prestar atenção nas histórias que as pessoas contavam: “comecei a aprender a fazer as coisas erradas, sei lá o que aconteceu com a minha cabeça”.

Um *segundo momento* transcorre dos doze anos aos treze anos, a primeira vez que foi para Delegacia, porque estava pichando. Conta que sua mãe lhe bateu bastante com um fio, ele se revoltou, saiu de casa e foi morar com a irmã S.. Também foi neste momento que fez o primeiro uso da maconha.

Observo que quando conta que foi preso comete um ato falho e escreve a palavra com a letra z, o que a transforma em “prezo”, que se refere ao verbo prezar, significando querer muito alguma coisa, apreciar, desejar ou respeitar-se, orgulhar-se, honrar-se e ufanar-se.

Como dizia Goethe, “no princípio era o verbo” e depois o substantivo. Alexandre preza pelo verbo no tempo incondicional, ou seja, recusa-se a ser barrado, recusa a castração. Neste caso foi necessário ser preso no real para prezar-se. O adolescente oscila entre as dimensões do imaginário e do real demonstrando dificuldade de dimensionar simbolicamente os acontecimentos, pois fica preso imaginariamente na ideia de obter, lograr um lugar como um modo de existir na vida.

Como vimo, o adolescente foi preso, pela primeira vez, na Delegacia da Juventude por pichação. Este ato de manutenção da ordem, do progresso e da segurança nacional do Estado, produziu um efeito no adolescente porque está associado a sua cadeia significativa e, na cena familiar, inaugura, funda no real uma perda narcísica que, julgada, retorna ao estatuto de crime.

Diante desse desvelamento, dessa revelação do ato infracional na cena social, fica enfurecido com o acontecimento e decide aplicar a sua medida educativa: “minha mãe bateu bastante com o fio e eu me revoltei sai de casa, fui morar com minha irmã S., meu cunhado já fazia coisa errada e daí comecei a fumar maconha, a canabis”.

Num *terceiro momento*, aos treze, quase quatorze anos, envolveu-se com o tráfico. O padrasto foi o primeiro a descobrir e contou para mãe, que conversou e ele parou de vender drogas. No envolvimento com o tráfico, surge outra proposição: o compromisso que havia feito consigo mesmo de obter um lugar na vida a qualquer custo. Como bem diz Lacan, é preciso escolher: A vida ou a bolsa? Será que a vida de Alexandre é uma bolsa?

Alexandre vai demonstrando na sua trajetória que se aliena na idealização da família nuclear, pois a qualquer preço precisa representá-la. Na separação dos pais, a ausência paterna é presentificada pelas suas atitudes, e a permanência no tráfico é o seu modo de sustentação imaginária de um lugar social, que através do poder do dinheiro de obtem. Um lugar ou a vida? “Vida viva”? Ou ainda, um lugar de vida?

A palavra obter é sinônima de adquirir, ganhar, lograr, alcançar, granjear e conquistar. A confusão entre ganhar e conquistar a vida está marcada politicamente pela posição do sujeito. Na primeira posição, o sujeito é passivo a uma atitude e está submetido a uma condição que o outro coloca, ganhar a vida é sinônimo de comprar um lugar. Na segunda, o sujeito é ativo, pois conquistar significa lutar, construir um lugar possível na vida, um lugar de “vida viva”.

Quando o padrasto descobriu o envolvimento com o tráfico contou para sua mãe de Alexandre, que dessa vez tomou como medida educativa a conversa. Ele momentaneamente parou de vender drogas, mas alega que ela trabalhava e ele acabou se envolvendo de novo. Quando questionado se sua mãe não podia trabalhar ele diz: “pode sim, é que faltava apoio, eu ficava sozinho e acabava indo pra rua”. Para o adolescente, a palavra apoiar está associada ao sentido de ficar junto com ele, de não se separar dele, pois se fica sozinho não consegue parar, fica só na “correria”. Essa correria demonstra o afeto que não engana, a angústia pela falta de um significativo que o autorize a produzir o sentido de parar, mas no seu lugar.

Um *quarto momento* se dá aos dezesseis anos, quando foi preso e encaminhado à Fundação Casa. Nesse ato de prisão fundou uma cena que, medida pelo julgamento, resulta num crime. O jovem com dezesseis anos que demonstrava a vontade de ter as coisas que os pais não lhe podiam dar, ou seja, de ter aquilo que lhe faltava a qualquer custo, “rouba à mão armada uma drogaria e é preso na Fundação Casa.” O enunciado “foi preso na Fundação Casa” é revelador do caráter prisional que está presente no discurso do adolescente e associado à Instituição.

Numa das entrevistas justifica o roubo dizendo: “roubei porque queria terminar rápido, já tava construindo com o dinheiro do tráfico. Lá na minha casa tinha um porão que eu tava reformando pra mim, queria um lugar só meu, íntimo, coloquei até piso. Depois fui preso, e enquanto tava na Fundação Casa, minha mãe soterrô, porque precisava construir o salão dela. Fiquei contente, porque ela fazia faxina e agora era cabeleireira.”

Cabe ressaltar que a fantasia social da Fundação Casa, como uma casa, um lugar, não se sustenta pela ação pedagógica instituída de corrigir socialmente utilizando uma medida e um peso para todos. Nessa generalização opera-se a dessubjetivação, a perda do sujeito. O adolescente afirma e sente que está preso na Fundação Casa, ato que contraria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diante do exposto, podemos questionar se as Instituições “Família” e “Fundação Casa”, para se defender do que fazem, negam os seus atos e distorcem a história. Como podemos fazer para nos responsabilizarmos por nossos atos?

Alexandre diz da Fundação Casa que o tempo que passou lá “foi bom porque conseguiram parar ele”. Esse ato real de castração, pára momentaneamente o adolescente, pois incide sobre o mesmo uma contenção da força pulsional a qualquer custo, como um modo de operar uma castração imaginária ou simbólica; entretanto não é duradoura porque não é utilizando a força física e/ou psíquica que controla a pulsão, ela convoca e reconvoca os significantes em busca de sentidos.

O diagnóstico de reincidência nos interpela e nos faz refletir sobre como a reincidência pode ser pensada ignorando-se os entrelaçamentos que constituem o reaparecimento, o assalto dos significantes e o roubo do lugar do sujeito. Como fazer justiça sem levar em consideração as subjetividades que a constituem?

Numa dimensão moral, tomar o roubo, o assalto, é se comprometer imaginariamente com as artimanhas capitalistas, é uma armadilha, uma cilada, pois, se fazemos do adolescente um infrator, depois devemos oferecer a ele o atendimento e cobrar dele a responsabilização pelo ato

infrator, e dessa forma construímos problemas sociais qualificados como intratáveis.

O julgamento moral condena a ação, institui como crime e castiga o sujeito com uma medida social para reparar o dano que cometeu contra a sociedade. Sendo assim, como reparar o dano de um assalto e/ou de um roubo, enquanto presos na Fundação Casa? Essa medida de reclusão dos adolescentes na Instituição e segregação da sociedade não é ortopédica? Aquela ortopedia pedagógica de consertar os adolescentes e/ou a adolescência?

No campo do judiciário, o juiz julga o ato infracional e aplica a pena no sujeito, muitas vezes não fazendo observância dos entrelaçamentos discursivos. Sendo assim, podemos pensar que a justiça é cega e surda? Será que Alexandre foi julgado por perder-se em sua própria história? Será que o ato infracional e sua consequência não podem estar associados ao assalto ou roubo do seu lugar familiar? Será que a cena do crime é produzida pelo julgamento do infantil e/ou infantil que funda a cena do crime?

Quando Alexandre conta do assalto/roubo, faz questão de dizer que não estava drogado. Apresenta um cuidado com os elementos envolvidos, narra como se fosse uma saga, uma aventura: conta do roubo do carro para fazer a viagem de São José dos Campos para Pindamonhangaba e depois a epopéia quando começa a ser perseguido pela Polícia, até ser preso. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

Em 2009 fiz **o assalto que me levou prá Fundação**. Nós **roubamo um carro** aqui no Centro de São José e fomos lá prá Caçapava, depois lá resolvemo que ia **roubá a drogaria** em Pindamonhangaba. **O meu amigo tava drogado, mais eu fiz questão, não tinha fumado, cheirado e nem bebido nada, tava assim mesmo, sei lá, a gente queria dinheiro**. Fugimo das policia até Roseira, ali perto de Aparecida, a senhora conhece. Ali nós **abandono o carro e tivemos que entra mato a dentro fugindo das policia. Sai pulando de telhado em telhado das casa, quando eu avistei que um policial tava me acompanhando, resolvi entrar numa casa que tinha uma edícula no fundo, fiquei dentro do banheiro ouvindo as policia entrando de casa em casa se aproximando da edícula. Daí não tinha o que fazer, só esperá, eu via o movimento pela janela do banheiro da edícula, eles chegaram, me pegaram e me levaram pro curral**. S- Ficou em Caçapava no curral? R: É um lugar, uma sela, que não tem nem colchão, passei um dia lá, depois fui para DJU, lá já tinha tudo arrumado, tinha colchão a mãe podia visitar, levar roupa.

A saga de ser pego termina com a queda do adolescente pego e levado pelos policiais para o curral, ou seja, finda com a prisão de Alexandre, o que produz nele o efeito do aprisionamento do sujeito, um ato infrator, pois inferioriza e humilha, colocando-o numa dimensão animalesca e retirando o sujeito da dimensão humana. Na entrevista Alexandre narra como foi o tempo que passou na Fundação Casa, contando-nos um acontecimento que marcou sua passagem pela Instituição. Assim está escrito na entrevista:

[...] aconteceu **uma coisa lá que tentaram me envolver, fazê maldade, mas eu consegui me livrar**. Lá eu fiquei num quarto com um di menor e um di maior, nós recebíamos as visitas e era assim: quem recebia visita subia, quem não recebia fica lá embaixo no pátio. **Lá eu conheci a palavra, a palavra de Deus**. Eu tava na oitava série, continuei estudando lá dentro, fiz o primeiro ano lá, em 2009 fiz o assalto que me levou pra Fundação.

S: Você pode me contar que coisa aconteceu lá? A: Posso, lá é assim **quando tem visita, depois nós não podemos nos masturba, né**. Nesse dia eu descí, os nossos pais tava lá visitando. **Depois que termino a visita, então, eu avistei o gordo lá do meu quarto se masturbando, eu tava machucado, tava mancando de tanto fazer exercícios, mais fui arrastando a perna e avistei o gordo se masturbando, daí já gritei no corredor: “o mano, para com isso, você não tem palavra, nós batemos muito nele. Senhora, nós não podemos fazer isso e ficar pensando nos parentes dos outros, isso não se faz. Nós temos ética, não pode fazer isso não, o gordo sabia por isso apanhou.”** A. fez silêncio, como se assunto tivesse esgotado. A: **Eu vivi muita coisa lá, é ruim fica preso, né eu tava lá. Esse tempo que eu vivi lá ensino eu não fica no tráfico, sei lá, lá dentro tem coisa errada também**, a noite é mais difícil, eles ficam em pouco prá cuida da gente , então eles ficam mais bravo, pra mante a ordem. S: **Parece que tem uma lei própria que organiza o lugar? A: É isso mesmo, é pro camarada aprender**.

O adolescente conta como a regra é instituída na Fundação e a palavra é cobrada entre eles, a palavra é de Deus. O descumprimento da regra implica uma correção rigorosa, mesmo que sua correção infrinja no descumprimento da regra, ou seja, se desrespeitar será desrespeitado porque desrespeitou; só há um valor absoluto, mesmo que isso não resulte em aprender a respeitar.

A palavra recebe uma personificação de Deus: invoca-se um Pai todo poderoso, criador, para absolutizar a palavra em um único significado; se não for cumprido não tem palavra, então fica em dívida e para pagar essa dívida precisa sacrificar o próprio corpo. Outro caso é a equivalência, ter ética corresponde a cumprir a palavra a qualquer custo, na dimensão do real, com valor absoluto e um único significado para o contexto.

Outro ainda é a corporificação do personagem Deus, na palavra e no próprio corpo. Alexandre lidava com o seu excesso registrando-o na carne, machucando o seu próprio corpo de tanto fazer exercícios para suportar ficar lá, ficar “parado”, só machucado ou machucando. O quanto ficar parado machuca Alexandre? O que o adolescente suporta da castração?

Na relação do Alexandre com sua mãe, este relata que não ocorreram modificações. Entretanto, em uma das entrevistas disse que sua mãe desistiu de impedir a relação dele com o tráfico. Surge aqui a seguinte proposição: se não ocorreram modificações na relação dele com a mãe, logo ele não reconhece que a mãe não impediu a relação dele com o tráfico. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

**Quando sai de lá da Fundação, fui morá com a minha mãe, mais não deu muito certo porque eu eu meu padrasto, não nos entendemo, porque ele briga muito com ela e eu não gosto disso, eu não gosto que ele briga com ela. *Prá dá certo, só de longe (chorou).* S: **Você acha que estes acontecimentos modificaram sua relação com a sua mãe?** A: **Não, acho que não. Mãe é mãe. Quando eu sai eu não tinha aonde fica, fiquei lá na casa dela (choro). Não me do com meu padrasto ele não é sangue do sangue.** S: **Você pode me explicar como é a relação com o seu pai?** A: **Ah, minha relação com ele é que ele é separado da minha mãe, a gente se vê pouco. Agora a gente, às vezes sai junto, ele fica preocupado comigo, o trabaio que eu dei, mas depois eu trabaia de segunda a segunda, eu não quero isso pro meu filho.****

O adolescente demonstra segurança na figura materna. Aconteça o que acontecer haverá um lugar que fará referência, mesmo que seja por consanguinidade: “Mãe é mãe, sangue do meu sangue.”. Retoma a separação dos pais como sua perda de referência marcada pela ausência do pai.

Alexsander conta sua história como se tivesse “fabrincando signos” que pudessem dar conta de sustentar um lugar possível na “vida viva”, para que ele pudesse existir, e aponta a

Escola como uma saída para ele.

Quando foi preso e encaminhado à Fundação Casa, não estava estudando. Relatou que “parou de estudar porque na hora do intervalo ele fugia da escola e ficava na rua, foi assim o ano inteiro, e no final do ano passaram ele e reprovaram os amigos. Quando chegou para cursar o segundo ano, a Escola informou que havia se enganado, que ele havia sido reprovado. Diante deste engano ele resolve sair da Escola.

Retorna à Escola dentro da Fundação Casa, cursa o segundo e o terceiro ano. Em relação a essa Instituição deixa claro que foi bom ser internado, “alguém precisava me parar”. A Internação funda um ato, cessa, limita esse jovem que reordena sua vida pelos estudos. Nos oito meses em que ficou internado terminou o ensino médio, fez cursos profissionalizantes, no entanto não consegue atualmente um trabalho para lhe dar sustentação neste novo caminho.

Os cursos são oferecidos pela Instituição, mas esta tropeça na operacionalização: não funciona como mediadora, não leva em consideração o interesse do jovem e nem o mercado de trabalho.

Aos dezessete anos, já no CREAS, aos dezenove no Programa Juventude Cidadã do CREAS, cumprindo a medida socioeducativa de Liberdade Assistida. A família e os profissionais recontam sua experiência que comporá os registros do seu prontuário de atendimento no CREAS.

Nos dados do prontuário do adolescente, a mãe afirma que não há histórico familiar de comprometimento infracional, negando a história do irmão e a repetição do filho. Em termos psicológicos, a mãe comete um roubo duplamente qualificado. A negação da história familiar faz com que o adolescente tenha que sozinho pagar o preço, por estar fora da família, sem referência e logo sem lugar, tornando impagável o tropeço subjetivo. Ele se torna a desonra da família, o estranho no ninho, “a ovelha negra da família”.

No Relatório Técnico Psicossocial, ela explica que a separação ocorreu por incompatibilidade de *gênero*. Produz-se um ato falho, apoiado no modo popular de falar, “gênio”. O que poderia ser uma incompatibilidade de gênio/gênero? A incompatibilidade de conviver? A incompatibilidade de conviver do masculino e do feminino? E, quanto à dinâmica familiar, está descrito na entrevista:

[...] sempre foi pautado no respeito e no diálogo, com a separação o genitor o visitava esporadicamente, [...] mas os laços de afetividade entre eles mantinham-se

**estreitados, assim a figura de autoridade era mantida pela genitora.**[...] Quanto à família, essa é presente na visita ao adolescente, demonstrando interesse em auxiliá-lo no cumprimento da medida socioeducativa. Observamos que **os laços afetivos encontram-se preservados e que ocorre diálogo entre os membros.**

O que é isso da dinâmica familiar sempre pautado no respeito e no diálogo? O adolescente se envolvia nas brigas do casal, apanhava de fio e enfatizava a falta do pai. Como os laços afetivos e o diálogo encontram-se preservados nessa dinâmica familiar? Esse encobrimento dos fatos, a-paga a história familiar e parece impedir a elaboração desses acontecimentos, a reconstrução da verdade histórica e a reinvenção de Alexandre. Do Relatório Técnico Psicossocial, ainda no que concerne a construção do ato infracional, destacamos o seguinte trecho da entrevista:

No início de 2009 **se envolveu com alguns jovens do bairro que possuía fama de má reputação. A família sempre avisava, porém ele não acreditava.** Quanto ao ato infracional, [...] a família **foi pega de surpresa e que não entende o que aconteceu, pois não ocorreu mudança de comportamento por parte do adolescente, e que o mesmo tinha sempre tudo que precisava dentro das condições financeiras da família.**

A posição da mãe no discurso é de proteção do filho, de alguém que pertence a essa família, e ao mesmo tempo se defende negando a história e a condição familiar, atribuindo ao adolescente a escolha e aos outros a má reputação, responsabilizando-os pelo ato infracional. A relação eu-outro parece confusa também para mãe, que também foi pega de surpresa pelos significantes, encontrando como uma saída defender-se pela negação dos fatos e se eximir de qualquer responsabilidade. Assim está descrito no final do Relatório Técnico Psicossocial, segundo a técnica registra:

[...] Trata-se de um adolescente de dezessete anos e oito meses, privado de liberdade há dois meses, pelo ato infracional tipificado por roubo qualificado.

Diante do exposto, cabe indagar como tratar, como atender isso que é registrado nos prontuários? Trata-se um ato infrator? Quais instrumentos as ciências oferecem no tratamento do

ato infrator tipificado por roubo qualificado? Os registros *dos e nos* prontuários fundam um personagem no imaginário social, “adolescente infrator”, como o único responsável da cena social.

Todos que participam *da e na* cena social são responsáveis pela produção e pelos efeitos de subjetivação nesse processo de construção de uma “vida viva”. É uma construção compartilhada. Como podemos compartilhar a responsabilidade pelas infrações dos atos institucionais, profissionais e do sujeito?

O adolescente denuncia a falta de responsabilidade do Estado dizendo: “se o tráfico pagasse imposto ele seria legalizado, ele é ilegal porque ele não paga imposto. Se pagasse imposto seria vendido na farmácia, não precisava mais de nós”. Diante dessa fala, podemos pensar, o que é isto? É considerado legal tudo pelo que se paga imposto, logo o que é ilegal é não pagar impostos. Esse axioma capitalista inverte os valores, tornando-os uma máquina subversiva de fazer valores, ou seja, vale a atitude que se traduz em lucro. Como desresponsabilizar a sociedade dessa partilha capitalista?

O jovem narra sua experiência individual com o trabalho na condição de transitório, porque para conseguir realizar seu sonho de ser um soldador, precisa de experiência. Isso indica o sentimento de humilhação associado à figura de autoridade e demonstra a esperança de “dar certo” na faculdade. Destacamos os seguintes trechos:

Depois que sai, trabalhei e estudei, um amigo arrumo pra eu trabaiá na padaria, mas era difícil, **porque o patrão humilhava muito a gente, ele gritava muito e depois todo mundo lá do bairro via a gente com aquela roupa, varrendo a rua. Não tenho problema com o trabaio, mais sei lá, não precisa disso, de humilha.**

Tô morando sozinho ainda, **tô atrás de um serviço aí, com o curso de solda, de torneiro precisa de experiência.** Tô quase conseguindo um serviço na construção civil, tá quase dando certo, tô esperando a resposta, ali perto da minha casa mesmo. [...] pra mim **trabalho na construção civil é provisório**, porque pra mim na verdade **o meu sonho maior é o de solda**, mais precisa entrar dinheiro prá me ajudar manter, vou tirar habilitação também e a faculdade lá tá andando também. Eu fui lá fiz a inscrição do PROUNE e tem que aguarda sai a resposta, se dé vai sair cinquenta por cento institucional, estou esperando ela entrar em contato comigo e vou fazer os outros

cinquenta por cento pelo FIES, e também **ir atrás de um estágio**. Ela falou que assim que começar as aulas pode enviar currículo, pra prefeitura. Eles contratam, o serviço é de seis horas por dia e pra ganhar mais. **A gente trabalha menos e ganha mais. [...] Eu preciso trabaiaá, fica perdendo tempo e pensando besteira. Espero dar certo a faculdade e o estágio.**

A lógica capitalista de trabalhar menos e ganhar mais faz parte das ideias de Alexandre, o que ele associa também com o tráfico, demonstrando um modo econômico de esforço que visa ao lucro, ou seja, apóia-se na proposição de ganhar mais esforçando-se o menos possível na vida.

Fui ao CREAS para fazer uma entrevista com outro adolescente, que havia faltado. Enquanto o esperava, Alexandre, que já estava desligado do CREAS, retornara para pedir ajuda a R. para fazer seu currículo, pois iria entregar no CIEE. Perguntou se podia falar comigo. Demonstrava alegria e muita disposição, solicitou a entrevista e parecia confiante. A surpresa do encontro e da demanda de A. para ser escutado por mim funda outro laço, o da transferência, e naquele momento senti-me autorizada a escutá-lo.

Iniciou essa entrevista contando que havia passado no vestibular, contou-me que estava tudo bem, já havia começado a universidade, sua mãe e seu pai estavam muito orgulhosos dele e ligara também para R., para contar-lhe que passara na universidade.

O sonho de Alexandre de ser solda-dor parecia ser possível, através da experiência que fora possível construir na Escola. O ingresso na universidade poderá ser seu Ato de Fundação, de soltura: estaria saldando a dívida com os pais e soldando a sua dor, se rearticulando, se reconstruindo. Assim está descrito na entrevista:

**Estou bem, já encomendei os livros, quero estudar muito, porque eu preciso, não quero ser advogado, não posso ser juiz, porque na minha condição, não posso, não posso julgar ninguém. Não devemos julgar as pessoas eu não sei fazer isso, quero ser Defensor Público. S - Porque escolheu ser Defensor Público? Ah, porque isso eu posso fazer, defender. Quando eu fui julgado, era o Defensor Público que estava lá do lado da minha mãe, ele que me ajudou, depois ele foi lá na Fundação Casa para saber como eu tava.”**

Nesse momento ainda traz a equivalência de estar bem, feliz com o ter as coisas: está bem

porque encomendou, comprou os livros; no entanto, nesse tempo ele não podia entrar na Universidade porque havia comprado os livros didáticos, mas não tinha como pagá-los, mas sua irmã acabou assumiu a dívida e Alexandre continua frequentando às aulas. Alexandre reincide inúmeras vezes nessa cilada de não ter como pagar, mas compra e depois fica angustiado, fica na “correria”. Será que o ato de Alexandre é uma repetição, um aprisionamento *do e no* discurso capitalista?

Alexandre demonstra que o ingresso na universidade trouxe à baila novamente o sentimento de orgulho dos familiares por ele. Esse ingresso pode escandir uma marca, uma diferença, é o segundo filho que ingressou e cursa a Universidade. Das cinco disciplinas cursadas no primeiro semestre foi aprovado em quatro, apenas reprovou em Introdução ao Direito.

O jovem fala em uma das entrevistas que voltou a estudar e automaticamente saiu do tráfico. O que é esse automatismo? Será que isso é o efeito do sentido? E ainda, espera no futuro se formar no curso de Direito e ser Defensor Público, porque apoia a pessoa quando é preciso. Espera ter um futuro lindo e uma família feliz. Será esse um modo de construir laços, soldando os significantes, soldando a dor, saldando a dívida e construindo um lugar privado e social possível na “vida viva”?

Alexandre procurou-me no consultório e disse que os nossos encontros haviam feito-lhe refletir sobre sua estória, o que viveu com seus pais, e concluiu que eles fizeram o possível para ajudá-lo. Associou esse acontecimento com as aulas de “Sociologia Geral e Jurídica” onde o professor disse: “o homem age conforme o meio em que ele vive”, e rapidamente lembrou-se da música funk de Mc. Lano, *O outro lado da vida bandida*, para mandar o seu recado. Destacamos a letra da música:

Num vim aqui para ajudar mas para mandar o meu recado  
Pra toda vida loca do nosso cotidiano  
Contra fatos, não argumentos, olho pra dentro de mim

Vejo o que fui no passado e no que hoje me tornei  
Num barraco 3 por 3 pode morar 6  
Menores que o tráfico foi pegando um por vez  
Qual era o meu lazer? Neguinho vou te dizer:  
Catara xepa na feira pra poder sobreviver

Videogame, cinema, shopping center? Que nada!  
 O menor pra zoar no bairro mal tinha uma bola.  
 Cresci em meio de armas, vários papos, só guerrilha  
 Mas se minha vida é assim eu não te culpo, se liga

Eu aprendi assim e faço pra sobreviver  
 Se eu tive outra escolha nem deu tempo pra eu ver  
 Falar é fácil tá ligado, mas porto pro meu sustento  
 A dor mais forte é saber que minha mãe tá sofrendo

Traído por inveja, recalque e simpatia  
 Eu fiz o crime valer mais que minha família  
 E agora? Chora a mãe com o filho no braço  
 Gritando: Deus, o meu filho tá baleado

Esse é o outro lado de uma vida bandida  
 Mamãe chorou pra te ver nascer  
 E não morrer dessa forma

Na música escolhida por A., ele deixa claro nas enunciações e nos enunciados que veio para mandar o recado, usa o substantivo “loca”, referindo-se à vida cotidiana, e indica uma transformação, quando diz: “o que fui e o que hoje me tornei. Afirma que aprendeu e faz o ato apoiado no princípio da sobrevivência e diz que se teve “outra escolha ficou na correria, nem deu tempo pra ver.”

A música remete à dor da mãe, um sofrimento que faz ele sofrer. No jogo da separação, parafraseando Lacan, de jogar o bebê junto com água da banheira. E ainda, apresenta a cena da morte como social, e se marca pelo choro em dois momentos de constatação: pelo nascimento e pela morte do filho, baleado e falecido em casa, nos braços da mãe e na ausência do pai.

No tempo *de concluir* serão apresentado as propositivas construídas pelo *instante de ver e pelo tempo de compreender* que norteiam nosso caso do Alexandre. O acontecimento social do caso do Alexandre, um jovem de dezenove anos, que nos apresenta situações traumáticas em relação a sua posição nos acontecimentos sociais *da e na* vida, e nos mostra que os

entrelaçamentos discursivos se apoiavam fundamentalmente nas proposições de *ter e ser* e de *dar e receber*.

No que diz respeito às Instituições, demonstra uma relação conflituosa com a família, pois recusa as condições financeiras de sua família, já que o cenário social afeta o adolescente no que diz respeito ao *status quo* imposto pela sociedade e aceito pelo jovem como um modo de se fazer reconhecer individualmente/socialmente. Ou seja, parte-se da proposição primordial que, “queria ter aquilo que os pais não podiam dar, logo para ter aquilo que queria, ele precisava roubar”.

Alexsandre produz uma operação utilizando da lógica de inversão entre a demanda e a necessidade: precisava roubar para ter o que queria e não o que precisava. O roubo como uma fantasia que se representa na modalidade de gozo de Alexsandre tem efeito de laço, isto é, ele se reconhece no ato como alguém que faz algo, o ladrão que rouba - faz um serviço, que produz algo a mais, uma mercadoria - o dinheiro como mais valia, um mais-de-gozar.

Na cena social, o adolescente inclui a predominância da demanda do Outro, nesse caso o capital, e a do gozo sobre o desejo. Afetado pela demanda do Outro, Alexsandro queria ter o objeto a qualquer preço, porque não queria pagar por isso, queria apagar a condição da família, gozando disso. O desejo só pode emergir lá onde a castração opera a falta. Sendo assim, o desejo do jovem ficou encoberto pelo gozo da ascensão social, o que produziu o efeito de alienação no reconhecimento de si e na separação dos pais.

Alexsandre segrega dessa cena a propositiva de que “os pais não podiam dar, porque não tinham condições financeiras”. Eis o jovem fixado no discurso capitalista, onde, como diz Lacan “todos são negociáveis”. Portanto, todos os sujeitos são negociáveis, são objetos de troca e o valor do sujeito equivale ao valor de uso. O sujeito torna-se escravo de sua liberdade quando atende a demanda capitalista de “ter as coisas” e se recusa a aceitar a castração.

Na recusa da castração, o jovem perde o referencial da lei, tornando-se onipotente diante da impotência real dos pais, “de não poderem dar aquilo que ele queria ter”. Essa operação na potência do adolescente, apoiada na lógica capitalista, aprisiona-o numa condição de mercadoria, cujo uso produz mais valia, ou seja, o roubo como excedente que é apropriado pelo capitalista, neste caso, idealizado e representado na figura do traficante, que produz no adolescente o efeito do fracasso pela idealização do complexo familiar.

Desse lugar construído por Alexsandre, ele se faz autor de seus atos. A cena primordial do “crime” é fundada na impotência do herói, ou melhor, um anti-herói, pelo discurso capitalista, e

emerge outra proposição, “como seus pais não podem dar aquilo que o filho quer ter, logo esse filho não dá para os pais aquilo que eles desejam dele.”. Alexandre se orienta nessa trajetória de vida pela pulsão de morte, ou seja, *na e pela* errância se perde, se identifica com o morto e vive a morte a cada dia, o outro lado da vida, a vida morta, a vida bandida.

O conflito com a separação de A. da família fez irromper uma situação traumática demonstrada pelas propositivas relativas à repetição, ou seja, a reincidência do verbo em ato - “querer ter”. Alexandre aliena-se em “querer ter uma família ideal, logo os pais não podiam dar”. Na cena da separação, a posição paterna acirra o conflito entre o adolescente e a figura materna, pois quando o adolescente, investido do poder concedido pelo pai real, tenta se colocar no lugar do pai e a mãe não autoriza, iniciam-se as brigas entre o adolescente e o padrasto para a ocupação desse lugar que está “vazio”, lugar do pai que é tamponado pelo lugar de homem traído.

Nessa relação homem-mulher, insuficiente por si só, a falta é deslocada para esse adolescente. Lembrando Garcia (2011, p.45), em “o pai como Medeia às avessas, a se ver confrontado com a perda da causa de seu desejo, “mata” seu filho para tocar sua mulher”, podemos entender que, nesse modo de afetação, o pai de A. não toca, pois não é mais sua mulher, mas “mata” seu filho e afeta sua filha mais velha que, na ausência da mãe, responde nesse lugar para A.

O pai de A., na dimensão do real, denega sua ausência e, numa versão perversa, imaginariamente não autoriza a separação da mulher, sendo o pai na dimensão do imaginário o que se faz presente na fantasia do jovem. O pai de Alexandre goza da posição do filho, nessa cena da separação, como o representante do “homem da casa”, portanto, impede a união dessa mulher com outro homem porque seria uma traição, “por inveja, recalque e simpatia”, isto é, por amor.

O adolescente presentifica o pai mesmo na ausência, e goza desse apoio despendido ao pai de modo onipotente. Alexandre estabelece uma relação de dependência com as figuras parentais e demonstra medo de ficar sem o amparo dos pais, o que produz na fantasia o efeito de abandono. Segundo Leão e Pacheco (2011, p.32), “ser pai não é uma norma, mas um ato de consequências fastas ou nefastas. A filiação contemporânea remete, para além das normas, ao desejo particularizado de que a criança é produto, um desejo ‘que não seja anônimo’”.

Esse romance familiar mostra o conflito na dimensão da relação edipiana, no que diz

respeito à separação de Alexandre dos pais, implica ressignificar as referências identificatórias, pois isto solicita incessantemente o olhar da figura materna e quando não pode tê-lo, substitui-o pelo olhar da irmã, dessa maneira, engendrando o gozo e constituindo, da falta de apoio, o abandono como verdade do sujeito.

O adolescente A. produz outra propositiva sobre o apoio: “se os pais não podiam dar o apoio, logo ele estava abandonado”, pois podemos pensar diante disso que essa demanda faz Alexandre recorrer à Cena do crime na tentativa de ser amparado por outras instituições, Fundação Casa, CREAS, Escola, na busca de encontrar com o objeto perdido e, por isso, causa de desejo, objeto *a*.

Na tentativa de encontrar com o objeto faltoso, Alexandre constrói uma relação significativa com a Escola, lugar onde foi reconhecido como um “bom” aluno. Nessa Instituição constrói uma trajetória singular, que produziu uma diferença, a alternância da errância, ou seja, ora se mostrava como o “bom” aluno e ora como o filho “mau”. A não sustentação de um lugar psíquico produz como efeito no laço social o desconhecimento. O jovem busca reparar o não lugar psíquico que outrora havia se fixado ocupando uma posição que pode ser vista por todos, do lugar de universitário, do Curso de Direito, e atualmente, como um microempresário da construção civil, mais especificamente, instalação de calhas.

O deslocamento dessa cena fantasmática faz um giro discursivo separando-se da dívida real do nascimento, ou seja, que os pais deveriam dar-lhe aquilo que ele queria ter. Essa propositiva indica a recusa da castração e causa outra: “ele pode ter aquilo que ele pode dar a si mesmo”, que coloca o sujeito num lugar possível. Sendo assim, se ele sustentar o desejo pode ser reconhecido do lugar social de universitário, de microempresário, por ele e pelos familiares.

Em seu discurso, Alexandre enuncia uma cadeia de significantes relacionados às suas condições de vida no princípio da sobrevivência: o tamanho do barraco, a quantidade de pessoas, a operação do tráfico que pega menores, e a justificação que dá relativa ao sobreviver e à escolha é que é necessário ter tempo para ver. Ter tempo significa parar para olhar a “vida viva”, ter compai-xão<sup>27</sup>, sem compaixão parar a com-pulsão, isto é, deixar de responder ou fazer vacilar a pulsão escópica, no que diz respeito a atender a demanda do Outro.

No final de um escrito não culpa os pais, mas afirma que aprendeu e foi transmitido pelo

---

<sup>27</sup> Com-pai-xão: metáfora utilizada pela autora para designar o corte da palavra compaixão, originada do latim e da ideologia judaico-cristã que carrega consigo o atributo da piedade e não da lei - o amor ao pai.

meio, e justifica que faz por princípio, para sobreviver. Podemos pensar na predominância da necessidade sobre a demanda, presentificada no discurso capitalista e justificada por motivos e intenções que arbitrariamente desresponsabilizam o sujeito pelos seus atos, ao ver de Garcia (2011, p.12), “um discurso capitalista sem limite e sem ponto de impossível, leva ao retorno do real que foi recalçado, retorno sem palavras, entre reivindicação e violência”. Cabe pensar, diante do exposto, que Alexandre vem fazendo vacilar os sentidos, o que pode colocá-lo num outro lado, o da vida.

No que diz respeito à Instituição Fundação Casa, Alexandre considera que foi bom o tempo que ficou internado, demonstrando que a Instituição cumpriu na sua vida o papel de sustentação, no que diz respeito “a tirá-lo da correria” e dar a ele condições básicas para sobreviver fora de casa. Já o CREAS ofertou apoio para o adolescente e para família.

A Instituição CREAS para o adolescente representa-se na figura da assistente social R. que produziu na relação transferencial com A., por um tempo transitório, um laço de confiança, que através do reconhecimento e da sustentação de uma Outra discursividade possibilitou apoiar Alexandre para que ele desenvolvesse seu projeto ressitando na vida.

O sintoma de Alexandre é construído e delimitado nesse entrelaçamento discursivo social, mostra a verdade e o gozo do sujeito nessa cena ficcional do diagnóstico psicológico ético-político, contribuindo na construção de um Outro discurso que aposta no adolescente apresentando suas possibilidades e seus limites, isto é, uma potência discursiva.

A escuta *no* e *do* diagnóstico psicológico ético-político, possibilitou ao Alexandre fazer um giro discursivo que através da reflexão reconsidera a culpabilização dos pais, reconhecendo os limites no fazer, pois os pais fizeram o possível para ajudar conforme suas condições de vida e percebeu que tudo tem o seu tempo e nada acontece por acaso.

### ***6.3 Uma vida de segredos: a transferência institucional como uma experiência de partilha do traumático***

#### **6.3.1 Caso clínico institucional ético-político de R.**

N. demonstrou muito interesse no desenvolvimento da pesquisa, reconhecendo a relevância do trabalho como um instrumento que possibilita, tanto aos técnicos quanto aos adolescentes, a construção de outra narrativa. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

Iniciei o acompanhamento de R. em julho de 2010. Ele é **considerado reincidente**, então ele já passou pelo acompanhamento, na época ele demandava essas questões da família, mãe esquizofrênica, e aí desde o começo o R. se mostrou uma pessoa muito meiga, ele vem, ele se compromete, e depois some, essa sempre foi a minha dificuldade com o R. [...] Na época, acho que na primeira passagem eu percebia **um comprometimento infracional muito grande**, ele era envolvido com o tráfico, voltou a ser pego de novo. Em **decorrência, dessa entrada no Projeto essa questão infracional diminuiu um pouco, só que ele não conseguia colocar outra coisa no lugar, ele vivia nesse mundo infracional que ele tinha, ele tinha uma identidade**, quando ele **resolve rompe, ele não consegue construir outra coisa, ele não consegue colocar nada no lugar**, então sempre foi essa reflexão que eu faço com ele nos atendimentos, e também, o que eu percebi que eu fiquei preocupada.

Apresenta o caso R., situando o adolescente como reincidente e com um comprometimento infracional; tinha uma identidade e vivia num mundo infracional. A questão infracional diminuiu com a entrada de R. no Projeto, mas ele não conseguiu substituir a identidade, não conseguiu colocar nada no lugar.

N., a profissional responsável pelo caso R., situa-o institucionalmente como reincidente, categoria produzida como já dizia Goffman, pelas Instituições totais, pelas prisões, e, nas ideias de Foucault (1987, p.299):

A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos; [...] As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta. [...] Faucher falava dos “quartéis do crime”.As condições dadas aos detentos libertados condenam-nos fatalmente à reincidência: porque estão sob a vigilância da polícia; porque têm designação de domicílio, ou proibição de permanência; porque só saem da prisão com um passaporte que têm que mostrar em todo lugar onde vão e que menciona a condenação que sofreram. [...] E as leis, vamos admitir que a lei se destine a definir infrações.

No enunciado foucaultiano “a detenção provoca a reincidência”, concordamos com o autor, pois as condições dadas aos detentos libertados condenam à reincidência, levando em consideração que o princípio de sobrevivência operado pela lógica capitalista não permite uma saída do sujeito reinserido na sociedade, a dor da necessidade sobrepõe a sustentação da demanda. Será que para os adolescentes sobreviverem num discurso capitalista na saída da Fundação Casa é preciso fazer um laço com o ato infrator? Como desconstruir com o adolescente o laço no discurso capitalista que o coloca nessa condição de sujeito *gadgets*?

É relevante pensar como situamos o adolescente, porque é deste lugar que ele constrói sua identidade, ou seja, que ele se identifica, se reconhece como alguém no social. A substituição da identidade de traficante para outra identidade, pode produzir o efeito no laço de comprometimento deste com o ato infracional.

A psicanálise, nos casos de recidiva, fundamenta-se naquilo que a teoria designa por automatismos de repetição: Segundo Lacan (1998, p.50):

O termo constante situacional, fundamental naquilo que a teoria designa por automatismos de repetição, parece relacionar-se com isso, deduzidos os efeitos do recalco e das identificações do eu, e pode ser de interesse nos casos de recidiva. O Isso também implica, sem dúvida, as escolhas fatais manifestas no casamento, na profissão ou na amizade, e que amiúde aparecem no crime como uma revelação das figuras do destino.

Será que o *Isso* pode ser substituído por um outro significante? Assim está descrito na entrevista:

S.: Você falou que ele era reincidente, você poderia falar sobre isso? N.: **Os dois momentos foram com o tráfico, ele não é de roubar as coisas, ele é muito carismático, você já viu ele, então até na biqueira ele se destacou, porque ele era muito querido, [...] é muito doido, porque eu não consigo ver este lado nele, eu não consigo ver você na maldade, né? Mas esses meninos parecem que estão brincando, eles entram sem pensa e aí, quando tem esse olhar um pouco mais crítico, depois que sofre, eles preferem nem pensa, porque gera muito sofrimento olha de longe, olha o que eu fiz e aonde eu estava. São raros os meninos que fazem essa reflexão porque eles devem sofrer muito, é uma estratégia, porque se não eles não sobrevivem que é muito violento, né? Tem regras muito rígida, tem essa disputa,**

**tem a inveja, até mesmo prá quem tá dentro eles dizem que tem muita inveja, hoje é amigo, é irmão depois é um que quer matar, do amigo ao inimigo é um pulo. Eles tem essa coisa da irmandade que é muito incoerente, tem essa coisa da irmandade, mais piso na bola, é tem até lá no doutorado da Isa Guará, como é que é, não permite erros, uma coisa que eles tem é essa radicalidade, se é proibido, se é fortalecido, se não eles morrem.**

N. situa o tráfico como o *Isso*, a causa da reincidência, afirma que R. não é de roubar as coisas. O que causa a reincidência de R.? Para a profissional N., é o tráfico que causa o reaparecimento do ato no caso de R.?

A relação transferencial de N. para R. está estabelecida, ela enamora o adolescente, o que produz efeitos no atendimento, pois ele é carismático e querido e ela não consegue vê-lo na maldade. Opera pelo recalque a combinação dos quatro elementos que sustentam a relação transferencial: o amor, a ambiguidade, o erro e o engano.

Para a profissional N., o amor da relação transferencial opera a lógica de situar o seu olhar sobre o adolescente e percebê-lo ambíguo nas suas escolhas e sobre o ato, reconhecendo-os como um erro, um engano, uma brincadeira, um jogo de vida e/ou morte que o adolescente entra sem pensar. Para pensar nesse jogo, destacamos o seguinte trecho da entrevista:

O sujeito reduplica sua alienação num jogo com o prazer que brinca perigosamente com a pulsão, constrói um curto-circuito entre a fonte biológica da pulsão e produz um imaginário onde a satisfação existe tal e qual o encontro do objeto da necessidade. É um sujeito que se “instintiviza”. Isto é, busca uma via de relação com o mundo e um saber que supõe a palavra em segundo lugar (NOGUEIRA, 1999, p.26).

Nesse jogo da vida, o sujeito reduplica sua alienação, num jogo com o prazer e com a pulsão, constrói um curto-circuito pulsional e produz um imaginário social que supõe, em primeiro lugar, o encontro com o objeto de necessidade e, em segundo lugar, com a palavra.

Como bem a profissional N. associa a reflexão ao sofrimento, escolhe-se não pensar, porque isso produz sofrimento. Essa ideia nos mostra o quanto o adolescente se afeta com o ato, pois não pode nem pensar sobre ele. O afeto da ignorância é utilizado como mecanismo de defesa do ato infracional, ou seja, “a verdade se apresenta como um saber oculto encarnado pelo significante inesperado”(VIEIRA, 2001, p.174). Assim está descrito na entrevista:

[...] O acompanhamento é sempre interrompido, eu trabalho com ele coisas num atendimento, marco outro, e ele some e aí eu tenho que resgatá, e isso que é o mais difícil. E a família, a mãe, o pai sempre falo, ela não dá conta disso, não adianta nem convocá. Ela veio uma vez, ficou quieta o atendimento inteiro e é o pai que vem, então o pai vem com essa expectativa que o R. É o único filho que não deslanchou, ele tem cinco irmãos, todos estudaram, se formaram, trabalham deram conta da vida, tem um projeto de vida mais claro e o R. Foi o caçulinha que não deslanchou e o pai tem atitudes muito incoerentes, porque ele quer que o R. seja responsável, mais ele supri toda necessidade do menino, então ele dá dinheiro, ele compra as roupas de marca, entendeu? Então eu falo pra ele como ele vai crescer se você supri tudo, ele não tem essa necessidade de buscar algo pra ele, mesmo ele aprontando, ele tem, [...] e outra característica que eu achei interessante nessa família é o isolamento, então como o R. sumia muito, eu não sei se é ele ou irmãos que se afastaram, teve um atendimento que eu pedi que ele falasse um pouco de cada irmão, as características, o papel que eles exercem e o R. teve muita dificuldade de fala, tem um irmão que a gente gosta mais, tem um que a gente briga e o R. teve muita dificuldade foi muito trabalhoso, pelo menos ele colocou uma característica, que ele meio que se isolava, ele teve essa vida diferente da família, [...]

A profissional disse que R. demonstra um traço que caracteriza o seu modo de relacionar: reincide na inconstância, independente do estabelecimento da relação transferencial, oscila entre presença e ausência e se marca nessa inconsistência pela insustentabilidade. Nesse traço opera uma diferença, isola-se, é o único filho da família que não deslanchou. R. demonstrava suas emoções, seus limites e questionava a insustentabilidade dele e das Instituições. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

[...] e parecia para psicologia, ele parecia um estado depressivo, então tinha atendimento que se emocionava muito, mais não conseguia verbalizá. Eu não consigo, eu não sei porque eu paro com as coisas, a gente arrumo escola pra ele, não deu conta e desistiu as atividades do Projeto ele nunca veio, e nem vem, ele fala que vai vim, por exemplo ele quer trabalha, então vem pro treinamento a gente vai te prepara, ele some, então uma dessas, uma tristeza, não dar conta também angustiava ele, em um dos atendimentos ele conseguiu se abri, ele falo de uma forma mais minuciosa como que foi essa vivência no crime, o que ele fazia, qual o papel dele, como ele escondia isso da família, e também a

violência que ele vivencio, que ele praticou, então aquilo tudo foi ficando muito grande e ele não consegue se supera, não consegue perdoa, entendeu das coisas que já fez, e aí ele falava que tinha medo de prejudicar a família dele, ele fala umas coisas meio desconectadas, prejudicar como, ele não sabia dizer, e só o que acontece com o R.[...]

No que concerne à psiquiatrização do estado de R., não é relevante a caracterização, pois não ajuda na resolução do seu conflito existencial. O adolescente compartilha com N. essa vivência no crime, ela percebe que ele não consegue superar, não consegue perdoar, não consegue se desculpar.

A associação da superação com o perdão é algo que está posto para profissional, ou seja, para se superar é necessário que o adolescente se perdoe, ou melhor, se desculpe. “A voz do intelecto é baixa, mas não pára enquanto não se faz ouvida” (LACAN, 1998, p.130), enquanto R. não ouvir a voz do intelecto, não conseguirá parar de ouvi-la, pois sentirá culpa pelo que fez.

O sentimento de culpa deriva do fato de alguém ter uma intenção de fazer um “mau”. Para Freud (1930, p.147-148), “mau, é tudo aquilo que, com a perda do amor, nos faz sentir ameaçados. Nesse primeiro momento, o sentimento de culpa é apenas o medo da perda de amor, e nesse caso, basta que a autoridade externa nada saiba sobre a intenção ou o ato para que o sentimento deixe de existir.” Assim está descrito na entrevista:

**[...] e o pai é esse que faz tudo, mas também não dá continuidade, eu falo você tem que ir na escola, ele não vai porque sabe que o pai não vai mesmo, ele também não é muito frequente nos atendimentos e fica aquela sensação de terceirizar a responsabilidade, tanto que eu prorroguei a medida por um apelo do pai, deixa ele aqui, que aqui ele dá uma sossegada, né, sempre indo atrás do R. querendo ou não dando um corte, um olhar de fora, um controle de fora, [...]**

A descontinuidade é um traço familiar que não está ligado à doença da mãe. No que diz respeito aos atendimentos, especificamente ao pai, a profissional tem a sensação de terceirizar a responsabilidade. Faz-se necessário refletir sobre essa ideia de terceirizar a responsabilidade. Por um lado, quando o pai apela pedindo a prorrogação da medida, é preciso indagar: O que está contido neste apelo, ou seja, o que esse pai solicita? Dependendo do que está em jogo, faz-se necessário ou não a prorrogação da medida. Por outro lado, é preciso almejar a transitoriedade da Instituição na vida dos adolescentes, ou seja, uma instituição que momentaneamente tenha a

função de possibilitar que o adolescente se re-situe na vida.

A responsabilidade sobre o adolescente não pode ser terceirizada pela Instituição Fundação Casa e pelo CREAS, não é sua tarefa “dar uma sossegada, dar um corte, um olhar e um controle de fora”, mas questionar e apoiar essa família a desempenhar seu papel social. Caso a Instituição responda a essa necessidade, cria uma dependência, um assistencialismo e isso não é apoio, não permite que o adolescente e a família se desliguem da Instituição. O apoio caracteriza-se por ajudar o outro a se encontrar consigo mesmo e a se restabelecer nas relações com os outros, visando uma solução para o conflito.

Para Moura, na psicanálise a responsabilidade “é a resposta de um sujeito frente ao real (2009, p.140).” Terceirizar a responsabilidade, seria demandar de um Outro ao outro que respondesse frente ao real, seria transferir uma autorização do pai para Instituição CREAS, e isso é dizer da insustentabilidade da lei. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

**[...] N. sobre R: Tem essa figura do juiz, representa muito, mais é assim é uma das figuras mais meigas que eu já atendi muito sensível, tem uma sensibilidade muito grande, mais essa dificuldade de se centra nesse novo mundo que ele diz que quer seguir, do trabalho.** No último atendimento ele vem muito eufórico, **ele é assim eufórico e depressivo**, ele veio muito eufórico, porque ele tava trabalhando num *buffet*, aí ele queria estudar, R. **você perdeu a vaga**, agora você vai ter que ir no Cristina, se não só em julho de novo. R: **Então eu vou falar com o meu chefe, porque ele quer que eu estudo durante semana e trabalhe no fim de semana.** N: E tava feliz da vida, disse que **estava sendo elogiado, e o patrão gostava muito dele e ele sumiu, né?** Eu não sei como está a vida dele agora, se o trabalho se perdeu ou se continua trabalhando, isso faz parte do R. **É o perfil dele no acompanhamento. Aí que legal, né, quando a gente começa fazer uma reflexão, ele elabora alguma coisa.** R. **Essa coisa de você ir largando, você vai se desestimulando porque você nunca vai pra frente, então tenta pega uma coisa e vai até o fim, é mesmo, então agora vai, ele desistia, aí ele vem chateado.**

A representação da autoridade para essa família está incluída na figura da profissional, mas nesse caso as figuras parentais precisam ser transmitidas e ressignificadas pelo adolescente, pois a referência de autoridade está fora do âmbito familiar, é a figura do juiz, que representado pela assistente social do CREAS, autoriza o funcionamento da Lei que ordena o modo de viver

dessas pessoas. E sobre a autoridade, diz Mena (2004, p.29):

O conceito de autoridade é político em sua base, vale-se da obediência para organização social, fica entre a persuasão e o autoritarismo, pois não utiliza nem o convencimento através de argumentos, nem a coerção pela força, violência **ou** medo. Na relação de autoridade, ambos os agentes estão submetidos a uma hierarquia ou estrutura comum, e a fonte de autoridade, que legitima o poder, é exterior a ambos os agentes, como Deus, o Estado, um antepassado, ou um código de leis.

Segundo o autor, esse conceito é político, localizado entre a persuasão e o autoritarismo. No caso em questão a profissional está representando a figura do juiz que se apresenta como o Estado que legitima o poder de ambos os agentes e da clientela, submetidos a uma estrutura comum. No entanto qual seria o lugar da família nessa hierarquia da Instituição CREAS? Para quem o CREAS presta serviços? O CREAS é um prestador de serviços de proteção social à família, ao adolescente e/ou Estado? Assim está descrito na entrevista com N:

**S: São adolescentes em conflito com a lei mesmo? N.:Então eles não ficam em conflito, é a gente que fica, rs, rs. Nós até mudamos o termo pra não fica tão feio, era menor infrator, adolescente autor de ato infracional, não a gente que está em conflito, porque o R. está em conflito, acho que é por isso que ele sofre, porque ele pergunta, ele percebeu este conflito, mas a maioria não. Daí eu falo meu Deus, pra onde a gente está encaminhando? Porque essas coisas tão ficando mais grave ainda. Eu falo que nesse campo a gente tá negligenciando, ao não falar do crime organizado, então a gente fala da saúde pública, a gente fala da educação, fala do não sei o que, da violência. Eu acho que a gente tinha que se aprofundá, porque, o que eles estão fazendo com os meninos de hoje, é algo tão grave que você não consegue tirá-los dessa vida. Eles introjetam esses valores de uma certa forma, que não tem como mante, essa questão da irmandade, a questão de como que eles aliciam, como eles arrebanham, a gente tá numa sociedade em crise de valores, a gente não tem nem heróis e nem modelos, eu atendi menino de treze anos, eu não sei mais o que fala pro menino, porque ele falo eu gosto dessa vida, eu tenho amigos que estudam e trabalham eu acho super chatos, eu gosto do poder, da correria, do assunto, ele gosta de faze parte, com treze anos e daí como você ressignifica as coisa pra ele. S: Que recurso ele tem pra ressignificar? N.:Que recurso a gente tem pra oferecer também, o crime oferece ascensão bem rápida.**

N. afirma que os profissionais ficam em conflito com a lei e não os adolescentes. Em seguida faz a seguinte associação: o R. está em conflito porque se deu conta de tudo que fez e então sofre por sentir culpa, mas não é o que acontece com a maioria dos adolescentes.

Demonstra afetar-se pela indignação e denuncia a negligência profissional, no que concerne a conhecer sobre o crime organizado, pois não se discute sobre o assunto. Fala-se sobre “a Saúde Pública e a Educação, fala-se “do não sei o quê, da violência”. Será que não conhecer sobre o crime organizado, e por consequência, afetar-se pela ignorância, não pode ser um mecanismo de defesa e um modo de violência?

Ela ainda diz da gravidade dos operadores do crime organizado pela introjeção de valores e pelo aliciamento, que eles gostam dessa vida de ascensão rápida. Questionada sobre o recurso do adolescente, N. traz para si e questiona sobre os recursos profissionais que temos para oferecer aos adolescentes. As palavras da profissional N. nos fazem refletir que é necessário estabelecer outro discurso, e não o mesmo discurso capitalista ou um contra-discurso, ou seja, um discurso que não seja de oferecimento, de ascensão rápida, porque isto já é o produto do tráfico. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

S:Hoje ele está fora da vida do tráfico? N.: **Fora, fora, fora a gente não pode dizer, deu uma boa afastada, é uma outra relação, [...]** S: **Você poderia contar essa trajetória do R?** N: **Ái S., é meio grave, é o mundo do crime, eu acho que foi tão angustiante pra ele se abri comigo, eu não se na questão ética eu poderia abrir.** S: **Eu compreendo sua posição, somente gostaria de lembrá-la do sigilo contido na pesquisa, tanto sua fala como a do R. estão sob sigilo.**

N. afirma que não pode dizer que R. está fora da vida do tráfico, mas que atualmente estabelece outra relação com a vida. No que concerne ao segredo do mundo do crime, N. escolhe guardar para si por uma questão ética. No entanto, a pesquisadora lembra que tanto sua fala como a de R. estão sob sigilo, mas isso não é suficiente nem para N. contar e nem para R. revelar o segredo, o que pode produzir figura de destino.

Nas palavras figura de destino podemos pensar que falar disso também afeta o sentimento de N. por R. e, sendo assim, é melhor não dizer, o estatuto do segredo pode proteger a todos, é uma vida de segredos. Segundo Rosa (2001, p.126): “ [...] o que não está dito, recoberto pelo já

dito, é o que permite movimentar a cadeia significativa para produzir novos sentidos”. Assim está escrito na entrevista:

**S: Ele tem namorada? N.: Tem, pelo menos tinha, (rs, rs). S: O que você percebe da relação dele com a namorada? N.: parece que é uma pessoa legal, uma pessoa referência, que tá ali. S: Quanto tempo faz que o R. namora? [...] N: ele não traz muito, sabe aquela namorada boa, mas o nosso atendimento não gira em torno das relações, o meu atendimento sempre foi entorno dessa vivência, acho que por ele nunca ter falado pra ninguém nesse sentido, do arrependimento a gente conversava muito sobre isso é, o dia que eu falei de relação foi quando eu abordei cada irmão, um irmão é mais briguento, outro irmão é mais sisudo, dá mais risada, conta piada, mas ele não se aprofunda, o que eu sinto por cada um, acho que nem com a namorada, ou eu não dei muita trela pra essa namorada, rs,rs.**

A profissional fala da namorada, reconhece que ela é uma pessoa significativa na vida de R., mas diz que ele não traz, ele não fala sobre ela, e em outro momento coloca que não deu muita trela para namorada, demonstrando um sentimento de ciúmes. A namorada de R. pode representar o que faltava a ele, o engodo do encontro com objeto perdido, e, sendo assim, pode ter essa função de substituir a falta na vida do adolescente.

### 6.3.2 O bilhete premiado: a mensagem sobre o destino de R.

O adolescente R. inicia apresentando sua história familiar, fala sobre sua gestação, enfatizando a vida e a morte dos irmãos:

[...] fui criado pelos meus pais. [...] minha mãe quando descobriu que estava grávida de gêmeos. Eu e o meu irmão. Meu irmão faleceu assim que nasceu e só restou eu. Fui estudar no prezinho e logo em seguida fui para primeira série. O meu irmão R. tinha que assistir aula comigo por alguns dias pois não estava adaptado. A minha família por alguns meses passou muito apertado pois só o meu pai trabalhava e com o dinheiro dele ele foi paga um curso para o meu irmão e eu vendo tudo que estava acontecendo ao meu redor com a idade que tinha pensava que quando crescesse ia arrumar dinheiro só pensava em dinheiro. Até que fiz onze anos e comecei a fazer as coisas erradas. Comecei a traficar e

na saída da Escola os policiais me prenderam. Fui para a Fundação cumprir medida socioeducativa em São Paulo que cumpri por quarenta dias. Sai e fui morar com a minha avó em Minas fiquei lá por um mês e voltei a mora aqui em São José. Parei de estudar. Entrei de volta 15 anos para o crime e assim foi até que fui preso novamente. Fui preso novamente e fui para a Fundação socioeducativa de São José dos Campos por onde fiquei aguardando por 8 meses. Saí novamente voltei a estudar e parei de novo. Mais eu tive que errar para aprender se tivesse escutado meus pais não passava pelo que passei. Aí conheci uma linda mulher chamada C.C. L., que motivou a frequentar a escola e assim estar vivendo feliz sem precisar se esconder de ninguém meus pais felizes e minha mulher me apoiando.

O adolescente R. conta sobre a morte do irmão gêmeo, dizendo que agora só resta um, ele. A morte parece afetar R., no que concerne a sustentar-se vivo, colocando-se com frequência ora no lugar de *gadegts*, ora no lugar de “quase morto”.

Demonstra o apoio familiar do outro irmão substituindo os pais na adaptação escolar. Relata as dificuldades financeiras por que passaram e dizia que quando crescesse ia arrumar dinheiro. Só pensava em dinheiro, indicando uma fixação no dinheiro como se fosse a saída para a resolução dos problemas. Continua contando que aos onze anos começou fazer coisas erradas (começou a traficar) e aos quinze foi preso novamente. Relata sua errância e afirma que passou por isso por não escutar os pais. Conhece sua namorada, em quem reconhece o apoio que buscava para viver.

R. demonstra simpatia, meiguice e desconfiança. Fala pouco e pensa muito para falar, não respondendo com o que vem à cabeça. Entretanto, às vezes o conteúdo inconsciente escapa e não sabe o que fazer com isso, mas continua falando e aos poucos percebo que sustenta uma posição de denúncia quando se dispõe a falar.

Apresentou dificuldade em comparecer ao CREAS, como nas entrevistas da pesquisa, transferi para pesquisadora um pouco da confiança que está presente na sua relação com N., mostrou-se disponível, mas participou de apenas duas entrevistas, nos outros “encontros decididos”, não veio e uma das vezes alegou ter um outro compromisso depois do seu atendimento marcado com N. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

S:Gostaria que você **contasse sobre sua vida**. R.: Ah senhora, eu **não sei começa, pergunta alguma coisa aí [...]** . S: **Como foi sua infância?** R: Foi **boa** senhora. S: Boa

como assim? R: **Boa, tinha alguns problemas, com a minha família, com a minha mãe, ficava muito na rua e daí aos dez anos tava envolvido com o tráfico, era aviãozinho, era todo muito próximo ali no Novo Horizonte. ( nome de um bairro de São José dos Campos)**

Em relação à entrevista com R., iniciei perguntando sobre sua infância, à qual qualificou como boa, mas associou-a a conteúdos conflituosos com a família, especificamente com a mãe, e por ter ficado muito na rua devido ao seu envolvimento em idade precoce com o tráfico. No que concerne à rua, podemos refletir: Por que na contemporaneidade ela transmite apenas o laço com o ilícito? Por que será que os adolescentes buscam na rua o tráfico e no tráfico o apoio totalitário e a segurança máxima que não encontram nas famílias? Será que o apoio e a segurança são diretamente proporcionais ao desamparo dos adolescentes? Esta pesquisadora perguntou como foi a vida no tráfico, e está descrito na entrevista:

S: **Como foi viver isso pra você?** R.: Ah, via muita coisa, **via gente bonita, via muito dinheiro.** S: Como assim via muita coisa? R: Ah, senhora, **via muita coisa, muito dinheiro, do dinheiro das drogas, eu me arrependo [...]** . S: Do que você se arrepende nesse caminho? R: De tudo, **eu me arrependo de tudo, se eu pudesse eu esquecia de tudo.** S: Como assim, se pudesse esquecia de tudo? R: **Ah senhora esquecia...** eu fiquei um tempo, quando eu tinha treze anos, eu fiquei na Fundação Casa de São Paulo, eu fiquei uns trinta e cinco, quarenta dias e daí depois de três anos eu fui pra Fundação Casa de São José, foi agora em 2010 e fiquei oito meses.

R. declara seu deslumbramento com o mundo das drogas, gente bonita e muito dinheiro, fala sobre o seu arrependimento e associa arrepender-se de tudo com o esquecimento, um mecanismo de defesa do ego que implica em apagar os acontecimentos, o modo que R. escolhe para tentar se livrar da culpa de ter participado da vida do crime. O adolescente deixa clara a incondicionalidade que o libertaria de seu ato: “se pudesse eu esquecia de tudo”, mas como não é possível libertar-se do ato e esquecer de tudo, ele vai buscando ressignificar sua experiência de vida. Para Freud:

[...] passou a existir não só a doutrina da alma, a crença na imortalidade e uma poderosa fonte de sentimento de culpa do homem, mas também os primeiros mandamentos éticos. A primeira e mais importante proibição feita pela consciência que despertava foi: não

matarás. [...] Concomitante à exigência ética havia o medo da própria morte, que também é reflexo do sentimento de culpa. [...] Com a formulação do complexo de Édipo, o sentimento (universal) da culpa é presentificado e revivido individualmente, no que Freud identifica como intensos desejos de morte (desejo de matar o pai); estes podem se transfigurar em medo consciente da própria morte (como vingança) graças à ação da instância interna opressora que se origina com a resolução do Édipo – o supereu. Para Freud, à época do crime primevo, a autoridade era externa ao sujeito; agora, com a emergência do supereu e a internalização das normas, a instância opressora lhe é interna. Isso configura um problema: apenas uma renúncia não seria suficiente, uma vez que o desejo persiste e não escapa ao supereu. A culpa é compreendida, portanto, como sendo a forma pela qual o eu percebe a crítica do supereu. É, pois, um sentimento de indignidade. Há um ideal do eu que "critica" o eu e este se sente indigno do ideal (FREUD, 1915b/1969, p. 305).

Libertar-se do seu ato não é possível, mas da culpa está na resolução individual de como o eu percebe a crítica do supereu, isto é, como o eu aceita o sentimento de indignidade. Levando em consideração o sentimento de culpa, mas visando à responsabilidade, Cottet *apud* Moura (2009, p.140), “lembra que o praticante da psicanálise poderia ajudar no despertar do sujeito daquilo que o condena. Sabemos que não se trata da sentença do juiz, mas do universo mórbido da falta”.

O despertar do sujeito daquilo que o condena está apoiado na lógica da castração e, nessa operação do eu com o supereu, a prevalência do ideal do eu obstaculiza que o sujeito se constitua a partir de sua falta; no entanto, se o sujeito se constituir a partir de sua falta, isso inclui o indigno como uma posição possível na experiência de vida do sujeito. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

S: Conta pra mim o **motivo** dessas duas vezes que você ficou **internado**? R: a primeira vez foi por **tráfico** e a segunda vez foi **por tráfico também**, da **primeira vez** foi como **eu já contei** e da **segunda vez foi coisa mais grande**. S: Como assim, coisa mais grande? R: **Primeiro eu vendia, depois eu fazia a droga, eu aprendi a fazer o craque, fazer a mistura com um químico, eu sei fazer agora e eu fazia**. No mundo da droga, o gerente da boca compra a droga e até faz. S: Como foi sua **ascensão, seu crescimento no tráfico**? R: **Cresci, ganhei dinheiro, tive moto, mas não compensa, não senhora**. S: R., você chegou ser gerente? R: Cheguei, sim, **quando me pegaram eu tava com**

**muita droga** e eu precisava guarda, levei pra casa e eles fecharam o circuito, ele tava paisano e depois levaram pra casa e invadiram e só isso mesmo, daí eles levam fica quinze, vinte dias na DJU, depois vai pra UIP.

O motivo das internações de R. na Fundação Casa é o tráfico. Será este o real motivo das internações? No que essa Instituição socioeducativa pode apoiar esse adolescente? O que R. demanda dessa Instituição? Será que a Fundação Casa como uma Instituição socioeducativa sabe o que fazer com o adolescente R., que foi internado porque traficava?

No caso de R., a precocidade auxiliou sua ascensão no tráfico, pois ficou por muito tempo e a permanência fez com que R. pudesse aprender mais sobre a atividade, tornando-a um negócio muito lucrativo. R. aprendeu a fazer a mercadoria: recebia a matéria-prima e desenvolvia o tipo de droga de acordo com a necessidade do mercado. Assim está descrito na entrevista:

**S: Como foi esse seu trajeto, seu percurso na Unidade? R: Os funcionários avisa como tem que ser pra não dá problema.** A Fundação Casa de São Paulo é pior, eles **falam que é procedimento da casa, as coisa erradas que ele fazem**, por exemplo: colocar um monte de gente lá esperando, num calor, que é isso, **a assistente social pode ver isso e denuncia, mais não era feito nada, é tudo farinha do mesmo saco.** S: **Você alguma vez pediu a assistente social alguma coisa que não tenha sido atendido?** R: **Não senhora, eu nunca pedi nada, não. Tanto na Fundação Casa de São Paulo como a de São José, eles batiam, nunca bateram em mim, mais eu já vi batê.** S: **Como era esse batê?** R: **Eles pegam assim na sua barriga, na sua cara onde bate, é assim, e os funcionário da noite, chegam mais bravo, mais tanto de dia quanto de noite eles batem.** S: **Como você imagina que deveria ser essa reeducação de menores?** R.: **Ah deveria ser diferente, as pessoas falam que é pra melhora, eles falam mão pra trás é segurança, eu acredito que se eles fizesse como os padres, os pastor.** S: **Você acredita que seria melhor?** R.: **Ah, senhora acredito, porque eles fazem o que precisa faze.**

R. conta sobre seu percurso na Unidade, dizendo que na relação dos funcionários com os adolescentes, os funcionários avisam como tem que ser para não dar problema, e R. associa a isto o procedimento de bater, isto é, se causar algum problema, a consequência desse ato é apanhar.

O adolescente denuncia que os erros cometidos pelos funcionários se tornam procedimentos institucionais, desresponsabiliza os funcionários de seus atos e responsabiliza a Instituição, que no caso é representada pelo Estado e inacessível para o adolescente.

E ainda, “os funcionários da noite chegam mais bravo”, mais ambos batem. No período da noite, o número de funcionários é reduzido, o que produz um controle mais austero. O adolescente acredita que, para reeducar os menores, a Instituição deveria fazer o que precisa ser feito, mas não é bater. Quando o adolescente é questionado sobre o que a Instituição deveria fazer para “reeducar os menores,” sabe dizer sobre o que não deveria ser feito, pois isso ele viveu na Fundação Casa.

No que diz respeito aos técnicos, mais especificamente, à assistência social, o adolescente afirma que não utiliza o serviço, pois equipara a assistência social aos outros funcionários, levando em consideração que não faz o que é preciso fazer, ou seja, denunciar e impedir este procedimento institucional. Para Foucault(1987):

[...] o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais “elevado”. Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva (FOUCAULT, 1987, p.15).

O corpo técnico não pode substituir a figura do carrasco, pois o sofrimento físico, a dor do corpo não são mais elementos constitutivos da pena, ou seja, os profissionais devem fazer justiça garantindo que o corpo e a dor não sejam objetos da ação punitiva. Diante do exposto, podemos pensar será que não existe mais suplício, será que o corpo não é mais submetido ao sacrifício? E ainda, podemos pensar por que será que a equipe de funcionários dessa Instituição socioeducativa não respeita o sistema de interdição na relação com os adolescentes? Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

**S: R., o que você acha que a Fundação Casa contribuiu pra sua vida?** R: Ah senhora, eu acho que em nada, a pessoa tem que fazer o que ela quer, do jeito que quer. **S:** Como assim, a pessoa tem que fazer o que quer? R: **Depende da pessoa, cada pessoa é**

**uma pessoa e isso não é vida. S: Isso não é vida? R: É, senhora, isso não é vida, é cadeia e morte. S: É cadeia e morte, porque você escolheu? R: Ah senhora, não sei. S: O que você pensa em fazer? R: Eu penso em deixá de sofrer, porque se eu não correr atrás não vou fazer diferença nenhuma.**

O adolescente não considera que a Instituição Fundação Casa o tenha ajudado em nada, pois reconhece que aquilo não é vida, é cadeia e morte. Faz um giro discursivo, pensa em deixar de sofrer porque, se não correr atrás não vai fazer diferença nenhuma, numa mudança de posição discursiva que implica que R. fez uma diferença fundamental na transformação da sua vida. Assim está descrito na entrevista:

S: Conta pra mim sobre sua história? R: Ah, senhora tô trabalhando no buffet, né? De free lance, por enquanto é só, né? Agora vou começar estudar em janeiro fiz a inscrição, mas só que não deu, né? Logo de entrada eu falei, nossa senhora, um mês só eu já tava reprovado por falta, né. Eu já tinha estudado lá é perto de casa, mas assim que eu saí eu já sai perdendo o ano, era pra mim ir, daí eu fui, daí eu perdi o começo do ano e vô entra agora. S: Conta pra mim porque você perdeu. R: Eu saí no meio do ano em julho, mas demora um pouquinho pra consegui vaga, só tinha, agosto, setembro e outubro pra consegui a vaga, então só tinha novembro e dezembro pra ir. S: Logo que você entrou não deram informações pra você sobre o ano letivo? R: Não senhora, tinha, eu voltei, mas no final não deu.

O adolescente, somente na segunda entrevista conta sua história, iniciando pelo trabalho e depois falando sobre sua escolarização, dizendo que assim que saiu da Fundação Casa “já saiu perdendo o ano”, em função da demora para conseguir vaga. Estar dentro da Instituição traz vantagens para o adolescente, pois somente lá dentro são garantidos leis, direitos e o princípio de sobrevivência. Faz-se necessário questionar: Quais as vantagens de reincidir ao ato, de voltar para Fundação Casa?

Muitos adolescentes só conseguem garantir o princípio de sobrevivência submetendo-se ao papel de delinquente, marginal, criminoso. Sendo assim, qual a participação da Fundação Casa no modo de viver dos adolescentes? Será que o regime fechado é uma imposição da castração na dimensão do real, e, se sim, como operar a castração nas dimensões do imaginário e do simbólico com os nossos adolescentes? Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

S: Conta pra mim da sua vida escolar. R: Ah, eu sempre fui bem na escola, quando eu comecei com essas coisas é que eu parei de estudá. Acho mais difícil português, matemática eu sô bom. S: O que você acha difícil em português? R: Ah redação, essas coisas assim da escrita, essas coisa são muito difícil. S: Você cursou sem interromper, até que série? R: Até a sexta ou sétima série. S: Você interrompeu quando foi para Fundação Casa? R: Não, lá podia continuá. Lá se você estudasse na Fundação, você passava o ano, agora não é mais assim, se você estuda um ano passa um ano, se fize seis meses, vai continua como se fizesse a escola, aí não veio minha nota, nesses seis meses que eu não consegui estuda, setembro, novembro e dezembro, não conto. S: Não conto por quê? R: Não sei, não veio o histórico escolar, ainda da Fundação, veio das outras escola, mas não veio o que eu estudei lá dentro. Eu tô animado pra volta estuda, pra mudá de vida. S: Pra mudá de vida? R: Ficá nessa vida é só problema, não leva a nada. S: O que é que faz voltar pra essa vida? R: Ah senhora, a necessidade, eu acho que falta alguma coisa ... material).

A vida escolar de R., caracteriza-se por “ter ido bem na escola”, até que começou “com essas coisas”, referindo a sua entrada no tráfico e à saída da escola, marcando a interrupção na sexta ou sétima série. Nessa época, o adolescente estaria com doze ou treze anos, a idade escolar correspondendo à idade cronológica. Cabe ressaltar que é importante o apoio da Instituição Casa no processo de escolarização, pois se o adolescente estuda no período de internação, ele deveria apenas ser transferido para outra escola. No entanto, anteriormente, o tempo escolar era tratado como tempo prisional, isto é, se o adolescente estudasse seis meses, tinha direito de contabilizar um ano. Atualmente o tempo é operado a partir do princípio de realidade, mas o que dificulta é a garantia dos direitos do adolescente, no que se refere à burocracia. R. demonstra que está motivado para mudar de vida através do estudo, mas faz-se necessário refletir sobre isso: É mudar de vida e não a vida? O adolescente trata a mudança como se tivesse inúmeras vidas que pudesse ir usando e descartando. Para Lalande (1999):

Se aposta essa vida para ganhar duas a aposta já vale a pena. Se há três vidas para ganhar já é imprudente não apostar a vida que se tem. Se o número de vidas que podem ser ganhas é infinito, não há outro remédio senão apostar. O número infinito de vidas que se pretende ganhar em nosso caso é a beatitude, isto é, uma infinidade de felicidade. Assim se se ganha, ganha-se tudo, se se perde não se perde nada (1999, p.45).

No que se refere a mudar de vida e/ou a vida, devemos pensar que, neste caso, o adolescente R. indica que existe mais do que uma vida e se torna imprudente não apostar a própria vida para ganhar a beatitude, uma infinidade de felicidade, o que era a esperança de R. em busca de uma outra vida. Assim está descrito na entrevista:

S: Quando você **fala aquela vida, você está se referindo a que vida?** R: **A vida que não presta, senhora. Você pode ter tudo, mas não tem nada.** S: Conforme você vai contando, você **conceitualiza os modos de viver, diz que tem a vida do tráfico, e a outra vida. Qual é a outra vida?** R: **A outra vida é a vida honesta. Na vida do tráfico, você pode ter tudo e não ter nada, pode acontece muita coisa, a polícia mata, pode acontece um monte de coisa e na vida trabalhando você não perde nada.**

O adolescente se refere aos modos de vida, tipificando a do tráfico que não presta, que pode ter tudo, mas não tem nada, e a honesta, que é a vida do trabalho, em que não se perde nada. R. demonstra a seguinte proposição lógica: a vida do tráfico dá um poder ilimitado que se resume em não ter nada, logo na vida honesta o poder está limitado pelo trabalho, e, sendo assim, tem-se o que se pode conquistar com o trabalho, e logo não se perde nada.

R. busca na dimensão imaginário a idealização de um modo de vida honesto, em que não se perde nada; no entanto, o jogo de ganhar e perder faz parte da dinâmica da vida, e somente nos cabe escolher o que vamos perder ou ganhar *na* vida ou *da* vida. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

S: **Como assim não perde nada?** R: **Ah, como diz o ditado, você pode perde a sua vida, você não perde a liberdade, né. Também se você trabalha ninguém vai pode fala do seu dinheiro, se você tá suando pra trabalha, né.** S: Então na vida honesta, não pode falar do dinheiro, logo na vida do tráfico, pode falar do dinheiro? R: **Pode, senhora, porque o dinheiro é errado.** S: **O que você considera dinheiro errado?** R: **Sei lá, senhora, o dinheiro errado, que você não consegue com o seu suor, o dinheiro errado, que você não consegue com o seu suor.** S: **Não tem um suor nessa área do tráfico?** R: **Acho que não senhora, entra fácil e sai fácil.** S: E vem fácil mesmo? R: **Pior que vem, vem fácil e vai fácil.** S: Qual é esse conceito de fácil? R: **Ah senhora, você pega uma droga assim oh, você não vai ter dificuldade.** S: **Não precisa fazer nada pra vender droga?** R: **Só precisa de uma boca, um ponto, pra vender, só.** S: **Como um adolescente consegue comprar uma boca?** R: **Ah, depende, né senhora, se você**

**compra, ou passa de família em família, né, de geração em geração, e também pode ser herdada. S: Uma boca pode ser tomada? R: Hoje em dia não senhora porque existe PCC, PCC, não deixa essas coisas, só toma se você vacila.**

R. apresenta uma associação entre não perder nada com perder a vida, mas não perder a liberdade, o que indica que a liberdade ultrapassa a vida. Pensar a liberdade sem condições, sem limites é apontar para a liberdade contida na morte, em que somos totalmente livres, no entanto, não existimos. O discurso capitalista apresenta esse engodo em relação à liberdade, que podemos tudo e todas as coisas, mas nosso poder no sistema capitalista é delimitado pelo nosso capital.

Outra conceitualização de R. é sobre o “dinheiro errado”. Atribui ao produto um julgamento moral: o de que sem esforço físico há um erro, uma desonestidade. E ele ainda mostra como o tráfico enquanto um negócio é organizado pelo PCC e tem sua regra estabelecida para inclusão, exclusão e segregação das pessoas nesse tipo de negócio. Assim está descrito na entrevista:

**S: É o PCC quem manda em todas as bocas? R: Não senhora, tem o registro de quem é o dono, é assim no PCC, como se fosse um cartório. O PCC sabe quem é dono de todas as bocas, mas pra fechar tem que ter motivo. S:Quais seriam os motivos pra fechar uma boca? R:Desacatar a mulher do próximo, não pode chegar e matar ele, ninguém morre de graça, se o cara vacilô, precisa do julgamento do PCC. S: R, o PCC faz o papel de juiz e você acha que o PCC é justo? R: Pra eles é, justo pra ele, ah não sei, pro mundo do crime é certo, né? Ninguém manda matá se ele não fez nada, alguma coisa ele fez, né? Hoje em dia mudou muito, né senhora. S:Quais são as mudanças hoje? R: Antigamente, o PCC não permite estupro, craque dentro da cadeia ele também não permite. O craque vicia muito, antes tinha, aí morreu muita gente, porque ficava viciado, um roubava o outro e acabava matando, essas coisas. O PCC mantém a ordem dentro da cadeia, até mesmo na Fundação, na Tamoios quando eu tava ali, tinha celular essas coisa, são poucas as Fundações que tem celular lá dentro e entra por mão de [...], engole e depois vomita, quando eu tava lá a maior parte dos funcionários traziam.**

O adolescente delimita o fechamento do negócio, “da boca” pelo o ato de vacilar e considera vacilo: desacatar a mulher do próximo e matar o outro, pois se o outro vacilar precisa se julgado pelo PCC. “O PCC é como se fosse um cartório”, uma equivalência que pode nos

mostrar a complexidade da organização do PCC, e ainda denunciar, fazendo a identificação com o judiciário, julga como se fosse um juiz e organiza a Fundação Casa, tanto de São Paulo como a de São José dos Campos.

R. estabelece uma relação biunívoca entre as Instituições. Ambas são organizadas levando em consideração a constituição do judiciário; a diferença entre elas está, para R., na visão do mundo, isto é, existem dois mundos: o mundo e o mundo do crime. O adolescente aponta para existência de dois universos, dois conjuntos e as leis que regem e estruturam cada conjunto. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

**S: O que aconteceu na UIP e foi importante pra você?** R: **Praticamente nada, lá eles falam como que é pra reabilitar um adolescente, né, não adianta nada.** S: **O que aprendeu lá?** R: **Ah senhora, você estuda como na rua e faz o curso, isso eu acho que ajuda.** S: **O que fez o juiz decidir pela sua internação na Unidade?** R: **Porque eu era traficante e passei oito mês lá, depois disso não voltei nem pra Fundação e nem pro tráfico.**

O adolescente afirma que “praticamente nada foi importante para ele na Fundação Casa”, mas reconhece que a continuidade da escola e os cursos realizados na Instituição contribuíram para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Atualmente R. é garçom num *buffet* e na Fundação Casa, fez o curso de panificação. Embora não tenha relação ao perfil das suas atividades, R. enfatiza a importância de ter realizado o curso, no seguinte trecho da entrevista:

**S: O que te levou entrar pro tráfico?** R: **Sei lá senhora, na época meu pai passava muita necessidade eu queria ter as coisa e eles não podiam me dá, só que daí, hoje em dia qualquer lugar tem boca, aí eu vi as coisa, eu queria o meu pai não podia dá.** S: **O que ter as coisas causava em você?** R: **Ah, culpa, essas coisa, meu pai na época não tinha condições, mas eu não continuei nessa vida, na época passava necessidade.** S: **O que era passar necessidade pra você?** R: **Ah, sei lá falta as coisa em casa, minha mãe também tem problema, né, eu ficava triste, né senhora.**

R. atribui a causa de sua entrada no tráfico à necessidade, e em seguida afirma que queria ter as coisas. Podemos questionar a constituição da necessidade de R.: era de querer ter as coisas ou do pai não ter as coisas? Será que o filho posicionado no discurso capitalista não suporta o pai

regido pelo princípio da sobrevivência, assim produzindo o laço com o tráfico e o efeito da culpa? Uma necessidade criada pela sociedade capitalista demanda do sujeito querer ter as coisas, mesmo sem poder tê-las, pois se é aquilo que se tem, o que faz o indivíduo querer ter para ser alguém reconhecido socialmente. Destacamos o seguinte trecho da entrevista:

**S: Fale sobre sua relação com sua mãe.** Como foi essa convivência? **R: Quando ela está doente, ela fica fazendo nada que tem sentido, sabe, nada com nada essas coisas que não tem sentido,** por exemplo, chora por nada, cortava o cabelo, saía pra rua, bebia, falava que meu pai tinha batido nela. **S: Em que a doença da sua mãe lhe afetava?** **R: Ah, sei lá senhora, querendo ajudá ela de um jeito mais contemplando, o médico da remédio, mas não adianta nada, não, eu sei, melhora,** mas já faz dois anos que não tem crise, mas não cura, cura não cura não. **S: Nesses dois anos que não tem crise como é sua relação com ela?** **R: Normal, ela faz as coisas, a comida de casa, normal, ela tem uma lerdeza de pensa, né, conversa. Ela trabalhava, né, conversa, brinca.** **S: Como você descreveria sua mãe?** **R: Ela é nervosa, né, sabe não é que ela é nervosa, mas a gente fala com ela, atoa, ela fica nervosa, ela só chega xinga assim, ela vai fazer alguma coisa, parece que tá cansada e de saco cheio.** **S: Como é hoje na sua casa?** **R: Eu, meu pai, ela e um monte de irmão,** três irmãos e uma irmã, o outro irmão **R: foi morar no Rio de Janeiro, por trabalho, todos trabalham e tem dois que estão noivos.** **S: O que você acha disso?** **R: Construir uma família, né?** **S:R.,você pensa em construir uma família?** **R:Sim. Eu falo pra minha irmã, ele estuda, tem que arrumar um serviço bom e depois casa, né, porque se casa primeiro não tem aonde mora e se a pessoa se gosta mesmo, não tem problema o tempo, minha irmã já conseguiu. Meu irmão fala que todo mundo ajudando e trabalhando dá, né, lógico que dá. Meu pai fala se cada um construir uma casa tá bom, né?.** Todo mundo ajudô e meu pai comprô um terreno lá em Minas, minha mãe e meu pai são mineiros, de Brasópolis e de São Lourenço e eu sou daqui mesmo.

R. fala da relação com sua mãe a partir da doença dela (esquizofrenia), apontando para o *non sense*. Em relação à afetação de R., esta é da ordem da impotência, de não poder ser eficiente na ajuda, ou seja, a mãe melhora com ajuda do médico, mas não se cura. Parece que R. almeja ajudar sua mãe a se curar da doença, algo que está além do alcance dele e dos médicos, mas já faz dois anos que ela não entra em crise, uma diferença considerável para todos os familiares.

No que diz respeito a constituir uma família, demonstra o seu desejo e reconhece na família nuclear o afeto marcado pela união, quando afirma “todo mundo ajudando e trabalhando

dá, né, lógico que dá.” E ainda reconhece que o pai aponta para aquilo que considera bom para os filhos, ou seja, que cada um construa sua casa. Assim está descrito na entrevista:

S: E a sua relação com a namorada? R: Conhecia fazia tempo, mas depois eu fui para Fundação e depois que eu me aproximei dela, sabe senhora (nesse momento se emociona), **ela me ajudou, senhora, eu tenho muito ciúmes e tenho medo de perdê a C.,mas ela também tem medo de me perdê, ela também gosta.** A gente trabalha de garçom e daí a gente viu um pessoal na mesa, **aí deram um bilhete pra ela que estava escrito assim, depois que ela mostrou pra mim, estava escrito assim: Deus colocou uma pessoa na sua vida, pra você ajuda e pra você amá-la, não desista dela,** nem conhecia ela, ela foi lá. Na hora eu pensei que fosse uma mentira, que fosse ela que tivesse escrito. Ela falou, não, não, daí eu falei acho que é verdade, né?. S: E o que você pensa desse bilhete? **R: Que Deus colocou ela na minha vida pra ajuda, quando eu olhei assim eu não acreditei,** até hoje, quando eu comento com ela, ela fica brava e diz: “não fui eu que escrevi.”

R. reconhece que sua namorada o ajudou muito. Ela conseguiu o seu emprego de garçom no buffet onde trabalha, ele demonstra seu afeto por ela e ambos sentem ciúmes. Durante o transcurso do trabalho sua namorada recebeu um bilhete que continha uma mensagem que endereça a R.. Num primeiro momento ele fica desconfiado e depois acredita que tenha sido uma mensagem divina: “Deus colocou uma pessoa na sua vida, pra você ajuda e pra você amá-la, não desista dela”. do diagnóstico psicológico ético-político R. confirma e reconhece que Deus colocou sua namorada na vida dele para ajudar.

No tempo *de concluir* o caso R., um adolescente de dezenove anos, garçom de um buffet, mora no bairro Novo Horizonte considerado de classe baixa em São José dos Campos. Apresenta no acontecimento social conflitos existenciais numa situação traumática que envolve um jogo de vida ou morte na relação com o Outro, que confluem nas proposições de ganhar e perder, de viver ou morrer.

A proposição primordial está contida na mensagem que enuncia sua aposta na vida e a renúncia das outras vidas: “o Outro (Deus) colocou o outro (namorada) em sua vida para ajudar”, ou seja, é de um Outro ao outro que é colocado na vida de R. para ajudar.

R. faz um giro discursivo, a partir dessa proposição primordial: “ele precisa se ajudar”.

Recebe o bilhete da sua namorada, lê a enunciação da mensagem, duvida de quem enunciou, a namorada ou Deus, mas não duvida do enunciado, aposta que ela veio na vida dele para ajudar.

A aposta de R. concerne à proposição de viver ou morrer, ou ainda, de existir, vivo ou morto. Como a aposta de Pascal, trata da questão da existência de Deus, da necessidade de apostar sobre a sua existência, se ele existe ou não. Por outro lado, não se pode simplesmente recusar uma escolha. Pascal indica que, então, se deve apostar na existência, mesmo sacrificando esta vida para se ganhar infinidade de vidas felizes. Nas palavras de Lalande, “A aposta pode reduzir-se aos seguintes termos: Aquele que aposta, aposta o que tem. No caso aposta a própria vida.” (1999, p.169). Outra proposição refere-se a ganhar e perder e está relacionada com a família: “todo mundo ajudando e trabalhando dá, né, lógico que dá”. O adolescente apresenta uma afirmação, mas em seguida duvida, buscando na lógica a confirmação da ideia. R. retira essa proposição do modelo parental. Ao mesmo tempo em que mostra que na sua família todos se ajudam, exclui-se e fica numa posição de exceção à regra dessa família, operacionalizando a perda, pois foi o único filho que não “deslanchou”, conforme indica a assistente social.

A proposição primordial reaparece nesse contexto assim: “ajudar ela (a mãe) de um jeito mais contemplando, o médico dá remédio, mas não adianta nada, não eu sei melhora, [...] mas não cura”. R. busca ser ajudado e ajudar de um modo contemplativo a cura da doença da mãe, pela salvação, busca algo da dimensão do impossível, e qualquer outra ação, na dimensão do possível, só traz melhorias. No caso de R. aparece uma tentativa do domínio do Discurso do Mestre, na psiquiatrização, levando em consideração o quadro clínico de esquizofrenia da sua mãe. No entanto, aparecem apenas traços desse discurso científico que o sujeito responde na tentativa de ser reconhecido como familiar. A Instituição Fundação Casa, segundo R., não contribuiu em nada com a sua vida, pois não acredita no modo de ela fazer a ressocialização, denunciando a posição marginal dos agentes e indicando que no processo de ressocialização há violência na prática desses profissionais. O adolescente se posiciona no Discurso Histórico e mostra o imperativo categórico do Discurso do Mestre como o que predomina nessa Instituição.

No que diz respeito ao CREAS, escande uma diferença, pois a Instituição é representada pela assistente social N., que estabeleceu uma relação transferencial com R., e da qual foi possível sustentar suas inconstâncias, isto é, suas ausências como presença, e ainda, compartilhar os segredos de sua vida.

Diante do exposto R. vemos que faz a aposta na vida, inclui-se na existência através da

mensagem recebida. Implicando-se no mal-estar da civilização renuncia ao gozo de infinidade de vidas e respeita o princípio do valor do saber, eu existo e sou UM, logo, tenho uma vida.

A escuta no e do diagnóstico psicológico ético-político possibilitou a R., reconhecer que o caminho escolhido é o desejado e, sendo assim, faz-se necessário renunciar ao gozo da infinidade para apenas existir como alguém no mundo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A terceira decepção é saber quão tolo seria querer aprisionar o vivido, a escrita correndo sempre o risco de ser paródia, nota a mais, do que segue não-dito, daí a impossibilidade do romance como percebeu Beckett nas páginas magras, o que cala o texto é a mensagem ou o protesto, para onde se anda é sempre o silêncio total. O escritor aonde vá está sempre consigo (DUTRA, A., CIEN-Digital, n. 6, Junho, 2009).*

Tecer um entrelaçamento final e não conclusivo é a proposta desta tese, e, a exemplo de Foucault (2000, p.5): “Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível”.

Na composição deste trabalho, o diagnóstico psicológico ético-político como um modo de intervenção psicanalítica possibilitou, através da construção de narrativas, acolher o sofrimento e compartilhar com os sujeitos uma Outra: a cena sociopolítica de suas “vidas vivas”, que se funda no discurso capitalista apoiado na proposição do capital “você é aquilo que você tem”, e produz outras conceitualizações da realidade, operadas por leis singulares que aprisionam os significantes primordiais do sujeito e os colocam aprisionados numa condição de objeto do desejo do Outro.

Nessa condição de objeto do desejo do Outro, o sujeito constrói sua história e materializa os entre laços do circuito infracional no seu modo de viver, como uma saída discursiva possível dessa situação de vulnerabilidade social, psicológica e política, pela lógica proposicional da normalização, como efeito da naturalização dos conceitos, isto é, o sujeito deve estar adaptado ao meio que ele vive, no qual ele é produzido e é produto das tramas relacionais.

Os entrelaçamentos discursivos que constituem essas tramas relacionais mostram sua potência pelo efeito produzido do discurso capitalista no modo de viver dos sujeitos, pois a nossa sociedade brasileira é constituída de jovens que construímos nas nossas inter-relações. Logo, são os nossos, nossos adolescentes, nossos delinquentes, nossos marginais, nossas personalidades antissociais, são eles o que nós podemos fazer de nós mesmos enquanto cidadãos brasileiros.

O Brasil, país que participa da mundialização numa posição periférica, muitas vezes repete a discursividade dos países desenvolvidos que, numa posição de poder, submete outros

países como o nosso, a um discurso provinciano que conserva e reproduz o modelo soberano, o que resulta num obstáculo para superar esta posição marginal.

Pensar o que fazer com nossos jovens brasileiros quando diagnosticamos faz-se necessário para todos, pois não podemos nos colocar a serviço do capital, produzindo através dos diagnósticos psicológicos indivíduos desviantes, incapazes, deficientes, quanto a sua capacidade produtiva. Ou seja, tomar sua eficiência como coeficiente de medida do indivíduo, operando como instrumento normalizador do desenvolvimento psicológico, moral e social, produzindo discursividades e efeitos no laço social.

No que tange ao efeito no laço social, as (des)construções das formulações de anormalidade e/ou normalidade num acontecimento estão dadas pelo homem na sua relação com o social. Portanto, só se compreende bem que, nos meios próprios do homem, esse processo é constitutivo, e que o mesmo homem seja em momentos diferentes, normal ou anormal. Sendo assim, podemos pensar que a dominância da discursividade sobre o sujeito define e fixa sua posição no laço social.

Na construção do laço social, a ação do Estado pode produzir o efeito da delinquência pois, apoiada no discurso científico da psicologia, através do diagnóstico, pode psicopatologizar, produzindo o delinquente e corroborando o ato de exclusão do sujeito por este causar impasses no que diz respeito à ordem social, nas relações institucionais com os atores que participam da cena política e social. Assim, da ação do Estado constrói a necessidade da internação compulsória e ou provisória, também como uma estratégia de controle que interfere na construção do laço social. O Conselho Federal de Psicologia, afirma em uma nota que:

Desde a promulgação da Constituição de 1988, a partir de seus artigos 227 e 228, e com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, **crianças e adolescentes tornaram-se sujeitos de direitos** e deixaram de ser “menores”, em tudo que esse termo implicava de estigma e preconceito. As medidas de proteção e as socioeducativas passaram a priorizar os direitos fundamentais, como o direito à convivência familiar e comunitária, tendo as internações e processos de institucionalização em espaços fechados e isolados passado a ser contestados pelos que lutavam pelos direitos desse grupo social. **As internações por pobreza da família e como medida punitiva de ato infracional foram alvos de crítica social intensa. O ECA prevê que a internação deve ser a medida de exceção e não a prioridade.** As medidas de

proteção seriam aplicadas a todas as crianças e a todos os adolescentes, sendo o princípio de proteção integral e prioridade absoluta no atendimento os norteadores da política nacional de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Cabe ressaltar a importância dessa nota do Conselho Federal de Psicologia, no que tange às crianças e aos adolescentes virem a ser sujeitos de direitos por um Ato Constitucional que prioriza seus direitos fundamentais, mas não faz valer este Ato, pois é preciso fazer valer “os direitos das crianças e dos adolescentes – não à redução da maioria penal e o aumento do tempo de internação”

É imprescindível ainda reivindicar a implantação efetiva do ECA para que os nossos adolescentes não sejam duplamente punidos, isto é, por não ter os seus direitos garantidos pelo Estado e ainda por serem encarcerados em Instituições sob condições precárias e insalubres. E que, mesmo assim, reincidem no ato infracional como uma estratégia para sustentar o princípio da sobrevivência e sair da condição de miserabilidade. Sendo assim, podemos nos perguntar “Quais medidas de proteção são aplicadas aos nossos jovens?”

A maioria penal e o aumento do tempo de internação são efeitos do processo de normalização pela jurisdição; é uma estratégia de controle do Estado que pode produzir, através do desenvolvimento psicológico, a necessidade da internação compulsória e/ou provisória dos adolescentes como um modo de atender a demanda do Estado de governar a Nação. Será que perdemos a noção, pois a Nação não é a vida dos sujeitos.

A vida dos sujeitos submetida ao campo jurídico estabelece uma relação biunívoca com o discurso social utilizando os seus dispositivos técnicos norteados por ideais sociais, como a manutenção da ordem, a segurança e o progresso da Nação. No que concerne ao campo médico, o discurso higienista usa os instrumentos do conhecimento, como o diagnóstico, para atender ao discurso jurídico, respondendo com o discurso de psiquiatrização. Ou seja, realiza o exame médico e classifica o indivíduo numa relação patológica, inserindo-o numa condição controlada pelo saber científico mas, na maioria das vezes, desloca a problemática e convoca outras áreas do conhecimento, na tentativa de corresponder ao ideal social, responde a demanda do Outro.

As discursividades desses campos são formuladas a partir de demandas sociais que buscam no discurso científico uma resolução para os problemas sociais. Portanto, interpelam o saber da ciência na sua especificidade de conhecimento. As discussões apresentadas neste

trabalho enfatizam os entrelaçamentos discursivos entre os campos no que concerne aos impasses da prática profissional: O que fazer com os nossos jovens brasileiros? Como podemos tratar a condição de delinquente, marginal e ou personalidade antissocial construída por nós mesmos?

Já a ciência psicológica, desde sua origem, compartilha outros saberes: filosóficos, médicos, jurídicos, educacionais e psicanalíticos. O discurso psicológico, também apoiado nesses ideais, produz a psicologização, adapta o indivíduo ao meio, e para os inadaptados, busca corrigir os desvios apontados pelo discurso médico-jurídico, avaliando e ou psicodiagnosticando, e, posteriormente, participa dos processos educacionais envolvidos no processo de ressocialização.

Os discursos de psiquiatrização e de psicologização sustentam a lógica penal encarceradora utilizando o processo de ressocialização como a “saída” discursiva encontrada para resolver os problemas do discurso jurídico no que concerne ao modo de intervenção com esses adolescentes, pois os seus atos denunciam o fracasso da estratégia e a vulnerabilidade discursiva da ciência em relação ao como fazer para ressocializar os nossos adolescentes.

A vulnerabilidade social, psicológica e política dessa situação produz o efeito da psicopatologização do laço social na experiência individual, operada através de instrumentos que não levam em consideração o contexto em que a experiência fora construída na tentativa de objetivação do sujeito, transformando-o numa Coisa desubjetivável, num *sujeito gadget*.

Como fazer para que os adolescentes não reincidam ao ato infracional? O diagnóstico psicológico da reincidência ao ato infracional nos interpela e nos faz refletir sobre como a reincidência pode ser pensada ignorando-se os entrelaços que constituem o assalto dos significantes e o roubo do lugar do sujeito. A Institucionalização do sintoma no social pode produzir o efeito da reincidência e, sendo assim, faz-se necessário pensarmos o (des)ligamento do adolescente da Instituição.

Esse (des)ligamento ocorre da seguinte maneira: o adolescente chega na Fundação Casa por encaminhamento da Delegacia da Juventude, aguarda a decisão judicial, cumpre a medida em regime fechado, e depois é encaminhado ao CREAS, que dá continuidade ao processo em regime aberto. O tempo de liberdade assistida é cronológico e o desligamento não leva em consideração a singularidade de cada caso; muitas vezes, não é possível para o adolescente se ressituar no modo de viver, mas mesmo assim, é necessário cumprir a determinação judicial, que fracassa diante da determinação dos significantes. Como a Instituição protege e ampara os adolescentes? Como fazer justiça sem levar em consideração as subjetividades que a constitui? Como fazer com

os nossos adolescentes?

O papel da psicologia neste cenário científico apresenta um impasse no que diz respeito a sua constituição como uma ciência independente. No entanto, a superação deste pode estar em se autorizar como uma ciência que se origina num campo de intersecção, ou seja, uma ciência que, no conjunto das ciências, cria um campo que possibilita os diferentes diálogos. Assim sendo, a psicologia, pode mostrar sua importância ao fundar um novo campo, um campo de intersecção que pode operar e apoiar a invenção de novas discursividades.

Nesse campo de intersecção, vários discursos circulam, inclusive o discurso psicanalítico, cuja proposta, a partir das ideias freudianas, é que a psicanálise não deva se confundir com a educação, pois existem três profissões impossíveis: “educar, curar e governar”.

Na tentativa de responder sobre o que fazer com nossos adolescentes, utilizo as recomendações do escrito freudiano: No *Prefácio a juventude desorientada de Aichorn (1925)*, o autor trata da influência educacional de delinquentes juvenis e nos deixa duas lições da experiência e do sucesso de August Aichorn. A primeira é que a psicanálise deveria ser acessível para todas as pessoas que sofrem. A segunda lição é que “o trabalho da educação não deve se confundir com o trabalho psicanalítico, a psicanálise pode ser convocada como meio auxiliar de lidar com uma criança, porém não constitui um substituto apropriado para a educação”. Segundo Aichhorn, em seu *Prefácio à Juventude Desorientada*, “Uma criança, mesmo uma criança desorientada e delinquente, ainda não é um neurótico, e a pós-educação (dos adultos) é algo inteiramente diferente da educação dos imaturos”(p.2).

E, segundo Freud,

A possibilidade de influência analítica repousa em precondições bastante definidas, que podem ser resumidas sob a expressão “situação analítica”; ela exige o desenvolvimento de determinadas estruturas psíquicas e de uma atitude específica para com o analista. Onde estas faltam – como no caso de crianças, delinquentes juvenis e, via de regra criminosos impulsivos – algo diferente da análise tem de ser utilizado, embora algo que seja uníssono com análise em seu intuito (Freud, 1925, p.342)

Nessa proposição, o autor coloca um norteador para o pensamento, as pré-condições para influência psicanalítica, ou seja, é necessário o desenvolvimento de determinadas estruturas psíquicas; onde elas faltam, algo diferente da análise tem de ser utilizado. A psicanálise em

extensão difere da análise, mas fundamenta-se nos princípios epistemológicos psicanalíticos, sendo que o que difere é o modo como opera a discursividade, que é outra, e produz uma situação analítica diferente e outros efeitos no laço social.

Pensar a extensão da psicanálise parece-nos possível, mas não podemos perder suas delimitações, principalmente no que se refere à noção da aplicabilidade no nosso contexto brasileiro. Em se tratando de um país em crescente desenvolvimento, como tratarmos nossos jovens? Por que não diagnosticamos a potência de nossos jovens? Que instrumentos utilizar?

No ato de sobreviver dos nossos jovens, diversos acontecimentos sociais surgem, cujos conflitos psíquicos podem vir a constituir ou não as situações traumáticas, dependendo da sua potência, isto é, de seu modo de afetação, de como for vivenciado pelo sujeito. Compreende-se o conflito psíquico como um jogo de forças sociopolíticas que demonstram a tensão, a resistência e o afeto. Tomar o conflito psíquico como orientador *no e do* diagnóstico psicológico faz-se imprescindível na nossa estratégia de intervenção ético-político.

Essa estratégia de intervenção se caracteriza por pensar o diagnóstico psicológico a partir do acontecimento social como um conflito psíquico que interpela o sujeito pela posição que ocupa na discursividade e produz, através da verdade do sujeito, efeitos no laço social. Um giro discursivo é importante para compreendermos que o diagnóstico psicológico utilizado na sua dimensão ético-político não é análise, mas um modo de operar a discursividade numa situação analítica, fazendo um cálculo sobre o ato discursivo, e levando em consideração a formulação de uma ação sociopolítica que pode vir a ser o assentimento subjetivo.

O assentimento subjetivo torna-se possível quando o sujeito se faz saber, assume sua posição e se responsabiliza pelo ato. Para tal, faz-se necessário uma aposta nesse homem, reconhecê-lo potencialmente numa condição de sujeito que se relaciona biunivocamente com os objetos, operando assim, uma desidentificação do sujeito como objeto, portanto transformando a impotência/onipotência em potência para enfrentar os desafios possíveis para o sujeito.

Os limites do diagnóstico psicológico ético-político estão colocados por não desconsiderarem o contexto social em que os sujeitos vivem, pois fazê-lo seria psicopatologizar a experiência individual da adolescência, ou seja, operar uma exclusão dos elementos sociais e culpabilizar o sujeito e/ou a família, produzindo uma estigmatização, um rótulo, homogeneizando e fixando os sujeitos às condições pré-estabelecidas pelas figuras de destino.

O diagnóstico psicológico ético-político não deve ser utilizado como instrumento que

opera a alienação que, na tentativa de apreender o objeto de conhecimento, transforma-o em categoria nosográfica, inserindo os indivíduos nas discursividades dos campos jurídico, médico e ou psicológico.

Além disso, faz-se necessário marcar que a escrita do diagnóstico é uma escrituração no campo institucional que pode ocupar um lugar de registro do poder-saber-inscrever sobre o adolescente, criando um lugar exclusivo, especial, dentro das redes de simbolização. Em se tratando de lugares nas tramas relacionais, essa inscrição pode instaurar mudanças no destino da condição de adolescente, podendo afetar a constituição do laço, no que diz respeito à inscrição no campo social.

O como fazer com os nossos adolescentes deve ser construído singularmente para cada sujeito, e para tal não podemos utilizar instrumentos que homogeneizam e rotulam, produzindo indivíduos em série, pois essa operação de multiplicação atende à demanda da nossa sociedade capitalista de bem-estar, isto é, saúde, felicidade e sucesso, como pressuposto de sua eficiência na resolução do problema para atingir a todos os indivíduos, e generalizar a doença é uma das causas do sofrimento psíquico.

O sofrimento psíquico dos nossos jovens causa um mal-estar que é singularizado no afeto, âncora de sentido na produção discursiva do ato infracional, colocando em circulação o gozo e o poder na prática social. O ato infracional pode ser considerado como um ato de fundação de um sujeito, uma resposta ao discurso do Outro, saídas construídas a partir de identificações estabelecidas na história familiar do sujeito.

Concordamos com Quinet (2009, p.49), quando afirma que “Incluir o sujeito no e pelo diagnóstico é incluí-lo como possível de ser tratado como sujeito do inconsciente, que é portanto individual e coletivo, na sua fala, na sua história e seus sintomas são manifestações de sua singularidade”.

O diagnóstico psicológico ético-político como uma estratégia de intervenção discursiva pode operar modos de acolher o sofrimento criando novas saídas e inventando respostas para lidar com o mal estar dos nossos jovens e com as exigências do mestre contemporâneo produzindo efeitos na construção do laço social.

Ao psicanalista cabe, segundo Sérgio de Mattos apud Ferretti (2003, p.50), “disponibilidade de servir para muitas coisas”, participar da negociação discursiva fazendo realizar a incompletude, e assim, compartilhar com a criação de uma Outra narrativa e da

(re)invenção do sujeito. O compromisso ético do profissional no campo social deve ser o de não operar o adoecimento nos indivíduos para depois “curá-los” e ou “salvá-los”. A superação da discursividade não está na relação dialética entre o normal/patológico, doença/saúde, certo/errado, mas na relação destas formulações na discursividade, sua produção e seus efeitos no laço social.

Sugerimos neste trabalho que as Instituições desenvolvam “projetos que lancem os adolescentes na vida. Um projeto não se reduz à inserção ou inclusão na sociedade de consumo.” (GARCIA, 2009 p.16). E ainda que esta ideia do diagnóstico psicológico ético-político continue sendo estudada e desenvolvida pelos profissionais que atuam nessa área e se dedicam pelo tema, concordamos com a Comissão Chilena de Direitos Humanos (12/03/1990), “hay momentos en la historia de los pueblos en los cuales la razon y el sentimiento se unen en una sola palabra: dignidad.” Precisamos de um modo singularizável, e portanto digno, de acolher o sofrimento dos nossos jovens.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, S.L. *A experiência do luto em situações de violência: entre duas mortes*. São Paulo, 2010. 190p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Área de Concentração: Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Uma experiência em Saúde Pública em São Mateus: algumas reflexões psicanalíticas sobre intervenções em situação de luto coletivo*. Congresso Internacional de psicopatologia Fundamental, Belém, PA, set, 2006.

ALLOUCH, J. *Freud, y después Lacan*. Capital Federal: Edelp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Letra a letra: Transcrever, traduzir, transliterar*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1995.

ANACHE, A. A. *Diagnóstico ou Inquisição? Estudo sobre o uso do diagnóstico psicológico na escola*. Tese de Doutorado, São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, SP, 1997.

ANTUNES, M.C. *O discurso do analista e o campo da pulsão: da falta de gozo ao gozo com a falta*. UFRJ/PPGTP/RJ, 2002.

ARENDT, H. [1958] *Condition de l'home moderne*. Paris: Calmann-Lévy, 1994.

ÁVILA, L. A. *Psicanálise e Mitologia Grega. Pulsional Revista de Psicanálise*, Anos XIV/XV, n. 152/153, 7-18.

BALANDIER, G.. *O poder em cena*. Brasília: Editora UnB, 1982.

BASTOS, A. *O sintoma: uma questão de escrita*. *Ágora*, vol.11, no. 2, Rio de Janeiro, July/Dec. 2008.

CANGUILHEM, G.. *O Normal e o Patológico*. 6 ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2010.

CASTORIADIS, C. *Los Dominios del hombre*. Barcelona: Gedisa, 1988.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS). Projeto de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei. São José dos Campos, março, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Em defesa do ECA e pela não redução da idade penal. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/em-defesa-do-eca-e-pela-nao-reducao>. Acesso em: 19 Jul 2013.

CHAVES, W.C. Considerações a respeito do conceito de real em Lacan. *Psicol. estud.* vol.14 no.1 Maringá Jan./Mar. 2009.

CRUZ, L., GUARESCHI, N. Sobre a psicologia no contexto da infância: da psicopatologização à inserção política. Universidade Luterana do Brasil. *Revista Aletheia*, n20, julho-dezembro, 2004.

DIAS, M.G.L.V. Do gozo fálico ao gozo do outro. Rio de Janeiro: *Ágora*, v.11, n2, jul./dez., 2008.

DOSTOIÉVSKI, F. *Notas do Subsolo*. L&PM Pocket, 2008.

DOURGEUILLE, C.. *Dicionário de Psicanálise Freud e Lacan*. Salvador: Ágalma, 1997, v.1, p.293.

DUFOUR, D.R. *A arte de reduzir cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUTRA, A. *Uma Possibilidade para Ficção*. CIEN Digital, n10, junho, 2011.

ENDO, P. C. *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico das violências na cidade de São Paulo*. 2003. 266 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) Universidade de São Paulo, São Paulo.

ESPINOSA, B. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

FELDSTEIN, et.al. *Para ler o Seminário II: os quatro conceitos fundamentais de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FERRETTI, M.C. *A Ex-sistência Política e Instituição*. São Paulo: Opção Lacaniana n.38, nov., 2003, p. 48-121.

FOUCAULT, M. A. *Du gouvernement des vivants*. Cour au Collège de France, 1979-1980. Inédito. Disponível em fitas cassete: C62 (01-12). Arquivos IMEC, Paris, 1980.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2007.

FREUD, S. [1893] *Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Histéricos: Comunicação Preliminar*. Vol. II. 3 ed. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1995.

\_\_\_\_\_. [1901] *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. Vol. VI. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1906] *A Psicanálise e a Determinação dos Fatos nos Processos Jurídicos*. V. IX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1907] *Escritos Criativos e Devaneios*. V. IX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1908] *Moral Sexual “Civilizada” e Doença Nervosa Moderna (1908)*. V. IX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1908] *Sobre a Teoria Sexual das Crianças*. V. IX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1909] *Análise de uma Fobia de um Menino de Cinco Anos*. V. IX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1909] *Notas Sobre um Caso de Neurose Obsessiva*. V. X. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1910] *As Perspectivas Futuras da Terapêutica Psicanalítica*. V. XI. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1996.

\_\_\_\_\_. [1910a] *Cinco lições de psicanálise*. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1996.

\_\_\_\_\_. [1914 b] *Recordar, repetir e elaborar*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1974-76] *Criminosos em consequência de um sentimento de culpa*. V. XIII. Rio de

Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1917] *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise e outros trabalhos*, Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1917] *Resistência e Repressão*. V. XVI. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1917] *Terapia Analítica*. V. XVI. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1919] *O Estranho*. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1920] *Além do Princípio do Prazer* (1920). V. XVII. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1923] *Dois Verbetes de Enciclopédia*. V. XVII. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1920] *A Psicogênese de um Caso de Homossexualismo numa mulher*. V. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1922] *Alguns Mecanismos Neuróticos no Ciúmes, na Paranoia e no Homossexualismo*. V. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1923] *O Ego e o Id*. V. XIX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1923] *Uma Breve Descrição da Psicanálise*. V. XIX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1924] *A Dissolução do Complexo de Édipo*. V. XIX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1924] *A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose*. V. XIX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1925] *Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos*. V. XIX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. *As Relações Dependentes do Ego. Apêndice A*. V. XIX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1925] *Um Estudo Autobiográfico (1925)*. V. XX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1926] *Inibições, Sintomas e Ansiedades*. V. XX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1926] *Psicanálise in A Questão da Análise Leiga*. V. XX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1927] *Pós-Escritos*. V. XX. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1929-30] *O mal-estar na civilização*. V. XXI Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard

Brasileira das Obras Completas, 1974, p. 81-171.

\_\_\_\_\_. [1938] *O Retorno do Reprimido*. V. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1938] *Esboço de Psicanálise*. V. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1938] *Análise Terminável e Interminável*. V. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1939] *Moisés, o seu Povo e a Religião Monoteísta*. V. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

\_\_\_\_\_. [1915-17] *Conferências Introdutórias*. V. XXIV. Rio de Janeiro: Imago, Ed. Standard Brasileira das Obras Completas, 1987.

GARCIA, C. *Responsabilidade sem culpa*. CIEN Digital, n6, junho, 2009.

GUERRA, A. M. P. et al. *Sujeito e Invenção: a topologia borromeana na clínica das psicoses*. Rio de Janeiro: Àgora, v.11, n.2, jul/dez.2008.

HARARI, A, CARDENAS, M.H., FRUGER, F.(orgs.). *Os usos da Psicanálise: primeiro encontro americano do Campo Freudiano*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

KAËS, R.. *A Instituição e as Instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

LACAN, J. (1945/1971). *O Seminário. Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

\_\_\_\_\_. [1959-60]. *O Seminário. Livro 7. A Ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. [1964] *O Seminário. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais de Psicanálise*. Tradução M.D.Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_. [1967-68] *O Seminário livro 15. O ato psicanalítico*. (Mimeo). 1967

\_\_\_\_\_. [1972-73]. *O Seminário. Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

\_\_\_\_\_. [1901-81]. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Seminário. Livro 17. O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. [1901-81]. *Outros Escritos*. Trad. Vera Ribeiro, et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. [1967-68] "O ato psicanalítico", In *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. [1975-76]. *O Seminário. Livro 23: O Sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_. *O Seminário: Livro 23. O Sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAURENT, E. Dois aspectos da torção entre sintoma e instituição. In: Harari, A. (org.) *Os usos da Psicanálise: primeiro encontro americano do Campo freudiano*. Rio de Janeiro: Contra Capa,

2003.

LEBRUN, J.P. *Um Mundo sem Limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LEGUIL, F. Mais além dos fenômenos. In J. Lacan et al. *A querela dos diagnósticos*, Jorge Zahar Ed., 1989.

LEITE, S. C. O psicanalista, seu desejo e a instituição de saúde mental. In: FONTENELLE, L. (Org). *Psicanálise teoria, clínica e conexões*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2006-b. p.203-211.

LESOURD, S. *A construção adolescente no laço social*. Petrópolis, Vozes, 2004.

MAESSO, C. M. *Fundamentos do diagnóstico e a posição do analista*. Tese: IPUSP. São Paulo, 2011.

MARTINS, A. (org.). *O mais potente dos afetos: Spinoza e Nietzsche*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MATTOS, C.P. *Acolher, Conversar, Produzir Novas Estratégias, Leituras e Saídas a partir da Interdisciplinaridade do CIEN*. CIEN Digital, n10, junho, 2011

MEIRELLES, C.C. *O Valor Diagnóstico do Acting out e da Passagem ao ato no Tratamento Psicanalítico*. Tese: IPUSP. São Paulo, 2008.

MENA, L.F.B. *A Função do Pai em Psicanálise: para que serve a autoridade?* Dissertação: PUSP. São Paulo, 2004.

MIGUELEZ, O.M. *Linguagem e Esquizofrenia: de coisas e palavras*. Tese: IPFPUC-SP. São Paulo, 2011.

MILLER, J.A. & MILNER, J.C. *Você quer mesmo ser avaliado?: entrevistas sobre uma máquina de impostura*. Barueri, SP: Manole, 2006.

\_\_\_\_\_. *Silet: Os paradoxos da pulsão, de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

MINERBO, M. *Estratégias de Investigação: desconstrução e reconstrução do conhecimento*. Casa do Psicólogo, 2000.

\_\_\_\_\_. A lógica da corrupção: um olhar psicanalítico. *Novos Estudos – CEBRAP*, no.79, São Paulo Nov. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300007>. Acesso em: 03 ago 2013

MIRANDA JÚNIOR, H.C. *O psicanalista no tribunal de família: possibilidades e limites de um trabalho na instituição*. SP: Tese de doutorado. Instituto de Psicologia de São Paulo, 2009.

MOURA-COSTA, F. (org.). *Psicanálise e laço social*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

MUSEU DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS. Arpilleras en Temuco. Disponível em: <http://www.museodelamemoria.cl/expos/exposicion-de-arpilleras-en-temuco/> . Acesso em; 10 ago 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. vol.1.

OGILVIE, B. *A formação do conceito de sujeito (1932-1949)*. Tradução: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

OLIVIERI, Filippo. A aletosfera, lugar de objetos agalmáticos. In: JORGE, Marco Antonio Coutinho; RINALDI, Doris (Orgs.). *Saber, verdade e gozo: leituras de O seminário, livro 17, de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002. p. 71-76.

QUINET, A. *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. *As 4+1 condições da análise*. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. *O gozo, a Lei e as versões do Pai*. Em: Groeninga, P. Direito de família e psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

ROSA, M.D. Considerações sobre a polêmica do diagnóstico na Psicologia, *Psicologia Revista*, S. Paulo, n.1. 1995

\_\_\_\_\_. O diagnóstico psicanalítico e os métodos projetivos. *Psicologia. Ciência e Profissão*. vol.16 no.2 Brasília 1996.

\_\_\_\_\_. O Não-Dito Familiar e a Transmissão da História. *Psyché*, julho-dezembro, ano/vol. V, número 008. Universidade de São Marcos: São Paulo, p.123-137, 2001.

\_\_\_\_\_. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Revista de Psicanálise Textura*, n 2, ano 2002.

\_\_\_\_\_. Gozo e política na psicanálise: a toxicomania como emblemática dos impasses do sujeito contemporâneo. In: RUDGE, M.A (org.) *Traumata*. Anais do VII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental e I Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, 2004.

\_\_\_\_\_. A Pesquisa Psicanalítica dos Fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. IV. n.2, p. 329-348, 2004..

\_\_\_\_\_. *A Psicanálise e as Instituições: um enlace ético-político*. Ano V. Colóquio: Psicanálise, Infância e Educação LEPSI IP/FE-USP, 2006.

\_\_\_\_\_. *Histórias que não se contam: o não dito na psicanálise com crianças e adolescentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

ROSA, M.D.; Berta, L.S.; Carignato, T.T; Alencar, L.S.. A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Rev. Latinoamericana. Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v.12, n.3, p.497-511, setembro, 2009.

ROSA, M.D & Domingues, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188, 2010.

\_\_\_\_\_ et al. A Elaboração Coletiva do Trauma: A clínica do Traumático. In: SERGIO SCOTTI, BERGAMASCHI, R.I, LANGE, M, GUIMARÃES, B, VARGAS, R.S., STOBBE, R, COSTA, A. (Org.). *Escrita e Psicanálise II*. 1 ed. Curitiba: CRV, 2010, v. 1, p. 15-25.

\_\_\_\_\_. Experiência e Linguagem como Estratégias de Resistência. *Psicologia & Sociedade*, V.21, Edição Especial: 5-12, 2009.

\_\_\_\_\_ & Vicentin. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Revista Psicologia Política*, v.10, p.107-124, 2010.

\_\_\_\_\_ & Vicentin. A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de “novos” manicômios judiciários. *Rev. Bras. Crescimento desenvolvimento humano*, v.20, n.1. São Paulo, abril, 2010.

\_\_\_\_\_. O jovem e o Adolescente na Cena Social: a relação de identificação, ato e inserção no grupo social. In: *Políticas Públicas em Questão*. BIASOTO, J.G; PALMA e SILVA, L.A.. São Paulo: FUNDAP, 2011.

RINALDI, D. *A Psicanálise no CAPS*. Associação Psicanalítica de Porto Alegre, palestra proferida em 31/07/2008.

SAFATLE, V. *Freud como teórico da modernização bloqueada*. São Paulo: A Peste, v.1, n.2, p.355-374, jul/dez 2009.

SAFLATLE V. Transformação da crítica da razão em análise de patologias do social: o caso Theodor Adorno. *Philosophos*, Goiânia, v.13, n. 2, p. 117-139, jul./dez. 2008

SALUM, M. J. G. *A psicanálise e o crime: causa e responsabilidade nos atos criminosos*,

*agressões e violência na clínica contemporânea*. Tese de Doutorado. Instituto de psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009. disponível em:

<http://www.psicologia.ufrj.br/teoriapsicanalitica/arquivos//documentos/55B47C1482EA7B2ED886E80D22C0BF6B.pdf>. Acesso em: 08 ago 2013

SANTOS, T.C & SALUM, M.J.G. A psicanálise de orientação lacaniana e a criminologia. In: COSTA MOURA, F (Org.). *Psicanálise e Laço Social*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

SANTOS, T.C. *Quem precisa de análise hoje?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SAURI, J.J. (2001) *O que é diagnosticar em psiquiatria*. São Paulo: Escuta.

SAWAIA, B. B. (org.). *As Artimanhas da Exclusão Social: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social*. *SciELO*, p. 364-371, 2009.

SCHÄFFER, M. *Psicologia & Sociedade. Cenas da Clínica Psicanalítica*. vol.18 no.1 Porto Alegre Jan./Apr. 2006. *On-line version* ISSN 1807-0310. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100013>

SILVA, M.D.V. *The projective test in the psychoanalytic clinic*. Trabalho apresentado no XIV Congresso Internacional e Rorschach e Met. Proj. 1993.

SILVA, C.M. *A compreensão da medida e a medida da compreensão: origens e transformações dos testes psicológico*. Tese: PUCSP. São Paulo, 1989.

SOUZA, O. Reflexões sobre a extensão dos conceitos e da prática, in: ARAGÃO, L. T. et al. *Clínica do social: ensaios*. São Paulo: Escuta, p.75-92, 1991.

VIEIRA, M. A.. *A Ética da Paixão: uma teoria psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

VICENTIN, M.C. *A vida em rebelião: história de jovens em conflito com a lei*. São Paulo:Hucitec; Fapesp, 2005.

\_\_\_\_\_. *Violência e Resistência: o que as rebeliões dos adolescentes em conflito com a lei nos ensinam*. Piracicaba: Impulso, 15(37): 35-48, 2004.

VOLNOVICH, J. *Lições introdutórias à psicanálise de crianças*. Ed. Relume, R. Janeiro, 1991.

ZAFFARONI, E.R. La crítica al Derecho penal y el porvenir de la Dogmática Jurídica. In: CUESTA, J.L. et.al. *Criminología y Derecho penal a servicio de la persona*. San Sebastián: Instituto Vasco de Criminología, 1989.

\_\_\_\_\_. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal* (1993). Tradução: Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZIZEK,S. O mais sublime dos históricos. 1a. edição,Zahar 1991 Disponível em:  
<http://projetophronesis.files.wordpress.com/2013/06/zcc8cizcc8cek-slavoj-o-mais-sublime-dos-histecc81ricos-hegel-com-lacan.pdf>

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma? Trad. Vera Ribeiro. In ZIZEK, S. (org.) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

## **APÊNDICE A - Testemunho**

### *Visita realizada à Fundação Casa de São José dos Campos em 04/08/2011.*

Realizei essa visita na Fundação Casa de São José dos Campos como Coordenadora de Curso e do Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Paulista de São José dos Campos. Fora convidada pela equipe de psicólogos a visitar a Instituição com a finalidade de constituir uma parceria institucional no que diz respeito ao atendimento dos adolescentes.

Ao chegar na Instituição, fui abordada por uma policial que averiguou minhas informações e procedeu à revista, e depois solicitou que deixasse apenas o meu telefone celular na portaria. Essa policial levou-me até um outro agente que pediu que eu aguardasse a chegada do Diretor. Este chegou se desculpando pelo atraso e me encaminhou para equipe técnica. A equipe cumprimentou-me, eu me apresentei e em seguida os colegas se apresentaram e se mostraram receptivos a minha visita.

Acompanhada por duas psicólogas, continuei à visita na Instituição. Elas me explicaram que primeiramente iríamos conhecer a Unidade de Internação Provisória (UIP), onde os adolescentes ficam por quarenta e cinco dias aguardando a decisão judicial, que decidirá se são encaminhados para a Unidade de Internação, onde podem ficar até três anos, ou se são liberados.

Antes de nos dirigirmos à Unidade de Internação Provisória (UIP), as psicólogas fizeram nova revista em mim, olharam-me atentamente e verificavam se eu tinha brincos e colar. Eu usava com um colar e perguntei se precisa tirá-lo, mas elas disseram que aquele não. Perguntei por que estavam me revistando novamente, e elas riram e disseram que era medida de precaução.

Os muros da Instituição assemelhavam-se aos muros do Castelo do Kafka “sem fim”. Na entrada da Unidade há uma guarita giratória e, com a permissão do guarda, pudemos entrar de duas em duas. Deparei-me com um agente que nos aguardava para mostrar a Unidade e com os adolescentes na seguinte situação: um silêncio mortífero, nenhum movimento que não fosse disciplinar, todos uniformizados de camisa branca e short azul, todos com o mesmo corte do cabelo, praticamente raspado. Todos os adolescentes que andavam com num grupo abaixavam a cabeça olhando para o chão quando passavam perto de nós, e ainda com a cabeça abaixada

diziam: “bom dia senhora”. A palavra senhora tinha que acompanhar qualquer frase que fosse dita, embora nessa Unidade só tenha essa frase de todos os adolescentes que passaram por perto de mim.

Eles estavam se dirigindo em fila para uma sala, onde iriam assistir um filme escolhido pela Instituição. Eles não podem assistir à televisão, só podem assistir filmes escolhidos pela instituição, segundo informação do agente.

Prosseguindo a visita, passamos por algumas salas, uma das quais da assistente social e outra administrativa, e nos dirigimos a um corredor com outras “salas” pequenas com portas de ferro. Perguntei de quem eram aquelas salas. O agente me respondeu que eram solitárias, mas podiam ser usadas para atendimento. A psicóloga concordou, esse referiu ao problema do espaço físico para atendimentos individuais. Perguntei como eram realizados esses atendimentos, e ela me respondeu; “sei que não pode fazer psicoterapia na Instituição, mas às vezes, o menino precisa desabafá”. Cabe ressaltar que o espaço físico de uma solitária, como o próprio nome diz, não serve para duas pessoas, muito menos para uma situação psicoterápica.

No final do corredor havia o refeitório, onde os adolescentes faziam todas as refeições, que são terceirizadas. Seguindo adiante, em direção aos dormitórios, surgiu um imprevisto: o agente solicitou que eu aguardasse porque ele havia pedido para retirar um adolescente que estava no alojamento. Não demorou quase nada e o agente me convidou para entrar. Estranhei tal situação e já lá dentro, perguntei por onde o adolescente havia saído, porque só via uma porta naquele recinto. O agente sem pestanejar me respondeu: “mandei guardar o adolescente porque ele estava cumprindo um castigo”. Perguntei: “guardar, guardar aonde?”. Não me respondeu e acelerou o término da visita àquela Unidade.

O alojamento era constituído de oito camas de concreto tipo beliche, com colchões de espuma muito finos. As janelas gradeadas tanto na vertical como na horizontal dificultavam a passagem do ar. Fiquei horrorizada com cheiro do lugar: tudo parecia limpo, mas havia um cheiro real de deterioração que me impregnava. Perguntei que cheiro era aquele, e com naturalidade o agente respondeu: “cheiro de instituição”. Perguntei: “o que é isso, cheiro de instituição? Respondeu-me: “tem lugar que não bate sol daí fica fedido mesmo.”. Chegamos no final da visita dessa Unidade, o agente me agradeceu pela visita e fomos então conhecer a Unidade de

Internação.

Nessa Unidade passamos pelo mesmo procedimento de entrada, só que lá dentro havia muitas surpresas. Alguns adolescentes jogavam uma partida de futebol, outros se aproximavam e conversavam, outros nem se quer olhavam, ignorando a situação, e outros ainda olhavam ressabiados e rapidamente desviavam o olhar. Um desses adolescentes que se aproximavam para conversar abordou uma das psicólogas, apresentou-se para mim e disse: “senhora, a senhora já viu o trabalho que eu fiz? Deixei com a outra, a assistente social, pra diminuir a pena. Fiz direitinho, senhora olha lá!

Quando ele se afastou a psicóloga falou: “ele é articulado assim mesmo, eles ficam tentando manipular tudo que podem o tempo todo”. Ser articulado não parecia ser uma potência, mas uma desvantagem moral, uma manipulação. Naquela Unidade havia mais movimento, eles pareciam vivos, entretanto, a visita se resumiu a isso. Perguntei sobre o alojamento desses adolescentes e me informaram que era igual ao outro, e que eu não podia entrar porque eles estavam lá. Continuamos em direção ao prédio da administração, onde ficam o Diretor e a equipe técnica. No caminho havia uma sala que parecia vazia, e uma das psicólogas me disse: “quando os meninos chegam eles cortam o cabelo aqui, eles precisam cortar o cabelo porque se não é uma piolhada”. A sala parecia um banheiro masculino, um mictório. Perto dos chuveiros, perguntei se eles tomavam banho juntos, porque não havia portas, e ela me respondeu que eles tomavam banho em turma, terminava uma turma e entrava outra.

Saímos dessa sala e fomos para a da equipe técnica. Essa equipe solicitava atendimento aos adolescentes, e também, aos agentes. Relatavam casos e reclamavam do baixo número de funcionários, principalmente, à noite e aos fins de semana. No final dessa conversa os técnicos me perguntaram se eu poderia supervisioná-los, ao que respondi que iria me informar sobre os procedimentos burocráticos interinstitucional. Saí dessa visita comovida com a situação em que todos se encontravam. Levei para Universidade inúmeras razões para ajudá-los, mas esbarramos com o judiciário: os adolescentes só poderiam ir até o Centro de Psicologia Aplicada de São José dos Campos, escoltados e algemados pelos agentes. A Universidade não permitiu tal procedimento, e ainda, nas discussões com os alunos do Curso de Psicologia, a maioria demonstrou medo de atendê-los diante dessa situação.

Em relação à equipe, pensei que poderia ajudá-la a discutir os casos através do processo

do meu doutoramento. Informe-me acerca dos procedimentos institucionais, encaminhei o projeto e fiquei aguardando o parecer. Após vários meses o parecer da Fundação Casa de São Paulo retornou, negativo, sob a alegação de que o tema do doutorado não dizia respeito ao trabalho socioeducativo realizado naquela instituição, e sugerindo reencaminhar o projeto para a Perícia do Estado, o que não fiz. Não havia tempo hábil para realizar todo o processo novamente, então me dirigi com o projeto à Secretaria de Desenvolvimento Social de São José dos Campos, que analisou o projeto, aprovou-o e o encaminhou para ser realizado no CREAS. Nessa instituição fui recebida pela coordenação, que me colocou em contato com a equipe. Apresentei a proposta e a equipe concordou em participar da pesquisa. Espero que o resultado dessa pesquisa possa colaborar com os meus no resgate de uma condição humana para todos.

## **APÊNDICE B - Observação sobre a Reunião de Acolhimento (R.A.)**

**Data: 22/11/2011**

O início dessa RA foi atípico, pois quando subimos havia 19 adolescentes já inscritos. As famílias se apresentam, demonstram interesse e responsabilidade ante o CREAS. O coordenador, psicólogo C., faz a apresentação do artigo 103, sobre medidas socioeducativas: I- Advertência, II- Obrigação de reparar o dano; III- prestação de serviço à comunidade; IV- Liberdade assistida, V- Semiliberdade (só em SP, em SJC não há) VI- Internação: gerenciada pelo Estado. Havia um adolescente que me olhava, como se fosse perguntar alguma coisa, parecendo encantado com o computador que eu estava usando, mas colocou o dedo na boca e começou a roer unhas.

O psicólogo C. explicou o que vêm a ser LA e PSC. A característica da adolescência-transgressão é que alguns adolescentes ultrapassam, excedem e quando isso acontece a justiça tem que colocar o limite.

Continua, sobre PSC- artigo 117- ECA: realização de tarefas gratuitas pelo adolescente; jornada máxima de oito horas semanais; duração máxima de seis meses; elaboração de relatório técnico à Vara da Infância e da Juventude. LA- artigo 118 – ECA: acompanhamento sistemático pela equipe técnica (assistente social e ou psicólogo); duração mínima de seis meses e elaboração de relatórios técnicos à Vara da Infância e da Juventude.

A psicóloga R. comenta que os familiares dizem: “o pessoal do CREAS é tão bacana, recebem a gente com lanche” e aí eles vão retornando a um hábito, e aí é que mora o perigo. Os antigos hábitos precisam ser esquecidos, porque agora vocês já são conhecidos. Ex: a mãe olha para o filho e faz sinal de concordância. Tem jovem que volta a rodar. A gente só dá essa dica para o jovem: escolarização e profissionalização, para o jovem se preparar para o mercado de trabalho. O adolescente coloca: “não gosto de estudar, mas é preciso fazer um esforço para ir até aonde pode ir. Aqui nós vamos fazer, vocês podem achar que enche o saco, mas é preciso fazer.

A assistente Social faz o PIA, para cada jovem existe um tipo de intervenção. Para cada um o atendimento é personalizado (a referência é a situação do adolescente: roubo, drogas, etc...). Eles dizem: “nois não somo Zé povinho e nem olheiro do juiz”. *Artigo 119 do ECA: Responsabilidade: promover socialmente o adolescente e sua família; supervisionar a frequência*

*e o aproveitamento escolar e diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e sua inserção no mercado.* Atendimento Técnico é muito rápido. Acompanhamento social e/ou psicológico na modalidade individual; repasse de recursos e inserção profissional. A avaliação dos adolescentes egressos da medida de internação para iniciar no Projeto Juventude Cidadã, adolescentes da Fundação Casa. Os pais e responsáveis devem observar a frequência, efetuar a matrícula escolar, participar de atividade grupal e comparecer aos atendimentos agregados. As implicações em caso de descumprimento são: advertência e internação sanção. Ex: o menino recebeu seis meses, passa rapidinho, o adolescente fica bravo e se comunica com o colega do lado. Toca a vida e vai embora. Para família é angustiante, tem que contar o que aconteceu tudo de novo. Num momento aquele adolescente que me olhava no começo, o G., perguntou-me como seria o próximo passo, não demonstrava paciência e nem tolerância com a RA. No primeiro atendimento o adolescente deve estar acompanhado de um responsável; documentos do adolescente são necessário, sem Certidão de Pessoa Física (CPF) não conseguimos fazer nada para o adolescente, que é liberado na hora no banco de dados; vínculo escolar: declaração escolar, nome e série para solicitar vaga, e para fazer a troca é mais difícil; trabalho: é preciso ter uma ocupação, é muito comum arrumar um trabalho, é muito comum arrumar uma ocupação. Cartão eletrônico do ônibus, no bilhete endereço para tirar o cartão do vale transporte, a assistente social cadastra e coloca crédito. “Não podemos contar com a desculpa de que ‘não vim’. Vocês perdem tudo mesmo. Nessa fase de vocês é comum mesmo”.

**APÊNDICE C - Dados do Prontuário do Adolescente P.**

Processo:1245/09

Medida /Prazo: LA- 6 meses

Técnico: E.

Plano Individual de Atendimento:

Dados de Identificação: falta data de nascimento, CPF, CNH e naturalidade do pai.

Situação Processual: artigo do ECA 119

Número de Execução: 4561/ 1GE

Data da medida: 06/05/10

Na medida de LA – Primário

Data de recepção do adolescente e da família: 11/05/10

Infração que levou a atual medida: roubo qualificado

Situação habitacional: casa própria com 04 cômodos

Composição familiar: mãe- cabeleireira/padrasto- motorista, pai- porteiro, P. filho- 17 anos, no segundo ano do ensino médio; B. irmã- 19 anos, no ensino médio- operadora de telemarketing; P. irmã- 25 anos, pedagoga, W. Irmão, 10 anos, no quarto ano e K. irmã com 6 anos na creche.

História Familiar: os genitores foram casados durante 13 anos e tiveram cinco filhos. Depois da separação a Sra. A. teve mais dois filhos com o Sr. C. (separaram-se há duas semanas). Não há histórico familiar de comprometimento infracional. Situação atual: o relacionamento familiar é satisfatório. Em relação ao nascimento e a infância, P. teve uma infância normal, não apresentando dificuldade na escola. Situação atual verbalizada pela mãe, que o filho em casa, até o momento está bem, trabalhando e estudando. A saúde física e mental: não tem problemas de saúde e não é fumante. Escolarização normal,interrompeu os estudos no primeiro ano do ensino médio de 2009.

Providências Técnicas: acompanhamento escolar.

Profissionalização: Eletricista de Autos/ Panificação básica e Informática básica. Local: Fundação Casa.

Atividades Laborativas: não trabalha.

Atividades Culturais: não.

Atividades de Lazer: não.

Práticas de Esporte: jogo de futebol.

Expectativa do Adolescente e Família ou responsável: cumprimento da medida.

Planejamento dos atendimentos: semanal e individual.

Cronograma: definido.

Áreas e prazos: maio/outubro de 2010.

Documentação Pessoal: pertinente a sua faixa etária.

Educação: matriculado e acompanhando.

Trabalho: trabalhando

Família: de maio a julho- inscrição no Juventude Cidadã

Lazer/Cultura/Esporte: sem demanda

Processo

1- Qualificação do adolescente: nome, outros nomes ou alcunhas: não constam, RG, Estado, Cor, Sexo, data de nascimento, profissão, filiação, outras filiações e o bairro.

Dados Processuais: B. O.: 2774/2009.

Data do fato: 13/09/2009.

Data de representação: 16/09/2009.

Data de recebimento da representação: 16/09/2009.

Natureza do ato infracional: representação, aditamento à representação: não compareceu.

Recebimento do aditamento à representação: não compareceu.

Natureza do ato infracional: roubo qualificado (artigo 157 parágrafo segundo, do segundo capítulo)

Vítima: drogaria

Dados da Decisão:

Data da sentença: 01/10/2009

Medida aplicada: internação

Recurso: não

Defesa: não

Acórdão da Câmara Especial

Data do Acórdão: não compareceu

Resultado: não compareceu

Execução:

Internação: prazo para o cumprimento da medida – prazo indeterminado

Local do cumprimento: Fundação Casa

Boletim de Ocorrência: roubo/ encontro do veículo/ captura do procurado. Endereço, Data: 13/092009. Circunscrição Caçapava.

Hora da comunicação: 17:30

Hora do fato: 12:00

Infrator: o veículo recuperado foi encaminhado ao pátio credenciado. Salienta que existe contra o indicado mandado de prisão referente ao Processo 1038/09, I.P/ 176/DIG/09, expedido pela juíza de Direito Dra. W. Da quinta Vara Criminal da Comarca de São José dos Campos. Salienta que, em poder do acusado e infratores, foram encontradas as armas apreendidas em auto próprio, e no interior do veículo estavam os produtos e numerários subtraídos. Nada mais.

*Termo da Oitiva Profissional*

Adolescente, filiação, endereço, data de nascimento e data da oitiva.

Compareceu o adolescente supramencionado, o qual declarou que confirma a prática roubos às drogarias localizadas em Taubaté, bem como confirma o roubo do veículo Celta, utilizado para prática dos crimes mencionados. O adolescente informa que portava uma arma de fogo, um revólver calibre 32, sendo certo que confirma a participação apenas do outro adolescente J., desconhecendo a participação do maior preso em flagrante, o veículo GM Celta foi roubado pelo declarante e pelo outro adolescente no Centro de São José dos Campos, confirma também o roubo praticado na drogaria situada na cidade de Pindamonhangaba, que foi praticado antes daqueles realizados em Taubaté, afirma que parou de estudar este ano e não trabalha, afirma que tem passagem na UIJ de São José dos Campos por pichação.

Pelo responsável (mãe) foi dito que trabalha o dia todo mais acompanha a rotina do filho; pois também trabalha em casa; tem sete filhos e nunca teve qualquer problema com a justiça. Alega que o adolescente é bom filho e não mexe com a droga. Nada mais, vai o presente assinado pelo declarante, pelo Dr. Promotor de Justiça e por mim que a digitei.

Na página doze deste documento, consta: Internação Provisória (roubos biquilificados) – Taubaté, 16 de setembro de 2008.

16/09/2009- Certidão de antecedentes criminais- nada consta.

Revisão em cartório: Pichação: 21/05/07; 23/10/07

Injúria e ameaça: 18/09/2009

*Termo de Audiência*

Defensor: confissão dos jovens e admissão dos fatos reivindicava para ambos a aplicação de medida socioeducativa em meio aberto, considerando a confissão de ambos para esclarecimento dos fatos; também ausência de anormalidades nas condutas imputadas, sem evidenciar gravidade diferenciada na situação [...] diferenciação das medidas pediu a aplicação das mais leves para P. [...] É certo que em relação ao P., esses antecedentes são escassos e relativos a atos que a lei considera de menor potencial ofensivo, tanto que não justificaram sequer processo judicial no

fórum de sua comarca, resolvida com remissão e advertência.

#### *Relatório Técnico de Acompanhamento*

Identificação: dados pessoais – nome, data de nascimento, processo, escolarização, filiação, endereço, bairro, data da sentença: 02/10/09 e unidade de internação: Taubaté: 08/10/09.

#### *Relatório Técnico Psicossocial*

[...] Em visita domiciliar a genitora Sra. A. nos informa que foi casada com o Sr. L. por 13 anos e que a separação ocorreu por incompatibilidade de gênero, quando o adolescente possuía cinco anos de idade. Atualmente, encontra-se casada com o Sr. K. há dez anos, o qual possui vinte e nove anos, profissão motorista.

O genitor do adolescente Sr. L. também constituiu outra família com a Sra. An. e a mesma possui um bom relacionamento com seus filhos. Em relação ao adolescente, a genitora informa que sempre foi educado, respeitava limites e regras e mantinha uma boa relação com a vizinhança. Durante o período escolar era comprometido com seus deveres, sendo elogiado pelos professores.

Quanto à dinâmica familiar, [...] sempre foi pautada no respeito e no diálogo. Com a separação o genitor o visitava esporadicamente, [...] mas os laços de afetividade entre eles mantinham-se estreitados, assim a figura de autoridade era mantida pela genitora.

No início de 2009, P. se envolveu com alguns jovens do bairro que possuía fama de má reputação. A família sempre avisava, porém ele não acreditava.

Quanto ao ato infracional, [...] a família foi pega de surpresa e não entende o que aconteceu, pois não ocorreu mudança de comportamento por parte do adolescente, e o mesmo sempre tudo que precisava dentro das condições financeiras da família.

Quanto à família, essa é presente na visita ao adolescente, demonstrando interesse em auxiliá-lo no cumprimento da medida socioeducativa. Observamos que os laços afetivos encontram-se preservados e que ocorre diálogo entre os membros.

[...] Trata-se de um adolescente de dezessete anos e oito meses, privado de liberdade há dois meses, pelo ato infracional tipificado por roubo qualificado.

## **APÊNDICE D- Entrevistas com assistente social R: Caso P ou Alexandre**

### **Primeira entrevista: 04/11/11**

*S: Conta para mim sobre a história do P.?*

R: O P. entrou no Projeto Juventude Cidadã era adolescente, então não tinha essa contrapartida de encaminhar para o trabalho, né? Mas desde quando ele veio para o projeto ele já veio com este perfil de trabalho por procura espontânea, então ele trabalhava na padaria estava à noite e vinha aos atendimentos, e é ele sempre sonhou com um projeto de vida, para ele queria concluir o ensino médio, ele queria ir para faculdade, mas ele não sabia o quê, ele não tinha essa definição, isso surgiu com o tempo, mas ele construiu este ideal de concluir o ensino médio e, enquanto Projeto o que a gente pode suprir, ele fez maioria em abril estudava durante o dia e eu mantive ele né, eu não pedi para que ele passasse para noite e em contrapartida eu inseri em curso porque ele fez um projeto de pedir demissão da padaria em julho para fazer cursos e até para sair do juventude, até tem o abono das faltas dele, mas falei para ele depois que ele ficou de maior de fazer cursos e sai, e tem também a questão da frequência dele. Em contrapartida é a gente que encaminha para o trabalho, mas eu não encaminhei, conversei com o coordenador sobre ele, o último ano eu não queria que ele fosse para noite, ele tinha essa proposta de sair da padaria e já começar o curso de solda, ele teve toda iniciativa de procurar porque a irmã dele já fez o curso de solda, então ela já veio com este interesse também de fazer este curso ele que... essa escola era perto da casa dele, mudou, mudou, para ali para região da Vista Verde e agora retornou lá próximo do bairro dele, ele já conhecia, ele que já trouxe toda essa informação do curso, o que ele queria fazer, o curso e como ele queria pagar, então na verdade antes mesmo, nem concluiu ainda o curso já estava todo pago, ele devia R\$100,00 e aí começou a faltar porque devia R\$100,00 e aí conversei com ele porque você não terminou, eu tenho certeza, porque ele paga em três vezes com a rescisão da padaria e com auxílio-desemprego, um mês porque ele acabou sendo mandado embora, porque daí ele já tinha sinalizado com o patrão que já ia sair e daí ele pagou tudo direito, porque ele ficou quase um ano na padaria, ele construiu, mas no meio do caminho aparece essa questão familiar que na vida dele foi muito forte, este conflito familiar, este conflito com a mãe, o pai se fez presente, durante a medida o pai comparecia é, eu cobre um pouco do

pai com a presença, como o pai tem uma relação muito conflituosa com a ex-mulher que é a mãe do P., é, então ele não queria muito ir a casa dessa mãe do P., eles se encontravam na casa das irmãs, mas meio que eu conversava com o pai a importância da presença dele na vida de P. e esse pai se fez presente pelo menos durante este período que eu acompanhei o P., ele vem aqui, ele trabalha à noite, ele vinha direto do serviço trazer o P., sempre vinha, vinha com uma moto, né, então você via que ele trabalhava, faz um esforço muito grande, mas o P. tem uma relação muito complexa com a mãe, teve uma época, isso começou com a figura do padrasto a gente identificou isso, porque existe uma vida dele antes deste padrasto e quando começou o convívio com este padrasto, o padrasto teve relacionamento com outra, mesmo estando com essa mulher, engravidou essa mulher, ela que é amiga da mãe, então ele e nenhuma outro filho aceitou, então este padrasto depois dessa situação, principalmente o P., essa mãe não admite a interferência do filho na vida dela, então ela tem uma postura muito crítica, filho é filho e eu não tenho que escutar o filho, eu sou a mãe, vocês é que tem que me escutar, eu que tenho, eu não tenho que escutar vocês e e então isto causou mais conflitos, porque até então eles conseguiram conviver, a partir deste conflito maior que teve essa repercussão de vizinhança com a polícia, porque ela agrediu essa amante, o conflito aumentou porque mesmo depois de tudo essa mãe aceitou este padrasto de volta, mais aí como o P. não aceitava e não queria lá dentro, ela começou a se encontrar com ele fora, ela virou amante, porque esse padrasto começou um relacionamento com essa mulher e foi morar com ela, mais aí a mãe entrou no papel de amante, e o P., que eu abordei isso com ele, ele se colocou muito como o homem da casa, então ele queria dar horário para essa mãe chegar, ele queria saber onde essa mãe estava, né, e ela na posição dela de adulta de não dar satisfação para os filhos, então o conflito foi ficando mais intenso, o que eu percebi e que foi a partir daí, já existia algumas coisas, até porque os dois tem personalidades muito fortes, né, até isso eu cheguei a conversar com ele, que eu achava eles muito parecidos e assim foi agravando. São pequenos conflitos que são resolvidos com o tempo, com essa situação aí, com o movimento da família ele é o único menino, tem as meninas, as filhas e todas elas fizeram um movimento contra essa mãe e este movimento chegou até a questão do imóvel, porque ela queria vender o imóvel, o imóvel é dela o pai deixou a parte dele para os filhos e ela queria vender e ir embora com o rapaz, resolver a vida dela com as duas crianças que ela tem com o atual, ela não queria responsabilidade com os outros que já eram adultos, ela falava muito, quando o P. fizesse dezoito anos ela não queria responsabilidade nem sobre ele, né, aí você vê a rigidez que ela traz também,

de ficar com o filho até os dezoito anos depois cada um vai viver sua vida.

O P. primeiro não aceitou isso, né, ele se coloca no papel hora de filho, ora de homem da casa e que alguns conflitos se deram por causa disso e interferiu muito na vida do P., interferiu muito na vida dele, paralelo a isso ele tem toda a questão do círculo dele, que é um círculo de forças negativas, né de amizades negativas que até mesmo nessa construção ele citava os colegas que a gente conhece muito bem aqui e que são extremamente comprometidos e ao longo desse tempo que o P. ficou eu conheci ele pelo olhar ele não olhava pra mim nos olhos quando ele falava, ele sempre queria passar que tava tudo bem, se ele não olhava pra mim e uma das situações que ele teve de contar o que estava acontecendo foi por causa disso, P. você, se você não quiser falar eu vou entender, mas tem alguma coisa, você não está olhando pra mim, assim qual é, você muito tempo no atendimento você vai vendo, né, já melhor vê, um pouquinho mais, e aí que ele soltou que tinha esse conflito muito grave, a mãe queria chamar a polícia é ele por conta das explosões dele, ele quebrou o guarda roupa da casa, quebrou espelho, nessa luta, na hora do nervoso, quebrou tudo, quebrou o carro dele né, então nos conversamos sobre as perdas que tinha quando ele não se comportava, quando ele e até por isso começou a dar indicativo que ele precisava de ajuda, e daí começou aderir, fala que vinha mais depois não vinha, é difícil porque eles tem este conceito da psicologia, que é sou louco, como eu tinha afinidade ele queria....

Eu falava que não era da minha competência, a mãe eu fiz indicativo pra ela, por ela também verbalizar que tomava medicamentos emprestados de alguém eu falava pra ela de alguém e pra ela aderir, nessa época de conflitos mais, ela parava até de vir aqui, mesmo tentando um acordo com ela, então não venha pelo P., venha por você, pra você ter com quem conversar, com quem né ter esse momento seu, nossa..., ela falava que vinha, mas não vinha, ela teve muita dificuldade de assumir isso é, que ela poderia tá procurando ajuda. Esse pai, o pai do P., ele teve um tempo que ele afastou um pouquinho, né, quando o P. foi morar sozinho, ele deu todo o suporte, mas afastou até porque começou este conflito da casa, ela querendo vender, ela entrou com um processo da venda da casa e ninguém concorda com isso e a família inteira não queria que vendesse porque não ia dar pra comprar outra e então todo mundo era contra, então esse pai, como a situação também é conflituosa, os filhos não queriam vender, ela com o processo brigando pra fazer logo essa partilha, ela agride, essa mãe tem relato dela ter esfaqueado nesse acesso de raiva que ela teve, então ela também deu essa afastada, foi a época que o P. mudou e acabou ficando só de... e aí foi quando eu pedi pra ele retoma, fui lá pedi pra que ele voltasse e

não pela questão financeira, ela disse eu comprei o fogão, agora o P. não está precisando disso, o apoio que ele tinha se eu não me engano era de uma irmã, ela tava no hospital ganhando nenê, mas mesmo assim... o P. precisa de alguém e essa figura é a senhora, ela concordou, foi até a casa do P. já morando sozinho, ela acabou sendo um pouco mais presente, o pai tinha a família dele os filhos dele e não tinha muita disponibilidade pra ficar focado nas questões do P., então eu pedi pra ele pelo menos este período que ele está em adaptação de morar sozinho, o P. estava lavando a roupa dele, não tinha pia, não tinha... ele não tava com uma estrutura pra morar sozinho e hoje ele tem.

A última vez que eu fui lá, já tinha instalado pia, geladeira, fogão, caminha que ele comprou, ele tava até feliz porque ele mostra pouco e na escola ele tinha feito uma música, uma paródia, né, é falando sobre a droga, falando que a droga é uma droga na vida das pessoas, ele apresentou no violão, quando eu fui na visita ele cantou, mas ficou com vergonha, né, canta que eu tô gostando que eu quero escutar, daí ele recito, o que ele compôs e todo mundo curtiu, porque precisa deste estímulo, estímulo positivo e senti que ele tem capacidade, isso percebe que cada vez que dá o estímulo pra ele..., o que você falou é uma realidade se ele se sentir mais acuado sem condições ajuda ele a não pedir, porque ele é muito orgulhoso ele acha que ele dá conta das coisas e se ele não der ele não vai falar porque ninguém o ajudou, ele vai falar porque o destino não quis. Eu vejo o P. assim, ele não vai falar que eu não ajudei, ele vai falar que ele não deveria ter feito então, essa é uma fala que eu fiz para o pai dele, se eu filho não vai te pedir eu perguntei isso pra ele, você falou pro seu pai a situação que você está passando hoje, não eu não falei, daí eu pedi a autorização, posso conversar com seu pai sobre isso, aí permitiu, eu vou conversar com o seu pai, mas não... sobre este momento que você está passando, irmã no hospital, meio sem apoio, porque ele é seu pai se ele souber disso ele está aqui na hora, ele sabia que o pai vinha, que se ele ligasse o pai dava um jeito e ia, mais ele não faria, até nesse dia eu fiz um pacotinho pra ele leva, disse pra ele pode voltar amanhã, vai vindo aqui até a gente resolver, porque tinha a cesta básica porque já ajuda pra você se organiza na sua casa, um jeito da gente ajudar, aí deu certo.

S: *Quando você falou para o P. que ele é parecido com a mãe, como ele recebeu isto?*

R: Ao mesmo tempo com orgulho, a minha mãe, por conta da situação conflituosa parece também, eu não queria ser igual ela, a impressão que eu tive foi essa, né, porque sim, até por a gente ter contato há muito tempo, ele permitia também algumas coisas, algumas colocações, até porque a gente, era atendimentos muito sistemáticos e ele tinha muita afinidade, a gente gostava

de vir aqui ele curti meu atendimento, a maioria não quer vir e ele gostava de vir, pode chamar a hora que você quiser que eu venho, sabe aquela coisa assim, ficou até interessante, porque acabou tendo afinidade da gente poder, até pelo olhar, aquele dia eu fiquei tão feliz porque eu percebi como ele estava, ele não fala, ele não falou, ele conversa olhando pra mim e eu olhando pra ele, então assim realmente teve uma situação grave de conflito, mais em muitos casos é isto que você trouxe, se não fosse uma situação mais conflituosa e de apoio facilitaria muito e isso então um fala de medida, outro de profissionalização, mas você vê que a família é importante, é a base mesmo, a importância que é trabalhar a família, de alguma forma tem que haver isso, a gente tem que tentar buscar essa peça que não foi o caso da mãe, esquece o P., né porque ela começou a trazer a importância de colocar pra fora, não por causa dele, não vinha, foram várias, que ela não vinha e eu ligava pra ela, aí ela se desculpava, quando é assim tem este dificultador de assumir, ao mesmo tempo que precisa, sente que quer, não tem a disponibilidade de estar lá.

*S: No decorrer da sua entrevista, você disse que o P. sente dificuldade de pedir e ainda quando não realiza algo não atribui a culpa ao outro, e sim ao destino. Quando P. retorna dizendo que o trabalho está duro, não dá para ficar naquele trabalho e mesmo tendo dificuldade pede a você a volta ao Projeto. Fico pensando como fica o fato de você não pedir o retorno dele ao Projeto. Você ajudaria por dois ou três meses e daí depois ele ficaria sem, continua sozinho. Será que o P. não pede algo a mais, que você continue, continuar pelo Projeto e vem dizendo que este Projeto precisaria durar mais na vida dele. Como o P. não vai dizer que você não ajudou, mas ele pode compreender como suficiente pra ele não ir adiante, para ele não dar continuidade, porque ele não tem condições de dar continuidade. Como você pensa sobre essa situação?*

R. Em relação ao retorno, isso não existe, desligou, desligou, até por isso eu tenho muito cuidado em desligar, mesmo o P. registrado, eu segurei pra ter certeza que vai ficar.

**Segunda Entrevista com a assistente social R.: 11/11/11**

R: Fiz contato ontem e ela (mãe) falou o seguinte: o P. saiu daquele trabalho, porque eles não tão pagando só que ela falou que ele saiu a uns dois meses, fiquei meio, eu não tirei muito bem até pra ela não desconfiar, ou achar que a gente tá atrás, a última vez que ele veio foi tipo coisinha de mãe, então talvez o dia que ele veio ele não tivesse, só não contou pra mãe, pelo menos não pra mim, se for mesmo uns dois meses quando ele veio já não estava mais, o que ela falou, é que a pessoa deve uns três mil pra ele deve uns trezentos e não estava pagando até para poder sair. Eu falei como ele está se organizando até pra poder sair, como ele está se organizando e como que é isso? O que ela disse: que a família se organizou assim, que esse mês a irmã deu cento e alguma coisa que o aluguel é duzentos, a irmã deu um valor de cento e pouquinho, não falou quanto exatamente, então deu esse valor para pagar o aluguel e ele tá fazendo todas as refeições o almoço e o jantar, a mãe está lavando a roupa dele e ele está passando muito bem por lá, só que voltar não. Aí eu soltei com ela assim, ou... e agora existe essa possibilidade porque ela comentou que a irmã saiu da casa do fundo, então eu falei vocês conversaram alguma coisa, vocês pensam em voltar ou ele não quer, primeiro ela falou que não dá certo né, depois ela falou, ele vem aqui, ele usa a internet, um dia ficou fazendo um trabalho até de madrugada, e daí eu falei dorme aqui e ele falou: “não mãe eu não vou dormir” e que foi de madrugada, disse que nem banheiro quer fazer uso lá, quando ele sente vontade usar diz que vai na casa dele e volta e não usa nada da casa mais, achei estranho né, mais não deu pra aprofundar, nós conversamos bastante sobre outras coisas, aonde ele mora, eu fui várias vezes mais eu não percebi, na verdade a região toda é bastante vulnerável, assim aonde ele mora diz que tem biqueira e assim eu não falei claramente, mas falei noossa como que é isso, ele fez aniversário neste dia 30 e a irmã deu um videogame, daí a mãe comentou que entraram na casa dele e levaram o videogame, às vezes eles vendem, trocam, depois a mãe justificou o porque tinha acontecido isso, disse que a casa dele não tinha fechadura, então ele encosta a porta, então quando ele não tava lá o pessoal entrava na casa dele, então eu até acredito que seja isso mesmo, porque eu conheço são várias casas alugadas no mesmo terreno, assim outras estavam terminando de construir, são pequenas casas, a dona do terreno fez pequenas casas pra alugar e a última de frente assim, até o dia que eu fui, eles estavam terminando até a casa dele e não era adequada e aí ela até comentou isso que ela já colocou a fechadura, ele fez um trabalho bem feito, disse que ele comprou a fechadura e colocou né, porque

eles estavam entrando e ela disse que faz, leva bolacha, tudo bem almoça e janta lá, mas ela acha que tem que ter coisa pra beliscar, tem que comer alguma coisa, faz um kitizinho e sempre faz e manda, ele não queria nem que mandasse, porque os meninos estavam comendo, daí ela chamou a atenção dele, na sua casa quem manda é você, se você não quer este tipo de situação dentro da sua casa, sem você estar, sem você permitir, ele concordou e falou que ia colocar fechadura e que não ia mais permitir, então são bastante dicas que ela deu até de intervenção mesmo, eu acho assim, este círculo, que apesar dele estar vivendo um outro, porque disse que ele tá direitinho, tá conseguindo dar conta da faculdade, mas apesar dele estar em outro círculo também, tá muito próximo, ele estar próximo a uma biqueira, se ele tiver lá conversando a polícia passar, mas por ele ter histórico, eles vão leva, a gente tá vendo muitos casos assim, ele tá ainda numa situação de risco, isso é uma coisa que me preocupou muito com a fala dessa mãe né, por ter uma biqueira lá, ela garantiu R. eles estão muito bem, não está fazendo nada de errado, ela garantiu, só que esse conceito de estar... eles não tem o adolescente não tem a mãe não tem, tão próximo a este meio infracional. Este conceito de estar muito bem, o adolescente não tem a mãe não tem, tão próximo a esse meio infracional, ela disse que não gosta de lá, ela já foi eu achei o máximo ela ter comentado, você que eles estão se adaptando mais, apesar que é assim, eu acho que eles estão bem porque eles estão separados, se ele voltasse viver lá talvez né, realmente iria surgir de novo o conflito, porque iria..., ele assume o papel do homem da casa, ele não permite mais este afastamento ele ir morar sozinho, foi uma coisa boa pra ele, porque ela consegue estar mais próxima, ele não interfere, é uma coisa boa pra ele, ele não interfere tanto nas coisas dela, eu achei interessante.

*S: O que acontece do P. estando dentro da casa ele se torna o homem da casa? O que fica para você dessa cena?*

R. Eu acho até uma coisa profunda, porque o P. tem a mesma personalidade da mãe, conversava com ele, conversava com ela, é impressionante aquela coisa da genética, tem uma personalidade muito próxima eu não entendo dessa parte da psicologia, mais você vê que isso choca, esses pólos iguais chocam muito e ela não permite, por sessões pessoais dela, ela não permite interferência de filho, completou dezoito anos, ela não quer, ela acha que a obrigação dela são os dois pequenos, os que são maiores tem que se virar, tem que caminhar e não tem que interferir na vida dela. E as questões pessoais da mãe interferem em todos os filhos, em todas as filhas, único menino desse relacionamento, então eu entendo que a educação, que ele tem uma proteção e tem

até hoje uma proteção das irmãs eu acho que isto até atrapalhou o crescimento dele, porque eu percebi nas conversas dele, por outro lado, eu percebi, que com a saída do homem da casa (pai) ele quis assumir este papel porque ele era o homem, e essa mãe não permite isso, que interfira que ela volte a se relacionar com este companheiro, eles interferiram muito nisso, principalmente o P. Ela aceitou tudo dos filhos, ficou com eles e acompanhou, então ela não admite que no momento que ela tem que tomar decisões, que todos erraram, ela tem uma filha que é homossexual, o P. que infracionou, então não que ela concorde mais ela teve que aceita, são todos filhos dela e ela teve que aceita, ela teve que acompanha, então ela não quer que interfira nessa situação de retornar ou não com esse companheiro, que houve uma traição, engravidou outra mulher estando com ela, a mãe também provocou pela atitude dela, tentou bate na moça, agrediu o companheiro, como foi uma atitude muito complicado, minha mãe nunca mais vai querer ver esse rapaz na frente dela, mas não foi isso que aconteceu, ela passou a ser amante e o papel inverteu ela passou a ser amante e ele foi morar com a moça, tudo isso chocou muito, não o P. mais o P., porque ele não levou em conta que os dois filhos são dele, né de um relacionamento de doze treze anos, não dá pra romper também porque é um tempinho juntos, ela dependia de pensão também, ela era cabeleireira, ela não tava trabalhando porque não tinha condição psicológica mesmo, ela falava sem condição eu não tô com paciência pra atender.

Ele o P. tomou essa posição que ele não entra, o pai tem uma interferência indireta, porque ele é, a família tem um histórico de ser agressiva, segundo o pai conta essa mãe já esfaqueou este pai, dessa primeira composição familiar, a mãe já esfaqueou, então nesses ímpetos que eu falo, que o P. também faz isso, esfaqueou esse primeiro marido, ele disse que ele era agredido por ela, a violência doméstica era contro o homem, ele conta que ela agredia muito ele, e pelo que eu entendi ela casou sem gostar dele, ela casou porque tinha que casa, porque sai de casa, coisa assim, porque tinha que casa, parece que ela caso sem sentimento em relação a ele, e aí tem a parte do pai que fala que não é aquilo que ela parece ser e a mãe tem essa fala não é tão certinho quanto parece, então fica esse jogo que parece que na relação os dois tem uma certa culpa, mas eu nunca quis entrar muito porque eu não ia ajuda com P. resgatar isso, até porque ela não lida com isso, teria que ser uma coisa terapêutica, cava isso com os dois sem poder tratar, teria que ter um profissional pra tratar isso, porque é uma ferida dela, ela já disse que ela não queria ter tantos filhos, são cinco filhos do primeiro relacionamento, se eu não me engano, cinco ou seis coisa assim, no total são oito filhos, isso interferiu muito nas coisas pessoais dela, desejo sexual que ela

não tinha, ela senti culpa desse último companheiro procurar outra, porque ela não queria mais ele, por isso essa crise de voltar com ele, depois que ela separou ela ficou com vontade, aí é complicado, é que nem cobertor de pobre, é difícil entender tudo isso, de entende tudo isso e foi o que mais causou o conflito, já existia né, você via que tem os momentos e depois pioro com a saída dele que foi uma coisa quase que diária, é uma coisa que o P. fazia é uma suspeita dela e ela já estressava com ele, ele provocava o P., e o P. Não tinha muita paciência, só dele correr atrás do menino vou contar pra minha mãe que você me bateu, a mãe acreditava no pequeno, as vezes ele falava, tive vontade, mas nem toquei nele, ele falava desse jeito, aí ela já voou em cima de mim.

S: *O que era esse “voava em cima de mim”?*

R: Batia, não era esse bate, ela ia pra cima, pra tira satisfação por ele ter mexido, batido no filho pequeno e aí não tinha argumentação, ele não conseguia se expressar, ela também não porque bateu o pequenininho tá lá chorando, então bateu ela não tinha escuta, bateu não bateu, verdade não é, não você bateu, até tinha vezes que ele dizia eu nem toquei nele, mas ele foi lá chorando e disse que eu bati, ela foi lá voando em cima de mim tirar satisfação, aí o P., o que que acontece, ele vai lá e quebra a porta do guarda roupa, quebra o espelho, daí eles vão tentar segurá-lo, daí empurra, aquela coisa agressiva aquela cena, eles tiveram umas duas cenas feia mesmo, dele quebrar o carro dele, eu acho assim pra não agredir a pessoa, ele quebra alguma coisa, então ele tem muito isso. Eu acho assim a agressividade dele, ele não quer te agredir, agredir a pessoa, então ele agride coisas a impressão que eu tive é essa, porque ele perdeu o carro dele que ele pagou mais de cinco mil reais que hoje ia ser uma poupancinha pra ele, porque um rapaz que ele até conhece que é lá do bairro, quase atropelo uma mãe e uma criança, ele viu e foi tirar satisfação com o rapaz, aí eles discutiram e aí bateu o carro dele no do rapaz, o dele quebrou e não ia andar e o rapaz foi embora, chamaram a polícia, o carro dele não tem habilitação e o carro dele é irregular, foi com o guincho pro pátio, perdeu uma poupancinha que ele tinha feito, tudo isso é interessante, mas ele não falava, eu percebia que tinha acontecido alguma coisa, as vezes, a mãe ligava pra contar que tinha acontecido alguma coisa, eu percebia que tinha alguma coisa, mas ele, quando ele não olhava pra mim, lembra que eu comentei, quando ele não olhava pra mim, eu esperava pra vê se ele falava, e aí eu pressionava ele, "P. olha pra mim, aconteceu", aí que ele contava toda a situação da vida dele como havia sido e ele resgatava tudo isso e eu falava, você consegue percebe as perdas, ora material, ora afetiva, o desgaste pelo descontrole, ele não conseguia ter controle e a mãe parece ter esse mesmo histórico de descontrole, tanto de uma

questão afetiva, como na de trabalho, ela aparenta ter isso tanto na fala do pai dele, nessa questão da casa, o W. esse companheiro, o pai teve esse papel que indiretamente ele apoio tudo que os filhos decidiram, mas sem ter a criticidade de pensar nela, nos direitos dela, todos os filhos ficaram contra ela, e é muito forte e ela não desistiu, ela está com ele na justiça pra vende a casa, dividi e fazer a partilha, ela não desistiu, eu não sei se ela desistiu agora porque a coisa já está mais equilibrada, mais vamos dizer assim, mais antes, mesmo com os filhos todos contra ela os filhos saem da casa, por mais que ela falava que eu vou sair que é melhor, não eu tenho direito, metade é minha não sai, sabe aquela personalidade forte, acho que o P. carrega também. Ela me convida muito pra ir lá porque a netinha tava lá e não tá mais, desocupo a casa do fundo, você sabe o P. não está trabalhando, P. tem que paga o aluguel, ah não a gente combino e vamos ajuda de outra forma, nem ele quer vir, então assim ele retornar daquele jeito não vai acontecer, aí acho que é isso uai.

*S: Neste tempo que você atende o P., fale para mim o que te afeta na relação com ele?*

R: Eu vejo assim não só com o P., né, eu gosto muito de adolescente, né, acho um desgaste, né, oscila muito, hoje tá bem, amanhã não tá, não só com ele, eu percebo assim, eu me preocupo com eles, porque eles ficam muito tempo comigo, eu percebo que quando é só medida, você num, as abordagens eram outra, os enfoques de atendimento eram outros, como é Juventude eu entro com outro assim ó, com recurso, em orçamento e planejamento na utilização, como eles tem um projeto opcional, como eles tem recurso e ficam mais tempo comigo eu acabo tendo outros olhares em relação aquela família, aquele adolescente, então eu acho que você acaba detalhando mais quando você vai pra visita, nossa não tem um armário, tá durmindo no chão, olha você pensou com recurso de compra um colchão, olha se organiza pra compra coisa que você tá precisando, você acaba entrando em coisas que só com a medida você não entra, medida parece que você só comanda o ato infracional, faz os encaminhamentos e acabou, quando eles ficam mais, eles ficam aproximadamente dois anos, dependendo da medida que eles entram, você acaba se apegando mais e eu vejo que as famílias também, porque é difícil rompe, as vezes você rompe e passa um tempo eles voltam, as vezes precisa de uma orientação, de algum recurso e eles acabam voltando porque não foi dramático, esse rompimento não foi dramático, então assim, não só o P., mais todos a gente espera que fique bem e que rompa com o ato infracional né, que evolua, que construa um projeto profissional, eu acho que o P. construiu isso pra ele, porque eu acho que a mudança em alguns casos a família que atrapalha, né a família parece que é, que ela

prende o crescimento deste adolescente, que ele ande, e outras famílias o próprio adolescente, aquilo que ele acredita, que ele escolheu que é difícil fazer com que ele evolua, mais o fato é isso, o fato de ficar muito tempo você se apega, se preocupa, é que eu tenho sempre que me colocar como profissional, eu moro naquela região, dá bem vontade de ir.

É que eu acho inviável, uma coisa que eu não faria por uma questão ética, mais eu tenho vontade de ir, até ir para saber como é que está, passar lá por acaso, não faria, mais até a gente tem que ter o corte, a gente enquanto profissional tem que ter o corte, se não você acaba indo lá e ajudando em tudo, não é um são vários ou atrapalhando tudo, a gente tem que ter este cuidado, mas eu me preocupo, eu gosto dele, principalmente do P., eu acho que ele tem muito potencial, o que atrapalha ele é ele mesmo, esse..., a mãe deu uma atrapalhadinha, mas ele tem o apoio das irmãs, tem o apoio do pai, da forma deles, eles apoiam da forma deles, as irmãs de alguma forma mimaram mais ele, protegeram mais ele da própria mãe, ele pode caminhar se não for essa questão do risco que ele corre.

S: *Como você pensa a construção do ato infracional pelo P.?*

R: O P. é o não querer ficar dentro de casa, é estar muito tempo na rua, é ter tido acesso a droga, o círculo de quem faz uso é esse círculo infracional, ele tava na biqueira pra compra a droga a policia vai leva, porque já tem alguma passagem, porque já é conhecido, então eu acho assim, primeiro, falta de construção, se tivesse na escola direitinho, se tivesse aquela família pra ver como é que tá, aquela família em cima, pra onde deixou de ir, é uma variável de situação, tá na escola tá, você foi na escola pra vê se tá indo, eu acho que o primeiro, eu falo pra família, primeira coisa que a gente percebe que não tá bem é quando o adolescente começa a faltar na escola, aonde ele está, se ele sai de casa pra ir pra escola, o que eu falo é que normalmente, eles começam infraciona muito cedo eles começam usa maconha muito cedo, tem caso de oito, nove anos, de doze em diante é quase uma certeza, a maioria que eu pergunto quando eu tô atendendo a medida, desde quando você usa, tiveram contato com doze anos, então o meio que eles vivem ali, é o menino que nasceu com ele, às vezes trafica e tá ali, é o amigo, eles tiveram acesso a isso muito cedo, aí tem a família também, ela não tem essa observância de ficar atrás, de ficar em cima, se a escola não liga se não for atrás, muitas vezes, quando vão saber já estão com excesso de faltas, e o uso, se a gente mante esse uso, nem que seja o da maconha, no começo é da rodinha, depois eles começam a vender, o que eles falam é que é assim eles chamam, eles não vão chamar o menino que numa boa, eles vão chamar que vão lá compra, quem vai lá com amigo

busca, eles vão chama, quem de alguma forma frequento, ah, você não quer vir trabalha comigo, então assim, eu não lembro o P. qual é o ato infracional dele, foi tráfico, porque se fosse outra coisa eu lembraria, porque a maioria é tráfico, então assim, ele teve esse acesso muito cedo, e aí continua frequentando o P. teve várias recaídas em relação a maconha, né, então quando ele fala bastante, faz um mês que eu não tô usando, ai que bom, o pensamento deles é que é só maconha, não é um craque, não é cocaína é só maconha, é legalizado.

Com essa história da legalização, tem pai que, tá questionando se vai legaliza eu posso, é você que vai dizer que vai legaliza, se vai legaliza eu posso, eles tem essa criticidade em relação aquilo que eles desejam, até ontem o pai falou isso pra mim, que o filho questiono ele, mas parece que até o conceito da família é que é só um craque, não é cocaína, não é droga pesada, é só maconha, eu falei pro pai ontem, se ele faz uso e frequenta locais, tem nória, que é o uso do craque, então mesmo assim ele tá frequentando o meio infracional, quem vende, quem busca, quem usa, quem precisa banca esse consumo, né, ele frequenta esse meio, no conceito deles se eu frequenta, se eu fizé o favor de leva eu não tô traficando, mais se aparece a pessoa pra busca, o entregador, ah, entrega lá pra mim, se eu for leva eu no tô traficando, eu tô fazendo um favor pro meu amigo eu não tô traficando, então eles não consideram esse meio, eu acho que é isso que é mais difícil de trabalhar porque é o meio dele, né, eles nasceram nesse meio, tem uma naturalização, eu acho que é o que a gente tem visto que tá mais presente, tem casos e eu recebi alguns que é difícil acreditar, mas que eu não estava traficando, eu tava lá, porque eu fui busca um baseado pro meu uso, não tem essa noção que tudo faz parte desse meio, o estar no carro eu não robei o carro, mais eu peguei uma carona com o colega no carro roubado, mais eu não fiz nada, mas a partir do momento que você sabe do carro roubado, ele é de menor ainda, você sabe que ele não tem condições de ter aquele carro, mas que se Deus quiser ainda vai ter, como você entra naquele carro, se você que o carro não é dele, que é de um amigo, que amigo, né, isso que vem sendo a questão mais difícil de trabalhar essa distorção, difícil pra nós também, porque pra eles parece que já é certo, é o meu amigo, é o meio que eu nasci, é o meio que eu me criei, então porque é que eu vou ser pego dentro do meio que eu me criei.

*S: Como você pensa a relação dos adolescentes com a Lei?*

R: Não há conflito. Eu não estou em conflito com a Lei, eu tenho uma outra lei, o pensamento é esse mesmo, então eu tive quatro reincidência este mês, na verdade foram seis, um era só medida, não era juventude era só medida, ele concluiu agora em março, já tá na provisória de novo, agora

gente o outro foi pro juventude, foi desligado pelo descumprimento das condicionalidades, eu tentei muito, mas quando, de abona, sabe, porque tem filho, porque eu conseguia chamar essa mãe, de alguma forma negociar coisas, de cumprir nada, quando pega a escola, aí sim eu acho que tem que ter um limite, né, até porque usa recurso, é porque se eu fosse seguir rigorosamente a lei saiu da escola é desligado, o que eu discuto com a coordenação, o contrato diz: "é um ano prorrogado por mais um", eu entendo que eu tenho que tentar todo tempo esse limite de um ano, então se tá fora da escola, a gente bolo um termo de compromisso escolar, então família e adolescente, eu falo a verdade, vocês estão descumprindo uma condição, está no contrato, vocês assinaram, vocês sabem disso, então a gente pode tentar, vamos fazer um acordo, próximo semestre eu volto, ah eu volto, daí promete, pra não perde o recurso, só que é o seguinte, então você vai assina um termo, que no próximo semestre, se você matricula e não frequenta eu desligo, o próximo semestre, matrícula e frequência, eles fazem isso matricula pra entra no juventude e depois eles já não frequentam mais, então é o movimento que eles tem mesmo pra entrar, o que a gente fez mesmo, a gente abriu uma exceção, então ele vai poder entra sem a escola, pra gente tentar o oposto, você vai entrar sem a escola e vai assinar um termo que no próximo semestre você vai estuda, aí se ele não estuda eu desligo, porque existe uma cobrança muito grande externa, eu desinterno doze por mês e não entra ninguém no Juventude, como se a gente também segurasse, a lei é clara, tem que estar estudando, e a gente fala que está cobrando a Lei, mas a gente fala "compra pão antes do café", vamos fazer ao contrário, vamos fazer eles experimentarem como é ter o dinheiro, até porque a reincidência tá alta, vamo faze ele experimenta, essa família experimenta, pra depois a gente cobra, então vamo inverte, até isso a gente começo a faze agora a partir de março, porque antes era assim o primeiro critério era a escola, o que tava valendo, então vamo inverter, pra dá um resposta, ele experimento, mas mesmo assim ele não cumpriu a condicionalidade, não tem como mante, esse movimento a gente fez, porque a gente discute muito, porque o recurso não é pequeno, o valor alto, a gente acha que , mas não tem como mante, porque o recurso é alto, e quando a gente fala de escolarização, é isso é construir esse projeto, mesmo sabendo que o valor dessa família não é a escola, mesmo sabendo de todas as dificuldades e esquece, então faz o curso, na verdade, às vezes, eles não querem nada, quando eles rompem com tudo, daí eu não seguro mais, enquanto ele tá dando resposta em alguma coisa, eu vou segurando, pra tenta puxa, isso é com todos, daí aquela pergunta como fica o laço, vai ficando forte, a gente naquele desgaste, de ficar o tempo inteiro de provoca a família,

provoca o adolescente, né, eu acabo, né, usando isso, quando ele rompe com tudo, porque não quer vir aqui, não quer escola, aí eu rompo, aí então de alguma forma eu vou segurando, quando ele tá em alguma coisa, só pra mostrar, se você quiser dá uma paradinha, só que agora eu vou mostrar, oh, só pra você vê, esse aqui e o termo de desligamento, e do juventude e vai se desliga, então as condicionalidades, e quando ela evade, quando ele não vem em nenhuma atividade socioeducativa, quando não quer fazer curso e não vem no atendimento, na verdade eu já podia desligar, o que eu penso se ele estão em alguma coisa e se essa família também, em se tratando dos adolescentes, a gente consegue uma participação boa da família e não do menino.

O Celso a gente conversa muito, ele fala assim dá dó, a família e ela que vai usar, não desliga e ela que quer a cessa básica, gente acaba comigo, não pode, mais eu entendo o que ela fala, o importante pra ela e ter a garantia básica, alimentação, então na verdade a gente até bolo isso, pra pesquisa mesmo, eu tenho todos os levantamentos de desligados, e ai tá aqui, na verdade desde de 2008, mas não tabulei de 2012, mas o de 2011, já depois eu passo pra você, só pra você vê, trabalho se conseguiu formal ou informal, interesse, porque eu falo, se vocês não querem pode falar, não pode, desinteressa e sumi, passa cinco meses, a última que eu desliguei foi para Caraguá e não vinha, ligava pra ela e ela não aparecia, a mãe ligava pra ela e ela não aparecia, agora se ela não vier eu vou desliga, veio um prazo, veio o outro prazo, chamei a mãe e disse não tem jeito, a reincidência, se caso houver, ele não está na internação ainda, mais como a mãe veio ontem, eu já deixei assinado pra não ter que chamar ela só pra assina, como o desligamento vou fazer só em julho, porque ate o juiz julgar eu não posso desligar, dai espera o julgamento, se ele libera ele volta pra gente, se não libera eu lanço isso, o que eu faço e dar falta mesmo eu não desligando, eu dou falta, a partir do momento, mesmo eu não desligando, eu também não abono eu não acho justo, com os que estão vindo, assim quem custodio, dia doze de abril, do dia doze de abril em diante já falta, então a família vai receber menos e uma coisa que eu já oriento, não é justo com quem tá frequentando, só que eu não vou desligar enquanto o juiz não julgar, nesse caso aqui mesmo, não é o que eu faço, pelo que a mãe fala ele pode sair, ele pode sair, isso é verdade, ele tava passando lá se assustou com a polícia correu pro lado e correu pro outro, mas quem vendia era o menino, então assim, tem que prova, então não tava nada com ele, acho lá no meio do mato, mesmo achando que o filho dela é inocente, ah então, ela foi fala com ele, ela traz assim, o companheiro dela tá preso, ela fala que o filho dela é inocente e você vê que ela tá envolvida, a família tem muitos membros com comprometimento, sobrinhos, enteados, você vê,

eu não acredito que seja uma verdade absoluta que ela traz, eu respeito, mas então eu acho que ele não sai, mas como ela tem todo um movimento, pagando um advogado particular, pagando não mandaram, né, e aí por mais que elas falem que não tem, daí eu perguntei, mas a advogada vai continuar no processo, ah não ela vai continuar até o fim, ele falou, então né, mesmo que né, ela tem contato, ela sabe até que vai continuar, nas entrelinhas a gente vai pegando alguma coisa, só que não é meu foco trabalhar isso com ela principalmente agora, se ele ficar mesmo, a gente vai trabalhar, mas como tem este comprometimento todo, e não assume, eu particularmente, eu vou dando um toquezinho, mas eu não entro não, adulto comprometido, é caso de polícia pra mim, não é caso de Serviço Social, não é para se envolver com essas coisas, mas aqui só pra fecha, a maioria é de transferência, não sei se você lembra disso, ele entra, a partir dos quatorze pode entrar, mas quando faz dezoito, ele é encaminhado para o trabalho, para a parte jovem só para você entender um pouco da história do P. que a gente converso, e outro que eu não sei, um óbito, entraria aqui, porque eu não peguei óbito ainda, eu tô desde 2010, óbito no juventude eu não peguei, mais aqui seria outros. O tráfico faz acordos, você volta, você trabalha pra eles, mas pelo menos isso (acordo do comando vermelho para não matar os adolescentes em São José dos Campos) eles conseguiram, se tiver devendo. As meninas tavam comentando de manhã, de um adolescente que levou seis tiros pelas costas pra elimina mesmo, e até que ela comento, pensei que tinha parado, mas tem muita coisa que não tá aparecendo, teve alguns casos nossos aqui de óbito, nessas condições, nessa circunstância, acho que não está aparecendo, não como antes, porque a lei deles é muito rígida, não como antes, eu acho que tem sim, antes já bebia, já matava, agora tem esse acerto de ponto, acho que por dívida não, talvez guerrinha, ainda deve ter, tem paradeiro ignorado, eu não tenho, mas tem, o pessoal tem, eu sei que a N. tem um caso que ela mandou esses dias, tem sim, isso tudo eu tenho os que viriam para o juventude e o que acontece, os desinternados, que deveriam vir pro juventude e não veio, às vezes, tem que informar porque que não veio, por isso que existe esse termo, esse daqui é quem é do juventude e vai sair, existe um outro Termo que é o Termo de não adesão, é aquele que não vai entrar por algum motivo, ou a renda da família é acima do que está sendo oferecido pra ele, ou já tem alguém da família recebendo, tem paradeiro ignorado, situação de ADJ, é aguardando uma decisão judicial, porque está em busca e apreensão, coisa assim, o outro é outra, configuração, na verdade esse é quem é quem está e desligo, aquela a estatística de quem não vai entrar por algum motivo. Não sei se você lembra se cometeu a infração pela primeira vez, normalmente LA, se cometeu pela segunda

vez, internação, às vezes nessa LA ele já reincidiu, e nem viria pra mim e daí ele seria uma outra estatística.

Eu controlo os egressos, os reincidentes sou eu que controlo. Eu estou curiosa por esses resultados, porque vamos precisa fazer pra uma apresentação lá na SDS, agora a N. vai me ajudar com os de maiores, na verdade não tem problema, porque o Projeto não é dividido, eu separei por característica diferente, mas toda formatação eu combinei com N., é bom manter esses dados que agente consegue analisar o Juventude como um todo, hoje ele tem dezessete, amanhã ele faz dezoito, de um dia pro outro ele passa a ser adolescente e passa ser vaga adulta, então vamos manter esses dados estatístico pra gente poder enxergar, o que que acontece muito, enquanto tem dezessete ele se mantém, depois que faz dezoito ele não dá conta de trabalhar, ele não dá conta de ir pra escola, normalmente, a gente insere ele numa orientação profissional, é um mês, um pouco dessa fala do que é o trabalho e muitos já trabalharam na informalidade, já entregaram panfleto, de pedreiro, lava rápido, então assim, não é que não saberiam o trabalho, mas eles não querem, tem que chegar oito horas, almoçar meio dia e sair às dezoito horas, eles trocam essa estabilidade pela informalidade, eu vou trabalhar pra ganhar quarenta reais por dia, pra não ter aquela coisa de todo dia, obrigação, a maturidade profissional, que a gente tem, é uma coisa que vai ter que se apropriar, não é uma coisa que com treinamento a gente consegue, é maturidade dele, a gente treina pra isso, porque ele não tem estabilidade, a gente tem muito problema.

## **APÊNDICE F - Entrevistas com o adolescente P.**

### **Primeira entrevista: 18/11/11**

O presente relato aconteceu em novembro de 2011, quando P. foi-me encaminhado para participar da pesquisa. P. prontamente concordou, autorizando a entrevista e a gravação. As entrevistas foram realizadas no CREAS - Centro em São José dos Campos e P. foi encaminhado pela assistente social R. que coordena o Projeto Juventude Cidadã, do qual P. participou por aproximadamente 1 ano e 8 meses. Na primeira entrevista, solicitei a P.:

S: *Conte-me sobre sua vida.*

R: Ah, senhora, começo por onde, pelo ato infracional. S: Por onde você quiser começar.

Quando eu tava na oitava série, sei lá, eu era pequeno eu queria ter as coisas e os meus pais não podiam me dar, eu queria ter roupa, então me envolvi com o tráfico e daí ganhava dinheiro fácil, mais gastava tudo e não tinha nada, eu preferi entrar por esse lado. Eu tava na oitava série, passei de ano, mais faltava, matava aula e chegou no final do ano passaram eu, depois eu parei de estudar e fiquei só nisso, fazendo coisa errada. Depois fui pra Fundação, né. Participei de um assalto em 2009, fui preso e fiquei em Caçapava no curral, depois fui para DJU e depois para a Fundação Casa.

S: *Ficou em Caçapava no curral?*

P: É um lugar, uma sela, que não tem nem colchão, passei um dia lá, depois fui para DJU, lá já tinha tudo arrumado, tinha colchão a mãe podia visitar, levar roupa.

S: Você recebeu visita? Sim, minha mãe levou roupas. Ela dizia que se acontecesse alguma coisa, ela não ia me visitar, mas não fez isso, sempre que podia ia me ver na Fundação Casa em Taubaté, depois ela arrumou um serviço e daí quem ia me visitar, era meu pai e minha irmã mais velha, ela não faltava. Então, em 2009, quando eu cheguei na Fundação em maio eu continuei estudando lá, depois fiquei oito meses, quando saí, voltei para Escola e eles me passaram este ano, fiz o segundo e o terceiro ano e agora vou fazer Direito na Anhanguera. Depois trabalhei e estudei, um amigo arrumo pra eu trabaia na padaria, mas era difícil, porque o patrão humilhava muito a gente, ele gritava muito e depois todo mundo lá do bairro via a gente com aquela roupa,

varrendo a rua. Não tenho problema com o trabalho, mais sei lá, não precisa disso, de humilha.

S: *Como foi esse tempo que você passou na Fundação Casa?*

P: Ah, senhora foi bom.... aconteceu uma coisa lá que tentaram me envolver, fazê maldade, mas eu consegui me livrar. Lá eu fiquei num quarto com um di menor e um di maior, nós recebíamos as visitas e era assim: quem recebia visita subia, quem não recebia fica lá embaixo no pátio. Lá eu conheci a palavra, a palavra de Deus. Eu tava na oitava série, continuei estudando lá dentro, fiz o primeiro ano lá, em 2009 fiz o assalto que me levou pra Fundação. Nós roubamos, um carro aqui no Centro de São José e fomos lá pra Caçapava, depois lá resolvemos que ia rouba a drogaria em Pindamonhangaba, o meu amigo tava drogado, mais eu fiz questão, não tinha fumado, cheirado e nem bebido nada, tava assim mesmo, sei lá, a gente queria dinheiro. Fugimos das policia até Roseira, ali perto de Aparecida, a senhora conhece. Ali nós abandonamos o carro e tivemos que entrar no mato a dentro fugindo das policia. Sai pulando de telhado em telhado das casa, quando eu avistei que um policial tava me acompanhando, resolvi entrar numa casa que tinha uma edícula no fundo, fiquei dentro do banheiro ouvindo as policia entrando de casa em casa se aproximando da edícula. Daí não tinha o que fazer, só espera, eu via o movimento pela janela do banheiro da edícula, eles chegaram, me pegaram e me levaram pro curral.

S: *Você vê alguma diferença da Fundação Casa para FEBEM?*

P: Não.

S: *Você pode me contar que coisa aconteceu lá?*

P: Posso, lá é assim quando tem visita, depois nós não podemos nos masturbar, né. Nesse dia eu desci, os nossos pais tava lá visitando. Depois que termino a visita, então, eu avistei o gordo lá do meu quarto se masturbando, eu tava machucado, tava mancando de tanto fazer exercícios, mais fui arrastando a perna e avistei o gordo se masturbando, daí já gritei no corredor: “o mano, para com isso você não tem palavra, nós batemos muito nele. Senhora, nós não podemos fazer isso e ficar pensando nos parentes dos outros, isso não se faz. Nós temos ética, não pode fazer isso não, o gordo sabia por isso apanhou.” P. fez silêncio, como se assunto tivesse esgotado”. Eu vivi muita coisa lá, é ruim ficar preso, né eu tava lá. Esse tempo que eu vivi lá ensino eu não fico no tráfico, sei lá, lá dentro tem coisa errada também, a noite é mais difícil, eles ficam em pouco pra cuidar da gente, então eles ficam mais bravo, pra manter a ordem.

S: *Parece que tem uma lei própria que organiza o lugar?*

P: É isso mesmo, é pro camarada aprender. Quando sai de lá da Fundação, fui mora com a minha mãe, mais não deu muito certo porque eu eu meu padrasto, não nos entendemo, porque ele briga muito com ela e eu não gosto disso, eu não gosto que ele briga com ela. Prá dá certo, só de longe (chorou).

S: *O que sua mãe acha deste acontecimento?*

P: Ela gosta dele e continua com ele, mas nem eu nem minhas irmãs concordamos com a traição.

S : *E sua mãe concorda?*

P: Acho que sim, ela gosta dele.

S: *Gosta dele ou da traição?*

P: Gosta dele. Daí eu sai de casa e fui mora no meu barraco, a R. me ajudou com as coisa, hoje tem tudo lá, às vezes falta comida, falta as coisa, mais tá bão, é melhor o meu barraco. Lá é assim tem um corredor grande, a minha casa é a quinta, às vezes as pessoa entra e mexe nas coisa, os meus amigo, quando vou vê não tem mais o que come, quero coloca uma chave mesmo.

S: *Você acha que estes acontecimentos modificaram sua relação com a sua mãe?*

P: Não, acho que não. Mãe é mãe. Quando eu sai eu não tinha aonde fica, fiquei lá na casa dela (choro). Não me do com meu padrasto ele não é sangue do sangue.

S: *Você pode me explicar como é a relação com o seu pai?*

P: Ah, minha relação com ele é que ele é separado da minha mãe, a gente se vê pouco. Agora a gente, às vezes sai junto, ele fica preocupado comigo, o trabaio que eu dei, mas depois eu trabaivava de segunda a segunda, eu não quero isso pro meu filho.

S: *Você considera que há alguma mudança no seu dia a dia?*

P: Sei lá antes era mais fácil, ia lá pra biqueira pegava a droga e ficava lá. Hoje não é assim, eu fico com minha família.

Terminou a entrevista e agendou a próxima.

**Segunda entrevista com o adolescente P: 28/01/2012**

Na entrevista, R. me encontra no corredor antes de P. e rapidamente fala: “hoje P. não está bem, ele deve ter usado”. Entrevistadora: “usado? “É, eu sei porque ele não olha nos olhos como sempre faz.”

Fui ao encontro de P. que me cumprimentou e se dirigiu a sala dizendo que estava tudo bem, mais hoje não queria falar nada. O Natal foi bom o Ano Novo também e não tinha mais nada para dizer. Esperei mais um pouco e P. falou que retornou para o tráfico e arrumou um trabalho, mais tava muito difícil porque tinha que fazer muito esforço; era de ajudante de pedreiro, registrado e não queria dizer mais nada. Encerrei a entrevista e não agendamos outra data, pois esse seria o último dia de P. no CREAS.

**Terceira entrevista com o adolescente P.:28/02/2012**

S: *Como você está?*

P: Bem graças a Deus.

S: *Nos encontramos antes do Natal do Ano Novo. Como foi para você?*

P: Foi bom. Eu fiquei por aqui mesmo, um pouco com a minha família um pouco com os meus amigos. Tô morando sozinho ainda, tô atrás de um serviço aí, com o curso de solda, de torneiro precisa de experiência. Tô quase conseguindo um serviço na construção civil, tá quase dando certo, tô esperando a resposta, ali perto da minha casa mesmo.

S: *O que você espera desse trabalho?*

P: Ah, espero, por enquanto, pra mim é provisório, porque pra mim na verdade o meu sonho maior é o de solda, mais precisa entrar dinheiro pra me ajudar manter, vou tirar habilitação também e a faculdade lá tá andando também. Eu fui lá fiz a inscrição do PROUNE e tem que aguarda saí a resposta, se dé vai sair cinquenta por cento institucional. Estou esperando ela entrar em contato comigo e vou fazer os outros cinquenta por cento pelo FIES, e também ir atrás de um estágio. Ela falou que assim que começar as aulas pode enviar currículo, pra prefeitura. Eles contratam, o serviço é de seis horas por dia e pra ganhar mais. A gente trabalha menos e ganha mais. Por enquanto é esse serviço mesmo porque eu tô precisando bastante.

S: *Você disse que é diferente o salário de um ajudante de pedreiro e de um soldador*

P: Um soldador ganha três mil real e um ajudante é novecentos na carteira.

S: *O que você acha de morar sozinho?*

P: O difícil é as contas e o aluguel. Comê também. A minha irmã ajuda, eu como lá com ela. Ela é casada e sempre deu apoio ao P. Eu não posso morar com ela, ela mora junto com minha mãe num cômodo lá no fundo. Eu não quero voltar morar com minha mãe. Com esse trabalho eu já consigo pagar o aluguel e as contas. O estágio na prefeitura parece ser bom também, o serviço de assistente é pesado.

S: *Como é isso pra você P., o serviço de assistente é pesado?*

P: Ah, um pouco, né. Incomoda o sol, trabaia no sol o dia inteiro. Isso é por pouco tempo também. Eu preciso trabaia, fica perdendo tempo e pensando besteira. Espero dar certo a faculdade e o estágio.

S: *P. você prestou o ENEM?*

P: Sim, fiz quatrocentos e cinquenta pontos, mas não foi suficiente pra conseguir a bolsa. A nota de corte do direito ficou acima, mais foi por pouco.

S: *Se você passasse numa universidade federal, você iria cursá-la?*

P: Não, acho que eu nem pensava nisso, quando eu fui fazer o ENEM eu nem imaginava que ia fazer a Faculdade. Se eu passasse na prova do ENEM, eu ia fazer o vestibular. Quando fui fazer o vestibular é que eles falô esse negócio do FIES, daí, foi aí que eu tive a oportunidade, a possibilidade de fazer uma faculdade, eu não sabia não, só que eu não imaginava. Fiz a prova do ENEM só pra mim conhece mesmo, foi aí que fui vendo mesmo que eu tinha a possibilidade de fazê a faculdade.

S: *Quem te orientou fazer o ENEM?*

P: Fui eu mesmo, né? Quando eu tava estudando já o professor tava falando da inscrição.

S: *Estou retomando alguns pontos da primeira entrevista. Você contou na primeira entrevista, como foi na Fundação Casa. Você percebe alguma contribuição da Fundação Casa na sua vida?*

P: Ah, teve, foi lá que eu fiz os curso e comecei a trabaia.

S: *Antes da Fundação Casa você não teve essa oportunidade?*

P: É que eu nem parei prá pensar mesmo, só pensava no crime.

S: *Como você recebeu estas informações na Fundação Casa?*

P: Eu recebi estas informação da assistente social, da psicóloga. Foi aí que eu percebi aí, porque isso dá liberdade, eu percebi sozinho. A mulher lá da faculdade disse que é certeza que eu vou ganha.

S: *Se você ganhar este cinquenta por cento institucional, você vai fazer a faculdade?*

P: O FIES vai pagar o outro cinquenta por cento.

S: *Trouxe para mim que você é um menino que vai dar certo. O que você acha disso?*

P: Deus ajude que vai dar certo. Que eu não precise volta no tráfico. Eles não atrapaia se não tiver devendo nada pra eles. Não, pode deve pra eles, mas tem que paga.

S: *Você teve alguém que te ajudou?*

P: Tive sim. O home que meu deu o trabaio, mais tive que saí. O trabaio na padaria também, foi outro amigo meu que arrumo, um amigo da minha idade.

S: *Você considera as pessoas que te ajudam como amigas?*

P: Se ajuda é amigo. Se eu arrumo um emprego fixo, tem dá onde ?tira, né, tem dá onde tira, contando com o dinheiro, posso contar, né.

S: *O que você planeja para sua vida?*

P: Eu penso que minha vida é ter uma família, me formá, ter casa, filho, mulher.

S : *Você namora P.?*

P: Não.

S: *Como é essa questão do namoro na sua vida?*

P: Ah, eu não sei, é meio complicado, não conheci a pessoa certa.

S: *O que é meio complicado?*

P: Ah, não sei acho que é o meu jeito, né? Eu acho que só a pessoa certa. Sei lá o jeito de pensar da pessoa assim.

S: *O que é uma pessoa certa?*

P: Ela tem que querê alguma coisa com a vida também, uma menina decente. Até agora, não tinha nenhuma menina decente, não (risos). Tem que conhece melhor a pessoa de primeira aparência, não. Não conheci a pessoa certa, não.

S: *Como você imagina uma pessoa para você namorar?*

P: Ah, eu imagino com uma cara mais quieta, assim. Não usar roupa curta, assim (*mostra com a mão, algo bem acima do joelho*), que trabalha, com mais idade. Elas tão lá na escola mesmo, mais não deu certo mesmo. Se for uma menina que eu confio, não vou precisar ficar atrás. Teve

uma pessoa só que eu me interessei, só que tem que vê o lado dela, podia acontecer alguma coisa pior, ela era até mais velha que eu, trabalhava no shopping, conheceu outros caras, mais não sei se ela não traía, se ela me trai já era, foi até bom não ter ficado.

S: *O que você pensa da traição?*

P: Hah! Eu penso se eu pegá assim, eu não sei o que eu faço, mas se eu descobrir depois de um tempo, se eu namorá, só separaria, não teria nada, não, mas na hora se você vê... Eu não gosto nem de imagina o que eu faria (*tensão*), perderia o controle.

S: *Como você está em relação a sua mãe?*

P: Estou bem, eu vou lá, na casa dela, eu é que vou mais lá. A situação com a minha mãe ficou certo, vamo continuá desse jeito mesmo, mais precisa melhora, às vezes, em alguma refeição eu vou porque eu sinto fome mesmo, eu vou quando eu preciso, mas o certo era eu ir só fazê uma visita, né. Nem sempre eu gostaria de ir lá. Eu recebo aqui no CREAS cesta básica e quinhentos reais, também a carteira de passe. A cesta eu deixo lá na casa da minha mãe e levo um pouco pra casa da outra irmã minha, porque eu como lá também.

S: *Como você está na relação com sua mãe e seu padrasto?*

P: Ah, minha mãe que vive com ele. Ela gosta dele. Eu gostava dele, mas ele trai minha mãe, mas ninguém é perfeito. Ele também tem o lado bom dele, trabaia essa coisa assim... às vezes, é melhor se afastá e cada um segui a sua vida. Tava bom porque ele viajo, agora que ele voltô nem vô lá, vô mais na casa da outra irmã, vô comê lá. Ele nunca fez nada pra mim. Eu fiquei assim com ele porque ele briga com minha mãe, eu fico com raiva até agora.

#### **Quarta entrevista com o adolescente P.: 11/03/12**

Fui ao CREAS para fazer uma entrevista com outro adolescente, que havia faltado. Enquanto o esperava, P. já estava desligado do CREAS, mas retornou para pedir ajuda a R. para fazer seu currículo, pois iria entregar no CIEE. Perguntou-lhe se ele podia falar comigo. Demonstrava alegria e muita disposição, solicitou a entrevista e parecia confiante. A surpresa do encontro e da demanda de P. de ser escutado por mim, funda um outro laço; naquele momento me

senti autorizada a escutá-lo.

Iniciou a entrevista contando que havia passado no vestibular na Anhanguera. P. me contou que estava tudo bem, ele já havia começado a Universidade, sua mãe estava muito orgulhosa dele. Ligou para R. para contar que ele passou na Universidade, seu pai também estava orgulhoso disso.

S: *E você P. como está?*

P: Estou bem, já encomendei os livros, quero estudar muito, porque eu preciso, não quero ser advogado, não posso ser juiz, porque na minha condição, não posso, não posso julgar ninguém.

S : *Como assim, na sua condição não pode julgar ninguém?*

P: Não devemos julgar as pessoas eu não sei fazer isso, quero ser Defensor Público.

S : *Por que escolheu ser Defensor Público?*

P: Ah, porque isso eu posso fazer, defender. Quando eu fui julgado, era o Defensor Público que estava lá do lado da minha mãe, ele que me ajudou, depois ele foi lá na Fundação Casa para saber como eu tava. Vim aqui hoje para pedir para R. para voltar ao Juventude Cidadã, o trabalho tá muito difícil, mesmo o meu chefe me ajudando é muito esforço físico.

No fim da entrevista P. solicita outro agendamento, não comparece, mas continuo esperando por P.

**Quinta com o adolescente P. no dia: 11/05/12**

P. inicia falando da casa, da mudança, da diferença que existia da Casa do Novo Horizonte e agora não.

P: O meu pai ganhô o dinheiro da casa na quina. A outra casa era do meu pai, era o lote dele, nós ficamo um tempo morando numa casa do tio paterno emprestado. Na separação minha mãe ficô com a casa.

S: *Você poderia falar sobre seus avós?*

P: Por parte do meu pai eu tenho um avô chamado P. (o mesmo nome do entrevistado) e ele já faleceu e eu não conheci ele, a avó eu conheci, mas já faleceu. A avó eu ficava com ela, ela ficava comigo também, ela faleceu. Do lado da minha mãe a avó é viva também, eu converso com ela também. Vivi pouco os meus avós, tive pouco contato com eles, mais trato bem, tenho educação. É todo mundo de São José. A família do meu pai prá fala a verdade nem sei quantos são, não conheço todos. A família da minha mãe, ela tem uma irmã e outro que faleceu envolvido com o tráfico de droga também. Tinha cinco filho ao todo. Eu acho que fiquei distante deles. A separação fez com que entrasse outro home na vida da minha mãe, praticamente. Foi rápido, tenho um irmão de doze anos, tem treze que eles estão separados. Eu tinha ciúme, mas da minha parte eu acho que era normal, ele tinha que compreende minha situação.

S: *O que você lembra da sua infância?*

P: Ah, eu gostava de brinca com os amigos lá da rua, de bolinha de gude. Foi bom prá mim, foi bom sim, legal, na época eu fazia nada errada, não tinha mais nada, não tinha preocupação com nada, só brincava, fazia coisa boa, não tinha maldade, agora é, a necessidade faz... a maldade é sei lá, talvez não seja a palavra... Às vezes, algumas conta prá paga, mais agora a gente não precisa... às vezes compra sem ter dinheiro (risos). Hoje eu preciso de serviço prá minha vida. Minha mãe tem um salão no fundo de casa, é difícil trabalhar, só quando vai alguma amiga dela mesmo, mas ela pode contar com o salário fixo do meu padrasto. Antes ela fazia faxina para o patrão dela, mas agora ela parou, só o meu padrasto trabalha. Antes eu conheci um meio fácil de ganhar dinheiro e considerava uma forma de trabalho, mas não pensava que era um trabalho, mais que eu tinha que ganha dinheiro, só depois que eu trabalhei que eu sei que é trabalho.

S: *Qual é a diferença entre você arrumar um meio de ganhar dinheiro e de trabalhar?*

P: É que o trabalho fixo é coisa séria, você sabe que sempre vai volta nisso, você sabe que tá ali o tempo todo, você sabe que você pode consegui várias coisas. Arruma um meio de ganhar dinheiro pode acontecer várias coisas, corre risco de vida maior, corre o risco sem te vida, sem te vida.

S: *Quem você considera importante para sua vida?*

P: As minha irmã mesmo e o meu pai, o meu primo (filho do tio que faleceu) se eu pudesse ajudar eu ajudaria. Às vezes, ele não me ajuda, mas se eu pudesse eu ajudaria. Antes eles passava as férias lá na minha casa, a situação é difícil, minha mãe vivia de pensão, era difícil. Tem primo da minha idade, mais novo, tenho sentimento de família por eles. Só conheci este tio por foto. Todos que são amigos são importante, o pessoal do tráfico lá do meu bairro. Os parente que tem a condição melhor que a nossa, a gente ia pra Aparecida, eles me levavam.

S: *Qual é a sua relação com o CREAS?*

P: Minha relação particularmente é boa, eu sei respeita as pessoas independente de qualquer coisa e também eu consigo enxergar as pessoas que podem me ajudar. Por outro lado, fica a expectativa, às vezes, pensa que eles tão pra atropaia nós. Lá tive sim a Dona R. mesmo, ajudo bastante. Foi a pessoa que mais me ajudo, eu tive duas assistente social só, a primeira foi a A. e depois passei com a R. e fiquei até agora, ela me ajudou bastante.

S: *Você acredita que essas pessoas que são importantes modificam sua vida?*

P: Não modifica, mais quando um dia na vida eu consegui dar a volta por cima, realmente, e mostra pra ela que eu consegui. Importa prá mim que elas queiram que eu me dê bem. Até mesmo as pessoa que fazem o mal, aquele caso que eu te contei da pessoa que me fez mal, já tive o pensamento de vingança, mais agora não, é só um sentimento.

## **APÊNDICE F - Entrevista com a Assistente Social N. : Caso R.**

**Data:12/11/11**

N: Iniciei o acompanhamento de R. em julho de 2010. Ele é considerado reincidente, então já passou pelo acompanhamento. Na época ele demandava essas questões da família, mãe esquizofrênica, e aí desde o começo o R. se mostrou uma pessoa muito meiga. Ele vem, ele se compromete, e depois some, essa sempre foi a minha dificuldade com o R..

Na época, acho que na primeira passagem, eu percebia um comprometimento infracional muito grande. Ele era envolvido com o tráfico, voltou a ser pego em decorrência disso. Nessa entrada no Projeto essa questão infracional diminuiu um pouco, só que ele não conseguia colocar outra coisa no lugar. Ele vivia nesse mundo infracional que ele tinha, ele tinha uma identidade, quando ele resolve rompe, não consegue construir outra coisa, não consegue colocar nada no lugar.

Então, sempre foi essa reflexão que eu faço com ele nos atendimentos, e também, o que eu percebi que eu fiquei preocupada, e parecia para psicologia, ele parecia um estado depressivo. Então tinha atendimento que se emocionava muito, mais não conseguia verbaliza, “eu não consigo, eu não sei porque eu paro com as coisas”.

A gente arrumo escola pra ele, não deu conta e desistiu as atividades do Projeto. Ele nunca veio, e nem vem. Ele fala que vai vim, por exemplo, ele quer trabalha, “então vem pro treinamento, a gente vai te prepara”. Ele some, então uma dessas, uma tristeza, não dar conta também angustiava ele.

Em um dos atendimentos ele conseguiu se abri. Ele falo de uma forma mais minuciosa como que foi essa vivência no crime, o que ele fazia, qual o papel dele, como ele escondia isso da família, e também a violência que ele vivencio, que ele pratico.

Então aquilo tudo foi ficando muito grande e ele não consegue se superá, não consegue perdoá. Entendeu das coisas que já fez, e aí ele falava que tinha medo de prejudicar a família dele. Ele fala umas coisas meio desconectadas, prejudicar como, ele não sabia dizer, e só o que acontece com o R., o acompanhamento é sempre interrompido.

Eu trabalho com ele coisas num atendimento, marco outro, e ele some e aí eu tenho que resgata, e isso que é o mais difícil, e a família, a mãe, o pai sempre falo, ela não dá conta disso, não adianta nem convoca. Ela veio uma vez, ficou quieta o atendimento inteiro e é o pai que vem, então o pai

vem com essa expectativa que o R.

É o único filho que não deslanchou, ele tem cinco irmãos, todos estudaram, se formaram, trabalham deram conta da vida, tem um projeto de vida mais claro e o R. Foi o caçulinha que não deslanchou e o pai tem atitudes muito incoerentes, porque ele quer que o R. seja responsável, mais ele supri toda necessidade do menino, então ele dá dinheiro, ele compra as roupas de marca, entendeu?

Então eu falo pra ele como ele vai crescer se você supri tudo, ele não tem essa necessidade de buscar algo pra ele, mesmo ele aprontando, ele tem.

E outra característica que eu achei interessante nessa família é o isolamento. Então, como o R. sumia muito, eu não sei se é ele ou irmãos que se afastaram. Teve um atendimento que eu pedi que ele falasse um pouco de cada irmão, as características, o papel que eles exercem e o R. teve muita dificuldade de fala. Tem um irmão que a gente gosta mais, tem um que a gente briga e o R. teve muita dificuldade. Foi muito trabalhoso.

Pelo menos ele colocou uma característica, que ele meio que se isolava. Ele teve essa vida diferente da família, e o pai é esse que faz tudo, mas também não dá continuidade. Eu falo ‘você tem que ir na escola’, ele não vai porque sabe que o pai não vai mesmo. Ele também não é muito frequentes nos atendimentos e fica aquela sensação de terceirizar a responsabilidade. Tanto que eu proroguei a medida por um apelo do pai, ‘deixa ele aqui, que aqui ele dá uma sossegada, né?’ Sempre indo atrás do R... Querendo ou não dando um corte, um olhar de fora, um controle de fora, do R. Que tem essa figura do juiz, representa muito, mais é assim, é uma das figuras mais meigas que eu já atendi. Muito sensível, tem uma sensibilidade muito grande, mais essa dificuldade de se centra nesse novo mundo que ele diz que quer seguir, do trabalho.

No último atendimento ele vem muito eufórico, ele é assim, eufórico e depressivo. Ele veio muito eufórico, porque ele tava trabalhando num *buffet*, aí ele queria estudar. “R. você perdeu a vaga, agora você vai ter que ir no Cristina, se não só em julho de novo”. “Então eu vou falar com o meu chefe, porque ele quer que eu estudo durante semana e trabalhe no fim de semana”, e tava feliz da vida.

Disse que estava sendo elogiado, e o patrão gostava muito dele e ele sumiu, né? Eu não sei como está a vida dele agora, se o trabalho se perdeu ou se continua trabalhando. Isso faz parte do R. É o perfil dele no acompanhamento. Aí que legal, né? Quando a gente começa fazer uma reflexão, ele elabora alguma coisa. “R., essa coisa de você ir largando, você vai se desestimulando porque

você nunca vai pra frente, então tenta pega uma coisa e vai até o fim”.”É mesmo, então agora vai”. Ele desistia, aí ele vem chateado.

S : *O que mais você percebe?*

N: Ele fala, mas depois desiste, eu não sei por que acontece isso, ele não consegue sustentar. Essa mãe você pode até perguntar pra psicóloga R., ela usava muito o R. Pra bode expiatório dos momentos dela, então tem alguma coisa relacionado com essa mãe, então ela elegeu ele, não sei, o que acontecia na época que a relação dos dois é bem complicada, me parece que hoje está um pouco melhor, mais era aquele filho bem perseguido mesmo, naqueles momentos dela, a perseguição.

S: *Você fala várias vezes que o R. É meigo, fale sobre isso.*

N. O R. Gosta de abraça, de toque, quando ele tá chorando, eu não sabia o que faz, né, então eu abracei ele, ele tem essa necessidade, e ele é muito engraçado eu fui fazer a visita na casa dele, e falei pra ele, eu tive lá na sua casa, aí N. não acredito, sabe quando você perde um pouco a relação, como se você fosse visitar ele de amigo, aí porque você não entra, não imagina eu não sou de entra na casa de ninguém, abre o portão e entra, eu não é assim, imagina eu não vou entrar, ele é meigo no atendimento nunca vi agressividade nele, ele tem dificuldade de se expressa, mas ele não esconde essa dificuldade, ele traz, tanto que demoro pra gente ter a conversa, a gente fez até em dois momentos, teve um momento que veio um choro muito grande, você se prepara e eu me preparo para escutar o que você tem pra fala, eu vou me prepara pra não te julga daí você conta tudo, o que aconteceu, o que você fez, porque ele só falava eu me arrependo, eu não me conformo, se prepara e nós começamos o nosso atendimento, assim ele fez e volto pra começa, começou contando toda essa trajetória.

S: *N. Você poderia contar essa trajetória do R?*

N: Ai S., é meio grave, é o mundo do crime, eu acho que foi tão angustiante pra ele se abri comigo, eu não se na questão ética eu poderia abrir.

S: *Eu compreendo sua posição, somente gostaria de lembrá-la do sigilo contido na pesquisa, tanto sua fala como a do R. estão sob sigilo. Nesse percurso do R. você falou que ele era reincidente, você poderia falar sobre isso?*

N. os dois momentos foram o tráfico, ele não é de roubar as coisas, ele é muito carismático, você já viu ele, então até na biqueira ele se destacou, porque ele era muito querido, aí ele causava inveja, ele fala que ele caiu por causa disso, porque tinha um invejoso, que queria derruba ele,

porque ele tava crescendo, e crescer era reconhecimento, ele disse que foi caguetado, nunca ninguém me pego, e foi o dia que ele falo que nunca escondeu nada na casa dele, mas como já tinha denunciado, ele foi, só aquele dia esconde, e foi o dia que a polícia foi e como souberam, que tava lá alguém entregue e é muito doido, porque eu não consigo ver este lado nele, eu não consigo ver você na maldade, né, mas esses meninos parecem que estão brincando, eles entram sem pensa e aí, quando tem esse olhar um pouco mais crítico, depois que sofre, eles preferem nem pensa, porque gera muito sofrimento olha de longe, olha o que eu fiz e aonde eu estava, são raros os meninos que fazem essa reflexão porque eles devem sofrer muito, é uma estratégia, porque se não eles não sobrevivem que é muito violento, né tem regras muito rígida, tem essa disputa, tem a inveja, até mesmo prá quem tá dentro eles dizem que tem muita inveja, hoje é amigo, é irmão depois é um que quer matar, do amigo ao inimigo é um pulo, eles tem essa coisa da irmandade que é muito incoerente, tem essa coisa da irmandade, mais piso na bola, é tem até lá no doutorado da Isa Guará, como é que é, não permite erros, uma coisa que eles tem é essa radicalidade, se é proibido, se é fortalecido, se não eles morrem.

S: *Você percebe isso no R. Também?*

N: Hoje não, mas ele tinha este entrosamento no passado dele.

S: *Hoje ele está fora?*

N: Fora, fora, fora a gente não pode dize, deu uma boa afastada, é uma outra relação, acho que é por isso que vem esse é por onde que eu vô agora, eu não sei se no buffet ele continua, mas eu vi um certo ânimo, que essa molecada precisa de reconhecimento, eu acho que esse olhar ele teve, vamo vê se ele mantem, porque quando eles estão, eles tem uma identidade forte, eu sou..., eu respeito, esse respeito que eles acham que é, mas na verdade é medo, né, depois que sai, fica essa crise quem sou eu, olha pra frente nos estudos conforme a gente faz demora muito, muito, muito, é muito tempo pra você fala pra ele, você termina a oitava, o colegial, é muito tempo, pra eles terem esse reconhecimento que eles tiveram sendo mais abusado, né.

S: *O que você percebe da relação do R. com o pai?*

N: Eu acho o R. distante de todo mundo da família, ele tem o carinho, mas é distante, não é algo, que parece que eu não sei, não sei explicar, é, fora assim, é uma coisa assim, é como se ele não fizesse parte daquela família. O pai, assim, o que o pai fala, o pai não se conforma, eu eduquei todo mundo igual, porque que ele é desse jeito, ele não se conforma entendeu, fica muito chateado do R. ter este tempo e demora pra as coisas acontece, ele fica chateado, esse menino não

tem jeito não, não tem jeito, já desisti, aí teve até um período aí que ele disse que ia embora, que ia pro sítio, porque ele tá cansado, lá pelo menos o R. gosta de roça, gosta de cavalo, vai me dá sossego, né, nunca foi aquele pai assim, vou bota pra fora, não, mas é um tal de não guento mais, não vo mais correr atrás das coisa pra ele não, mas corre, dá dinheiro.

S: *Parece que o pai faz para o R. aquilo que não conseguiu transmitir ao filho. O que você pensa disso?*

N: É isso, é pra podê tampá isso que não foi possível.

S: *Durante o atendimento do R. você teve com alguns dos irmãos?*

N: Não, eu nunca chamei.

S: *Quando você perguntou pra ele, se tinha algum irmão que substituía as funções parentais, tem algum irmão que substitui o pai?*

N: Não, teve um que ele conversa mais, que é o mais novinho, o que serve o exército, ele consegue né, pela proximidade. Essa relação parece que vem melhorando, são coisas pequenas, ah o R. fica jogando videogame, assistindo filme, então ele tava começando a participar de algum ritual de família, come uma pizza, parece que nem isso ele fazia, então agora, alguma coisa tá acontecendo, eu perguntei se alguém da família sabia de todo esse histórico, sabe aquela noção, lógico né, sabe aquela noção, mais essa coisa assim do que ele passo, do que ele viveu, sabe ele não contou pra ninguém, a namorada eu não sei se ele conto.

S: *Ele tem namorada?*

N.: Tem, pelo menos tinha, rs,rs.

S: *O que você percebe da relação dele com a namorada?*

N: Parece que é uma pessoa legal, uma pessoa referência, que tá ali.

S: *Quanto tempo faz que o R. namora?*

Ele tava que vê ..., ele não traz muito, sabe aquela namorada boa, mas o nosso atendimento não gira em torno das relações, o meu atendimento sempre foi entorno dessa vivência, acho que por ele nunca ter falado pra ninguém nesse sentido, do arrependimento a gente conversava muito sobre isso é, o dia que eu falei de relação foi quando eu abordei cada irmão, um irmão é mais briguento, outro irmão é mais sizudo, dá mais risada, conta piada, mas ele não se aprofunda, o que que eu sinto por cada um, acho que nem com a namorada, ou eu não dei muita trela pra essa namorada, rs,rs.

S: *Fica uma questão pra mim, você disse que representa o juiz e ele traz para você o segredo,*

*conta o segredo para o juiz, como se ele pedisse a absolvição? O que você pensa disso?*

N: Pode ser., ele passou um período que chorou muito e depois que falou, não chorou mais.

*S: N., você acha que em falando desse acontecimento, ele consegue encontrar um outro lugar?*

N: Acho que sim, né, sempre respeitando o tempo do outro, não é tão rápido mas eu percebi que algo desse R., que antes só falava, ah eu me arrependo e daquele que só falava eu fiz, fiz isso, fiz isso, ele já deu uma melhorada.

*S: Conta pra mim, como é pra você ser portadora primeiro desse segredo e depois de escutar o que você escutou?*

N: olha S. Vou falar uma coisa, eu fiquei uma semana, ai meu Deus, o que eu vou escutar, né, mais a gente fica angustiada, é muito interessante aqui, você quer que os meninos se abram, porém quando eles se abrem, fica um negócio tão grande, porque você vai fazer o que com aquilo, então é, tanto no dia que ele chorou, tava muito angustiado, eu fiquei com medo aquele dia, de fazer alguma coisa, né, daí eu disse se esse menino tá desse jeito foi feio, né, então foi uma semana de espera, daí você reza, né, pede pra Deus te ilumina, te dá uma escuta aí, né que guente, deixa eu aguentar isso, é grande mais nada que a gente não saiba, não é todo mundo que conta de verdade, mas a gente sabe, a gente sabe como funciona a violência está muito presente, mas não é fácil, já vários casos onde o menino conta tudo, a gente fica meio atormentada com ele também, aí você tita coisas e depois nem lembra muito, porque você tem que fazer pelo menos o menino perdoar, tem que conversar, é nesse sentido que a gente reflete com ele, oh, porque a gente fala, saia da situação de risco, se insere em coisas mais saudáveis para não acontecer isso, né que acaba com a vida da pessoa, fica atormentado não vai pra frente, o que você tá ganhando, o que você tá ganhando eu pelo menos uso essa linha e com o R. se você não se perdoa vai ser difícil seguir em frente, então são coisas que você já viveu, tá aí, caiu a ficha, tem gente que nunca consegue enxerga, né, morre, vai preso, cada vez mais vai se afundando nesse mundo de violência, agora já foi bola pra frente.

*S: N., quando você iniciou o trabalho, tinha como propósito trabalhar com a adolescência?*

N: não, primeiro eu não sabia nem o que era Serviço Social, a minha trajetória, eu falo que nada é por acaso, eu prestei pra direito, daí eu não passei, e tinha vaga remanescente e minha mãe sempre foi aquela que você tem que estudar, ela foi lá vê, direito não pode, mas você pode esse, pode esse, escolhe um, aí eu escolhi, dá até vergonha, uma mais barato, porque eu não tava afim

de fazer a faculdade, eu era nova, não tão nova já era a segunda faculdade minha, não era tão novinha assim. Foi uma identificação muito grande, a vida foi levando eu pra o que eu queria, essa visão maior das coisas, identifiquei e gostei a adolescência, também foi por acaso, eu sou empurrada pra vida, eu trabalhava em contabilidade e fiz pra pagar minha faculdade, quando eu me formei fui lá pedi conta, agora já paguei minha penitência, minha chefe falo, não N. Fica até você arruma emprego, não de jeito nenhum eu vo me prepara pra concurso, aí eu fui faze um concurso, meu amigo fez a inscrição pra FEBEM que era a Fundação Casa, e eu passei, quando eu passei, eu tava pouco tempo desempregada, eu tava, eu não vô nem que a vaca tussa, só que eu tava cinco meses dempregada, eu tava indo pra onde me mandasse, imagina, aí eu fui para em Itapetininga, é trabalha com adolescente em LA, aí eu fiquei um ano e meio, dois anos, aí eu não gostei da região, gostei do trabalho eu achei muito bacana, fui com um medo danado, mais me identifiquei, e mais eu queria volta pra cá, pro Vale, daí eu prestei o concurso da FUNDHAS, ah, legal eu vô trabalha com outra coisa, porque é uma frente difícil, ah, vou trabalha só com adolescente nada de conflito com a Lei, né, porque lá eles judiavam era setenta adolescente prá gente, eu falava que era brinca de atende, e dava plantão em outras cidades ainda, então você fazia era nada, né, a estrutura super precária, sofri pra caramba, lá, aprendi muito, mas sofrendo. Ah, vou trabalhar com o pessoal da FUNDHAS, aí eu vim para inauguração do adolescer, para implantação do adolescer, o pé tá fincado lá já fazem quatorze anos, só trabalhei com adolescente em conflito com a lei.

S: *São adolescentes em conflito com a lei mesmo?*

N: então não fica em conflito, é a gente que fica,rs,rs. Nós até mudamos o termo pra não fica tão feio, era menor infrator, adolescente autor de ato infracional, não a gente que está em conflito, porque o R. Está em conflito, acho que é por isso que ele sofre, porque ele pergunta, ele percebeu este conflito, mas a maioria não.

Daí eu falo meu Deus pra onde a gente está encaminhando, porque essas coisas tão ficando mais grave ainda, eu falo que nesse campo a gente tá negligenciando, ao não falar do crime organizado, então a gente fala da saúde pública, a gente fala da educação, fala do não sei o que, da violência, eu acho que a gente tinha que se aprofunda, porque, o que eles estão fazendo com os meninos de hoje, é algo tão grave que você não consegue tirá-los dessa vida.

Eles introjetam esses valores de uma certa forma, que não tem como mante, essa questão da irmandade, a questão de como que eles aliciam, como eles arrebanham, a gente tá numa

sociedade em crise de valores, a gente não tem nem heróis e nem modelos, atendi menino de treze anos, eu não sei mais o que fala pro menino, porque ele falo eu gosto dessa vida, eu tenho amigos que estudam e trabalham eu acho super chatos, eu gosto do poder, da correria, do assunto, ele gosta de fazer parte, com treze anos e daí como você ressignifica as coisas pra ele.

S: Que recurso ele tem pra ressignificar?

N: que recurso a gente tem pra oferecer também, o crime oferece ascensão bem rápida.

## APÊNDICE G – Entrevistas com o adolescente R.

Primeira entrevista: 12/11/2011

S: *Gostaria que você contasse sobre sua vida.*

P: Ah senhora, eu não sei começa, pergunta alguma coisa aí...

S: *? Como foi sua infância*

R: Foi boa senhora.

S: *Boa como assim?*

R: Boa, tinha alguns problemas, com a minha família, com a minha mãe, ficava muito na rua e daí aos dez anos tava envolvido com o tráfico, era aviãozinho, era todo muito próximo ali do Novo Horizonte.

S: *R., como foi viver isso pra você?*

R: Ah, via muita coisa, via gente bonita, via muito dinheiro.

S: *Como assim via muita coisa?*

R: Ah, senhora, via muita coisa, muito dinheiro do dinheiro das drogas, eu me arrependo...

S: *R., do que você se arrepende nesse caminho?*

R: De tudo, eu me arrependo de tudo, se eu pudesse eu esquecia de tudo.

S: *Como assim se pudesse esquecia de tudo?*

R: Ah senhora esquecia... eu fiquei um tempo, quando eu tinha treze anos eu fiquei na Fundação Casa de São Paulo, eu fiquei uns trinta e cinco, quarenta dias e daí depois de três anos eu fui pra Fundação Casa de São José, foi agora em 2010 e fiquei oito meses.

S: *Conta pra mim o motivo dessas duas vezes que você ficou internado?*

R: A primeira vez foi por tráfico e a segunda vez foi por tráfico também, da primeira vez foi como eu já contei e da segunda vez foi coisa mais grande.

S: *Como assim, coisa mais grande?*

R: Primeiro eu vendia, depois eu fazia a droga, eu aprendi a fazer o craque, fazer a mistura com um químico, eu sei fazer agora e eu fazia. No mundo da droga, o gerente da boca compra a droga e até faz.

S: *Você chegou ser gerente?*

R: Cheguei, sim, quando me pegaram eu tava com muita droga e eu precisava guarda, levei pra

casa e eles fecharam o circuito, ele tava paisano e depois levaram pra casa e invadiram e só isso mesmo, daí eles levam fica quinze, vinte dias na DJU, depois vai pra UIP.

S: *Como foi esse seu trajeto, seu percurso na Unidade?*

R: Os funcionário avisa como tem que ser pra não dá problema. A Fundação Casa de São Paulo é pior, eles falam que é procedimento da casa, as coisa erradas que ele fazem, por exemplo: colocar um monte de gente lá esperando, num calor, que é isso, a assistente social pode ver isso e denuncia, mais não era feito nada, é tudo farinha do mesmo saco.

S: *Você alguma vez pedi a assistente social alguma coisa que não tenha sido atendido?*

R: Não senhora, eu nunca pedi nada, não. Tanto na Fundação Casa de São Paulo como a de São José, eles batiam, nunca bateram em mim, mais eu ja vi bate.

S: *Como era esse bate?*

R: Eles pegam assim na sua barriga, na sua cara onde bate, é assim, e os funcionário da noite, chegam mais bravo, mais tanto de dia quanto de noite eles batem.

S: *Como você imagina que deveria ser essa reeducação de menores?*

R: Ah deveria ser diferente, as pessoas falam que é pra melhora, eles falam mão pra trás é segurança, eu acredito que se eles fizesse como os padres, os pastor.

S: *Você acredita que seria melhor?*

R: Ah senhora acredito, porque eles fazem o que precisa faze.

S: *O que você acha que a Fundação Casa contribuiu pra sua vida?*

R: Ah senhora, eu acho que em nada, a pessoa tem faze o que ela que, do jeito que quer.

S: *Como assim, a pessoa tem que fazer o que quer?*

R: Depende da pessoa, cada pessoa é uma pessoa e isso não é vida.

S: *Isso não é vida?*

R: É senhora isso não é vida, é cadeia e morte.

S: *É cadeia e morte, por que você escolheu?*

P: Ah senhora, não sei.

S: *O que você pensa e fazer?*

R: Eu penso em deixa de sofrer, porque se eu não correr atrás não vou faze diferença nenhuma.

**Segunda Entrevista com adolescente R: 05/06/2012**

S: *Conta pra mim sobre sua história?*

R: Ah, senhora tô trabalhando no *buffet*, né, de *free* lance, por enquanto é só, né.

Agora vou começar estudar em janeiro fiz a inscrição, mas só que não deu, né, logo de entrada eu falei, nossa senhora, um mês só eu já tava reprovado por falta, né.

Eu já tinha estudado lá é perto de casa, mas assim que eu sai eu já sai perdendo o ano, era pra mim ir, daí eu fui, daí eu perdi o começo do ano e vô entra agora,

S: *Conta pra mim porque você perdeu?*

R: Eu saí no meio do ano em julho, mas demora um pouquinho pra consegui vaga, só tinha, agosto, setembro e outubro pra consegui a vaga, então só tinha novembro e dezembro pra ir.

S: *Logo que você entrou não deram informações pra você sobre o ano letivo?*

R: Não senhora, tinha, eu voltei, mas no final não deu.

S: *Conta pra mim da sua vida escolar?*

R: ah, eu sempre fui bem na escola, quando eu comecei com essas coisas é que eu parei de estudar, acho mais difícil português, matemática eu sô bom.

S: *O que você acha difícil em português?*

R: Ah redação, essas coisas assim da escrita, essas coisa são muito difícil.

S: *Você cursou sem interromper, até que série?*

R: Até a sexta ou sétima série.

S: *Você interrompeu quando foi para Fundação Casa?*

R: não, lá podia continuar. Lá se você estudasse na Fundação, você passava o ano, agora não é mais assim, se você estuda um ano passa um ano, se fizé seis meses, vai continuar como se fizesse a escola, aí não veio minha nota, nesses seis meses que eu não consegui estudar, setembro, novembro e dezembro, não conto.

S: *Não conto por quê?*

R: Não sei não veio o histórico escolar, ainda da Fundação, veio das outras escola, mas não veio o que eu estudei lá dentro. Eu tô animado pra volta estudar, pra muda de vida.

S: *Para muda de vida?*

P: Fica nessa vida é só problema, não leva a nada.

S: *O que é que faz volta pra essa vida?*

R: Ah senhora, a necessidade, eu acho que falta alguma coisa... (material).

S: *Quando você fala aquela vida, você está se referindo a que vida?*

R: A vida que não presta, senhora. Você pode ter tudo, mas não tem nada.

S: *Conforme você vai contando, você conceitualiza os modos de viver, diz que tem a vida do tráfico, e a outra vida. Qual é a outra vida?*

R: A outra vida é a vida honesta. Na vida do tráfico, você pode ter tudo e não ter nada, pode acontece muita coisa, a polícia mata, pode acontece um monte de coisa e na vida trabalhando você não perde nada.

S: *Como assim não perde nada?*

R: Ah, como diz o ditado, você pode perde a sua vida, você não perde a liberdade, né. Também se você trabalha ninguém vai pode fala do seu dinheiro, se você tá suando pra trabalha, né.

S: *Então na vida honesta, não pode falar do dinheiro, logo na vida do tráfico pode falar do dinheiro?*

P: pode senhora, porque o dinheiro errado.

S: *O que você considera dinheiro errado?*

R: sei lá senhora, o dinheiro errado, que você não consegue com o seu suor, o dinheiro errado, que você não consegue com o seu suor.

S: *Não tem um suor nessa área do tráfico?*

R: Acho que não senhora, entra fácil e sai fácil.

S: *E vem fácil mesmo?*

R: Pior que vem, vem fácil e vai fácil.

S: *Qual é esse conceito de fácil?*

R: Ah senhora, você pega uma droga assim oh, você não vai te dificuldade.

S: *Não precisa fazer nada pra vender droga?*

R: Só precisa de uma boca, um ponto, pra vender, só.

S: *Como um adolescente consegue comprar uma boca?*

R: Ah, depende né senhora, se você compra, ou passa de família em família, né, de geração em geração, e também pode ser herdada.

S: *Uma boca pode ser tomada?*

R: Hoje em dia não senhora porque existe PCC, PCC, não deixa essas coisas, só toma se você vacila.

S: *É o PCC, quem manda em todas as bocas?*

R: Não senhora, tem o registro de quem é o dono, é assim no PCC, como se fosse um cartório. O PCC sabe quem é dono de todas as bocas, mas pra fechar tem que ter motivo.

S: *Quais seriam os motivos para fechar uma boca?*

R: Acatar a mulher do próximo, não pode chegar e matar ele, ninguém morre de graça, se o cara vacilô, precisa do julgamento do PCC.

S: *O PCC faz o papel de juiz e você acha que o PCC é justo?*

R: Pra eles é, justo pra ele, ah não sei, pro mundo do crime é certo, né, ninguém manda mata se ele não fez nada, alguma coisa ele fez, né. Hoje em dia mudou muito né senhora.

S: *Quais são as mudanças hoje?*

R: Antigamente, o PCC, não permite estupro, craque dentro da cadeia ele também não permite, o craque vicia muito, antes tinha, aí morreu muita gente, porque ficava viciado, um roubava o outro e acabava matando, essas coisas. O PCC mantém a ordem dentro da cadeia, até mesmo na Fundação, na Tamoios quando eu tava ali, tinha celular essas coisa, são poucas as Fundações que tem celular lá dentro e entra por mão de, engole e depois vomita, quando eu tava lá a maior parte dos funcionários traziam.

S: *Tem alguma coisa que tenha marcado muito você?*

R: Não.

S: *Existe alguma outra forma?*

R: Joga por cima, né, na Fundação tem os moleque que fica andando, daí é só joga, tenta fazer com que a pessoa pegue. Normalmente os funcionários nem liga, os funcionários diz lá do outro lado é a gente que domina, é nós que manda lá na UI e na UIP, são os adolescentes.

S: *E o que você acha disso?*

R: Sei lá senhora, na UIP, qualquer coisinha que a gente faz é bate, porque que vai bate, eles colocam nossa mão pra traz e falam que é segurança, se tiver que matar um funcionário eu vou matar com a mão pra frente ou com a mão pra traz, de fato são as regras, porque bate com a mão pra traz, se tiver que pegar um funcionário, pego com a mão pra frente ou pra traz.

S: *Você chegou ficar na UI?*

R: Cheguei, mas nunca bateram em mim.

S: *O que aconteceu na UIP e foi importante pra você?*

R: Praticamente nada, lá eles falam como que é pra reabilitar um adolescente, né, não adianta nada.

S: *O que aprende lá?*

R: Ah senhora, você estuda como na rua e faz o curso, isso eu acho que ajuda.

S: *O que fez o juiz decidir pela sua internação na Unidade?*

P: Porque eu era traficante e passei oito mês lá, depois disso não voltei nem pra Fundação e nem pro tráfico.

S: *O que te levou entrar pro tráfico?*

P: Sei lá senhora, na época meu pai passava muita necessidade eu queria ter as coisa e eles não podiam me dá, só que daí, hoje em dia qualquer lugar tem boca, aí eu vi as coisa, eu queria o meu pai não podia dá.

S: *O que ter as coisas causava em você?*

R: Ah, culpa, essas coisa, meu pai na época não tinha condições, mas eu não continuei nessa vida, na época passava necessidade.

S: *O que era passar necessidade pra você?*

R: Ah, sei lá falta as coisa em casa, minha mãe também tem problema, né, eu ficava triste, né senhora.

S: *Fale sobre sua relação com sua mãe? Como foi essa convivência?*

R: Quando ela doente, ela fica fazendo nada que tem sentido, sabe, nada com nada essas coisas que não tem sentido, por exemplo, chora por nada, cortava o cabelo, saia pra rua, bebia, falava que meu pai tinha batido nela.

S: *Em que a doença da sua mãe lhe afetava?*

P: Ah, sei lá senhora, querendo ajuda ela de um jeito mais contemplando, o médico da remédio, mas não dianta nada, não eu sei melhora, mas já faz dois anos que não tem crise, mas não cura, cura não cura não.

S: *Nesses dois anos que não tem crise como é sua relação com ela?*

R: Normal, ela faz as coisas, a comida de casa, normal, ela tem uma lerdeza de pensa, né, conversa. Ela trabalhava, né, conversa, brinca.

S: *Como você descreveria sua mãe?*

R: Ela é nervosa, né, sabe não é que ela é nervosa, mas a gente fala com ela, atoa, ela fica

nervosa, ela só chega xinga assim, ela vai fazer alguma coisa, parece que tá cansada e de saco cheio.

*S: Como é hoje na sua casa?*

R: Eu, meu pai, ela e um monte de irmão, três irmãos e uma irmã, o outro irmão R: foi morar no Rio de Janeiro, por trabalho, todos trabalham e tem dois que estão noivos.

*S: O que você acha disso?*

R: Construir uma família, né.

*S: Você pensa em construir uma família?*

R: Sim. Eu falo pra minha irmã, ele estuda, tem que arrumar um serviço bom e depois casa, né, porque se casa primeiro não tem aonde mora e se a pessoa se gosta mesmo, não tem problema o tempo, minha irmã já conseguiu. Meu irmão fala que todo mundo ajudando e trabalhando dá, né, lógico que dá. Meu pai fala se cada um construir uma casa tá bom, né. Todo mundo ajudando e meu pai compro um terreno lá em Minas, minha mãe e meu pai são mineiros, de Brasópolis e de São Lourenço e eu sou daqui mesmo.

*S: Como é pra você, morar em Minas Gerais?*

R: Ah, senhora, eu quero estudar e fazer os cursos, eu tô trabalhando pra fazer um curso, porque se tive um curso, a cidade tá crescendo ainda, né, aqui não tem muito serviço. Lá é na roça de Brasópolis, eu gosto, o problema é o serviço, né senhora. Igual meu pai disse que eu tenho que arrumar um serviço bom, mas eu não tenho escola, não adianta ficar chorando e se lamentando, tem que correr atrás. Supletivo é só seis meses, daí eu acabo e posso começar o curso técnico, daí tem que parar de trabalhar, eu trabalho de garçom.

*S: Você tinha pensado em trabalhar como garçom?*

R: Não surgiu. Foi minha namorada que trabalha na lavanderia, ela que me convidou pra fazer festa, ela pergunta se eu queria trabalhar e eu disse lógico que quero, e daí eu comecei a trabalhar de servente e depois fazer festa, de garçom. Eu falo pra ela, trabalha fuchado aqui no *buffet*, não é que não compensa, é que ganha muito pouco e trabalha muito, pra ela só falta terminar o terceiro colegial, daí eu falei pra ela terminar o terceiro colegial, pra arrumar um serviço melhor, daí a gente faz festa só pra complementar o salário, qualquer festa que aparece, eu vou lá e pego, quando tive folga, vai fazer festa pra complementar o salário, é verdade mesmo.

*S: O que você espera do seu futuro?*

R: Trabalhá, senhora.

S: *Com quem você aprendeu a fazer esse planejamento?*

R: Não sei senhora, (silêncio), com meu pai, o meu irmão estudo muito e ele tem um bom emprego porque correu atrás, ele fez o curso de técnico de segurança, se eu arrumá um serviço bom e ganha bem.

S: *O que é ganhar bem?*

R: Sabe senhora, porque eu quero ajuda minha família, sabe compra um terreno, faze uma casa, sabe, e pra frente, tem tudo, mais não tem nada, consegue mais depois perde tudo, tem um cara que viu no tráfico um jeito de ganha dinheiro e depois paro

S: *E você acredita que para mesmo?*

R: Paro e agora ele trabalha. Foi dinheiro sujo que ele ganho, acho que Deus castiga, né?

S: *Por que, você acha que Deus castiga?*

R: Ah, ele castiga, sim. Se você procura faze as coisa boa, ele não castiga, senhora. Tem muita gente que vai na Igreja, tem muito pastor que roba, o mundo tá assim, vai pra igreja pra procura Deus, quem me ensino antigamente sobre Deus foi meus colegas e eu falava Deus não existe não, porque deixou eu fazer tudo isso, droga, essas coisa, agora eu acho que existe, sim, que Deus nossa senhora, ele já me livrou de muita coisa, da morte, de muita coisa, antigamente onde eu vendia droga, chego atira e se acertasse em mim, ele me tirou do tráfico. Quando eu penso eu falo o mundo tá perdido, né, a polícia todo mundo robando, nossa. Tem muito PCC envolvido com a política, mais eu nunca me envolvi com o PCC.

S: *Como foi sua ascensão, seu crescimento no tráfico?*

R: Cresci, ganhei dinheiro, tive moto, mas não compensa, não senhora.

S: *E a sua relação com a namorada?*

R: Conhecia fazia tempo, mas depois eu fui para Fundação e depois que eu me aproximei dela, sabe senhora, (neste momento se emociona), ela me ajudou, senhora, eu tenho muito ciúmes e tenho medo de perde a C: mas ela também tem medo de me perde, ela também gosta. A gente trabalha de garçom e daí agente viu um pessoal na mesa, aí deram um bilhete pra ela que estava escrito assim, depois que ela mostrou pra mim, estava escrito assim: Deus colocou uma pessoa na sua vida, pra você ajuda e pra você amá-la, não desista dela, nem conhecia ela, ela foi lá. Na hora eu pensei que fosse uma mentira, que fosse ela que tivesse escrito, ela falou, não, não, daí eu falei acho que é verdade, né.

S: *E o que você pensa desse bilhete?*

R: Que Deus colocou ela na minha vida pra ajuda, quando eu olhei assim eu não acreditei, até hoje, quando eu comento com ela, ela fica brava e diz não fui eu que escrevi.

28.09.12

## Profissão de Assistente Social

A carreira profissional não estava voltada para o serviço social. Iniciei o trabalho em metalurgia aos 17 anos. Como fui aluna da Fundação Bradesco, em outubro de 1988, recebi convite para trabalhar em agências do banco ou departamentos (matriz). Optei por departamentos considerando o local próximo a residência e já conhecido (cursos). Trabalhei pouco mais de cinco anos, grande parte do tempo na área de informática.

Pensava que não queria passar a vida "conversando" com um computador. Queria trabalhar com pessoas. Prestei vestibul digão vestibular e iniciei curso de "letras" com opção inglês e hebraico. Apesar de gostar do curso, ainda não era o que queria. Uma colega da faculdade comentou sobre o curso de Serviço Social, dizendo que trabalhava com pessoas. Prestei novo vestibular e fui aprovada.

Desde o primeiro dia de aula, com a exposição de um professor, me identifiquei com o curso e com o professor. Lembro que na disciplina de metodologia I (CASO) ele avaliava sempre com a maior média e escrevia "com louvor".

Confesso que depois de formada e ali durante o processo de formação para atuar como Assistente Social tive e ainda tenho algumas decepções, mas com pessoas, não com a escolha. Principalmente na relação teórico-prática.

**APÊNDICE H – Memorial**

Optei por cursos na área de gestão de pessoas.  
 fiz pós em RH e vários cursos nesta área.  
 Agora pretendo caminhar para o ~~instrutor~~  
 mas não específico do serviço social. fiz  
 uma pausa devido a maternidade (tardia).  
 Enfim, fiz uma escolha e amo esta escolha  
 apesar de cansativa e as vezes desmotivante.

### Experiências profissionais

- ① Metalúrgica - 03 meses  
Aux. adm. / Informática
- ② Banco Bradesco - 05 anos  
Aux. adm. / Informática
- ③ Aeral Alimentos - Quase dois anos  
Estagiária e contratada cl. Aux. adm.  
S.S.
- ④ Hospital dos Clínicos - Serviço Social - 01 ano e meio  
Oficial administrativo no setor de S.S. (concurada)
- ⑤ FUNDHAS / PMSTC - 16 anos (concurada)  
Assistente Social

QUANDO EU ESTAVA COM DOZE ANOS DE IDADE, FUI PELA PRIMEIRA VEZ PARA UMA DELEGACIA, EU E ALGUNS COLEGAS ESTAVAMOS PIXYANDO E OS POLICIAIS NOS PEGARAM, MINHA MÃE FOI ME BUSCAR, QUANDO CHEGUEI EM CASA ELA ME BATEU BASTANTE COM UM FIO, ENTÃO FIQUEI REVOLTADO E FUI MORAR COM UMA DE MINHAS IRMÃS A SABRINA, FIQUEI MORANDO COM ELA POR VOLTA DE UM MÊS, NESSE MEIO PERÍODO FOI A PRIMEIRA VEZ EM QUE EU FIZO USO DA MACONHA. DEPOIS QUANDO EU VOLTEI A MORAR COM MINHA MÃE CONTINUEI ESTUDANDO E FUMANDO ~~MA~~ CANABIS, NÃO TINHA DINHEIRO MAIS ALGUNS COLEGAS TINHAM ENTÃO NOIS SEMPRE FUMAVAM, QUANDO EU ESTAVA COM TRÊZE ANOS QUAZE FAZENDO QUATORZE ME ENVOLVI NO TRÁFICO DE DROGAS. MEU PADASTRO FOI O PRIMEIRO A DESCOBRIR. ELE CHEGOU EM CASA DE MADRUGADA E BEBADO E DISSE PARA MINHA MÃE O QUE EU ESTAVA FAZENDO, E VEIO FALAR COMIGO, DIZENDO QUE EU NÃO PRECISAVA DISSO, MINHA MÃE DEIXOU PARA FALAR COMIGO NO OUTRO DIA, ENTÃO CONVERSAMOS E EU PAREI DE VENDER DROGAS, PORÉM ELA TRABALHAVA, ENTÃO EU ACABEI ME ENVOLVENDO NOVAMENTE, AI NÃO TEVE MAIS JEITO, COM DEZESEIS ANOS EU FUI PARA A FUNDAÇÃO CASA, MAS NÃO POR TRÁFICO E SIM POR ROUBO.

QUANDO EU FUI PREZO EU JA NAO ESTAVA MAIS ESTUDANDO, ENTAO PEDIRAM MINHA TRANSFERENCIA DA ESCOLA PARA A FUNDAÇÃO, PASSEI A ESTUDAR E FIZ ALGUNS CURSOS DENTRO DA UNIDADE, EU ENTREI DENTRO DA FUNDAÇÃO E ESTAVA NO PRIMEIRO COLEGIAL E SAÍ NO SEGUNDO, AQUI FORA CONTINUEI OS ESTUDOS E ARRUMEI UM SERVIÇO NUMA PADARIA DE BALCONISTA E PARCEI COM O USO DO CANABIS, TRABALHEI UM ANO NA PADARIA, ENTRETANTO NA MINHA CASA HAVIA ALGUMAS BRIGAS EM CASA DA MINHA MÃE COM MEU PADASTRO E EU ACABEI ME ENVOLVENDO NELAS, VOLTEI A USAR A MACONHA, MEU PADASTRO SAIU DE CASA E EU SAÍ DA PADARIA, NESSA ÉPOCA TIVE ALGUMAS BRIGAS COM MINHA MÃE, E RESOLVI SAIR DE CASA. ENTÃO ME ENVOLVI COM O TRAFICO OUTRA VEZ, ESTAVA DESEMPREGADO E PRECISAVA PAGAR O ALUGUEL E OUTRAS COISAS, PORÉM NÃO PAREI DE ESTUDAR, E CONSEGUI ME FORMAR, MEU PADASTRO VOLTOU A MORAR EM CASA, E EU ARRUMEI UM EMPREGO, MAS ESTAVA COM ALGUMAS DIVIDAS E CONTINUEI NO TRAFICO. NO ANO EM QUE EU ME FORMEI NA ESCOLA EU FIZ A PROVA DO ENEM, E O VESTIBULAR DA ANHANGUERA, NA SEQUENCIA ME ESCREVI NO Prouni, CONSEGUI 50% DE BOLSA INSTITUCIONAL, E FINANCIEI OS OUTROS 50% DA FACULDADE EM FEVEREIRO DESTA ANO COMECEI A ESTUDAR, ENTÃO AUTOMATICAMENTE, TIVE QUE SAIR

---

DO TRAFICO DE DROGAS, POIS NÃO DARIA TENTO DE ESTUDAR, TRABALHAR, ETC., E EU TAMBÉM NÃO QUERIA ISSO MAIS PARA MIM. E HOJE AQUI ESTOU, CONTINUO ESTUDANDO, PORÉM DESEMPREGADO, CONTUDO NÃO ME ENVOLVI MAIS NO TRAFICO, MINHAS IRMÃS GRAÇAS A DEUS ESTÃO BEM, MINHA MÃE MEU PADASTRO E MEUS IRMÃOS MAIS NOVOS TAMBÉM, ENTÃO POSSO DIZER QUE AS COISAS ESTÃO ANDANDO.

AGORA FALANDO SOBRE O MEU FUTURO, EU TENHO UM SONHO DE SE CASAR COM UMA LINDA MULHER, TER <sup>LINDOS</sup> FILHOS, UMA BELA CASA, ME FORMAR E CONTINUAR ESTUDANDO, APRENDER A FALAR INGLÊS, ARRUMAR UM BOM EMPREGO, QUEM SABE TER UMA FILMA, E VER MINHA FAMILIA FELIZ.

MEDIANTE, NOSSAS CONVERSAS, REFLETI MELHOR E VI QUE MEUS PAIS, FIZERAM O POSSIVEL PARA ME AJUDAR, CONFORME SUAS CONDIÇÕES E VIDA, TAMBÉM PERCEBI QUE TUDO TEM SEU TEMPO, E NADA ACONTECE POR UM ACASO, LOGO VEIO NA MINHA MEMORIA ALGUMAS AULAS QUE EU TIVE NA FACULDADE DE "SOCIOLOGIA GERAL E JURIDICA, ONDE O PROFESSOR DISSE QUE HOMEM AGE CONFORME O MEIO EM QUE ELE VIVE, OU ONDE ELE VIVE PODE INFLUENCIÁ-LO, RAPIDAMENTE ~~PENSE~~ LEMBREI DE UMA MÚSICA DE UM CANTOR DE FUNK, MC LAWDO QUE DIZ MAIS OU MENOS ASSIM:

NUM BARRACO 3,3 PA PODE MORAR  
no PENHARCO  
 6, MENORES QUE TRAIU UM POLO VER,  
 QUAL ERA O MEU LATER, NEQUINHO VOC  
 DIZER, CATAR ~~ERA~~ FRUTA NA FERVA  
 PA PODE SOBREVIVER, O MENOR PRA  
 BRINCA MAU TINHA UMA BOLA, E EU UNESI  
 ASSIM VARIOS PA-SUM SO GUERRILHA SE

MINHA VIDA É ASSIM EU NÃO TE  
CULO SE LIGA, EU APRENDI ASSIM  
E FAÇO SOBREVIVER SE EU TIVER  
OUTRA ESCOLHA NEM DEU TEMPO  
PRA EU VÊ

28/09/12

Tudo começa na escolha da minha própria profissão fui uma adolescente, como nascer atendido, também sem muito norte sobre meu futuro profissional e de uma grande frustração - queria ser bailarina - que por <sup>falta de</sup> um respaldo familiar (meas para trabalharem) e estremo, não consegui. Minha 1ª opção na faculdade foi Direito, esta da área jurídica. Porém não passei e por pressão de minha mãe escolhi Serviço Social, "sem saber muito bem o que era isto!"

Foi Amor a primeira vista! Me identifiquei muito com a área, e foi um período mais rico que tive, em crescimento como pessoa, cidadã e profissional.

Após me formar comecei a prestar vários concursos e nova mente fui levada, sem escolher, para área do adolescente em conflito com a lei. Passei no concurso da Fundação OAS (antiga Febem) e fui trabalhar no posto de Atividade Assistida do núcleo de Sorocaba (Cidade Itapetininga). Também foi uma experiência única!

Apreendi muitas coisas e novamente me identifiquei com a demanda. Concluí por me adaptar a cidade e comecei a prestar novos concursos. Após 2 anos passei na Fundação e por ironia do destino por uma total "sincronicidade" fui contratada para a implantação do projeto

PROLE-SER (a Fundação tinha assumido as medidas socioeducativas no ano que prestei o concurso).

Acredito q-e não estamos neste projeto "a la". No  
 meu caso, sempre fue q-e trabalhar muito a  
 minha autoestima. Apesar de nunca ter passado  
 por grandes traumas ou privações, sempre fue  
 baixa autoestima. Por isto q-e sempre me identifiquei  
 com esta demanda. Acho q-e, ajudando estes  
 meninos e meninas a se encontrarem neste muito,  
 a despertar o sentido pertencimento e reconhecimento,  
 tbm estou trabalhando os meus próprios sentimentos  
 de exclusão! "Ajudando a ~~este~~ eles se acharem,  
 tbm me encontro."

Outro motivo talvez, q-e desde muito criança sempre  
 fue uma boa escuta, sempre fui conciliadora  
 e conselheira de amigos e familiares. - Esto-  
 o- minha marca mãe!

Como acredito q-e todos nós nascemos com um  
 Dom - o meu e- o de escuta e de  
 ajuda! E por isto q-e não e- a la q-e  
 o universo veio me fazendo, desde minha  
 formação, até aqui!

E- isto!

Eu sou o

Senho 17 anos, moro em Jacuipos, no Brasil  
no rio Beizente. Eu fui levado pelos meus pais.

Minha mãe quando estava  
grávida descobriu que estava grávida de Gêmeos.

Eu e o meu irmão, meu irmão nasceu primeiro  
que morreu e se verteu eu. Foi estada no  
parto e logo em seguida fui para a mãe.

O meu irmão tinha que assistir  
aula comigo por alguns dias pois não estava  
adaptado. A minha família por alguns

meses passa muito apertado pois só o meu  
pai trabalhava e com o dinheiro dele ele  
fui paga um curso para o meu irmão e eu

rende tudo o que estava acontecendo ao meu  
vidoe com a idade que tinha pensava que  
quando crescer ia assumir dinheiro só  
pensava em dinheiro.

Alí que fiz 15 anos e comecei a fazer  
as coisas suadas, comecei a trabalhar. E na  
cidade da Uola as policias me prenderam.

Fui para a Fundação Cumpre medida  
social Educativa no estado de São Paulo  
que cumpre por 40 dias. Já fui no Brasil

com a minha mãe em Minas fiquei lá  
por 1 mês e voltei a mora aqui em

15 anos São José. Pouco de estudar. Então de volta  
para o crime e assim foi até que  
fui preso novamente.

1

2

S

3

T

4

Q

5

Q

6

S

7

S

8

D

9

10

11

12

13

14

Jan

15

Fev

16

17

Mar

18

Abr

19

Mai

20

Jun

21

22

Jul

23

Ago

24

Set

25

Out

26

Nov

27

28

Dez

29

30

31



28/09/12

Minha história no Creas teve início no ano 2000 ao ser aprovada para o concurso da Fundhas como assistente social, logo após minha formatura.

A seleção foi realizada pela diretora que escolheu a composição de duas equipes, esta, que antes era o Projeto Adoles-Ser e o Programa Aquarela. Ambos os programas haviam sido transferidos da Prefeitura para a Fundhas que deveria reorganizá-los.

Não tive conhecimento de como foi a escolha dos técnicos por cada programa: fui informada que comporia a equipe que atende medidas socioeducativas.

Assim, participei desde o início da elaboração do projeto pedagógico e de todas as ações pertinentes.

Desde o início do trabalho, apaixonei-me pela causa, era um mundo interessante, não desonheado, pois, em minha experiência anterior na área da saúde (fui auxiliar de enfermagem) tive contato com adolescentes em todas as situações possíveis. Não senti medo, a identificação logo ocorreu e o desafio (eu que gosto muito dele) estava posto: como entrar em contato com o verdadeiro "eu" daquele ser que a ninguém se revelava? Como transcender de uma relação de faz-de-conta (faz-de-conta que eu te atendo e faz-de-conta que sou atendido) para algo que fizesse sentido para ambos?

Bem, as respostas a estas questões não estão consolidadas, pelo contrário, são construídas e desconstruídas a cada dia. E é esse desafio que me faz levantar cedo e vir para cá, todos os dias!



Como definir e articular com a atuação profissional atual é necessário relatar a escola inicial para atuação profissional na área de Psicologia.

A escola inicial após formatura era atuar na Inclusão mas que não se efetivou devido o campo estar saturado.

A partir de incentivo familiar surgiu colocação no Semp público na área de assistência social. A atuação inicial foi em creche e depois participação de implantação do Semp de atendimento a criança e adolescente em situação de risco e com política institucional Crianças e adolescentes em risco são aqueles vítimas de maus tratos, negligência, abuso sexual e exploração e também aqueles envolvidos com a política de drogas.

Após vários anos de atuação, percebo que a minha escola profissional não foi essa de antes mas de outra.

Percebo que estar próximo deste público são possibilidades de entender e ajudar aqueles vitimados que tem relação direta com minha trajetória pessoal marcada com situações representadas acima.

Em relação aos jovens infratores, está incluído por em famílias, jovens ouvidos, detidos, querendo seguir.

Depois que quem atua com este público tem como objetivo de aprender com eles como superar, queda depois unidos.